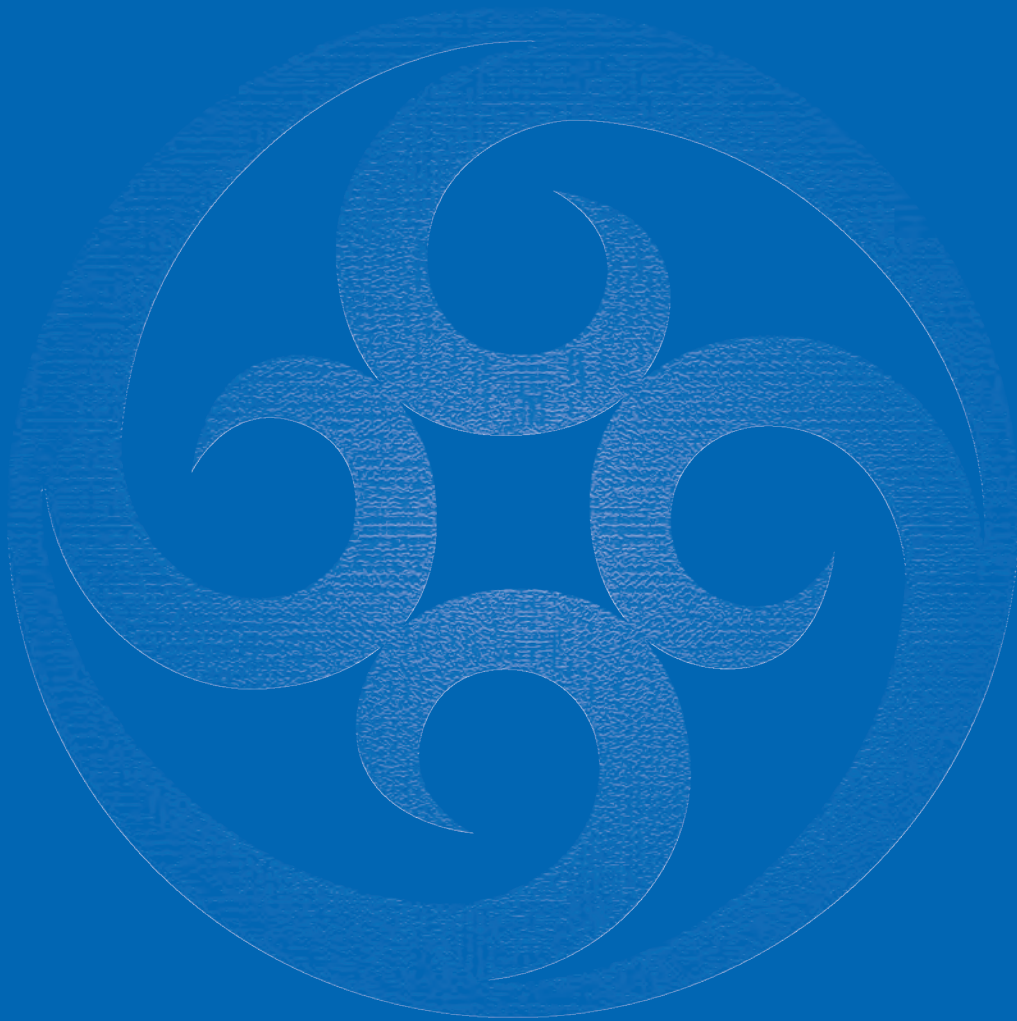




RELATÓRIO E CONTAS 2015

A NEW LANGUAGE
IN THE FINANCIAL WORLD

haitongib.com



ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO

Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva	1
1. Governance	3
Orgãos Sociais	3
Comissão Executiva	4
<i>Senior Managing Directors</i>	5
Direcções e Departamentos	6
Sucursais, Filiais e Escritórios de Representação	11
Pelouros da Comissão Executiva	14
Princípios e Valores	18
Organigrama	20
2. Proposta de Aplicação de Resultados	21
3. Declaração de Conformidade	22
4. Estratégia Global e Principais Desenvolvimentos	24
Estratégia Global	24
Eventos Societários	25
Enquadramento Macroeconómico	26
Principais Indicadores Financeiros Consolidados	30
Análise Financeira	31
<i>Rating Actions</i>	33
5. Actividade e Resultados	34
Modelo de Negócio	34
5.1. Clientes	35
5.2. Banca de Investimento	39
Fusões e Aquisições	39
Assessoria Financeira a Médias Empresas	47
Mercado de Capitais	48
5.3. Mercados	52
Acções	52
Renda Fixa	54
Derivados	55
5.4. Structured Finance	57
<i>Project Finance</i>	57
<i>Acquisition Finance</i> e Outros Financiamentos	59
5.5. Wealth and Fund Management	61
<i>Asset Management</i>	61
<i>Wealth Management</i>	61

<i>Private Equity</i>	63
5.6. Tesouraria	65
6. Recursos Humanos	67
7. Gestão de Risco	70

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ÀS CONTAS

Demonstrações Financeiras Consolidadas	90
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	95
• Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	199
• Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria.....	203
• Relatório dos Auditores	207

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E NOTAS ÀS CONTAS

Demonstrações Financeiras Individuais	212
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais	217
• Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	295
• Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria.....	299
• Relatório dos Auditores	302

ANEXOS

I - Participações Accionistas e Obrigacionistas dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização	306
II - Participações de Accionistas.....	307
III - Estrutura e Práticas do Governo Societário	308
IV - Indicadores de Referência do Banco de Portugal.....	310
V - Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização e Colaboradores com a categoria de Senior Managing Directors e Colaboradores Afectos a Áreas de Controlo	312

MENSAGEM CONJUNTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

O processo de aquisição do Banco Espírito Santo de Investimento S.A. pela Haitong Securities Co., Ltd. (através da Haitong International Holdings Limited, subsidiária detida a 100%) ficou concluído a 7 de Setembro de 2015. A aquisição marcou um novo começo para o Banco, ao juntar duas instituições com uma ambição comum: tornar-se um dos principais bancos de investimento a nível mundial na próxima década.

A denominação social do Banco foi alterada para Haitong Bank, S.A. e a marca Haitong passou a fazer parte do dia-a-dia desta instituição desde então.

A Haitong Securities é actualmente o segundo maior banco de Investimento na China, uma região de elevado crescimento, e está determinada em aumentar a sua presença nas regiões EMEA (*Europe, Middle East and Africa*), Índia e Américas.

A entrada do novo Accionista trouxe imediatas mais-valias para o desenvolvimento da actividade do Haitong Bank, nomeadamente:

- A recuperação do *rating* da S&P (BB- com *outlook* positivo, o melhor nível de *rating* do sector bancário português), por ter considerado o Banco uma subsidiária “estrategicamente importante” da Haitong Securities;
- A reabertura das linhas de *funding*.

No final do ano, a Haitong Securities demonstrou uma vez mais o seu compromisso com o plano de desenvolvimento do Banco, reforçando a sua solidez financeira através de um aumento de capital de 100 milhões de euros.

Os últimos 4 meses do ano foram de trabalho intenso, no que respeita ao processo de integração e reorganização do Haitong Bank.

Em termos operacionais, o Banco manteve-se focado no crescimento das actividades geradoras de Comissões e na implementação do novo modelo “Originate to Distribute”, canalizando os seus esforços para a expansão da capacidade de distribuição nos mais importantes mercados financeiros mundiais (Londres e Nova Iorque).

O modelo de negócio do Haitong Bank foi reformulado, seguindo as melhores práticas internacionais e aproximando-se da estrutura de negócio do novo Accionista, e assenta agora em 4 áreas principais: Banca de Investimento, Mercados, Structured Finance e Wealth and Fund Management.

Adicionalmente deu-se início a um processo de identificação e desenvolvimento de potenciais sinergias com o Accionista, que implica um elevado nível de colaboração entre as diversas equipas e que é crítico para o cumprimento dos objectivos definidos pela Haitong Securities a médio prazo.

O processo de obtenção das autorizações necessárias ao closing da operação foi mais longo do que o inicialmente previsto e condicionou de forma significativa o desenvolvimento da actividade do Banco em 2015.

Apesar da melhoria dos Custos Operativos, que decresceram 12,3% em termos homólogos, o Produto Bancário recuou 45,6% face a 2014, para 135,8 milhões de euros. O montante de Imparidade e Provisões, que atingiu um valor de 38,9 milhões de euros, determinou um resultado líquido negativo de 35,4 milhões em 2015, consideravelmente melhor do que o verificado em 2014.

As perspectivas para o próximo ano são positivas mas plenas de desafios. O nosso Accionista mantém a sua ambição de crescimento fora do mercado asiático e o Haitong Bank deverá assumir um papel de destaque nessa estratégia, o que representa uma oportunidade única de reforçar o nosso *franchising* nas actividades de Banca de Investimento, Mercados e *Structured Finance*, sobretudo nas regiões da EMEA, Índia e Américas, e de expandir a nossa actuação nas actividades de *Wealth and Fund Management*.

As primeiras palavras de reconhecimento vão para o nosso accionista Haitong Securities, a quem agradecemos a confiança que depositou nesta instituição e o apoio recebido ao longo de 2015. É com orgulho que reafirmamos o nosso compromisso de fazer regressar este Banco aos níveis de crescimento e rentabilidade que sempre o caracterizaram.

Aos nossos Colaboradores agradecemos não só o contributo e profissionalismo demonstrados ao longo do período de transição de accionista mas também a confiança e empenho que continuam a revelar nesta nova etapa do Haitong Bank.

Aos nossos Clientes, reiteramos o compromisso de continuar a prestar um serviço de excelência. Actualmente somos o único banco de génese verdadeiramente luso-chinesa e esta nossa identidade permite-nos oferecer um serviço diferenciador e inovador.

Agradecemos igualmente o contributo do nosso Conselho Fiscal e dos nossos Auditores, para a contínua melhoria dos níveis de excelência no reporte de informação contabilística e de gestão do Banco.

Ao Banco de Portugal, à Comissão de Mercado de Valores Mobiliários e às Entidades de Supervisão dos países onde estamos presentes, agradecemos também a sua constante cooperação e confiança depositada.

Hiroki Miyazato

Presidente do Conselho de Administração

José Maria Ricciardi

Presidente da Comissão Executiva

1. GOVERNANCE

ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente¹

Secretário

José Miguel Alecrim Duarte

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Hiroki Miyazato²

Vice-Presidentes

José Maria Ricciardi

Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde

Miguel António Igrejas Horta e Costa

Vogais

Alan do Amaral Fernandes

Christian Georges Jacques Minzolini

Félix Aguirre Cabanyes

Frederico dos Reis de Arrochela Alegria

Luis Miguel Pina Alves Luna Vaz

Mo Yiu Poon³

Pan Guangtao⁴

Paulo José Lameiras Martins

Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro

¹ Vacante, em função da renúncia apresentada pelo anterior titular

^{2, 3, 4} Os senhores Dr. Hiroki Miyazato e Dr. Mo Yiu Poon foram designados Membros do Conselho de Administração por deliberação da Assembleia Geral de 7 de Setembro de 2015 e iniciaram as suas funções em 4 de Dezembro de 2015, após autorização do Banco de Portugal, as quais exercerão até ao termo do mandato em curso (2013 a 2016). O Banco de Portugal autorizou igualmente o início de funções do Dr. Pan Guangtao como Vogal do Conselho de Administração.

CONSELHO FISCAL

Membros Efectivos

José Manuel Macedo Pereira (Presidente)

Tito Manuel das Neves Magalhães Basto

Mário Paulo Bettencourt de Oliveira

Membro Suplente

Paulo Ribeiro da Silva

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente

José Maria Ricciardi

Membros

Hiroki Miyazato

Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde

Alan do Amaral Fernandes

Christian Georges Jacques Minzolini

Félix Aguirre Cabanyes

Frederico dos Reis de Arrochela Alegria

Luis Miguel Pina Alves Luna Vaz

Mo Yiu Poon

Paulo José Lameiras Martins

Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro

Directores Centrais com Assento na Comissão Executiva

José Luís de Saldanha Ferreira Pinto Basto

Nuno David Fernandes Cardoso

Pedro Miguel Cordovil Toscano Rico

Secretária da Comissão Executiva

Patrícia Salgado Goldschmidt Catanho Meneses

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados

– Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

representada por José Maria Rego Ribeiro da Cunha

SENIOR MANAGING DIRECTORS

Anibal Paçó

Bartłomiej Dmitruk

Carlos Ferreira Pinto

Carlos Guzzo

Carlos Nogueira

Carolina Ibañez

Cristina Frazão

Dennis Holtzapffel

Fernando Castro Solla

Filipa Schubeius

George Mathew

João Baptista Pereira

José Gabriel

José Miguel Rego

Krzysztof Rosa

Leonor Dantas

Lucas Martínez

Luís Sousa Santos

Luís Vasconcelos

Mércia Bruno

Miguel Guiomar

Miguel Lins

Miguel Moreno

Patrícia Goldschmidt

Paulo Araújo

Paul Frost-Smith

Paul Heatlie

Pedro Costa

Pedro Ventaneira

Ricardo Domenech

Roberto Simões

Rodrigo Carvalho

Rui Baptista

Rui Borges de Sousa

Rui Trindade de Sousa

Sílvia Costa

Thomas Friebe

Vasco Camara Martins

DIRECÇÕES E DEPARTAMENTOS

DIRECÇÕES

CLIENTES

Pedro Toscano Rico (Portugal)

Carolina Ibañez (Espanha)

Paulo Araújo (Reino Unido)

Lukasz Pierzkala (Polónia)

Miguel Lins (Brasil)

Daniel Pyne (Estados Unidos da América e México)

George Mathew (Índia)

SECTOR COVERAGE

Miguel Borges (*International Financial Sponsors*)

Fabio Genovese (*Financial Institutions Group*)

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Paulo Neves

FUSÕES E AQUISIÇÕES

Leonor Dantas / Luís Vasconcelos (Portugal)

José Miguel Rego (Espanha)

Christian Thun-Hohenstein / Paulo Barradas / John Riddell (Reino Unido)

Bartłomiej Dmítruk (Polónia)

Daniela Pineli (Brasil)

Daniel Pyne (Estados Unidos da América e México)

George Mathew (Índia)

ASSESSORIA FINANCEIRA A MÉDIAS EMPRESAS

Leonor Dantas

MERCADO DE CAPITAIS (ACÇÕES E OBRIGAÇÕES)

Sílvia Costa (Ibéria)

Christian Thun-Hohenstein / Manny Chohhan (Reino Unido)

Bartłomiej Dmitruk / Maciej Jacenko / Jarosław Riopka (Polónia)

Miguel Guiomar (Brasil)

Dennis Holtzapffel (Estados Unidos da América e México)

George Mathew (Índia)

PROJECT FINANCE E SECURITIZAÇÃO

Luís Sousa Santos (Ibéria)

Robin Earle (Reino Unido)

Silvan Suassuna / Georgia Marques (Brasil)

Nuno Cardoso (Estados Unidos da América e México)

ACQUISITION FINANCE E OUTROS FINANCIAMENTOS

Rui Baptista (Europa)

Silvan Suassuna (Brasil)

Nuno Cardoso (Estados Unidos da América e México)

ACÇÕES

Trading & Vendas

João Baptista Pereira (Ibéria)

Paul Frost-Smith (Reino Unido)

Szymon Ozog (Polónia)

Álvaro Maia (Brasil)

Rodrigo Carvalho (Estados Unidos da América)

George Mathew (Índia)

Research

Filipe Rosa (*Equity Research* – Ibéria)

Nick Wilson (*Equity Research* - Europa)

Konrad Książkowski (*Equity Research* - Polónia)

Pedro Fonseca (*Equity Research* – Brasil)

Santosh Singh (*Equity Research* – Índia)

DERIVADOS

Paul Frost-Smith (Reino Unido)

GLOBAL MARKETS

Rui Borges de Sousa (Ibéria)

Clemens Lansing (Reino Unido)

Krzysztof Rosa (Polónia)

Roberto Simões (Brasil)

RENTA FIXA

Carlos Ferreira Pinto (Portugal) – Coordenador Global

Sílvia Nadelar (Espanha)

Dean Tyler (Reino Unido)

Krzysztof Rosa (Polónia)

Roberto Simões (Brasil)

Rodrigo Carvalho (Estados Unidos da América e México)

Sandra Utsumi (*European Economics Research*)

ASSET MANAGEMENT

Fernando Castro Solla

WEALTH MANAGEMENT

Miguel Moreno

PRIVATE EQUITY

José Pinto Basto

TESOURARIA

Carlos Nogueira (Portugal)

Krzysztof Rosa (Polónia)

Roberto Simões (Brasil)

SINDICAÇÃO DE CRÉDITOS

Lucas Martinez Vuillier (Europa)

Thomas Friebe (Américas)

ASSESSORIA EM ESTRUTURA DE CAPITALIS

Cristina Frazão (Ibéria e Polónia)

DEPARTAMENTOS

AUDITORIA INTERNA

Nuno Pignatelli Pereira

COMPLIANCE

Patrícia Salgado Goldschmidt

COMPRAS – SELECÇÃO E NEGOCIAÇÃO

Carlos Calqueiro

COMUNICAÇÃO E IMAGEM

Nádia Novais

Pedro Pereira Santos

CONTABILIDADE

Pedro Ventaneira

António Pacheco

INFORMAÇÃO

Paula Ramalhete

INFORMAÇÃO E CONTROLO DE GESTÃO

Pedro Ventaneira

António Pacheco

INFORMÁTICA

Rui Trindade de Sousa

JURÍDICO

Patrícia Salgado Goldschmidt

OPERAÇÕES

Rui Trindade de Sousa

João Pereira da Silva

ORGANIZAÇÃO E MEIOS

José Gabriel

PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO

José Pinto Basto

RECURSOS HUMANOS

José Gabriel

Aníbal Paçó

RISCO - ANÁLISE DE RISCO DE CRÉDITO

Filipa Schubeius

RISCO - CONTROLO DE RISCO

Pedro Ventaneira

SUCURSAIS, FILIAIS E ESCRITÓRIOS DE REPRESENTAÇÃO

SUCURSAIS

HAITONG BANK, S.A. – SUCURSAL DE ESPANHA

Félix Aguirre Cabanyes

Ricardo Domenech Zamora

HAITONG BANK, S.A. – SUCURSAL DE LONDRES

Pedro Alexandre Martins Costa⁵

Mark David Sims⁶

HAITONG BANK, S.A. – SUCURSAL DE VARSÓVIA

Krzysztof Rosa

Bartłomiej Dmitruk

HAITONG BANK, S.A. – SUCURSAL DE NOVA IORQUE

Nuno David Fernandes Cardoso

Pedro Miguel Cordovil Toscano Rico

HAITONG BANCO DE INVESTIMENTO DO BRASIL, S.A. – CAYMAN BRANCH

Frederico dos Reis de Arrochela Alegria

Mércia Carmeline Alves Bruno

⁵ O seu início de funções está dependente do registo pelo Banco de Portugal.

⁶ O seu início de funções está dependente do registo pelo Banco de Portugal.

FILIAIS**HAITONG BANCO DE INVESTIMENTO DO BRASIL, S.A. (BRASIL)**

Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde

HAITONG SECURITIES DO BRASIL CORRETORA DE CâMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS, S.A. (BRASIL)

Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde

HAITONG DO BRASIL DTVM, S.A. (BRASIL)

Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde

HAITONG CAPITAL - SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, S.A. (PORTUGAL)

Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde

HAITONG INVESTMENT IRELAND P.L.C. (IRLANDA)

Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro

Carlos Manuel Fatal Pires Nogueira

John Patrick Andrew Madigan

HAITONG (UK) LIMITED (REINO UNIDO)

Luís Miguel Pina Alves Luna Vaz

Paul Frost-Smith

HAITONG SECURITIES (UK) LIMITED (REINO UNIDO)

Luís Miguel Pina Alves Luna Vaz

Paul Frost-Smith

HAITONG SECURITIES INDIA PRIVATE LIMITED (INDIA)

Luís Miguel Pina Alves Luna Vaz

George Mathew Verghese

LUSITANIA CAPITAL, S.A.P.I. DE C.V., SOFOM, E.N.R. (MÉXICO)

Nuno David Fernandes Cardoso

Hugo Antonio Villalobos Velasco

Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro

ESCRITÓRIOS DE REPRESENTAÇÃO

CIDADE DO MÉXICO

Hugo Antonio Villalobos Velasco

ALEMANHA

Mário Vieira de Carvalho

PELOUROS DA COMISSÃO EXECUTIVA

Na sua reunião de 6 de Outubro de 2015, o Conselho de Administração deliberou a alteração da composição da Comissão Executiva e a repartição de pelouros pelos seus membros, conforme a seguir se indica.



Hiroki Miyazato

Presidente do Conselho de Administração

Relações com o Accionista
Desenvolvimento Estratégico e Novas Aquisições



José Maria Ricciardi

Chief Executive Officer

Jurídico
Compliance ⁷
Auditoria Interna ⁸
Recursos Humanos
Imagem Corporativa e Relações Públicas
Relações Institucionais e com o Mercado
Informação e Controlo de Gestão
Orçamento e Contabilidade



Mo Yiu Poon

Chief Financial Officer

Tesouraria
Funding
Presidente do Comité de Gestão de Activos e Passivos (CALM)



Paulo Martins

Global Head of Investment Banking

Mercado de Capitais - Acções e Obrigações
Fusões e Aquisições
Clientes
Instituições Financeiras
Iberia Regional Head

⁷ Sem prejuízo do reporte das Funções de Controlo ao Conselho de Administração

⁸ Sem prejuízo do reporte das Funções de Controlo ao Conselho de Administração

Global Head of Markets

Acções
Renda Fixa
Derivados
Global Markets
EMEA (except Iberia) and India Regional Head



Luís Luna Vaz

Global Head of Wealth and Fund Management

Asset Management
Wealth Management
Private Equity
Departamento de Informação
Americas Regional Head (Brasil, EUA e México)



Rafael Valverde

Chief Risk Officer and Chief Operating Officer

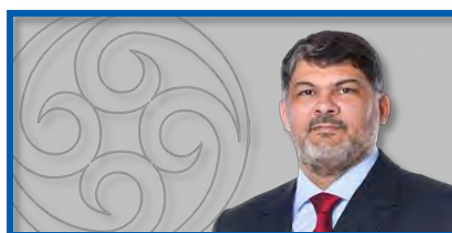
Controlo de Risco (Risco de Crédito, de Mercado e Operacional)⁹
Operações
Informática
Organizações e Meios
Imparidades de Crédito
Presidente do Conselho de Crédito e Riscos Global (CCR)



Christian Minzolini

Global Head of Structured Finance

Project Finance
Acquisition Finance
Trade Finance
Outros Financiamentos



Alan Fernandes

⁹ Sem prejuízo do reporte das Funções de Controlo ao Conselho de Administração



Senior Country Officer de Espanha

Félix Aguirre



Senior Country Officer de Cayman

Frederico Alegria



Senior Country Officer da Irlanda

Tiago Cyrne de Castro

Assessoria em Estrutura de Capitais

DIRECTORES CENTRAIS COM ASSENTO NA COMISSÃO EXECUTIVA

Departamento de Planeamento e Desenvolvimento
Estratégico



José Pinto Basto

Direcção de Clientes - Portugal



Pedro Toscano Rico

Direcção de Clientes – EUA
Direcção de *Project Finance* - EUA
Direcção de *Acquisition Finance* – EUA



Nuno Cardoso

PRINCÍPIOS E VALORES

A actividade do Haitong Bank, S.A. é norteada pelos seguintes Princípios e Valores:

Ownership

Forte identificação com a missão e valores corporativos e sentido de integração no grupo, revelando uma vontade explícita e afirmativa de ser e permanecer um membro activo e integrante do Banco. Viver com intensidade a dinâmica, os sucessos e dificuldades da instituição, como se de seus se tratassem. Evidenciar pelos comportamentos e atitudes um forte sentido de responsabilidade, na preocupação com o desempenho e riscos do Banco e dos seus Clientes.

Orientação para o Cliente

Conquistar, manter e desenvolver a confiança do Cliente, através de uma atitude profissional e dedicada, focando nas suas necessidades e tentando superar as suas expectativas, com o objectivo último de maximizar a contribuição para a criação de valor e o estabelecimento de uma relação de parceria.

Excelência

Demonstrar qualidade e potencial através de soluções inovadoras e criativas. Procurar constantemente a perfeição, com atenção aos detalhes, obtendo resultados que superem as expectativas.

Orientação para as Pessoas

Valorizar a dignidade de todos os Colaboradores, oferecendo-lhes espaço para a sua realização e crescimento, pessoal e profissional, num quadro de respeito pelos conhecimentos, competências e individualidade de cada um.

Cultura de Aprendizagem

Atitude de aprendizagem contínua e inovação, promovendo a diversidade de ideias e a partilha de informação. Constante busca de mais conhecimento, para tornar o Banco numa fonte de diferenciação no mercado.

Paixão de Vencer

Revelar forte envolvimento e elevado nível de energia e motivação, que cultivem a vontade de fazer e conseguir cada vez mais e melhor.

Comunicação

Demonstrar a capacidade de expressar opiniões e pontos de vista, de uma forma objectiva e clara, dando ao mesmo tempo, espaço de afirmação e expressão ao interlocutor. Valorizar a informação, sendo assertivo na opinião e atento e activo no entendimento dos demais. Valorizar uma política consistente de *open-door* e comunicação não-hierárquica com as pessoas a todos os níveis da organização, promovendo adequadamente a transparência.

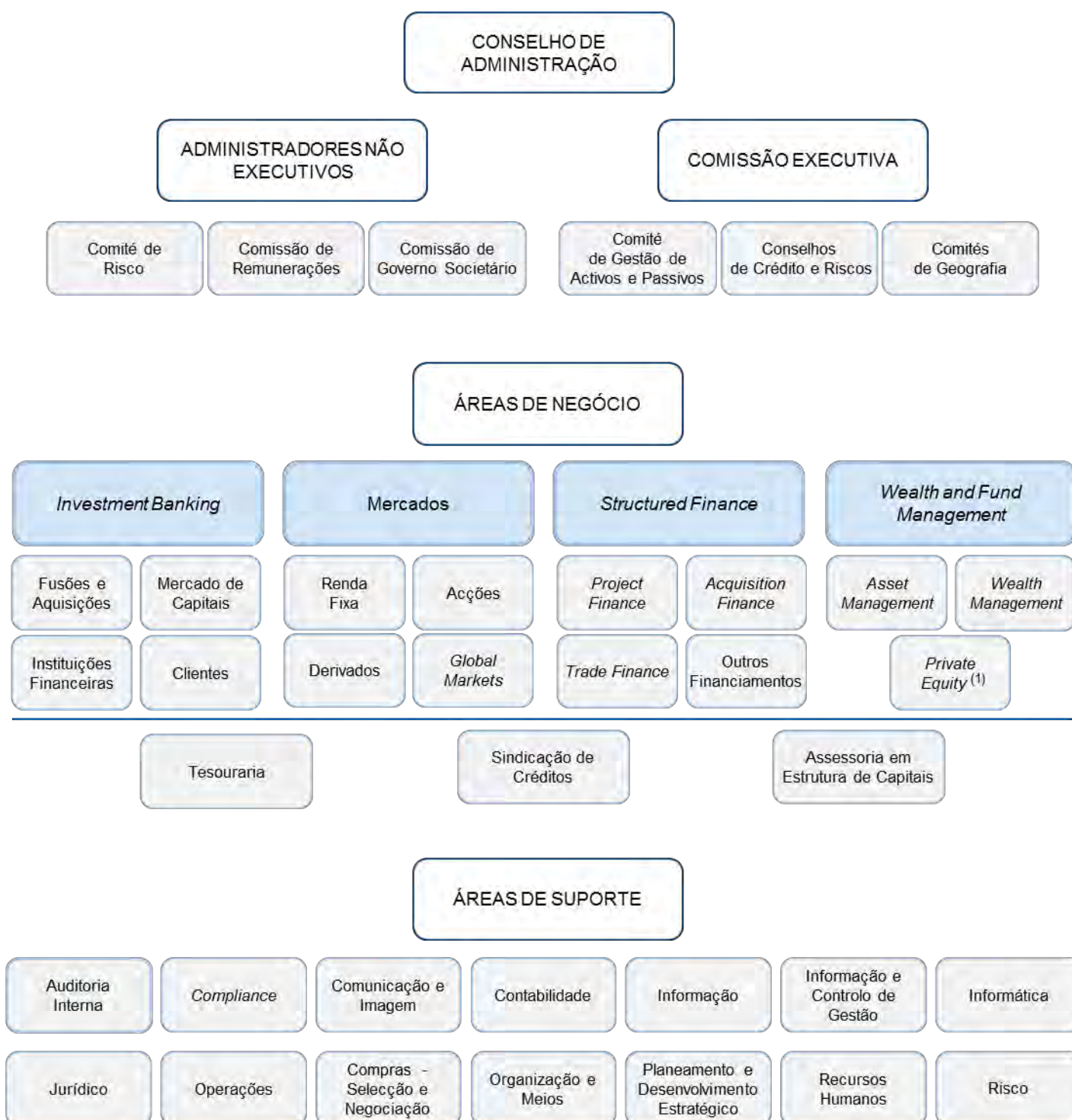
Pensar e Agir Internacionalmente

Estar ciente das tendências globais que afectam os negócios e manter-se informado dos desenvolvimentos relevantes que ocorrem no contexto global. Ter capacidade de avaliar e estimar de que forma eventos globais podem impactar o negócio local e vice-versa, desenvolvendo as tarefas num contexto global. Respeitar as diferenças entre as várias geografias onde o Banco está presente mas garantindo a integridade dos negócios.

Ética e Transparência

Alinhar o pensamento e a conduta corporativa de forma a responder adequadamente a requisitos de solidariedade e de respeito pela dignidade humana. Respeitar a regulamentação vigente e implementar as regras corporativas no desenvolvimento do negócio, comportando-se de uma forma que seja do interesse geral do Banco. Manter um elevado nível de transparência nos relatórios anuais, contas e outros documentos corporativos, assegurando que os Colaboradores, Accionistas, Reguladores, Clientes e mercado em geral, dispõem de informação adequada para entender as actividades do Banco e os seus resultados.

ORGANIGRAMA



⁽¹⁾ Actividade exercida pela subsidiária Haitong Capital, S.A.

2. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando que a conta de resultados individuais do exercício apresentou em 31 de Dezembro de 2015 um saldo negativo de 43.176.896,49 euros (quarenta e três milhões cento e setenta e seis mil oitocentos e noventa e seis euros e quarenta e nove centimos), o Conselho de Administração submete à Assembleia Geral a seguinte proposta de aplicação de resultados do exercício:

- PARA OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS: -43.176.896,49 euros (quarenta e três milhões cento e setenta e seis mil oitocentos e noventa e seis euros e quarenta e nove centimos negativos)
- TOTAL: -43.176.896,49 euros (quarenta e três milhões cento e setenta e seis mil oitocentos e noventa e seis euros e quarenta e nove centimos negativos)

3. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do número 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os Administradores do Haitong Bank, S.A. declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- a) As demonstrações financeiras individuais do Haitong Bank, S.A. relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 foram elaboradas de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis e com a legislação nacional, conforme o disposto no número 3 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários;
- b) As demonstrações financeiras consolidadas do Haitong Bank, S.A. relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 foram elaboradas de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis e com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, conforme o disposto no número 3 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários;
- c) As demonstrações financeiras referidas nas alíneas a) e b) supra dão uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo, da situação financeira e dos resultados do Haitong Bank, S.A. e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação;
- d) O relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira do Haitong Bank, S.A. e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação no exercício de 2015, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 21 de Março de 2016

Hiroki Miyazato
(Presidente do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva)

José Maria Ricciardi
(Vice-Presidente do Conselho de Administração
e Presidente da Comissão Executiva)

Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde
(Vice-Presidente do Conselho de Administração
e Membro da Comissão Executiva)

Miguel António Igrejas Horta e Costa
(Vice-Presidente do Conselho de Administração
e Membro da Comissão Executiva)

Alan do Amaral Fernandes
(Membro da Comissão Executiva)

Christian Georges Jacques Minzolini
(Membro da Comissão Executiva)

Félix Aguirre Cabanyes
(Membro da Comissão Executiva)

Frederico dos Reis de Arrochela Alegria
(Membro da Comissão Executiva)

Luís Miguel Pina Alves Luna Vaz
(Membro da Comissão Executiva)

Mo Yiu Poon
(Membro da Comissão Executiva)

Pan Guangtao
(Vogal do Conselho de Administração)

Paulo José Lameiras Martins
(Membro da Comissão Executiva)

Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro
(Membro da Comissão Executiva)

4. ESTRATÉGIA GLOBAL E PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS

ESTRATÉGIA GLOBAL

A aquisição pela Haitong Securities Co., Ltd. marcou um novo começo para o Banco, ao juntar duas instituições com uma ambição comum: tornar-se um dos principais bancos de investimento a nível mundial na próxima década.

A plataforma de serviços financeiros do Haitong Bank está bem posicionada para fazer a ligação entre a Ásia, os Mercados Emergentes e as principais praças financeiras de Nova Iorque, Londres, Singapura e Hong-Kong, aliando a sua *expertise* e presença multi-regional à posição da Haitong Securities como líder de mercado na Ásia. Os seus esforços serão canalizados para potenciar a concretização das ambições *cross-border* da Haitong Securities.

O Haitong Bank tem como principais orientações estratégicas:

- **Modelo ‘*Originate to Distribute*’**

O Haitong Bank tem vindo a melhorar o seu modelo de negócio no sentido de reforçar a sua capacidade de distribuição nas principais praças financeiras mundiais (Reino Unido e Estados Unidos), aumentando a rotação do balanço e extraíndo mais valor dos seus activos.

- **Foco nas actividades geradoras de Comissões**

As actividades geradoras de comissões, com destaque para as áreas de Banca de Investimento e Mercados, deverão suportar o crescimento futuro dos resultados do Banco. Na área de Financiamentos Estruturados pretende-se evoluir para um modelo de crédito mais *asset light*, direccionado para estruturas de financiamento alternativas e geradoras de *fees*. O aumento das Comissões proveniente da área de *Wealth and Fund Management* será conseguido através da expansão do leque de produtos e serviços e do volume de Activos sob Gestão.

- **Reformulação da Organização**

No último trimestre de 2015 foi adoptada uma nova estrutura operacional assente em quatro pilares: Banca de Investimento, Mercados, Financiamentos Estruturados e *Wealth and Fund Management*. A nova estrutura do Haitong Bank permite potenciar o *cross-selling* dentro e entre os vários pilares, tanto internamente como em cooperação com o Accionista. Esta reformulação implicou ainda a adopção de práticas mais robustas em termos de Governo da Sociedade, *Compliance*, Auditoria e Gestão de Risco.

- **Sinergias com o Accionista**

O Haitong Bank terá um papel crucial na interligação da Ásia com os mercados emergentes e com os mercados desenvolvidos do ocidente. Através de um importante esforço de integração e colaboração será possível desenvolver fortes sinergias com a Haitong Securities e a Haitong International. O desenvolvimento da base de Clientes, mercados e negócios potenciais será dinamizado em estreita cooperação com o nosso parceiro e Accionista.

- **Melhoria da Eficiência Operacional e Aumento da Rentabilidade**

A eficiência operacional e a gestão prudente dos custos são áreas nas quais o Haitong Bank está fortemente empenhado. Após um período de ajustamentos, o Banco está agora em condições de recuperar a rentabilidade que historicamente sempre alcançou.

EVENTOS SOCIETÁRIOS

- Em Março de 2015 o Senhor Dr. Francisco Ravara Cary apresentou a sua renúncia ao cargo de Vice-presidente do Conselho de Administração do Banco.
- Em Abril de 2015 o Senhor Dr. Pedro Mosqueira do Amaral apresentou a sua renúncia ao cargo de Vogal do Conselho de Administração do Banco.
- Em Abril de 2015 os Senhores Dr. Duarte José Borges Coutinho Espírito Santo Silva e o Dr. João Filipe Espírito Santo Brito e Cunha apresentaram renúncia aos cargos de Vogais do Conselho de Administração do Banco.
- Em Junho de 2015 o Senhor Dr. Bernard Marcel Basecqz apresentou a sua renúncia ao cargo de Vogal do Conselho de Administração do Banco.
- Em Julho de 2015 o Senhor Dr. Philippe Gilles Fernand Guiral apresentou a sua renúncia ao cargo de Vogal do Conselho de Administração do Banco.
- Em Setembro de 2015 a totalidade do capital social do Banco foi adquirida pela sociedade Haitong International Holdings Limited, sociedade constituída em Hong Kong, subsidiária da Haitong Securities Co., Ltd..
- Em Setembro de 2015 o Banco alterou a sua designação social para Haitong Bank, S.A..
- Em Dezembro de 2015 o Banco de Portugal concedeu autorização para o início de funções, enquanto Vogais do Conselho de Administração do Banco, aos Senhores Hiroki Miyazato (Presidente), Pan Guangtao e Mo Yiu Poon, que exercerão estas funções até ao termo do mandato em curso – dois mil e treze a dois mil e dezasseis.
- Em Dezembro de 2015 o capital social do Banco foi objecto de um aumento no montante de 100.000.000,00 de euros, passando a registar o quantitativo global de 426.269.000,00 de euros. Este aumento de capital foi subscrito e realizado na totalidade pela accionista controladora do Banco, a Haitong International Holdings Limited, sociedade constituída em Hong Kong, subsidiária da Haitong Securities Co., Ltd..
- Em Julho de 2015 e no âmbito do processo de *de-banking* nos EUA, o Haitong Bank submeteu ao New York Department of Financial Services (NYDFS) o pedido de abertura de um Escritório de Representação em Nova Iorque. A 6 de Janeiro de 2016, o NYDFS informou o Haitong Bank da aprovação do Escritório de Representação.
- No seguimento de autorização do Banco de Portugal, foi constituída em 30 de Setembro de 2015, nos Estados Unidos da América, uma sociedade designada Haitong Securities USA, 100% detida pelo Haitong Bank, S.A., que irá solicitar junto das autoridades americanas competentes licença para actuar naqueles mercados como uma *broker dealer*. Esta sociedade tem um capital inicial no montante de 300.000 dólares, cuja realização ocorreu no dia 20 de Janeiro de 2016. Prevê-se que a sociedade inicie a sua actividade em 2016.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O ano de 2015 ficou marcado por uma ligeira desaceleração da actividade económica global, com o crescimento do PIB a recuar de 3,4% para 3,1%. Esta evolução resultou, sobretudo, da desaceleração das economias emergentes, com destaque para a China, mas com esta tendência extensível a diversas economias na Ásia e América Latina. No caso da China, observou-se um recuo do crescimento do PIB, de 7,3% para 6,9%. Esta evolução pode ser associada à procura de uma alteração estrutural do padrão de crescimento observado nos últimos anos, com as autoridades chinesas a desincentivarem o crédito e o investimento e a procurarem incentivar uma redução do endividamento, um maior contributo do consumo privado para o crescimento e uma redução do excesso de capacidade instalada em alguns sectores (incluindo o imobiliário). Este processo foi acompanhado por uma desvalorização do renminbi que, no conjunto do ano, recuou cerca de 4,4% face ao dólar, para um valor próximo de USD/CNY 6,49, no ano em que a divisa chinesa passou a integrar o cabaz dos Direitos de Saque Especiais do FMI. O Banco Central (PBoC) cortou, por cinco vezes, a *1-Year Lending Rate* (juro de referência), levando esta taxa a descer de 5,6% para 4,35% e reduziu o rácio de reservas obrigatórias, de 20% para 17,5%.

A menor procura chinesa dirigida a diversos mercados emergentes, complementada com os impactos da queda dos preços das *commodities* e, em alguns casos, com as dificuldades geradas por desequilíbrios macroeconómicos (inflação elevada, défices externos, saída de capitais) contribuíram para o desempenho desfavorável dos mercados emergentes.

No Brasil, o agravamento das pressões inflacionistas (com a inflação média a elevar-se a 10,7%, face a um objectivo de 6,5%) e o acentuar da trajectória de depreciação do real (33,2% face ao dólar) levaram o Banco Central a elevar a taxa de juro SELIC de 11,75% para 14,25%. Com um contexto interno e externo desfavorável, a economia brasileira sofreu uma contracção de 3,7% em 2015. A deterioração das contas públicas e um aumento da instabilidade política interna traduziram-se numa deterioração do *rating* soberano brasileiro, destacando-se a revisão de BBB- para BB+ levada a cabo, em Setembro, pela agência Standard & Poor's.

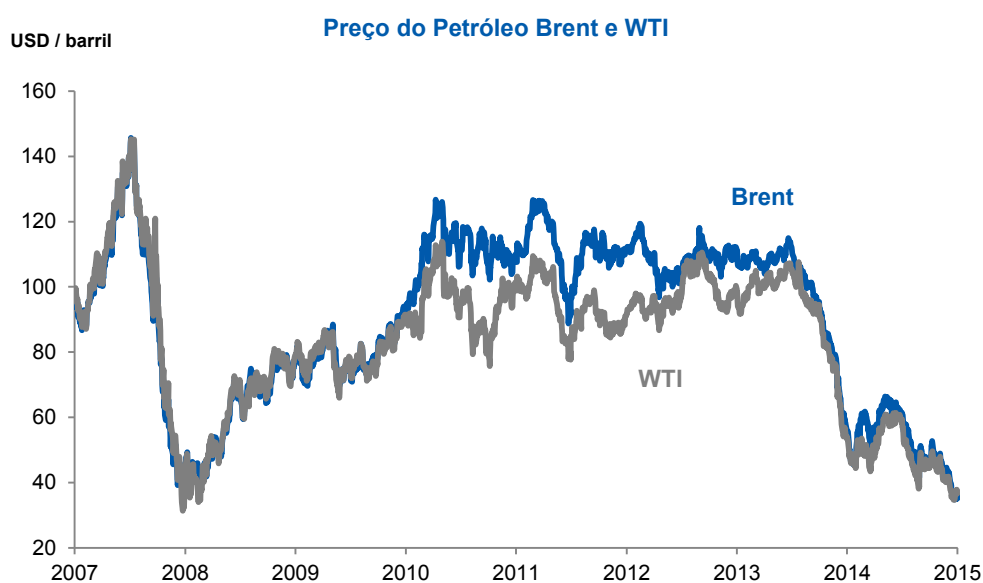
A Índia foi uma excepção neste quadro mais desfavorável para os mercados emergentes. Esta economia cresceu 7,4% em 2015, mantendo o ritmo de expansão da actividade observado em 2014. No plano dos preços, assistiu-se a uma moderação das pressões inflacionistas, tendo a inflação média anual descido para 5,4%. Tal permitiu ao Banco Central a redução gradual da taxa de juro de referência, de 8% para 6,75%. No mercado cambial assistiu-se a uma depreciação da rupia face ao dólar, de 4,5%, para USD/INR 66,23, em linha com a trajectória prosseguida pela generalidade das divisas das economias emergentes.

A economia do México registou um crescimento de 2,5% em 2015 (após 2,3% no ano anterior), beneficiando sobretudo do dinamismo do sector dos serviços. Os preços exibiram uma trajectória de moderação ao longo do ano, acompanhando em grande medida a descida dos preços do petróleo e restantes matérias-primas, tendo a inflação média sido de 2,7%. Na sequência da elevação do intervalo para a taxa *fed funds* pela Reserva Federal norte-americana, em Dezembro, o Banco Central do México elevou a taxa de juro de referência de 3% para 3,25%, visando conter o movimento de depreciação do peso face ao dólar (14,4% no conjunto do ano).

Nas economias desenvolvidas e, em particular, nos Estados Unidos e na Zona Euro, prosseguiu uma recuperação cíclica, sobretudo assente na procura interna e beneficiando da queda do preço do petróleo, de progressos nos ajustamentos de balanço dos agentes económicos, numa melhoria das condições de financiamento (associada à manutenção, e intensificação, de fortes estímulos monetários) e num maior suporte da política orçamental. Nos Estados Unidos, o crescimento do PIB ter-se-á mantido em torno de 2,4%, suportado por uma política monetária expansionista, pela atenuação da natureza restritiva da política orçamental e pela queda significativa do preço do petróleo. Na Zona Euro, o crescimento do PIB acelerou de 0,9% para cerca de 1,5%, beneficiando do

comportamento favorável da procura interna, que compensou o impacto da desaceleração da procura externa.

Este crescimento foi, no entanto, insuficiente para afastar os receios sobre pressões desinflacionistas. Nos Estados Unidos, a inflação recuou de 1,6% para 0,1%. Na Zona Euro, a inflação recuou de 0,4% para 0%, forçando o Banco Central Europeu (BCE) a anunciar novos estímulos monetários. No sentido de promover o regresso da inflação a níveis consistentes com a estabilidade de preços a médio prazo, o BCE anunciou, em Dezembro, uma redução adicional da taxa da facilidade de depósito dos bancos junto do Banco Central (de -0,20% para -0,30%) e o prolongamento, até Março de 2017, do programa de aquisição de títulos de dívida, elevando o respectivo montante global a 1,46 biliões de euros. Para além disso, incluiu no programa de aquisição de activos do sector público os títulos de dívida de Governos regionais e locais e decidiu reinvestir o capital reembolsado aquando da maturidade dos títulos adquiridos.



Fonte: Bloomberg.

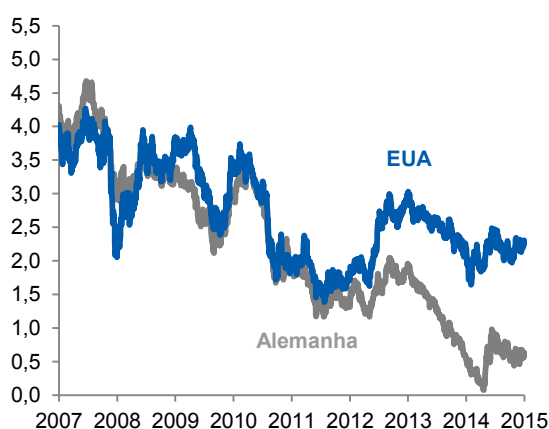
Para além da fraca pressão dos salários sobre os preços, o comportamento da inflação em 2015 é explicado pela queda de quase 36% no preço do petróleo (Brent), com a persistência de um excesso de oferta global neste mercado. Neste contexto, os juros de mercado mantiveram-se muito contidos. As *yields* dos Treasuries e dos Bunds a 10 anos subiram, respectivamente, de 2,17% para 2,27% e de 0,54% para 0,63%. Na Zona Euro, com o BCE a manter um *easing bias*, a Euribor a 3 meses recuou de 0,08% para -0,13%. Na mesma maturidade, e com o Fed a elevar os juros de referência pela 1ª vez em quase 9 anos (em 25 pontos base, em Dezembro, para o intervalo 0,25%-0,5%), a taxa Libor do USD a 3 meses subiu de 0,26% para 0,61%. Esta divergência entre Fed e BCE conduziu a uma apreciação do dólar (+11,4% vs. euro, para cerca de EUR/USD 1,09). Todo este contexto, complementado com factores de natureza política ou geopolítica (e.g. crise da Grécia, extremismos na Europa, instabilidade no Médio Oriente), gerou momentos de elevada volatilidade nos mercados financeiros.

No Reino Unido, o PIB cresceu 2,2% em 2015. O crescimento foi liderado pela procura interna e, em particular, pelo consumo privado, favorecido pela melhoria progressiva do mercado de trabalho e pelos níveis muito baixos de inflação (0% no conjunto do ano), que permitiram um incremento do rendimento disponível em termos reais. O Banco de Inglaterra manteve a *base rate* inalterada em

0,50%, nível a que se encontra já desde Março de 2009. Para a ausência de pressões inflacionistas contribuiu a continuação da trajectória de apreciação da libra, de 5,3% no conjunto do ano.

Também na Polónia foi a procura interna – e em particular o investimento – que liderou o crescimento da economia, de 3,5% em 2015. O Banco Central da Polónia reduziu, em Março, a principal taxa de juro de referência, de 2% para 1,5%, num contexto de uma redução dos preços, sobretudo visível no início do ano, que levou a inflação média anual para um registo de -0,9%. No plano cambial assistiu-se a uma ligeira apreciação do zloty relativamente ao euro, de 0,4%, mas importa distinguir dois movimentos distintos: um de expressiva apreciação, até Abril, tendo a cotação EUR/PLN atingido mesmo o patamar de 4,00, a que se seguiu, a partir de Maio, um claro movimento de depreciação, acompanhando o incremento do risco político, e a expectativa crescente de início de elevação dos juros pela Reserva Federal norte-americana.

Yields dos Treasuries e Bunds a 10 anos (%)



Fonte: Bloomberg.

Taxa de câmbio EUR/USD



Fonte: Bloomberg.

O ano de 2015 foi marcado por uma aceleração da actividade económica em Espanha. O crescimento do PIB subiu de 1,4% em 2014 para 2,9%, liderado pela procura interna, em particular pelo investimento e pelo consumo privado. Para tal desempenho contribuíram os baixos níveis de inflação, a diminuição da taxa de desemprego (de 24,4% para 21,8% da população activa), o aumento do rendimento disponível real das famílias, a melhoria dos níveis de confiança e a melhoria gradual das condições de acesso ao crédito de particulares e empresas. A menor restritividade da política orçamental e a política monetária expansionista conduzida pelo BCE favoreceram também o crescimento. Refira-se, ainda, o contributo positivo da recuperação do sector imobiliário, expressa numa subida de 4,5% nos preços da habitação. A aceleração das exportações, em conjugação com uma moderação das importações, levou a uma melhoria do excedente da balança corrente e de capital, de 1% para 1,5% do PIB. A taxa média de inflação recuou de -0,1% para -0,5%.

Em Portugal, a actividade económica prosseguiu, em 2015, a tendência de recuperação face ao ano precedente, acelerando de 0,9% para 1,5%, sobretudo com o contributo de um maior dinamismo da procura interna (em particular, do consumo e investimento privados). O crescimento foi suportado pela queda dos preços do petróleo, pelo baixo nível das taxas de juro, por uma melhoria gradual das condições de financiamento, por uma natureza ligeiramente expansionista da política orçamental e por um desempenho favorável das exportações para os mercados europeus. O mercado de trabalho prosseguiu a trajectória de melhoria ocorrida no ano anterior, tendo a taxa de desemprego revelado

uma diminuição de 13,9% para 12,5% da população activa. A inflação média anual situou-se em 0,5%, após o registo de -0,3% em 2014.

A tendência de estabilização financeira, a recuperação da actividade económica e o impacto positivo das medidas do BCE resultaram numa melhoria da percepção externa sobre a economia portuguesa, que se traduziu numa melhoria das condições de acesso ao financiamento de longo prazo nos mercados de capitais. A *yield* das Obrigações do Tesouro a 10 anos prosseguiu a trajectória descendente registada já no ano anterior, embora de forma mais moderada, descendo, no conjunto do ano, de 2,69% para 2,52%, com o diferencial face à dívida alemã da mesma maturidade a estreitar-se de 215 para 189 pontos base. O final de 2015 e o início de 2016 foram, contudo, marcados por um ligeiro alargamento do *spread* soberano, reflectindo inicialmente um contexto de incerteza política e, depois, os efeitos das medidas de resolução aplicadas em Dezembro no sector financeiro e a persistência de alguma incerteza em torno da política orçamental. O défice das contas públicas atingiu 4,2% do PIB em 2015, incluindo os efeitos (não recorrentes) da recapitalização do Banif. Excluindo esse efeito, o défice público terá atingido 3% do PIB. Apesar da recuperação da procura interna, o saldo conjunto da balança corrente e de capital beneficiou de uma melhoria dos termos de troca, estimando-se que o respectivo excedente tenha aumentado de 1,9% para 2,1% do PIB.

Apesar da instabilidade nos mercados financeiros no início do ano, espera-se uma ligeira recuperação global em 2016, com as economias desenvolvidas a manterem uma relativa estabilidade no crescimento e com os mercados emergentes a acelerarem marginalmente. Nas economias desenvolvidas, a actividade deverá manter-se suportada, sobretudo, na procura interna, que deverá beneficiar da queda dos preços da energia, de alguma recuperação do emprego e dos salários, de um maior suporte da política orçamental e dos fortes estímulos monetários, traduzidos numa melhoria do financiamento da actividade económica. O crescimento global mantém-se, no entanto, relativamente contido, restringido por factores estruturais, como os elevados níveis de dívida e uma demografia adversa. Deverão também persistir alguns receios de desinflação, num contexto de queda dos preços das *commodities*.

O *outlook* para 2016 encontra-se sujeito a diversos riscos, entre os quais os potenciais impactos de uma subida dos juros nos EUA mais forte do que o esperado, uma maior instabilidade dos mercados emergentes, uma desaceleração mais rápida da China e sinais de desagregação política na União Europeia.

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS CONSOLIDADOS

(milhares de euros)

Demonstração dos Resultados Consolidados	2015	2014	Variação
Produto Bancário	135.842	249.775	(45,6%)
Comissões	82.471	98.322	(16,1%)
Margem Financeira e Mercados	53.371	151.453	(64,8%)
Custos Operacionais	(141.089)	(160.959)	(12,3%)
Custos com Pessoal	(80.785)	(96.289)	(16,1%)
Fornecimentos e Serviços Externos	(53.694)	(57.449)	(6,5%)
Amortizações	(6.610)	(7.221)	(8,5%)
Resultado Operacional	(5.247)	88.816	(105,9%)
Imparidade e Provisões	(38.865)	(256.163)	(84,8%)
Resultados antes de Impostos	(44.112)	(167.347)	(73,6%)
Impostos	15.123	29.716	(49,1%)
Interesses que não controlam	(6.413)	(862)	644,0%
Resultado Líquido Consolidado	(35.402)	(138.493)	(74,4%)

(milhares de euros)

Balanço Consolidado	2015	2014	Variação
Activos financeiros detidos para negociação	1.346.489	1.468.473	(8,3%)
- Títulos	1.002.550	809.715	23,8%
Activos financeiros disponíveis para venda	468.311	554.680	(15,6%)
Aplicações em instituições de crédito	258.795	34.308	654,3%
Crédito a clientes	1.041.341	1.549.218	(32,8%)
Outros activos	1.057.646	834.740	26,7%
Total de Activo	4.172.582	4.441.419	(6,1%)
Passivos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados	502.350	621.550	(19,2%)
Recursos de outras instituições de crédito	1.632.522	1.397.284	16,8%
Recursos de Clientes e outros empréstimos	567.038	448.912	26,3%
Responsabilidades representadas por títulos	547.266	1.072.210	(49,0%)
Outros passivos	492.563	463.860	6,2%
Total de Passivo	3.741.739	4.003.816	(6,5%)
Capital	426.269	326.269	30,6%
Prémios de emissão e Outros instrumentos de capital	12.527	12.527	0,0%
Reservas de justo valor e Outras reservas e resultados transitados	(11.732)	188.921	(106,2%)
Resultado líquido do exercício	(35.402)	(138.493)	(74,4%)
Interesses que não controlam	39.181	48.379	(19,0%)
Total de Capital Próprio	430.843	437.603	(1,5%)
Total de Passivo e Capital Próprio	4.172.582	4.441.419	(6,1%)

ANÁLISE FINANCEIRA

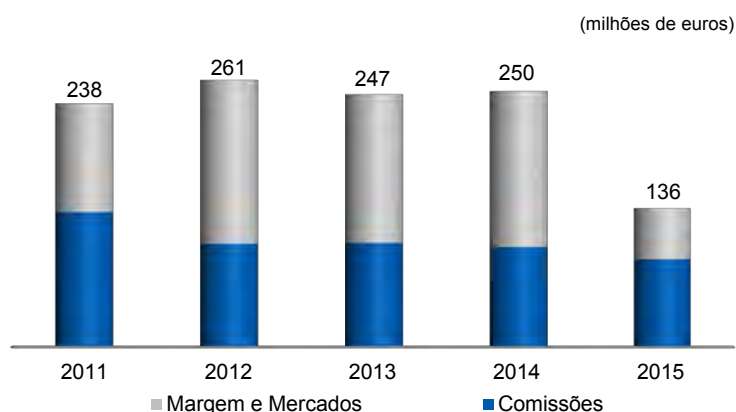
A actividade do Haitong Bank decorreu de forma condicionada ao longo do ano de 2015. O período de aprovação formal da aquisição do Banco pelas diversas autoridades regulatórias estendeu-se mais do que o inicialmente previsto e só em Setembro foi possível fazer o *closing* da operação.

Durante este período, manteve-se a suspensão do *rating*, o que contribuiu para o abrandamento da actividade do Banco. O Produto Bancário, no montante de 135,8 milhões de euros, foi inferior em 45,6% ao verificado em 2014.

As dificuldades de acesso aos mercados devido à suspensão do *rating* determinaram a tendência de contracção do Balanço, visível no montante das Carteiras de Crédito e de Activos Financeiros no final de 2015, em comparação com o período homólogo.

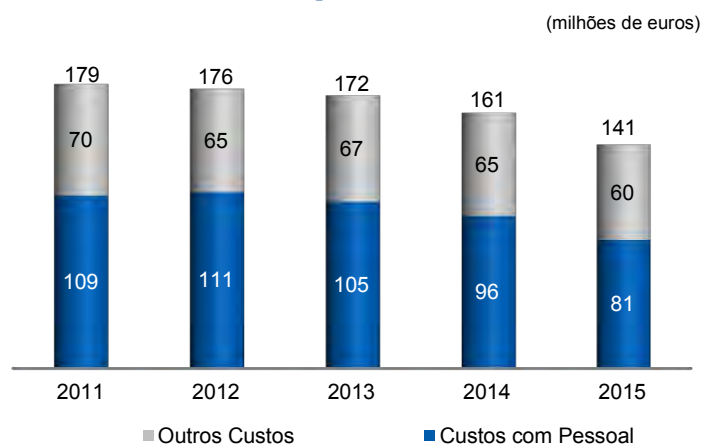
Este facto, aliado ao aumento do custo de *funding* levou a uma redução de 64,8% face a 2014 na Margem Financeira e Resultados de Mercados. O montante de Comissões apresentou uma redução de 16,1%, resultante sobretudo das actividades de Mercado de Capitais e Acções.

Produto Bancário Consolidado



Os Custos Operacionais recuaram 12,3%, para 141 milhões de euros, devido a menores Custos com Pessoal (-16,1% em termos homólogos) e à contenção verificada nos Fornecimentos e Serviços Externos (-6,5% face a 2014).

Custos Operacionais



Apesar dos Custos Operacionais apresentarem uma melhoria, a diminuição do Produto Bancário conduziu ao decréscimo dos Resultados Operacionais que atingiram um valor negativo de 5,2 milhões de euros (88,8 milhões de euros de Resultados Operacionais positivos em 2014).

Não obstante se ter verificado uma redução no valor de Imparidades e Provisões face a 2014, esta rubrica alcançou 38,9 milhões de euros em 2015, pelo que o Resultado Líquido consolidado foi negativo em 35,4 milhões de euros, sendo este substancialmente melhor do que o verificado no ano transacto.

Como foi referido anteriormente, o Total de Activos do Haitong Bank no final de 2015 cifra-se em 4,2 mil milhões de euros, uma contracção de 6,1% em relação aos 4,4 mil milhões de euros de 2014.



Fonte: Haitong Bank

A adequação de capital do Haitong Bank foi substancialmente reforçada durante o ano de 2015. Tal deve-se à sua importância estratégica no Grupo Haitong e no correspondente empenho dos accionistas no desenvolvimento do Haitong Bank, comprovado pelo aumento de capital de 100 milhões de euros (realizado a 17 de Dezembro de 2015). São igualmente dignos de nota a prudente e rigorosa gestão do balanço do Banco e os esforços de optimização dos activos ponderados pelo risco realizados durante o ano de 2015.

Rácios de Adequação de Fundos Próprios

	2015	2014
Rácio de adequação de fundos próprios totais	10.6%	9.4%
Rácio de adequação de fundos próprios de nível 1	10.5%	9.4%
Rácio de adequação de fundos próprios principais de nível 1	10.5%	9.4%

Fonte: Haitong Bank

RATING ACTIONS

A 24 de Setembro de 2015 e no seguimento da conclusão da aquisição de 100% do capital social do Banco por parte da Haitong Securities Co., Ltd., a S&P retomou as notações de *rating* do Haitong Bank, S.A. e das suas subsidiárias.

Haitong Bank, S.A.

<i>Counterparty Credit Rating</i>	<i>BB- / Positive / B</i>
<i>Junior Subordinated</i>	<i>CCC</i>

Haitong Investment Ireland plc

<i>Senior Unsecured</i>	<i>BB-</i>

Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A.

<i>Counterparty Credit Rating</i>	
<i>Global Scale</i>	<i>BB- / Positive / B</i>
<i>Brazil National Scale</i>	<i>brA+ / Positive / brA-2</i>

Fonte: S&P

A S&P considera o Haitong Bank, S.A. como sendo uma subsidiária “estrategicamente importante”, ou seja, um importante activo na estratégia de longo prazo do seu accionista Haitong Securities Co., Ltd..

O *outlook* é positivo, reflectindo a perspectiva da S&P de poder vir a melhorar o *rating* de longo prazo em resultado de uma adaptação bem-sucedida do actual modelo de negócio e de uma melhoria no perfil de risco ou se a agência antecipar um contexto de menor risco para a Banca em Portugal.

O *rating* do Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A. tem como base a sua importância relativa para o Haitong Bank, S.A., sendo considerada uma subsidiária *core*, e o compromisso de longo prazo de suporte por parte da casa-mãe.

5. ACTIVIDADE E RESULTADOS

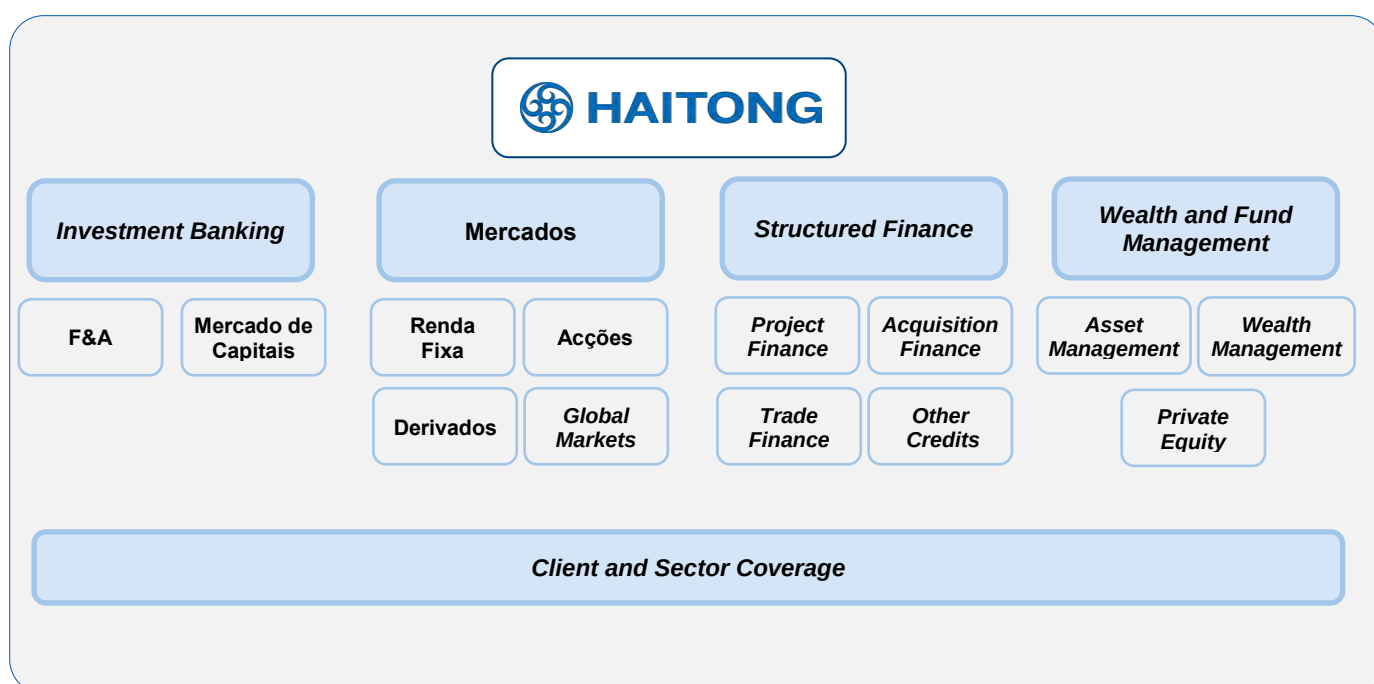
MODELO DE NEGÓCIO

O Haitong Bank tem como principal objectivo servir o segmento de Clientes empresariais de média e grande dimensão, o segmento de Clientes institucionais e, em algumas vertentes mais específicas, o segmento de Particulares.

O Banco está actualmente bem posicionado para fomentar o investimento e captar fluxos financeiros internacionais, entre a Ásia, a Europa, a América Latina e a África. O desenvolvimento de uma plataforma de distribuição permitirá potenciar as complementaridades geográficas e os fluxos de capitais entre estas regiões, suportando firmemente a estratégia de expansão internacional do novo Accionista do Haitong Bank.

O Banco mantém-se focado no crescimento das actividades geradoras de comissões e na implementação do novo modelo “*Originate to Distribute*”, canalizando os seus esforços para a expansão da sua capacidade de distribuição nos mais importantes mercados financeiros mundiais (Londres e Nova Iorque).

O modelo de negócio do Haitong Bank foi reformulado de acordo com as melhores práticas internacionais e alinhado com a estrutura de negócio do novo Accionista. Este modelo assenta agora em 4 produtos principais: Banca de Investimento, Mercados, *Structured Finance* e *Wealth and Fund Management*.



5.1. CLIENTES

O ano de 2015 trouxe importantes alterações ao funcionamento do Banco, não só no seu todo mas especificamente nas Direcções de Clientes. Apesar dos eventos internos e externos que influenciaram a nossa organização e abordagem comercial, a Direcção de Clientes mantém firme o propósito de desenvolver relações sustentadas e duradoras com os seus Clientes e o enfoque na originação de transacções.

A aquisição do Banco pela Haitong Securities ficou concluída em Setembro, após um processo de obtenção das autorizações necessárias mais longo do que inicialmente previsto. Durante esse período, o Banco conseguiu manter uma relação de proximidade com a grande maioria dos seus Clientes, a quem manteve informado sobre o processo interno em curso, e acima de tudo, oferecendo-lhes soluções capazes de satisfazer as suas necessidades e concluindo transacções.

A alteração do modelo de negócio do Banco implicou a integração da Direcção de Clientes na área de Banca de Investimento. Os objectivos são semelhantes - relacionamento com os Clientes e originação de transacções - embora agora se dê um maior enfoque às áreas de Fusões e Aquisições (F&A) e Mercado de Capitais.

O Banco está convicto de que a actividade irá retomar uma trajectória de crescimento, impulsionada não só pelas oportunidades de negócio com origem na China para a Europa, as Américas e África, mas também pelas condições em que o Haitong Bank irá operar no futuro e pela qualidade de toda a sua equipa.

CLIENTES – PORTUGAL

Apesar da lenta mas progressiva recuperação do nível de actividade em várias áreas de negócio, em particular das áreas de Mercado de Capitais e F&A, o ano de 2015 foi um período difícil para o Banco, essencialmente devido à suspensão do seu *rating* e ao processo de alteração de Accionista. Adicionalmente, a turbulência verificada no sector bancário e a incerteza a nível político tiveram naturalmente impactos directos em todo o mercado português, afectando o ritmo da actividade e o volume de transacções e penalizando o desempenho do Banco.

Não obstante, a percepção do mercado relativamente à qualidade e solidez da equipa manteve-se positiva, permitindo ao Banco continuar activo no mercado e concluir importantes transacções, nomeadamente nos sectores de Saúde, Infra-estruturas, Energia e Turismo. As oportunidades de negócio que o novo Accionista deverá trazer irão certamente contribuir para impulsionar o fluxo da actividade, tanto a nível local como internacional. Além disso, a recente recuperação do *rating* e a reorganização do modelo de negócio permitem-nos enfrentar o novo ano com optimismo.

CLIENTES – ESPANHA

Em 2015, o PIB espanhol apresentou um crescimento robusto, o que se traduziu num elevado nível de actividade nos mercados financeiros. Nas actividades de *Equity*, os *IPOs* regressaram em força, tanto em número de transacções como em volume. Nas actividades de Dívida, o volume de emissões permaneceu forte, suportado por um contexto de ampla liquidez e taxas de juro reduzidas. As empresas estiveram bastante activas em emissões de obrigações para refinarçar parte da sua dívida bancária e os bancos realizaram novas emissões com o objectivo de melhorar as suas taxas.

Apesar da incerteza resultante da mudança de Accionista, o Haitong Bank obteve diversos mandatos na área de Mercado de Capitais, tanto na vertente de *Equity* como na de Dívida. O relacionamento com os Clientes foi um factor chave neste contexto.

O mercado de F&A mostrou-se igualmente dinâmico ao longo do ano, com os investidores internacionais a manterem um forte interesse pelas empresas e activos espanhóis de todos os sectores. Por seu lado, as empresas espanholas voltaram a considerar uma potencial expansão internacional através de aquisições. O Banco obteve diversos mandatos, na sua maioria *cross-border*, para a prestação de assessoria, tanto a vendedores como a compradores, tirando partido do seu profundo conhecimento sectorial e da extensa rede de contactos com Clientes.

A entrada do novo Accionista, um *pipeline* robusto e as expectativas favoráveis para o crescimento económico em Espanha deverão suportar uma melhoria da actividade do Banco em 2016.

CLIENTES – REINO UNIDO

O ano de 2015 ficou marcado pela aquisição de 100% do capital do Banco pela Haitong Securities iniciando-se assim uma nova etapa: ser um Banco de Investimento com presença global.

Com forte enfoque nos principais centros financeiros de Nova Iorque, Londres e Xangai, o Haitong Bank está na linha da frente para oferecer aos seus Clientes soluções inovadoras e o acesso a mercados cada vez mais alargados e globais, potenciando assim o crescimento da base de Clientes, do número de transacções *cross-border* e também das comissões geradas.

Este novo enquadramento, aliado ao desafio imposto pela cobertura e acesso aos mercados asiáticos, levou à necessidade de complementar a actividade de *Corporate Advisory* – onde já se incluíam F&A e *Equity Capital Markets* - com a capacidade de execução na área do *Debt Capital Markets*, onde o Banco acredita ter uma posição privilegiada na introdução de empresas ocidentais em mercados asiáticos e vice-versa.

Adicionalmente, e por forma a satisfazer as exigentes necessidades dos seus Clientes *Corporate e Financial Sponsors*, a Direcção de Clientes no Reino Unido está a reforçar as suas equipas por forma a garantir uma cobertura especializada dos sectores de *TMT, Financial Services, Industrials, Consumer Goods* e *Cyclicals*, nos quais é notório o elevado fluxo de capitais entre instituições asiáticas e ocidentais.

CLIENTES – POLÓNIA

Em 2015, a actividade da Direcção de Clientes na Polónia focou-se no aprofundamento das relações comerciais com os Clientes *corporate* e com os respectivos accionistas, sobretudo indivíduos e Fundos de *Private Equity*. O número de operações concluídas nas áreas de F&A e de Mercado de Capitais (*Equity* e Dívida) contribuiu para aumentar a notoriedade do Haitong Bank no mercado doméstico de banca de investimento.

O Banco foi ainda reconhecido pela Bolsa de Valores de Varsóvia como a melhor *IPO House* na Polónia pelo valor total de transacções realizadas em 2014, bem como pela assessoria prestada em importantes operações de F&A. Apesar do contexto difícil, o Haitong Bank conseguiu fortalecer a sua posição de mercado em áreas chave da banca de investimento, concentrando os seus esforços de originação na comunicação adequada a todos os Clientes relativamente às alterações ocorridas na sua estrutura accionista.

CLIENTES – BRASIL

2015 foi um ano particularmente difícil para a Direcção de Clientes no Brasil, tendo a actividade sido afectada não só pelo cenário adverso a nível político e económico, mas também pela conclusão da operação de venda do Banco à Haitong Securities. Não obstante, esta Direcção manteve-se focada no segmento *corporate*, alavancando a sua *expertise* e conhecimento sectorial para aprofundar o relacionamento com os Clientes. Através de uma oferta diversificada de produtos e de soluções financeiras, que lhe permitiu diferenciar-se face à concorrência, o Banco continuou a consolidar a sua imagem junto dos Clientes.

A experiente equipa de *Senior Bankers* tem-se concentrado na procura de oportunidades de negócio, tirando partido do seu profundo conhecimento sectorial para obter importantes mandatos, originando diversas operações de grande visibilidade na área de Mercado de Capitais, sobretudo na segunda metade do ano. A Direcção de Clientes no Brasil continuou a dar suporte às empresas estrangeiras na expansão dos seus negócios para o mercado brasileiro, capitalizando na presença internacional do Haitong Bank.

Apesar do clima de pessimismo instalado no país em geral e nos mercados financeiros em particular, a actividade de banca de investimento do Haitong Bank no Brasil registou um desenvolvimento favorável durante o ano, permitindo à Direcção de Clientes cumprir as metas estabelecidas no início do ano e gerar resultados em todos os segmentos de negócios de Banca de Investimento, com destaque para as áreas de *Project Finance*, Mercado de Capitais, F&A e Tesouraria.

A entrada de um novo accionista de referência deverá suportar a revisão em alta dos objectivos comerciais do Banco para 2016, não só devido ao aumento do fluxo de oportunidades *cross-border*, mas também por ser o primeiro banco de investimento chinês no Brasil.

CLIENTES – ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

A Direcção de Clientes nos Estados Unidos da América teve em 2015 mais um ano de significativa actividade, tendo sido concluídas diversas transacções em diferentes áreas de negócio.

A equipa assegurou o acompanhamento dos Clientes do Haitong Bank com actividade ou interesse na sua área geográfica de responsabilidade: a América do Norte e a América Latina de língua espanhola, particularmente Estados Unidos, México, Peru e Uruguai.

Os objectivos da Direcção de Clientes que merecem destaque são os seguintes:

- Assegurar um serviço local e apoio para os Clientes de outras geografias onde o Banco tem presença;
- Focar a sua actuação nas oportunidades de negócio *cross-border* que envolvam o mercado norte-americano;
- Aumentar a base de Clientes, utilizando as competências específicas do Banco como factores diferenciadores e geradores de oportunidades de negócio;
- Analisar de forma selectiva oportunidades de negócios em novos mercados, especialmente na América Latina de língua espanhola, onde os nossos Clientes procuram desenvolver as suas actividades;
- Apoiar o esforço integrado das áreas de produto - *Project Finance*, Mercado de Capitais de Dívida e Sindicação - no sentido de posicionar o Banco como uma entidade focada na originação, estruturação e desintermediação de transacções.

Ao longo do ano a equipa concentrou os seus esforços no desenvolvimento de contactos comerciais com investidores institucionais norte-americanos e empresas de *Private Equity*, daí resultando a angariação de diversos mandatos para operações de F&A *cross-border*.

Na América Latina de língua espanhola, a Direcção de Clientes concentrou os seus esforços na expansão selectiva das suas actividades, sobretudo no Peru, México, Panamá e Uruguai. A equipa realizou mais de 300 visitas a Clientes mexicanos e desenvolveu importantes progressos no Peru, onde as transacções analisadas pela equipa aumentaram consideravelmente.

Em resultado do esforço efectuado, a transacção da Red Dorsal no Peru, estruturada e liderada pelo Banco foi distinguida com os prémios **Best Bond of the Year 2015** atribuído pela Latin Finance e **Latin America Telecoms - Deal of the Year 2015** atribuído pelo IJ Global.

CLIENTES - ÍNDIA

A actividade de originação na Índia em 2015 decorreu num ambiente de grande incerteza. A presença ainda recente no mercado indiano, seguida do processo de mudança de Accionista do Banco, levou a um importante abrandamento da actividade do Banco nesta região.

A actividade de originação do Haitong Bank na Índia está dirigida sobretudo ao Sector Financeiro (incluindo Bancos, Sociedades Financeiras não Bancárias, Seguradoras,...) dado que este é um dos sectores mais dinâmicos em termos de operações de aumento de capital e colocação de emissões e no qual foi possível concluir diversas transacções de Mercado de Capitais em 2014 e originar mandatos de assessoria. No entanto, a actividade desenvolvida pelo Banco junto de médias e grandes empresas de *Private Equity* deu igualmente origem a alguns mandatos de assessoria no segundo semestre de 2015.

Nos sectores não relacionados com serviços financeiros, o Haitong Bank tem vindo a desenvolver um relacionamento com empresas nos sectores de Internet / Serviços Digitais, Infra-estruturas, Industrial, Consumo e Farmacêutico, entre outros. Esta relação de proximidade com os Clientes e a intersecção entre as equipas do Banco, especialmente dos Estados Unidos e do Brasil, permitiu originar diversos mandatos *cross-border*, actualmente em execução.

Espera-se que o ano de 2016 seja de estabilização, tanto na Índia como nas restantes geografias e que ao longo do ano seja possível estender a cooperação às restantes equipas de originação na Europa, na China e em Hong-Kong.

5.2. BANCA DE INVESTIMENTO

FUSÕES E AQUISIÇÕES

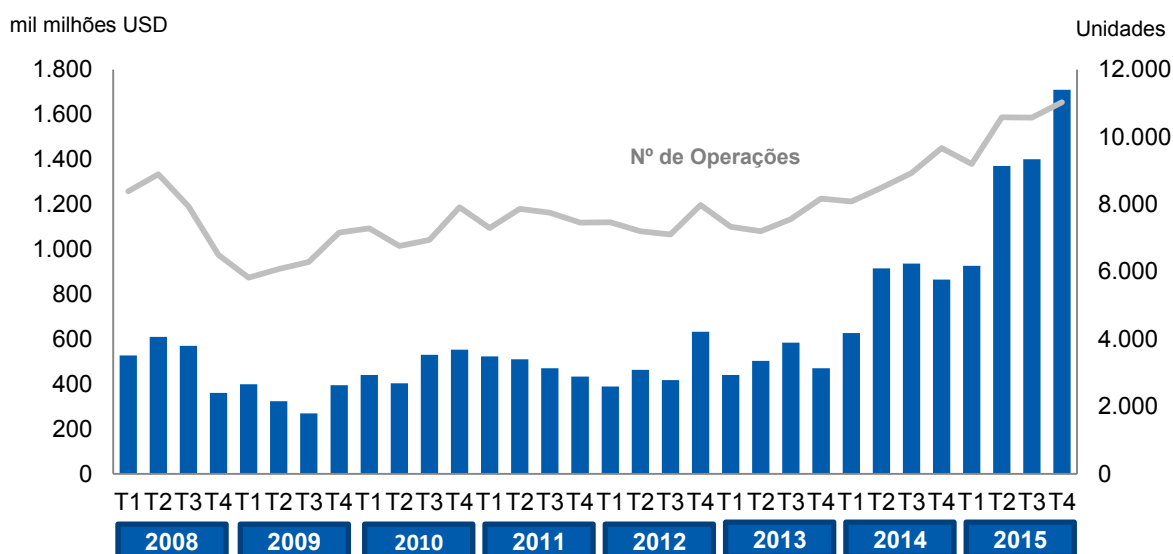
Enquadramento de Mercado

A actividade global de Fusões e Aquisições (F&A) apresentou em 2015 um aumento de 18% em número de operações anunciadas e de 27% em valor, alcançando 4.322 mil milhões de dólares.

No mesmo período, a actividade de F&A na Europa apresentou um aumento de 19% em número de operações anunciadas e de 5% em valor, alcançando 1.239 mil milhões de dólares, de acordo com os dados publicados pela Bloomberg.

As operações *cross-border* a nível mundial representaram 37% do número total das operações anunciadas, com um aumento percentual de 2% face a 2014. Na Europa, as operações *cross-border* continuaram a ser o principal motor do mercado de F&A, representando 61% do valor total das operações anunciadas.

Operações F&A Anunciadas a Nível Mundial



Fonte: Bloomberg.

De acordo com os dados divulgados pela Bloomberg, o mercado de F&A na **Península Ibérica** em 2015 registou um aumento de 24% em número de operações anunciadas, apesar do decréscimo de 19% em valor, alcançando um valor total de 82,2 mil milhões de dólares. O relançamento económico observado em Espanha revelou-se o principal motor do mercado Ibérico de F&A, tendo este país apresentado um crescimento significativo no número de transacções anunciadas e um aumento do valor global das operações.

Apesar do mercado português não ter registado grande alteração no número de operações anunciadas face a 2014, houve um decréscimo significativo no valor das operações, com 7,5 mil

milhões de dólares em 2015. Este decréscimo é maioritariamente explicado pela influência da operação da venda da PT Portugal SGPS S.A. à Altice por 7,2 mil milhões de dólares, em 2014.

No **Brasil**, a crise económica e política que o país enfrenta influenciou o nível de actividade em número e valor de operações de F&A no país, que apresentou uma queda de 8% e 35% respectivamente, em 2015 de acordo com dados publicados pela Bloomberg. De acordo com os mesmos dados, houve 528 transacções de F&A em 2015 face a 571 em 2014.

O sector de Alimentação e Bebidas foi o mais activo em 2015, com os destaques para a Ambev (controlada pelo 3G) que comprou a marca de bebidas pertencente à canadiana Mark Anthony Group e para a britânica Britvic que adquiriu a empresa Ebba, detentora da Maguary, marca tradicional de sumos concentrados e prontos para beber do Brasil.

Os EUA continuam a liderar o grupo de países que mais investem no Brasil, a par de países europeus como o Reino Unido e a França. A China tem vindo a aumentar o seu investimento no Brasil, sobretudo nos últimos dois anos, destacando-se em 2015 duas transacções relevantes: a aquisição pela China Three Gorges das duas maiores centrais hidroeléctricas do Estado de São Paulo e a compra da participação de 23,7% na Azul Linhas Aéreas pelo HNA Group.

A actividade de F&A no **Reino Unido** registou um valor de 618 mil milhões de dólares, reflectindo um aumento de 24% em número de operações anunciadas e um aumento de 34% em valor, face a 2014. Este aumento de actividade foi particularmente evidente no sector financeiro e bens de consumo não-cíclicos. As operações envolvendo *private equities* (34% do total em valor) e as operações sobre empresas em *financial distress* foram uma vez mais os motores deste mercado. As transacções *cross-border* mantiveram o seu peso no número total de transacções anunciadas, representando 85% do valor total das operações anunciadas, de acordo com os dados da Bloomberg.

Na **Polónia**, a actividade de F&A registou os melhores valores desde o início da crise financeira em 2008, em termos de número e valor de operações anunciadas (47% e 77%, respectivamente), alcançando o montante de 13,6 mil milhões de dólares, de acordo com os dados da Bloomberg. Nos últimos dois a três anos, assistiu-se à estabilização do número de transacções juntamente com um declínio do valor médio por transacção. Esta tendência deve-se à inexistência de grandes transacções relativas a privatizações, que foram o principal catalisador do mercado de F&A polaco nas últimas décadas. As transacções de elevado montante tenderão a ser menos comuns nos próximos anos, pelo que os fundos de *private equity* a operar no mercado polaco deverão passar a focar-se nas PME's.

Os sectores das novas tecnologias, TMT, farmacêutico, saúde, serviços financeiros, serviços de *outsourcing*, consumo e energia, foram os mais activos em relação à actividade de F&A na Polónia em 2015.

A actividade de F&A nos **Estados Unidos da América** registou valores recorde em 2015, ultrapassando os valores registados em 2007. De acordo com os dados da Bloomberg, o valor total de transacções anunciadas assistiu a um crescimento anual de 27%, atingindo 2.578 mil milhões de dólares com 17.810 transacções anunciadas. A recuperação da economia norte-americana em 2015 contribuiu para a aceleração da actividade de F&A, que passou a estar na base do crescimento estratégico das empresas. Em 2015, o ambiente macroeconómico dos Estados Unidos não poderia ser mais conducente em vários aspectos: existência de grandes quantias de dinheiro nos balanços das empresas, acesso facilitado aos mercados de *debt* e *equity*, taxas de juro baixas e um crescimento estável da economia.

Por outro lado, a América Latina registou os valores mais baixos desde 2009 em termos de actividade de F&A, com 70,8 mil milhões de dólares em 2015. O **México** experienciou um decréscimo de 29% em termos de valor de transacções anunciadas, registando 14,6 mil milhões de dólares.

Na **Índia**, a actividade de F&A mostrou-se bastante dinâmica. Segundo dados da Bloomberg, a actividade de F&A no mercado indiano, que alcançou o valor de 65,7 mil milhões de dólares, sofreu um aumento anual significativo de 92% em número de operações anunciadas e 54% em valor, com as principais transacções a ocorrerem nos sectores de energia, TMT e farmacêutico. O fluxo de transacções EUA – Índia e Europa – Índia, totalizou 15,8 e 5,8 mil milhões de dólares, respectivamente. Também a actividade de *cross-border* entre a China e a Índia aumentou consideravelmente, com o investimento directo estrangeiro em empresas indianas a totalizar 2,5 mil milhões de dólares (ex.: One97 Communications – Alibaba Group & Ant Financial, Didi Kuaidi's – Olabacs e Alibaba Holdings & Foxconn Tech Group – Jasper Infotech).

Actividade do Haitong Bank em 2015

Em 2015, a performance global do Banco traduziu-se em 31 transacções concluídas, com um valor global de 10 mil milhões de euros, sendo a sua maioria relativa a empresas ibéricas. A performance da actividade de F&A do Banco valeu-lhe inclusivamente distinções em alguns sectores de negócio, tendo sido considerado pela *Euromoney* como o melhor “*Overall Bank*” e o “Melhor Banco em *M&A Advisory*” em Portugal nos “Real Estate Awards”. A equipa do Banco de F&A no sector imobiliário esteve envolvida em várias transacções, entre as quais a assessoria na venda de vários hotéis do Grupo Tivoli ao importante conglomerado tailandês Minor International.

Apesar do contexto de recuperação em que decorreu a actividade em 2015, o Banco manteve a liderança destacada no mercado de F&A em Portugal, em número e valor de transacções concluídas, e alcançou o quarto lugar na Península Ibérica, em número de transacções concluídas, confirmando ser uma instituição de referência na prestação de serviços financeiros de Banca de Investimento na Península Ibérica.

BLOOMBERG – Ordenado por nº de transacções concluídas - 1.1.2015 – 31.12.2015

Rank	Portuguese Target	Nº transacções	Valor (EUR M)
1	Haitong Bank S.A.	11	7.166
2	Banco BPI S.A.	5	1.288
3	Caixa Banco de Investimento S.A.	4	500
4	Perella Weinberg Partners	2	6.168
4	JP Morgan	2	6.077
4	KPMG Corp Finance	2	306
4	PwC	2	n.d.
8	Credit Suisse	1	5.789
8	Morgan Stanley	1	5.789
8	Banco BTG Pactual	1	5.789



Fonte: Bloomberg – informação à data de 15 de Janeiro de 2016

Rank	Iberian Target	Nº transacções	Valor (EUR M)
1	KPMG Corp Finance	59	2.106
2	Ernst & Young	26	1.925
3	PwC	21	1.197
4	Haitong Bank S.A.	12	7.402
5	N+1	10	1.317
5	GBS Finanzas S.A.	10	387
7	Goldman Sachs	8	13.538
7	Bank of America Merrill Lynch	8	10.969
9	Morgan Stanley	7	8.020
9	Banco Santander	7	5.756



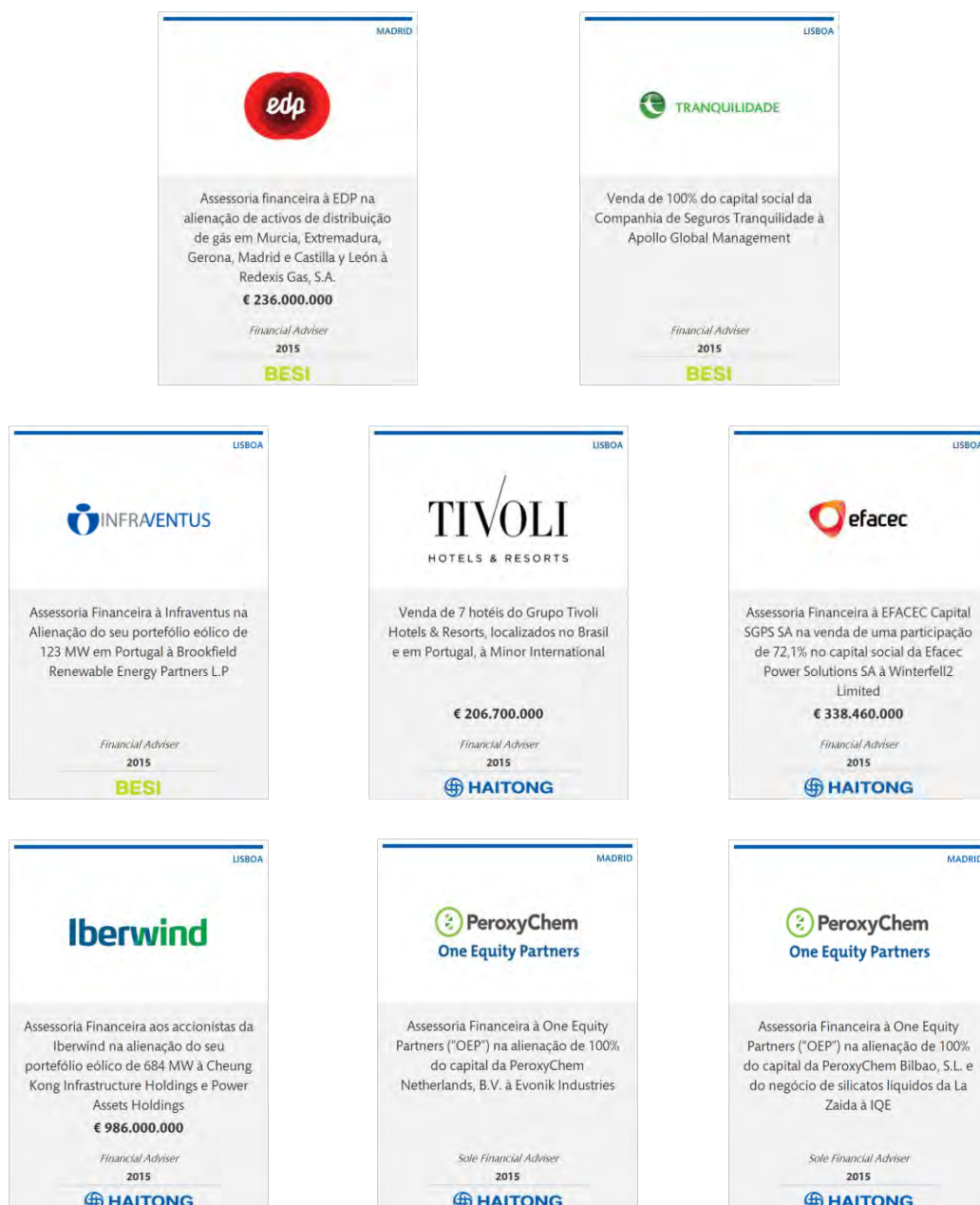
Fonte: Bloomberg – informação à data de 15 de Janeiro de 2016

A estratégia generalista seguida pelo Haitong Bank permitiu-lhe assessorar um conjunto significativo de operações relevantes em diversos sectores. Pela sua dimensão, merece destaque a actuação do Banco nos processos de venda de empresas Ibéricas de referência a investidores internacionais, designadamente:

- Assessoria financeira à Energia de Portugal S.A. (EDP), na venda da Gas Múrcia e outros activos de distribuição de gás e electricidade em Espanha, à Redexis Gas S.A, empresa envolvida no transporte e distribuição de gás natural (operação concluída em Janeiro de 2015);
- Assessoria financeira à Companhia de Seguros Tranquilidade S.A., detida pelo Banco Espírito Santo, na venda de 100% do seu capital ao fundo norte-americano Apollo Global Management LLC (operação concluída em Janeiro de 2015);
- Assessoria financeira à Infraventus S.A., empresa portuguesa de energias renováveis, na venda de dois parques eólicos com capacidade de 123 MW à Brookfield Renewable Energy Partners L.P., empresa canadiana operadora de activos de energia renovável (operação concluída em Fevereiro de 2015);
- Assessoria financeira à Rioforte Investments e à GNB – Gestão de Activos (anteriormente denominada ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros), na venda de 7 hotéis do Grupo Tivoli Hotels & Resorts, localizados no Brasil e Portugal, à Minor International, um dos maiores grupos no sector hoteleiro e de lazer na região Asia-Pacífico (operação concluída em Outubro de 2015);
- Assessoria financeira à EFACEC Capital SGPS S.A., na venda de 72,1% do capital da sua subsidiária Efacec Power Solutions SGPS, S.A., empresa produtora de transformadores eléctricos, subestações móveis e distribuidores eléctricos (operação concluída em Novembro de 2015);
- Assessoria financeira a um consórcio de investidores, incluindo diversas empresas de *private equity* (a espanhola Magnum Capital Industrial Partners, as portuguesas ECS Capital e Haitong Capital S.A. e a britânica Fjord Capital Partners Limited), na venda do grupo português Iberwind, produtor e distribuidor de electricidade. A empresa portuguesa foi vendida à Cheung Kong

Infrastructure Holdings Limited e Power Assets Holdings Limited, duas empresas sediadas em Hong Kong, dedicadas a infra-estruturas e produção e distribuição de electricidade, respectivamente (operação concluída em Novembro de 2015);

- Assessoria à One Equity Partners (“OEP”), empresa norte-americana de *private equity*, na venda de 100% do capital da PeroxyChem Netherlands B.V. à Evonik Industries, empresa alemã de químicos (operação concluída em Outubro de 2015), bem como na venda de 100% do capital da PeroxyChem Bilbao e o negócio de silicatos líquidos da La Zaida ao grupo IQE, empresa espanhola de químicos (operação concluída em Novembro de 2015).



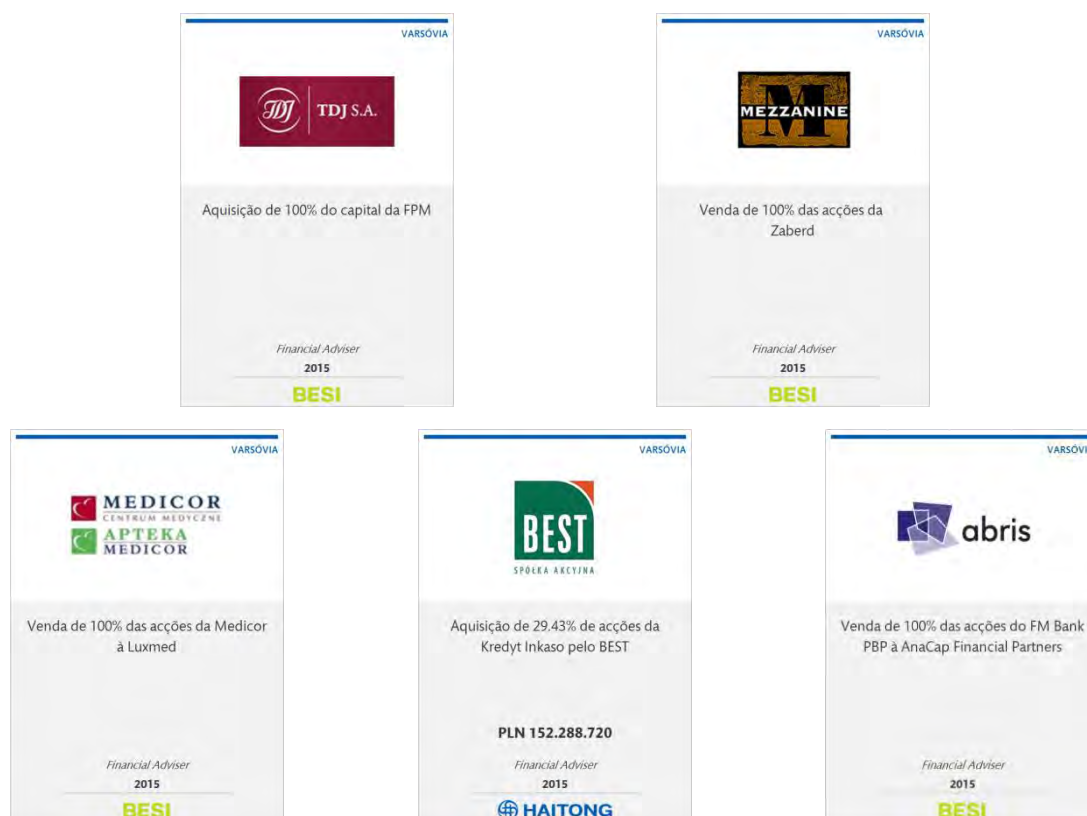
No **Brasil**, a área de F&A teve um menor número de transacções em relação aos últimos anos, sobretudo devido à frágil situação macroeconómica e política do país. Destaca-se a assessoria financeira, em conjunto com a equipa de Portugal, da PT Portugal SGPS S.A., detida pela empresa Brasileira Oi, S.A. (Oi), na venda de 100% do seu capital ao grupo de telecomunicações francês Altice (operação concluída em Junho de 2015) e a elaboração do laudo de avaliação da empresa Brado Logística.



Tal como em 2014, a actividade de F&A na **Polónia** foi maioritariamente norteadas pelas tendências de consolidação em diversos sectores da economia. Em 2015, o Banco actuou em diversos projectos relevantes, destacando-se:

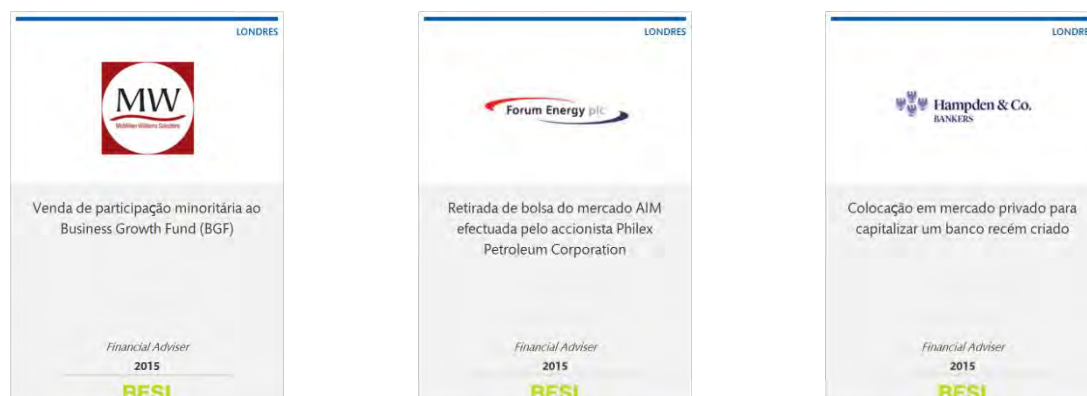
- Assessoria financeira à TDJ S.A. na aquisição de 100% do capital social da FPM S.A., empresa polaca especializada na produção de maquinaria e equipamentos para centrais de energia eléctrica (operação concluída em Fevereiro de 2015);
- Assessoria financeira ao fundo Mezzanine Management na venda de 100% do capital da Zaberda, empresa polaca especializada em manutenção de estradas e serviços de transporte inteligente, ao *private equity* polaco Avallon (operação concluída em Abril de 2015);
- Assessoria financeira à MEDICOR Centrum Medyczne Sp. Zoo, empresa polaca de centros de tratamento e diagnóstico de pacientes, na venda de 100% do seu capital à LUX MED Sp. Zoo., empresa polaca focada em serviços de diagnóstico, reabilitação e cirurgia, detida pela *The British United Provident Association Limited (BUPA)* (operação concluída em Abril de 2015);
- Assessoria financeira ao BEST, na aquisição de 29.43% do capital da Kredyt Inkaso, empresa polaca líder no negócio de recuperação de dívida (operação concluída em Setembro de 2015);
- Assessoria financeira à Abris Capital Partners, empresa polaca de *private equity*, na venda de 100% das acções do banco polaco FM Bank PBP à *private equity* inglesa AnaCap Financial Partners LLP (operação concluída em Outubro de 2015).

A equipa polaca de F&A esteve ainda envolvida num conjunto de transacções, ainda em curso, tanto no *buy side* como no *sell side*, nos sectores financeiro, alimentar, industrial e de energia.



No **Reino Unido**, o Banco prestou os seguintes serviços financeiros na área de F&A:

- Assessoria financeira à empresa privada legal McMillan Williams, na venda de participação minoritária ao Business Growth Fund (BGF) (operação concluída em Fevereiro de 2015);
- Assessoria financeira à Forum Energy Plc, na retirada de bolsa do mercado AIM efectuada pelo accionista Philex Petroleum Corporation, operação sujeita ao código de regulamentação de ofertas públicas de aquisição no Reino Unido (operação concluída em Junho de 2015);
- Assessoria financeira à Hampden & Co Bank, numa série de investimentos minoritários de capital para a capitalização de um novo banco licenciado no Reino Unido (operação concluída em Outubro de 2015).



Nos **Estados Unidos da América e México**, o Banco prestou assessoria financeira às seguintes empresas:

- EDP Renováveis, na venda de um portefólio de 8 parques eólicos com capacidade instalada de 1.100 MW através da sua subsidiária Norte Americana EDP Renewables North America LLC. Foi acordado um contrato de energia (PPA) durante 16 anos com o consórcio composto pela Fiera Axiom Infrastructure US L.P. (EUA), John Hancock Life Insurance Company (Canadá) e Swiss Life Funds Global Infrastructure Opportunities S.C.A (França) (operação concluída em Abril de 2015);
- Empresas ICA, na venda de 49% de uma plataforma operacional dedicada a projectos de transportes no México, à Caisse de Depot et Placement du Quebec (“CDPQ”), um investidor institucional de longo prazo que gere fundos maioritariamente para planos de pensões públicas e parapúblicas e de seguros (operação concluída em Abril de 2015);
- Europastry S.A., empresa espanhola produtora e distribuidora de produtos de pastelaria congelados, na compra conjunta com a empresa espanhola MCH Private Equity de 70% do capital da Wenner Bread Products Inc., detida pela *private equity* americana Frontenac Company LLC, estabelecendo uma importante plataforma de produção e distribuição no mercado norte-americano (operação concluída em Maio de 2015).



Na **Índia**, o Banco esteve envolvido em mandatos *cross-border* de empresas estabelecidas no país, resultantes de ideias discutidas com as equipas de outras geografias, especialmente dos Estados Unidos e do Brasil, algumas delas já em fase de execução. A equipa indiana de F&A esteve igualmente envolvida em alguns mandatos de *buy-side* com fundos de *private equity*.

Perspectivas

O forte crescimento da actividade de F&A registado em 2015 a nível mundial deverá manter-se em 2016. A evolução tecnológica, o crescimento da economia norte-americana, a queda dos preços do petróleo, juntamente com o ambiente de taxas de juro a níveis reduzidos, serão alguns dos factores cruciais no crescimento sustentado da actividade de F&A em 2016. Estes factores deverão continuar a favorecer a aposta das empresas em novas oportunidades de negócio, em particular nos sectores de serviços financeiros, petrolífero, telecomunicações e farmacêutico.

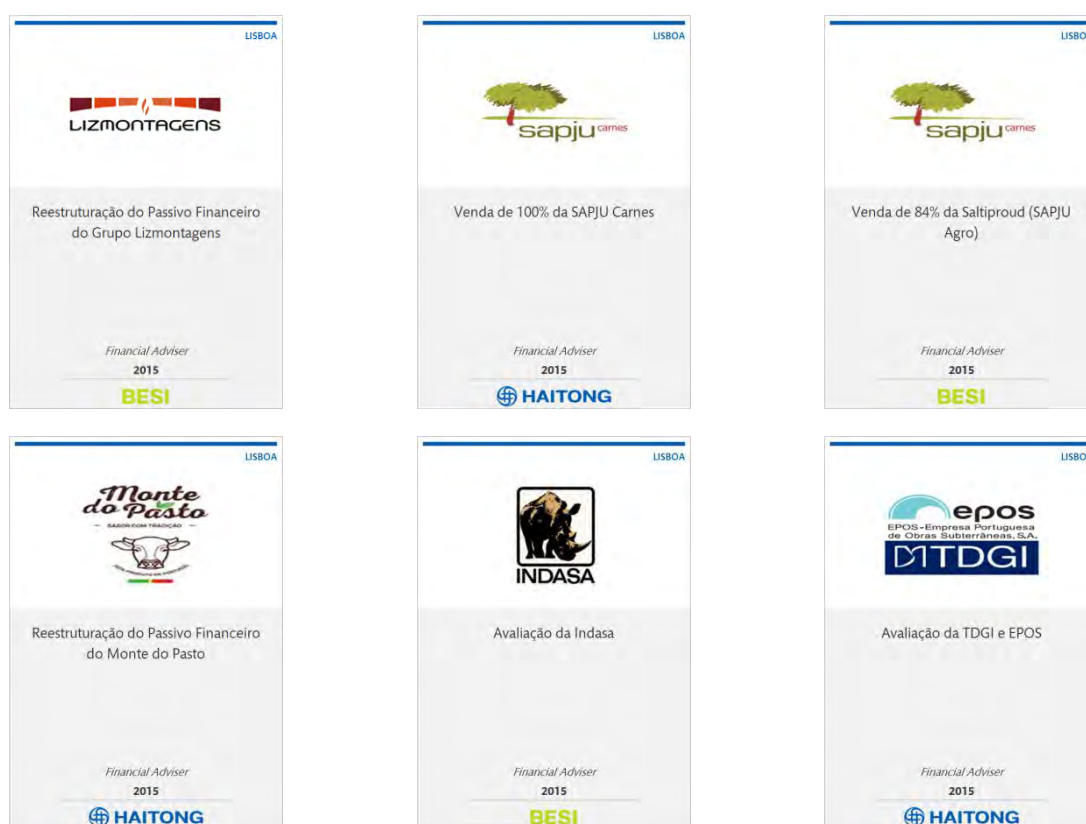
O Banco irá continuar a apostar nos sectores onde tem vindo a desenvolver fortes competências (energia, telecomunicações e infra-estruturas). Em termos geográficos, o Banco irá continuar a privilegiar as operações *cross-border* nos mercados onde está presente, aproveitando o potencial de crescimento dos mercados emergentes e captando o interesse de investidores asiáticos.

ASSESSORIA FINANCEIRA A MÉDIAS EMPRESAS

A área de serviços de assessoria financeira para o segmento de médias empresas foi constituída em 2004, quando o BESI (agora Haitong Bank), em parceria com a Direcção de Médias Empresas do Banco Espírito Santo (agora Novo Banco), se deparou com uma oferta reduzida de serviços financeiros ao segmento de médias empresas.

Os principais serviços de Banca de Investimento prestados por esta área de negócio incluem assessoria em F&A, assessoria em processos de reestruturação financeira e serviços de consultoria financeira pura, nomeadamente, avaliações e estudos de viabilidade económico-financeira.

A actividade desenvolvida em 2015 decorreu conforme o esperado, tendo sido concluídas as seguintes operações:



Apesar das dificuldades resultantes da conjuntura económica nacional e da alteração na estrutura accionista do Haitong Bank, os objectivos desta área de negócio para 2016 reflectem uma perspectiva de manutenção da actividade.

MERCADO DE CAPITAIS

Enquadramento de Mercado

O montante global de ofertas de *equity capital markets* atingiu 909,6 mil milhões de dólares em 2015, o segundo valor mais elevado desde 2010, correspondente a 5.446 transacções, sendo 3% inferior ao valor máximo atingido em 2014 (936,5 mil milhões de dólares), de acordo com a Dealogic. O montante total de operações de *follow-on* (627,1 mil milhões de dólares, correspondente a 3.834 operações) foi o mais elevado desde 2009 e o seu peso no volume total aumentou de 61% em 2014 para 69% em 2015.

O volume total de *IPOs* atingiu 193,8 mil milhões de dólares em 2015 e apesar do decréscimo de 27% face a 2014, alcançou o segundo valor mais elevado desde 2010. O volume de *IPOs* representou 21% do volume total de ofertas de *equity* reduzindo o seu peso face aos 28% registados em 2014. O volume de ofertas *equity-linked* registou uma quebra homóloga de 15%, baixando de 104,4 mil milhões de dólares (437 transacções) em 2014 para 88,7 mil milhões de dólares (331 transacções) em 2015.

A região Ásia-Pacífico foi a única a nível mundial a registar um aumento (12% face ao ano anterior) no volume de ofertas de *equity*, alcançando 352,4 mil milhões de dólares (2.850 transacções), representando 39% do volume total. Este crescimento deve-se ao facto de dois dos cinco maiores *IPOs* de 2015 terem tido lugar nesta região: as operações de privatização do Japan Post Holdings (5,7 mil milhões de dólares) e do Japan Post Bank (5,0 mil milhões de dólares). O montante de ofertas de *equity* na América Latina registou uma quebra homóloga de 51%, para 10,5 mil milhões de dólares (39 operações), em parte devido à conjuntura adversa no Brasil.

O sector financeiro liderou o *ranking* global de ofertas de *equity* em 2015, atingindo 191,7 mil milhões de dólares (correspondentes a 518 operações), o valor mais alto deste 2010, enquanto o sector tecnológico ficou à frente na actividade de *IPOs*, com 214 operações e um total de 26,1 mil milhões de dólares.

A actividade de *debt capital markets* caiu, em termos homólogos, 13% em 2015, para 5,3 biliões de dólares, o valor mais reduzido desde 2011.

No entanto, as emissões *high grade* de dívida de empresas dirigidas ao mercado norte-americano atingiram 1,2 biliões de dólares em 2015, um aumento de 8% face ao ano anterior, o melhor desempenho para este tipo de activos desde que há registo (1980).

O volume de emissões de dívida corporativa *high yield* atingiu 347,2 mil milhões de dólares a nível global, uma descida homóloga de 22%, tendo sido o pior ano para este tipo de emissões desde 2011.

A dívida corporativa de emitentes dos mercados emergentes registou uma quebra de 40% face a 2014, cifrando-se em 192,6 mil milhões de dólares. Do volume total de dívida corporativa emitida nos mercados emergentes, cerca de 56% têm origem na Índia, no México, na Malásia e na Rússia. Quanto à dívida corporativa de emitentes brasileiros, o decréscimo foi de 82% face ao ano anterior, para 10,7 mil milhões de dólares, reflectindo o impacto da crise política, dos escândalos de corrupção, da recessão económica e da perda do grau de *investment grade do rating*.

Actividade do Haitong Bank em 2015

A actividade do **Haitong Bank** em 2015 não ficou imune ao clima vivido nos mercados de capitais a nível global. No entanto, e apesar de 2015 ter sido um ano de transição devido à mudança de controlo accionista no final do terceiro trimestre, o Banco participou em 20 operações de mercado de capitais, representando um volume total de transacções de cerca de 2,4 mil milhões de euros.

Em **Portugal**, o Haitong Bank destacou-se nas seguintes emissões de dívida, tendo actuado como:

- *Joint Lead Manager* na emissão de obrigações da Brisa, no montante de 300 milhões de euros;
- *Joint Solicitation Agent* na operação de solicitação de consentimento para alteração de condições da emissão de *Notes* da PT Portugal, no montante de 400 milhões de euros;
- *Joint Lead Manager* na emissão de obrigações da prestadora de cuidados de saúde José de Mello Saúde, no montante de 50 milhões de euros;
- *Global Coordinator* nas emissões de obrigações do Sporting SAD e Benfica SAD, no montante de 45 milhões de euros e 30 milhões de euros, respectivamente.



Relativamente a operações de *equity* o Banco actuou como *Joint Bookrunner* em dois processos de *accelerated bookbuilding*: a colocação de um bloco de acções da EDP no montante de 249 milhões de euros, representando 2% do capital da empresa detida pela José de Mello Energia, e a colocação de uma participação de 5% no capital da REN, no montante de 70 milhões de euros, vendida pelo Novo Banco.



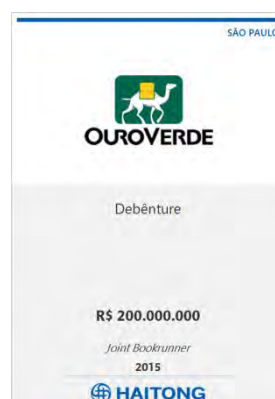
Na **Polónia**, o Banco reforçou o seu desempenho no mercado de capitais, actuando como:

- *Joint Global Coordinator* e *Joint Bookrunner* na operação de *accelerated bookbuilding* de acções da Masterlease, no montante de 300 milhões de zlotys;
- *Sole Arranger* na emissão de obrigações sénior da American Heart of Poland S.A., no montante de 124 milhões de zlotys;
- *Sole Arranger* na emissão privada de obrigações da FAMUR, no montante de 108 milhões de zlotys;
- *Sole Offering Agent* e *Bookrunner* na oferta pública secundária de acções da PiLab, um fornecedor de soluções de tecnologia de *business intelligence* (21 milhões de zlotys); e
- *Sole Arranger* na emissão privada de obrigações da BEST, uma empresa de cobrança de dívidas, no montante de 17 milhões de zlotys.



Nas **Américas**, o Banco participou em várias operações de dívida, destacando-se como:

- *Joint Bookrunner* de um *project bond* para a Red Dorsal Finance Limited, uma operação de securitização de recebíveis do Governo Peruano destinada a financiar a construção de uma rede de fibra óptica no Peru (274 milhões de dólares). Esta operação foi distinguida com dois prémios:
 - **Best Bond of the Year 2015**, na categoria de *Project and Infrastructure Finance*, pela revista Latin Finance; e
 - **Latin America Telecoms - Deal of the Year 2015**, pela IJ Global.
- *Joint Bookrunner* de uma emissão de debêntures da Ouro Verde (200 milhões de reais);
- *Sole Bookrunner* numa emissão de Notes pelo Grupo Famsa (33 milhões de dólares);
- *Lead Manager* numa emissão de papel comercial da Unidas (30 milhões de reais).



Na vertente de ECM, o Haitong Bank actuou como *Sole Placement Agent* na operação de *accelerated bookbuilding* de acções do BHG, no montante de 43 milhões de reais.



Finalmente, em 2015 o Banco estreou-se nos mercados de capitais da **China**, onde actuou como *Joint Global Coordinator* numa emissão de obrigações sénior por parte da Haitong Securities, Co., Ltd. (670 milhões de dólares) e numa emissão de obrigações sénior da Haitong UT Capital, (subsidiária da Haitong Securities), no montante de 1 milhão de yuan.



Perspectivas

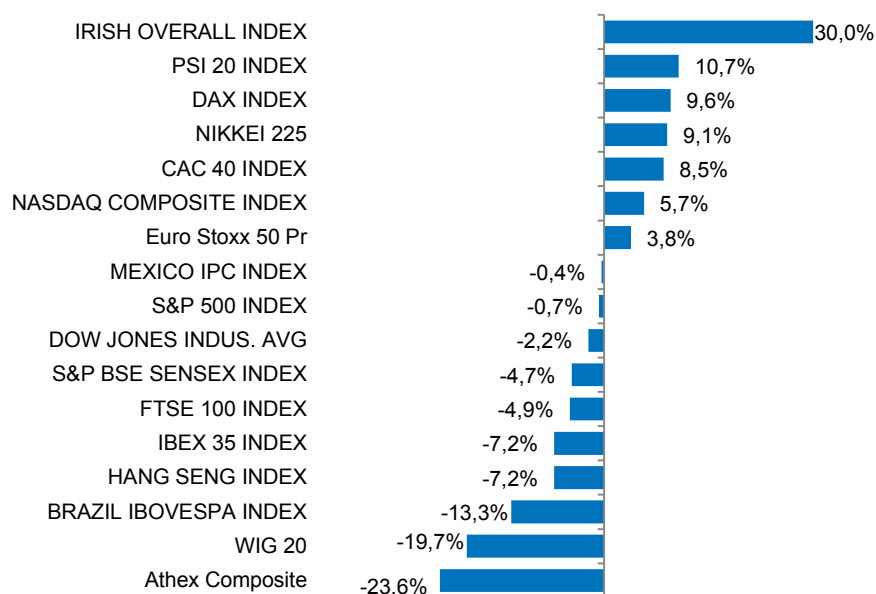
Na sequência da alteração de controlo, e com uma estratégia renovada, as perspectivas para 2016 afiguram-se promissoras. Adicionalmente, a actividade de Mercado de Capitais do Banco deverá beneficiar da integração no Grupo Haitong Securities. A expansão da capacidade de distribuição para novas regiões na Ásia e a capacidade de originação de produtos chineses têm vindo a despertar o interesse de emitentes e investidores, promovendo assim o desenvolvimento do *pipeline*.

5.3. MERCADOS

ACÇÕES

O ano de 2015 foi um ano de transição para a área de Acções. O Banco focou a sua actuação no reposicionamento estratégico do negócio e na reconstrução das equipas, sobretudo nas regiões onde esse reforço era mais necessário. O Haitong Bank é hoje o único banco de investimento europeu de capitais chineses com presença em vários mercados fora da Ásia.

Performance dos Principais Índices Bolsistas em 2015



Fonte: Bloomberg (valorização em moeda local)

Portugal registou um desempenho ligeiramente melhor do que a Europa em geral, com o mercado accionista a ganhar 10,7%, o que não é surpreendente tendo em conta a descida de 26,8% verificada em 2014. No entanto, é de realçar que uma única empresa (a Jerónimo Martins) foi responsável por cerca de dois terços da subida do índice accionista português.

O volume de transacções na Bolsa de Valores de Lisboa decresceu 28% em 2015, para 56 mil milhões de euros, o que compara com uma queda de 57% no volume transaccionado pelo Haitong Bank, para 1,8 mil milhões de euros. Esta descida dos volumes resulta sobretudo de uma correcção face à subida verificada em 2014 mas também da contracção da quota de mercado do Haitong Bank em 2015, já que a queda da Bolsa afectou sobretudo empresas onde o Banco detém uma quota superior à média do mercado.

Espanha voltou a ser uma das economias mais dinâmicas da Europa mas o seu mercado accionista apresentou um desempenho débil em 2015 (quebra de 7,2%), devido ao facto da maioria das acções espanholas "de bandeira" terem uma forte exposição aos países da América Latina, cujas moedas caíram abruptamente, tanto face ao dólar como ao euro. Para além do normal impacto negativo de um dólar forte nos mercados emergentes, a América Latina é também vulnerável aos preços das *commodities*, que têm vindo a baixar continuamente desde 2011.

Em Espanha, o Haitong Bank superou o desempenho do mercado, aumentando o volume transaccionado em 12%, para 53 mil milhões de euros e ultrapassando assim o crescimento do mercado de 2%, para 1.888 mil milhões de euros. Atendendo aos acontecimentos de 2014, esta *performance* é assinalável e representou um aumento da quota de mercado junto dos Clientes institucionais locais.

O **Reino Unido** é o principal centro de actuação a nível global desta área de negócio, funcionando como a base do produto pan-europeu e como plataforma de distribuição para outras regiões, incluindo a Península Ibérica, a Polónia, a América Latina e a Índia.

A actividade do Banco no Reino Unido manteve-se reduzida em 2015. Tal como na Península Ibérica, esta *performance* ficou a dever-se à incerteza relativamente à mudança de Accionista. Embora alguns dos Clientes tenham continuado a transaccionar com o Banco, a maioria preferiu aguardar pela mudança de Accionista para voltar a utilizar a sua plataforma, devido ao rigoroso sistema de *compliance* no Reino Unido. Uma vez concluída a alteração da estrutura Accionista, a actividade começou a melhorar gradualmente. O relançamento da plataforma já foi iniciado, existindo um considerável potencial para desenvolver este negócio dada a reduzida base de partida face ao mercado alvo.

Na **Polónia**, o comportamento do mercado accionista ficou aquém das expectativas, apesar dos fundamentais sólidos da economia (crescimento homólogo do PIB de 3,5%). O índice accionista alargado WIG recuou 10%, enquanto o WIG 20, o índice das empresas *blue chip*, caiu 19,7%. À semelhança do sucedido noutros mercados emergentes, a Bolsa de Valores de Varsóvia foi afectada pela queda dos preços das *commodities* de energia e metais. Adicionalmente, o sector financeiro, que é o mais representativo, foi muito afectado pela expectativa de alterações regulatórias, nomeadamente relativas ao imposto especial sobre a banca. Por outro lado, as empresas de energia foram penalizadas pelo seu potencial envolvimento no resgate de minas de carvão em dificuldades.

O Banco manteve a estratégia de venda do seu produto de *Research* de acções polaco, quer a Fundos locais quer a fundos internacionais. A equipa de *research* manteve o seu *top franchise*, tendo sido classificada, já em Janeiro de 2016, em 7º lugar no *ranking* das melhores corretoras de *research* elaborado pelo jornal diário polaco Parkiet. Beneficiando da sua presença internacional, o Haitong Bank tem vindo a aumentar a sua actividade de intermediação de acções *cross-border* – que já representa um terço das comissões brutas – suportada pelo esforço de diversificação internacional dos Fundos de Investimento e de Pensões polacos.

No **Brasil**, os mercados reagiram de forma adversa ao resultado das eleições gerais de Novembro de 2014, tendo o índice Bovespa caído 13,3%. Este facto, juntamente com a incerteza em torno da mudança de Accionista, continuou a penalizar a quota de mercado do Banco no Brasil. No entanto, após a sua conclusão, os investidores voltaram gradualmente a transaccionar com o Banco, prevendo-se melhorias visíveis em 2016.

Na **Índia**, o mercado accionista em 2015 foi penalizado pelo débil crescimento dos resultados das empresas. Não obstante, a economia indiana continua a ser uma das mais fortes e estáveis dos mercados emergentes. A expectativa é de que as várias medidas políticas implementadas começarão a ter um impacto positivo no crescimento e nos resultados das empresas em 2016.

Para o Banco, 2015 foi um ano de transição nesta área de negócio. A cobertura de *research* estende-se actualmente a 8 sectores de actividade, nos quais são analisadas mais de 80 empresas indianas. O trabalho desenvolvido traduziu-se numa posição relevante nos *rankings* da *Asia Money* por parte de alguns analistas do Banco, entre os quais o *Head of Research*, que foi classificado em 1º lugar no *ranking* de Analistas de Seguros em 2015. Em 2016 o Haitong Bank na Índia prevê concluir o processo de recuperação dos Clientes perdidos em 2015 e retomar o dinamismo do negócio, tirando pleno partido da capacidade de distribuição da Haitong no Reino Unido e na Ásia para obter melhores resultados.

RENTA FIXA

Gestão de Risco para Empresas

Na **Península Ibérica** e apesar da conjuntura adversa 2015 foi um ano positivo para a área de *Corporate Solutions*. A actividade desta área registou um crescimento significativo, resultante sobretudo do aumento do número de operações de cobertura de taxa de juro, já que as operações com *commodities* se mostraram menos apelativas, devido ao abrandamento deste mercado. A actividade nas coberturas cambiais manteve-se estável, destacando-se as coberturas de EUR/USD.

É de destacar o trabalho desenvolvido junto das equipas de *Project Finance*, por se ter reduzido muito significativamente o consumo de colaterais provenientes de operações de longo prazo com montantes elevados.

Foi também desenvolvido um esforço comercial intenso que resultou num aumento do número de Clientes activos do Banco.

Estruturação para Clientes Institucionais

A actividade centrou-se essencialmente na transacção de derivados OTC para Clientes, mantendo o serviço de mercado secundário de emissões estruturadas. Com a actualização do programa de EMTN no final de Março de 2015, o Banco conseguiu colocar as novas emissões junto da maioria dos seus Clientes regulares (cerca de 50% do montante emitido no mesmo período de 2014), o que pode ser considerado positivo uma vez que a notação de *rating* (BB- pela S&P) apenas foi atribuída na sequência da transferência do controlo para a Haitong Securities.

A obtenção de liquidez no mercado secundário, de forma regular e consistente, foi fundamental para que os investidores continuassem a confiar no Banco como contraparte na actividade de produtos estruturados. Na sequência da alteração da estrutura Accionista, o Banco reforçou os seus esforços comerciais tanto junto dos Clientes existentes como de novos Clientes.

Gestão de Risco / Estruturação Brasil

No **Brasil**, 2015 foi mais um ano de grandes desafios em termos do fluxo de negócio e de operações. O Banco manteve uma interacção regular com os Clientes que, na sua maioria, aguardaram pela efectiva alteração do controlo accionista para voltarem a transaccionar na plataforma. Na sequência desta alteração, o Banco recomeçou gradualmente a reforçar a sua base de Clientes.

Não obstante estas condicionantes, o Banco executou vários *trades* (NDF, FX e Derivados), obtendo resultados acima do esperado. Durante o ano de 2015 assistiu-se a uma melhoria nos níveis dos *spreads*.

Em termos de perspectivas para 2016, estão em desenvolvimento novos produtos, tanto *onshore* como *offshore* (essencialmente produtos derivados e notas estruturadas) e o Banco antevê a recuperação de algumas linhas de produtos, tais como *FX options*.

Flow Trading and Sales

O ano de 2015 caracterizou-se por elevados níveis de volatilidade e incerteza relativamente ao desempenho dos mercados financeiros globais no curto prazo. O mercado primário de dívida mostrou-se deprimido, reflectindo o ambiente geral nas principais geografias onde o Banco actua. O perfil das operações de mercado primário de renda fixa sofreu uma alteração, resultante da deslocação do foco dos investidores institucionais para carteiras de menor risco e prazo, e taxas mais elevadas. Desta forma, o volume de novas emissões corporativas sofreu uma queda significativa, sendo o menor desde 2009.

O Banco concentrou os seus esforços na obtenção de mandatos para colocação de emissões de mercado primário, tendo angariado várias operações potenciais que, contudo, não foram concluídas e/ou não vieram ao mercado uma vez que as empresas emitentes optaram por operações específicas de financiamento, tais como acordos bilaterais com Bancos e outro tipo de empréstimos.

O Banco conseguiu manter uma boa imagem junto dos investidores institucionais, desde gestores de fundos de pensões/ativos a Clientes de *Private Banking*. Adicionalmente, o Haitong Bank continuou a prestar um apoio significativo em termos de *market making*, tendo em conta as condições adversas de mercado e as operações de mercado primário de dívida. Em termos gerais, as relações comerciais não foram significativamente afectadas pelo período de transição e pelo clima de volatilidade no mercado de renda fixa.

DERIVADOS

O Haitong Bank deu início, em 2015, ao desenvolvimento de uma plataforma para o mercado de derivados, tendo como foco o desenvolvimento das suas competências na originação, distribuição e desenvolvimento de produtos. A área de Derivados, transversal às áreas de Acções e Renda Fixa (incluindo câmbios e *commodities*), deverá formar a base de actuação da área de negócio de Mercados do Haitong Bank na Europa. A plataforma de derivados focar-se-á no desenvolvimento e distribuição de produtos europeus, assim como na originação e distribuição de produtos provenientes da China e de outros Mercados Emergentes. A sua actividade será dirigida a Clientes das áreas de Renda Fixa, Acções e F&A, bem como a novos Clientes.

Esta plataforma deverá gerar diversas oportunidades, entre as quais:

- Disponibilizar um leque alargado de produtos de mercado aos Clientes;
- Estabelecer internamente o *pricing* e definir orientações táticas relativamente às diversas categorias de activos;
- Facultar o acesso das Sociedades Gestoras de Activos a novos mercados e investimentos;
- Reforçar a originação de produtos de ECM & DCM com a oferta de produtos de cobertura de risco e produtos *equity-linked*;
- Tirar partido do *research* para o desenvolvimento de ideias para novos produtos temáticos;
- Maximizar a utilização de plataformas electrónicas e novas tecnologias;
- Construir um verdadeiro *franchise* transversal a todo o tipo de activos.

Perspectivas

O Haitong Bank tem como ambição fazer parte de um Banco de Investimento Global. Através do seu novo Accionista, o Banco tem agora a oportunidade de aceder ao mercado chinês e em resultado, alcançar um lugar de destaque num segmento líder do mercado global. Esta evolução deverá representar uma importante transformação, não só porque o Banco terá capacidade para vender um produto chinês sem paralelo, mas também porque estará numa posição privilegiada para fazer a ponte entre o mercado chinês e o mercado europeu e outros mercados, possibilitando a criação de um produto diferenciado (acções, derivados e renda fixa).

Paralelamente, o Haitong Bank tem vindo a reforçar a sua posição competitiva nas principais praças financeiras mundiais. Londres e Nova Iorque são elementos centrais de uma estratégia que visa criar uma organização competitiva a nível global, não só na perspectiva da distribuição mas também em termos do desenvolvimento de produtos. A actividade de Mercados é sobretudo um negócio gerador de comissões, com uma utilização efectiva do balanço.

5.4. STRUCTURED FINANCE

Actividade do Haitong Bank em 2015

Na sequência da conclusão da aquisição do Banco pela Haitong Securities, as actividades de financiamentos estruturados foram agregadas numa área de negócio designada de *Structured Finance*, que inclui as actividades de *Project Finance*, *Acquisition Finance*, Outros Financiamentos e *Trade Finance* (em fase de implementação).

A área de *Structured Finance* está a desenvolver um novo modelo de negócio, sendo essencial para o seu sucesso uma forte coordenação entre as equipas de originação e distribuição. O Haitong Bank manter-se-á focado na liderança de projectos que visem a estruturação e montagem de financiamentos, sobretudo nos sectores das infra-estruturas e energias renováveis, capitalizando nas suas competências técnicas e experiência para oferecer soluções de valor acrescentado aos seus Clientes.

Em resultado do novo posicionamento estratégico do Banco, esta área de negócio deverá focar-se num modelo de actividade *asset light*, assente no desenvolvimento de transacções com potencial de distribuição e *cross-selling* com as actividades de Mercado de Capitais de Dívida e F&A, trabalhando em coordenação com as equipas de Sindicação Global e Distribuição.

Esta área está organizada em três grandes regiões:

- Europa - liderada pela equipa em Portugal e apoiada pelas equipas em Espanha e no Reino Unido;
- América Latina – sediada nos Estados Unidos e focada no México, Peru e Colômbia;
- Brasil.

A actividade de *Structured Finance* do Haitong Bank em 2015 foi condicionada pelas restrições de financiamento do seu anterior accionista e pelo processo de transição para o novo Accionista, concluído a 7 de Setembro. Apesar disso, as equipas concluíram diversas operações de refinanciamento, assim como outras operações, com ou sem recurso a *funding*, tendo igualmente prestado serviços de assessoria financeira aos seus Clientes em diferentes regiões, permitindo a esta área de negócio atingir os objectivos estabelecidos para 2015.

PROJECT FINANCE

Na Europa, a actividade de *Project Finance* caracterizou-se pelo baixo volume de novos projectos devido às restrições orçamentais em vários países, entre os quais Portugal. Adicionalmente verificou-se um significativo aumento da concorrência resultante sobretudo de dois factores: por um lado, das políticas monetárias do BCE que se traduziram num acréscimo significativo de liquidez; por outro lado, do aumento do interesse demonstrado pelos investidores institucionais, a par com os bancos comerciais, pelas operações de *infrastructure finance*.

O sector das energias renováveis foi o mais dinâmico em Portugal, assistindo-se ao desenvolvimento de diversos projectos de sobre-equipamento (ao abrigo da legislação em vigor é possível aumentar em 20% a capacidade instalada dos projectos existentes), assim como à conclusão de operações de F&A associadas a oportunidades de refinanciamento.

Em **Portugal**, o Haitong Bank actuou como *Mandated Lead Arranger* de duas operações no sector das energias renováveis e em Espanha foram concluídos quatro operações de reestruturação de

dívida no sector da energia solar (resultantes das alterações regulamentares recentemente introduzidas pelo Governo espanhol).

Estão actualmente em curso diversos mandatos de prestação de serviços de assessoria financeira em Portugal e no **Reino Unido**, assim como quatro operações de reestruturação de dívida no sector da energia solar em **Espanha**.



No **Brasil**, não obstante o contexto de crise económica, esta área de negócio apresentou um bom desempenho. De acordo com a estratégia para o mercado local, a actividade de *Project Finance* concentrou-se no apoio prestado a clientes locais e internacionais no âmbito de Parcerias Público-Privadas (PPP) desenvolvidas por Estados brasileiros como Baía, Minas Gerais e São Paulo. Não obstante as restrições de crédito e liquidez, a área de *Project Finance* obteve mandatos para actuar como estruturador de financiamentos de longo prazo para dois novos projectos, nomeadamente no sector das linhas de transmissão de energia e de geração de energia eólica. A equipa de *Project Finance* no Brasil tem mandatos para quatro operações em diversos sectores (Diagnóstico Médico no Estado da Baía, geração de energia e saneamento) e possui mais de 25 projectos em *pipeline*.



A partir de **Nova Iorque**, o Banco continuou a expandir a sua presença na América Latina de língua espanhola. Embora o mercado mexicano continue a ser o mais relevante para a actividade do Banco na região, foram feitos progressos significativos na expansão da actividade para a região andina, sobretudo no Peru. Neste país, a equipa de *Project Finance* actuou em estreita coordenação com a equipa de Mercado de Capitais de Dívida na montagem de uma solução integrada de financiamento para a Azteca Comunicaciones Peru, concessionária do projecto para o desenvolvimento, financiamento, construção e operação por 20 anos de uma rede de fibra óptica de 13.400 Km no

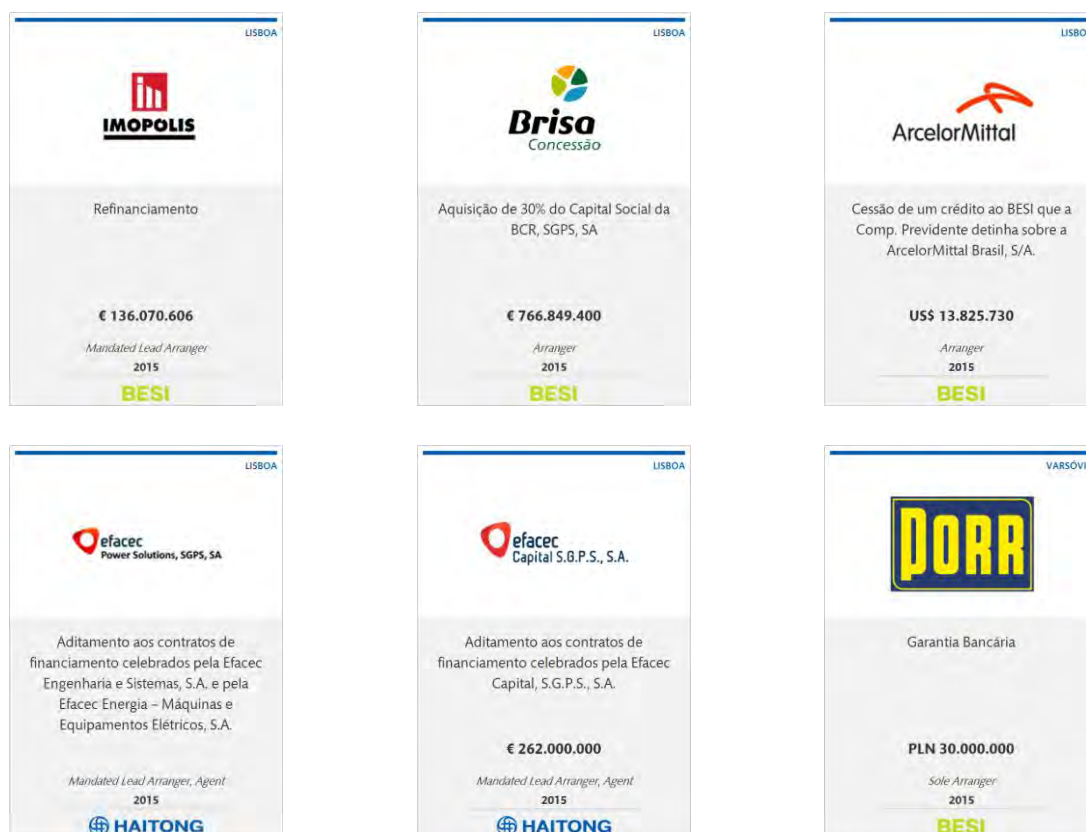
Peru (Red Dorsal). Esta operação incluiu um financiamento intercalar no montante de 65 milhões de dólares e a emissão de um *project bond* no montante de 274 milhões de dólares, por 16,5 anos.

Este *project bond*, organizado e liderado pelo Banco, foi distinguido como **Best Bond of the Year 2015** pela *Latin Finance* e **Latin America Telecoms - Deal of the Year 2015** pelo IJ Global.

ACQUISITION FINANCE E OUTROS FINANCIAMENTOS

A actividade de *Acquisition Finance* e Outros Financiamentos registou um bom desempenho na Europa. A área participou em diversas operações, sobretudo de estruturação financeira de operações *cross-border* de aquisição de activos em **Portugal**.

Na **Polónia**, a actividade de *trade finance* progrediu a bom ritmo, apesar da ausência de *rating* e de alterações na estrutura accionista do Banco durante os três primeiros trimestres do ano. A emissão de garantias bancárias concentrou-se no sector da construção, suportada pelas relações de longo-prazo mantidas com Clientes locais e internacionais.



No **Brasil**, a área de Outros Financiamentos dedicou-se a operações de refinanciamento, sendo o número de novas operações reduzido. Destacamos uma vez mais o papel desempenhado por esta área na originação de transacções *cross-selling* para as unidades de Mercado de Capitais de Dívida e F&A. Foram ainda concluídas duas operações de *Trade Finance*.



Perspectivas

Relativamente às perspectivas para 2016, o Banco espera obter vários mandatos resultantes das seguintes oportunidades de mercado:

- No Peru e na Colômbia foram anunciados planos ambiciosos de investimento negócio no sector de infra-estruturas e no México está em curso a reforma do sector energético;
- No Brasil e como medida de relançamento do crescimento económica, deverão ser anunciados vários leilões no sector das infra-estruturas (estradas, caminho de ferro e aeroportos) e projectos de PPP, sendo o mais importante o projecto de iluminação pública em São Paulo e Belo Horizonte;
- Na Europa, Portugal e Espanha apresentam uma recuperação económica sustentada, bem como uma nova vaga de transacções de F&A e de investimento privado no sector das energias renováveis.

Adicionalmente, o Haitong Bank tem vindo a trabalhar em conjunto com as equipas do Accionista no sentido de identificar potenciais sinergias na área de *Structured Finance*.

A Haitong Securities detém uma forte presença na região da Ásia, sobretudo na China, o que lhe abre numerosas oportunidades de actuação no negócio de *Structured Finance*, quer apoiando transacções originadas nas regiões onde o Haitong Bank tem presença, quer apoiando empresas chinesas nos seus projectos em todo mundo, especialmente nos países em desenvolvimento e dentro destes na América Latina (México, Peru e Colômbia), no Brasil e na Índia.

A Haitong Securities tem vindo a desenvolver relações com empresas chinesas presentes na Europa, Brasil e América Latina, oferecendo-lhes apoio financeiro para projectos nestas regiões. No mesmo sentido, o Haitong Bank tem desenvolvido uma sólida estratégia de parcerias com Bancos de Desenvolvidos sediados na Ásia, tendo em vista a ampliação do *pipeline* potencial de transacções.

5.5. WEALTH AND FUND MANAGEMENT

ASSET MANAGEMENT

O ano de 2015 foi globalmente apelativo para as Bolsas mundiais resultante das políticas expansionistas levadas a cabo pelos Bancos Centrais, da melhoria progressiva dos indicadores macroeconómicos nas principais economias desenvolvidas e da falta de alternativas de investimento atractivas. No entanto, ao longo de 2015 ocorreram diversos eventos que conduziram a picos de volatilidade e fortes correcções nas Bolsas, sobretudo a partir do 2º trimestre: a crise política na Grécia, os receios de crescimento das economias (com ênfase nos mercados emergentes), receios deflacionistas, a queda do petróleo, escândalos corporativos, problemas geopolíticos e o fim da política de taxas de juro a zero nos EUA. O ano acabou, assim, por ser bastante difícil e os mercados encerraram com ganhos de 4% na Europa (Euro Stoxx 50) e quedas de cerca de 2% nos EUA (Dow Jones).

Neste contexto, o Haitong Bank terminou mais um ano com ganhos (o 13º), em que as carteiras directas do “perfil normal” fecharam com uma valorização de 4,8% enquanto as carteiras do “perfil agressivo” atingiram os 10,1%. Os resultados foram por isso bastante satisfatórios, não só face ao desempenho dos mercados accionistas em geral, mas também tendo em conta o menor risco subjacente (designadamente do perfil normal) com que foram acumulados.

Os Activos sob Gestão registaram um aumento global de 3,2% em 2015, alcançando os 255 milhões de euros, sendo de destacar pela positiva o crescimento do veículo “unit link” (+11%). Esta subida dos Activos sob Gestão não deixa de ser relevante, dada a incerteza em torno do Novo Banco, que impactou na distribuição.

Por fim, o ano fica marcado pela integração do Banco no grupo Haitong Securities, facto que abre perspectivas entusiasmantes de crescimento e investimento ao *Asset Management* do Banco.

WEALTH MANAGEMENT

A Direcção de *Wealth Management* foi criada no final de 2015. Esta nova actividade de negócio, a desenvolver a partir do início de 2016, funcionará dentro de um modelo de arquitectura aberta, procurando disponibilizar aos seus Clientes os melhores produtos e soluções existentes no mercado.

A oferta da Direcção de *Wealth Management* visa um acompanhamento personalizado, identificando a abordagem que melhor sirva os objectivos de retorno dos seus Clientes, em função do seu perfil de risco.

Um Gestor dedicado permitirá aos Clientes o acesso a um largo espectro de produtos e serviços com uma perspectiva Global.

Os Clientes poderão eleger a forma como interagem com o Banco, seja sob um contrato de Gestão Discrecionária, *Advisory* ou Execução.



A oferta de produtos e serviços desta Direcção é dirigida ao segmento de *High Net Worth Individuals* (HNWI), assente num serviço profissional exclusivo e num aconselhamento independente e de qualidade. Esta Direcção ambiciona prestar um serviço integral de alta qualidade ao Cliente, mediante:

- Uma oferta global de produtos e activos financeiros, tirando partido da presença directa do Banco nas principais Bolsas de Valores do mundo e da implantação nesses mercados de equipas de *Sales & Trading*;
- A compreensão integral das necessidades de cada Cliente;
- A definição e análise personalizada dos perfis de risco dos Clientes e das suas premissas de investimento, para configuração dos portefólios de investimento mais adequados;
- A estreita colaboração com o Cliente de forma a identificar os seus objectivos, restrições e preferências para cada um dos serviços disponibilizados;
- Uma visão dinâmica do portefólio do Cliente.

PRIVATE EQUITY

O ano de 2015 ficou marcado pela melhoria das condições macroeconómicas na Península Ibérica, permitindo manter um ritmo acelerado das operações de desinvestimento e a concretização de algumas operações de investimento de expansão.

Ao longo do ano foram analisadas 30 oportunidades de investimento, exclusivamente ligadas à área de capital desenvolvimento em Portugal, representando um decréscimo significativo face a 2014. Esta redução é essencialmente explicada pelo maior enfoque colocado nas actividades de gestão e de desinvestimento da carteira, e resulta do estágio de maturação do portefólio, do período de liquidação do fundo ES Ibéria I e do desinvestimento na actividade de *private equity* no Brasil ocorrida no final de 2014.

No que respeita ao investimento realizado, que atingiu cerca de 7,5 milhões de euros, destacam-se a aquisição de uma participação num projecto de energia solar fotovoltaica de 1,75 MW em Ferreira do Alentejo e dois novos investimentos de capital de expansão através da aquisição de participações minoritárias na Ach. Brito - empresa que produz sabonetes e outros artigos de perfumaria - e na Nexxpro, empresa fabricante de capacetes.

Manteve-se um ritmo acelerado do desinvestimento, que atingiu cerca de 18 milhões de euros (valores a custo de aquisição), merecendo destaque a venda da totalidade das participações detidas nas Probiomass, 2bCapital SICAR e Iberwind.

Estão em curso diversos processos de alienação de activos, tanto na área de capital de desenvolvimento como na área de infra-estruturas, que deverão estar concluídos no primeiro semestre de 2016.

Destacam-se ainda as distribuições de resultados recebidas de empresas participadas – Iberwind, Globalwatt, GLT e Sicame - reflectindo mais uma vez a sua crescente maturidade e o seu bom desempenho operacional.

No final do ano, os fundos sob gestão atingiram o montante de 175 milhões de euros, em grande medida fruto dos desinvestimentos concretizados ao longo do ano.

Carteira de Participadas, Resultados e Situação Financeira (Base Individual)

Ao longo do ano a equipa continuou a desenvolver as normais práticas correntes de acompanhamento corrente das empresas participadas com vista a melhor os processos de criação de valor. De igual forma, foi realizada em Junho e Dezembro a valorização das carteiras de participadas, de acordo com as metodologias definidas sectorialmente, e realizaram-se as reuniões com investidores, uma em cada semestre. No final do exercício, o valor do conjunto das carteiras de investimento era de 134 milhões de euros.

As participadas em carteira tiveram um desempenho misto ao longo do ano: algumas delas foram penalizadas por uma maior exposição a mercados emergentes, cuja conjuntura económica se revelou crescentemente desfavorável na sequência da forte desvalorização do preço do petróleo; outras valorizaram-se como resultado da sua presença em mercados com um enquadramento macroeconómico relativamente mais favorável e, também, do amadurecimento dos seus negócios.

Os resultados do exercício atingiram o valor de 490 mil euros e o capital próprio o valor de 44,9 milhões de euros.

Perspectivas

Acreditamos que em 2016 a Península Ibérica manterá condições macroeconómicas positivas, o que permitirá ao Banco sustentar o ritmo de desinvestimentos verificado em 2014 e 2015. No entanto, uma evolução menos positiva da conjuntura nos mercados emergentes poderá voltar a condicionar as perspectivas de crescimento e, portanto, a valorização de algumas das participadas em carteira.

Em paralelo, está a ser estudada a possibilidade de lançamento de novos fundos nos segmentos de infra-estruturas e *buyout*, alavancando na experiência adquirida, nas parcerias existentes e no *track-record* do novo Accionista na actividade de *private equity*.

5.6. TESOURARIA

Enquadramento de Mercado

O exercício de 2015 ficou marcado pelo anúncio do programa de compra de activos por parte do Banco Central Europeu que conduziu as taxas de juro no mercado de dívida soberana da Zona Euro para mínimos históricos, tendo a *yield* da dívida pública alemã a 10 anos transaccionado nos 4 pontos base durante a primeira metade do ano. Subsequentemente, as incertezas quanto à permanência da Grécia na Zona Euro e o *outlook* para a inflação na região desencadearam uma forte reversão deste movimento, levando o *Bund* a terminar o ano próximo dos 63 pontos base. A *yield* da dívida pública portuguesa a 10 anos, que transaccionou em Março no mínimo de 1,56%, fechou o ano nos 2,52%.

Ainda assim, o bom desempenho da República Portuguesa no campo da execução orçamental voltou a contribuir para uma melhoria das suas condições de financiamento. Portugal emitiu um total de 8,3 mil milhões de euros em Obrigações do Tesouro, repartidos por 8 leilões, no último dos quais, em Novembro, foram colocados cerca de 1,2 mil milhões de euros a 10 anos, com uma taxa de juro de 2,43%. A almofada financeira obtida nestas operações permitiu a Portugal reembolsar antecipadamente 8,4 mil milhões dos 26 mil milhões de euros de empréstimos do Fundo Monetário Internacional.

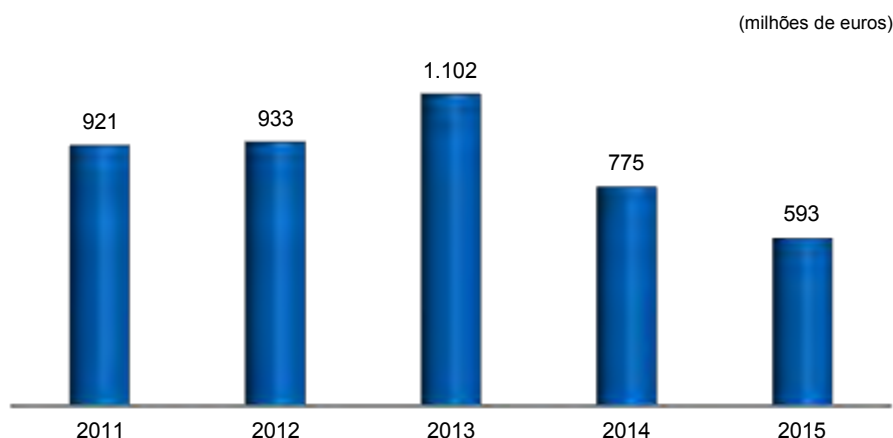
Perante estes avanços, a Standard & Poor's melhorou o *rating* de crédito da República Portuguesa em um *notch* para BB+, apenas um nível abaixo de *investment grade*. Esta melhoria estendeu-se também a várias instituições financeiras nacionais, fruto da desalavancagem dos seus balanços e da menor dependência do Banco Central Europeu. Não obstante, os acontecimentos que afectaram recentemente o sistema bancário português continuaram a condicionar fortemente o regresso das instituições financeiras portuguesas às operações de financiamento nos mercados internacionais de dívida.

Actividade do Haitong Bank em 2015

2015 foi um ano marcante para o Haitong Bank, tendo sido formalizada a sua aquisição pela Haitong Securities em Setembro. Durante grande parte do ano, o Banco esteve, assim, limitado pelos acordos de venda, que impactaram a actividade desenvolvida.

Em **Portugal**, a capacidade de acesso aos mercados continuou bastante restrita, quer pelos motivos já referidos, quer pela situação do sistema financeiro português em geral. A dívida sob a forma de *Medium Term Notes (MTNs)* totalizava, a 31 de Dezembro de 2015, 593 milhões de euros, que comparam com os 775 milhões de euros registados a 31 de Dezembro de 2014.

Programa de EMTN / Total Outstanding



Nota: Valor de emissão *outstanding*, deduzido de recompras

Fonte: Haitong Bank

No **Brasil** e desde o início de 2014 e ao longo de 2015, a área de Tesouraria concentrou-se numa abordagem muito prudente da gestão de tesouraria, essencial para o êxito da transição que se seguiu aos acontecimentos ocorridos com o anterior accionista do Banco e à incerteza daí resultante.

Foram tomadas diversas medidas destinadas a manter um nível de liquidez adequado, na sequência do vencimento em Março da emissão de obrigações, no montante de 500 milhões de dólares, realizada em 2010. Sem acesso aos investidores institucionais, devido à suspensão do *rating*, o Banco procurou fontes de financiamento alternativas tais como o acesso a Plataformas Abertas (um tipo de canal de retalho) através das quais captou um montante apreciável de fundos.

Perspectivas

Para 2016 o objectivo prioritário da Tesouraria é o estabelecimento de novas fontes de financiamento, bem como o reforço das existentes, por forma a assegurar um nível de *funding* estável, diversificado e adequado ao balanço e ao modelo de negócio.

Em Portugal e dada a sua extrema flexibilidade, o programa EMTN continuará a ser uma base fundamental desta estratégia, mantendo-se a lógica de serviço ao Investidor adaptando a oferta às necessidades do Cliente.

No Brasil, a conclusão da aquisição do Banco pela Haitong Securities deverá garantir as condições que lhe permitam recuperar progressivamente o acesso a fontes de financiamento mais competitivas e diversificadas, melhorando as margens financeiras e alavancando a rentabilidade do Banco. Este movimento tem sido muito gradual mas saldar-se-á num marco importante.

6. RECURSOS HUMANOS

HEADCOUNT	Dez-15	Dez-14	Variação Absoluta	Variação %
CONSOLIDADO	720	724	-4	-0,6%
PORTUGAL	254	247	7	2,8%
Haitong Bank, S.A.	245	238	7	
Haitong Capital – SCR, S.A.	9	9	0	
ESPAÑA	91	98	-7	-7,1%
Haitong Bank, S.A. – Sucursal de Espanha	91	98	-7	
REINO UNIDO	110	92	18	19,6%
Haitong Bank, S.A. – Sucursal de Londres	2	4	-2	
Haitong UK Limited	108	88	20	
POLÓNIA	58	57	1	1,8%
Haitong Bank, S.A. – Sucursal de Varsóvia	58	57	1	
IRLANDA	3	3	0	0%
Haitong Investment Ireland plc	3	3	0	
BRASIL	156	163	-7	-4,3%
Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A.	120	126	-6	
Haitong Securities do Brasil, S.A.	35	33	2	
Haitong Brasil DTVM, S.A.	1	4	-3	
EUA	17	24	-7	-29,2%
Haitong Bank, S.A. – Sucursal de Nova Iorque	17	24		
MÉXICO	4	4	0	0%
Escritório de Rep. Cidade do México	4	4		
ÍNDIA	27	32	-5	-15,6%
Haitong Securities India Private Limited	27	32		
HONG-KONG	0	4	-4	-100%
Execution Noble (Hong Kong) Limited	0	4	-4	

Nota: Pessoal Eventual e Estágios não incluídos

Fonte: Haitong Bank

QUADRO DE COLABORADORES

O quadro de Colaboradores em 2015 manteve-se estável, em termos globais, apesar do período de incerteza verificado.

A maior variação de Colaboradores (+20 colaboradores) verificou-se na Haitong (UK) Limited e resultou de uma redefinição da estratégia do Banco e do seu Accionista, que posiciona Londres como um mercado de grande importância para o crescimento futuro da instituição. Em resultado, no último trimestre de 2015 foram efectuadas diversas contratações neste mercado.

Nas restantes geografias, a demora verificada na efectiva entrada do novo Accionista que prolongou o período de incerteza, aliada aos impactos da Resolução do Grupo BES e ao contexto macroeconómico menos favorável em algumas das regiões onde o Banco tem presença, levou à diminuição do número de Colaboradores em Espanha, no Brasil, nos Estados Unidos da América e na Índia.

O ano de 2015 ficou ainda marcado pelo encerramento do escritório da Execution Noble em Hong Kong, que ocorreu antes da venda do Banco à Haitong Securities.

FORMAÇÃO

Apesar da incerteza que caracterizou grande parte do ano de 2015, o Haitong Bank manteve o apoio aos Colaboradores que se encontram a realizar MBA's, Pós-Graduações e Licenciaturas. Ao longo do ano, um dos Colaboradores concluiu com sucesso um Executive MBA no estrangeiro e outro iniciou a frequência de um MBA em Singapura. Para além de vários cursos académicos, o Banco continuou ainda a apostar na formação dos seus quadros com a participação em várias formações de carácter executivo.

O Banco organizou ainda, em colaboração com entidades externas, uma formação em cultura chinesa. Levada a cabo em diversas geografias, esta formação contou com a participação da grande maioria dos Colaboradores e teve como objectivo dar a conhecer um pouco da cultura do país de origem do novo Accionista do Banco.

ÁREA DE GESTÃO DE TALENTO

O Haitong Bank considera que a qualidade dos seus Quadros é determinante para o sucesso do Banco. Assim e no âmbito da aquisição do Banco pela Haitong Securities, o novo Accionista considerou a retenção dos Colaboradores como um ponto crucial deste processo, tendo sido decidido e aprovado um Plano de Retenção a 2 anos, com a expectativa de manter os Quadros considerados vitais para o desenvolvimento futuro da actividade. A área de Gestão de Talento acompanhou o desenho e implementação deste Plano e, com o apoio do Departamento Jurídico e de *Compliance*, a preparação dos respectivos contractos.

A área de Gestão de Talento considera ainda que, neste contexto de mudança, a relação com Universidades é muito importante para divulgar e atrair novos Colaboradores para o Haitong Bank. Assim, o Banco manteve-se como *Corporate Partner* do International Master Brasil-Europa da Universidade Nova. Para além desta parceria, o Banco manteve relações próximas com várias universidades nacionais e estrangeiras, nas áreas de Economia, Gestão e Finanças.

Durante 2015 as referidas parcerias permitiram ao Banco a realização de vários estágios. No total foram desenvolvidos 84 programas de estágios, 67 dos quais em Lisboa, 12 em Londres, 2 em Madrid, 2 em Nova Iorque e 1 em Varsóvia.

ACÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

No âmbito das acções de Responsabilidade Social desenvolvidas, os Colaboradores foram convidados a participar nos seguintes eventos:

- *Banco Alimentar “Papel por Alimentos”* - Campanha solidária e ambiental de doação de papel utilizado, em que cada tonelada angariada é trocada por 100 euros em alimentos;
- *UNICEF “Terramoto do Nepal”* - Recolha de fundos a favor das vítimas afectadas pelo terramoto no Nepal, e entrega do montante angariado à UNICEF;
- *Liga Portuguesa Contra o Cancro* – angariação de fundos no âmbito da iniciativa “Ligue Mais à Liga”.

O Banco apoiou ainda A Associação Novo Futuro através da compra de Alimentos da Feira de Solidariedade Rastrillo 2015, para elaboração de cabazes de Natal.

7. GESTÃO DE RISCO

Na sequência da recente aquisição de 100% do seu capital por parte da Haitong Securities, Co., Ltd em Setembro de 2015, o modelo de gestão e *governance* do Haitong Bank encontra-se num processo de redefinição e de articulação com os objectivos e práticas do novo Accionista. No que diz respeito à gestão do risco, este processo de adaptação encontra-se numa fase avançada que deverá estar concluída durante o ano de 2016.

A função de gestão de risco, sendo um elemento fundamental para o desenvolvimento das actividades do Haitong Bank, visa identificar, avaliar, acompanhar e reportar todos os riscos materialmente relevantes a que o Banco se encontra sujeito, tanto interna como externamente, de modo a que os mesmos se mantenham dentro dos limites consistentes com o perfil e o grau de tolerância ao risco estabelecido pela Comissão Executiva.

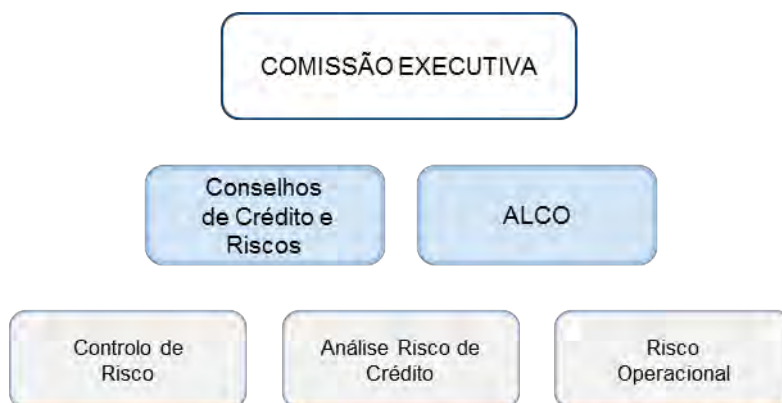
A função de gestão de risco desempenha as suas competências de forma independente face às áreas funcionais, prestando aconselhamento na tomada de decisão relativamente à gestão de riscos. O Haitong Bank está dotado de sistemas de identificação, monitorização e gestão de riscos, bem como de funções de suporte ao desenvolvimento do negócio.

ORGANIZAÇÃO

Cabe à Comissão Executiva a definição do apetite de risco e do modelo de controlo dos riscos que assegura que o Banco detém as competências e os recursos necessários à prossecução dos seus objectivos.

A função de gestão de risco é independente das áreas de negócio e supervisiona todos os riscos materiais a que as várias unidades do Banco estão expostas, incorporando de forma consistente os conceitos de risco, capital e liquidez na estratégia e nas decisões de negócio do Grupo.

O esquema que descreve a estrutura de Comitês relevantes para a função de gestão de risco no Banco é o seguinte.



O controlo e supervisão de risco são efectuados pela Comissão Executiva, que delega no Conselho de Crédito e Riscos Global (CCR) a definição das normas e procedimentos conducentes da actividade e a aprovação das operações e limites de tolerância, e no Comité de Activos e Passivos (ALCO) a definição e o acompanhamento das políticas de gestão de balanço e de liquidez.

A função de gestão de risco do Haitong Bank tem como objectivo assegurar consistência entre as orientações estratégicas emanadas pela Comissão Executiva e as decisões de nível operacional, assegurando:

- Independência face a outras áreas do Grupo, nomeadamente aos Departamentos Comerciais, e a credibilidade perante os órgãos de gestão e fiscalização, accionistas e reguladores. Importa salientar que esta função não detém poderes de decisão sobre operações concretas;
- Integração de todos os riscos, a gestão global dos mesmos e a consistência das métricas risco/rendibilidade. A função abrange e integra os riscos de crédito, mercado, liquidez, taxa de juro de balanço e operacional, quer ao nível da actividade doméstica, quer internacional; e
- Incorporação consistente dos conceitos de risco, capital e liquidez na estratégia e nas decisões de negócio de todo o Banco, assegurando total transversalidade nas comparações directas entre risco e rendibilidade.

Esta função, composta por três unidades distintas - Controlo de Risco, Análise de Risco de Crédito e Risco Operacional - inclui:

- Identificação, avaliação, controlo e reporte dos diferentes tipos de risco assumidos, de forma a permitir a gestão global do risco e o cumprimento das normas internas e regulamentares, bem como a monitorização e dinamização de acções de mitigação;
- Implementação das políticas de risco definidas pela Comissão Executiva, homogeneizando princípios, conceitos e metodologias em todas as unidades do Banco;
- Contribuição para os objectivos de criação de valor através: (i) do desenvolvimento e monitorização de metodologias para identificação e quantificação dos riscos; (ii) do desenvolvimento de ferramentas de apoio à estruturação, *pricing* e tomada decisão e (iii) do desenvolvimento de técnicas de avaliação de performance e de optimização da base de capital;
- Planeamento e monitorização dos requisitos regulamentares de capital, alavancagem e liquidez;
- Desenvolvimento do processo de avaliação da adequação do capital interno (ICAAP – *Internal Capital Adequacy Assessment Process*) e liquidez (ILAAP – *Internal Liquidity Adequacy Assessment Process*);
- Participação na elaboração do *Funding and Capital Plan* (FCP);
- Elaboração e manutenção do Plano de Recuperação.

7.1. RISCO DE CRÉDITO

O Risco de Crédito, que resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do Cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco, constitui o risco mais relevante a que se encontra exposta a actividade. A sua gestão e controlo são suportados pela utilização de um robusto sistema de identificação, avaliação e quantificação de risco.

PRÁTICAS DE GESTÃO

Tem sido prosseguida uma política de gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito.

Estabelecimento de limites

A aprovação de todas as operações que envolvem risco de Crédito e de Mercado, bem como os limites para todas as medidas de risco de cada unidade de negócio do Haitong Bank (Portugal, Espanha, Polónia, Estados Unidos da América, México, Brasil, Reino Unido e Irlanda) é efectuada pelo Conselho de Crédito e Riscos Global.

As atribuições específicas do Conselho de Crédito e Riscos Global são as seguintes:

- Definir limites globais e regionais de exposição e tolerância ao risco, tendo em conta a solvência e a maximização do binómio retorno/ risco;
- Delegar poderes, quando aplicável, de aprovação às diversas unidades de negócio dentro de determinados perfis de risco, tendo em conta o *rating*, montantes globais e parciais por cada *rating bucket*, por maturidades, sectores, países, entre outros;
- Analisar e decidir sobre a aprovação ou recusa das operações propostas por cada uma das áreas de negócio e/ ou geografias garantindo a sua adequação ao perfil de risco definido pela Comissão Executiva, tendo em conta os necessários requisitos legais e regulamentares vigentes, bem como as *best practices* de mercado;
- Aprovar alterações a limites individuais e agregados, de acordo com as linhas de negócio e produto definidas;
- Monitorizar todos os parâmetros de risco relevantes para a actividade do Banco.

Deste modo, os limites de níveis máximos de exposição por contraparte, por *rating*, e por sector propostos e aprovados, são atribuídos tendo em conta as especificidades dos mercados, produtos, moedas e maturidades.

Previamente à atribuição de limites é efectuada uma análise profunda dos mercados, nomeadamente a sua liquidez, no sentido de se assegurar os objectivos propostos estrategicamente para o Banco, quer em termos individuais, quer em termos consolidados. A utilização de *ratings* internos e externos para efeitos de definição de limites de portefólio que condicionam a concessão de crédito por produto e classes de *rating*, restringem a produção de crédito nas piores notações de risco.

Ratings Internos

Apesar de na sequência da separação do Novo Banco o Haitong Bank ter regressado à utilização do Método Padrão para efeitos de cálculo dos requisitos de capital, o processo de atribuição de *rating* internos continua a desempenhar um papel determinante na gestão do risco de crédito.

A função de atribuição de *ratings* internos foi integralmente internalizada através da retenção de uma equipa experiente de analistas, bem como da manutenção da ferramenta de rating (notações e orientações) desenvolvida pela *Standard and Poor's*.

Os *ratings* internos medem a probabilidade de incumprimento para um horizonte temporal de um ano e são atribuídos a todos os Clientes e contrapartes do Haitong Bank. As notações de risco são obrigatórias na decisão de crédito e, para além disso, os *ratings* internos são usados na identificação de indícios de imparidade e de sinais de alerta. A actualização e manutenção anual dos modelos de notação interna de risco está assegurada através dos serviços contratados à *Standard and Poor's*.

Monitorização

As actividades de acompanhamento e de controlo do Risco de Crédito têm por objectivo medir e controlar a evolução do Risco de Crédito e, simultaneamente, numa lógica de mitigação de perdas potenciais, definir medidas objectivas relativamente a situações concretas, cujas especificidades indiquem uma deterioração de risco, e estratégias globais de gestão da carteira de crédito.

Nessa perspectiva, tendo como objectivo central a preservação da qualidade e dos padrões de risco, a função de Monitorização do Risco de Crédito e o seu respectivo desenvolvimento é objectivamente assumida como um pilar de intervenção prioritário do sistema de gestão e controlo de risco, sendo constituída essencialmente pelos seguintes processos:

- Acompanhamento diário e semanal do portefólio;

O Haitong Bank dispõe de equipas em cada unidade de negócio que asseguram a função de controlo e monitorização desses riscos assente nos seguintes processos:

- Recolha, preparação, controlo e difusão diária pelas diferentes áreas de negócio das posições dos empréstimos, das carteiras de títulos, derivados e demais produtos e nível de utilização dos limites aprovados;
- Elaboração semanal de um relatório de Risco onde são abordados os diferentes tipos de risco, nomeadamente o perfil de risco de crédito da carteira do Banco nos seus diferentes instrumentos, exposição global por instrumento, por país, por rating, por sector económico, por maturidade, margem, requisitos de capital, aprovações em Comité de Crédito e Riscos Global, limites excedidos e indícios de imparidade;
- Preparação da informação de apoio à elaboração dos diversos reportes externos e internos sobre crédito e risco de contraparte.

- Acompanhamento de Clientes com *triggers* de imparidade;

Tendo em vista o reforço da monitorização e controlo da carteira de crédito o Comité de Imparidade tem como propósito específico de avaliar os créditos com imparidade numa base individual e em base de portefólio e onde é utilizada a informação de base dos modelos de risco de crédito complementada com a análise, entre outros:

- Da exposição global do Cliente e da existência de créditos em situação de incumprimento;
- Da viabilidade económico-financeira do negócio do Cliente e da sua capacidade de gerar meios capazes de responder ao serviço da dívida no futuro;

- Da existência de credores privilegiados;
- Da existência, da natureza e do valor estimado dos colaterais;
- Do endividamento do Cliente no sector financeiro;
- Do montante e dos prazos de recuperação estimados.

É de notar que um crédito concedido a Clientes ou uma carteira de crédito concedido encontra-se em imparidade quando: (i) existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorram após o seu reconhecimento inicial; e (ii) esse(s) evento(s) tenha(m) um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

- Análise global do perfil de risco da carteira de crédito;

No Haitong Bank é efectuada uma gestão permanente da carteira de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito, sendo o perfil de risco dos portefólios de crédito (nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias) apresentado mensalmente à Comissão Executiva.

Os limites de portefólio são utilizados para controlar a evolução do perfil de risco dos vários portefólios de crédito. O cumprimento dos limites estabelecidos é objecto de monitorização permanente, sendo a informação distribuída às áreas comerciais, bem como apresentada em Conselho de Crédito e Riscos Global.

Relativamente ao risco de concentração - a possibilidade de uma exposição ou um conjunto de exposições produzir perdas suficientemente significativas que possam pôr em causa a solvabilidade da Instituição – o Haitong Bank tem definidos limites para as maiores exposições e para a distribuição sectorial. Sendo objecto de monitorização periódica, tais limites, em consonância com outros, nomeadamente de carácter regulamentar como sejam os Grandes Riscos, vieram reforçar o *framework* já existente no Banco para o acompanhamento e monitorização do risco de concentração de crédito. É de referir, por último, que o efeito do risco de concentração se encontra incorporado no modelo de capital económico para risco de crédito.

Processo de Recuperação de Crédito

No âmbito da recuperação e reestruturação de crédito o Haitong Bank possui a Direcção de Assessoria em Estrutura de Capitais focalizada no aconselhamento e implementação de soluções para a gestão do passivo das empresas. Adicionalmente, esta Direcção dedica-se à reestruturação de financiamentos com o objectivo de maximizar os valores de recuperação dos créditos.

ANÁLISE DO RISCO DE CRÉDITO

Carteira de Crédito

Estrutura da carteira de crédito

A 31 de Dezembro de 2015, a carteira de crédito (bruta de provisões) ascendeu a 1.370 milhões de euros, tendo diminuído 463 milhões de euros durante o ano de 2015. A redução da carteira de crédito verificou-se sobretudo na actividade internacional (- 409 milhões de euros).

Carteira de Crédito por linha de produto e geografia

(milhares de euros)

	Dez-15			Dez-14		
	Doméstico	Internacional	Total	Doméstico	Internacional	Total
Carteira de Crédito ⁽¹⁾	582.896	787.111	1.370.007	636.510	1.196.488	1.832.998
Project Finance	399.625	423.941	823.566	424.550	558.082	982.632
Acquisition Finance	180.379	363.138	543.517	186.529	634.835	821.364
Outros	2.892	33	2.925	25.432	3.571	29.002

⁽¹⁾ Bruto de Provisões Fonte: Haitong Bank

A distribuição sectorial da carteira de crédito espelha a estratégia de concessão de crédito que o Banco tem vindo a desenvolver ao longo dos últimos anos, salientando-se o particular enfoque nas operações em regime de *Project Finance*, nos sectores das Infra-estruturas de Transportes e Energia, nas diversas geografias onde o Banco está presente.

Carteira de crédito por sector

	Dez-15				Dez-14			
	Project Finance	Acquisition Finance	Outros	Total	Project Finance	Acquisition Finance	Outros	Total
Total	60%	40%	0%	100%	54%	45%	2%	100%
Financeiras	0%	11%	0%	11%	2%	10%	1%	13%
Construção e Obras Públicas	13%	2%	0%	14%	10%	3%	0%	12%
Energia	19%	1%	0%	20%	16%	1%	0%	16%
Infraestruturas de Transporte	14%	0%	0%	14%	12%	0%	0%	12%
Transp. e Comunicações	1%	3%	0%	4%	1%	2%	0%	3%
Outros sectores industriais	1%	6%	0%	7%	1%	7%	0%	8%
Promoção imobiliária	0%	6%	0%	6%	0%	4%	0%	4%
Serviços	5%	5%	0%	10%	6%	6%	1%	13%
Comércio	5%	1%	0%	6%	4%	3%	0%	7%
Outros sectores	2%	6%	0%	8%	2%	9%	0%	11%

Fonte: Haitong Bank

Perfil de Ratings Internos

O Haitong Bank utiliza os sistemas de *rating* internos no apoio à decisão e na monitorização do risco de crédito. O perfil médio de risco de crédito manteve-se semelhante ao verificado no ano anterior.

Perfil de *rating* da Carteira de Crédito

	Dez-15	Dez-14
[aaa; a-]	1,0%	0,0%
[bbb+; bbb-]	10,0%	16,0%
[bb+; bb-]	37,0%	32,0%
[b+; b-]	44,0%	47,0%
[ccc+; lccc]	8,0%	5,0%

Nota: Em percentagem da carteira não default com notações de risco

Fonte: Haitong Bank

Indicadores de Risco

As provisões constituídas em 2014 decorreram dos ajustamentos efectuados na sequência do *Asset Quality Review* (AQR) do BCE, dos problemas financeiros do GBES / GES, da elaboração do balanço de abertura do Novo Banco e da contracção da carteira propriamente dita.

Em 2015, o Haitong Bank manteve uma abordagem conservadora relativamente ao provisionamento da sua carteira de crédito, mantendo um esforço de provisionamento significativo com vista ao reforço de níveis sólidos de cobertura.

Indicadores de Risco da Carteira de Crédito

	(milhares de euros)	
	Dez-15	Dez-14
Carteira de Crédito	1.370.007	1.832.998
Crédito Vencido > 90 dias	189.407	121.763
Crédito Vencido > 90 dias / Carteira de Crédito	13,8%	6,6%
Crédito em Risco ⁽¹⁾	502.048	510.757
Crédito em Risco / Carteira de Crédito	37%	28%
Provisões para Crédito	328.666	283.780
Provisões para Crédito / Crédito Vencido > 90 dias	174%	233%
Provisões para Crédito / Crédito em Risco	65%	56%
Provisões para Crédito / Carteira de Crédito	24%	15%
Reforço de Provisões para Crédito	60.231	169.605
Reforço de Provisões / Carteira de Crédito	4,40%	9,25%

⁽¹⁾ De acordo com a definição constante da Instrução nº23/2011 do Banco de Portugal. O crédito em risco inclui: a) crédito (vencido + vincendo) com prestações de capital e juros vencidos há mais de 90 dias; b) créditos reestruturados em que tenha havido capitalização de juros ou capital sem cobertura total por garantias ou que os juros e outros encargos não tenham sido pagos na íntegra pelo devedor; c) prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias em que se verifique a falência ou liquidação do devedor.

Fonte: Haitong Bank

Títulos de Rendimento Fixo

Estrutura da carteira

A Carteira de Títulos de Rendimento Fixo atingiu no final do ano de 2015 o montante líquido de 1.441 milhões de euros, registando assim um crescimento de 155 milhões de euros face ao ano anterior, em virtude da actividade do Haitong Banco de Investimento do Brasil, onde se destacam as Notas do Tesouro Nacional do Brasil e as Notas do Banco Central Brasileiro (denominadas e financiadas em moeda local).

Títulos de Rendimento Fixo por sector

	(milhares de euros)	
	Dez-15	Dez-14
Total	1.441.206	1.286.029
Administrações Centrais	1.231.291	1.002.544
Financeiras	67.042	109.553
Construção e Obras Públicas	3.224	25.165
Energia	3.749	5.767
Infraestruturas de Transporte	621	0
Transporte e Comunicações	12.226	7.833
Outros sectores industriais	18.646	24.886
Promoção Imobiliária	8.384	11.475
Serviços	40.612	42.379
Comércio	0	4.944
Outros sectores	55.411	51.484

Fonte: Haitong Bank

Perfil de Ratings Internos

O perfil de risco da carteira de títulos de rendimento fixo do Banco manteve-se em 2015 essencialmente concentrado em emittentes *investment grade*.

Perfil de *rating* Títulos de Rendimento Fixo

	Dez-15	Dez-14
[aaa; a-]	0,1%	2,6%
[bbb+; bbb-]	75,0%	80,3%
[bb+; bb-]	19,7%	7,3%
[b+; b-]	2,5%	7,3%
[ccc+; lccc]	2,8%	2,5%

Nota: Em percentagem da carteira não *default* com notações de risco

Fonte: Haitong Bank

Carteira de Derivados

Estrutura da Carteira

O risco de crédito subjacente à carteira de derivados sobre instrumentos de taxa de juro, câmbio e acções encerrou o exercício de 2015 com um valor de 461 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 359 milhões de euros, resultantes da diminuição da actividade creditícia no segmento de *Project Finance*.

No que respeita à distribuição sectorial, cerca de 50% da exposição global resultou de transacções com contrapartes do sector financeiro.

Derivados por sector

	(milhares de euros)	
	Dez-15	Dez-14
Total	461.191	820.048
Financeiras	231.884	541.811
Construção e Obras Públicas	24.290	20.030
Energia	41.832	48.687
Infraestruturas de Transporte	70.479	76.522
Transporte e Comunicações	24.672	66.195
Outros sectores industriais	740	304
Promoção Imobiliária	145	234
Serviços	28.773	35.540
Comércio	12.726	7.999
Outros sectores	25.650	22.726

Fonte: Haitong Bank

Perfil de Rating Internos

Em termos do perfil de risco das exposições do Banco nestes instrumentos, cerca de 37% era constituído por contrapartes com *ratings investment grade*.

Perfil de Rating dos Derivados

	Dez-15	Dez-14
[aaa; a-]	28%	32%
[bbb+; bbb-]	8%	29%
[bb+; bb-]	40%	30%
[b+; b-]	19%	7%
[ccc+; lccc]	4%	2%

Nota: Em percentagem da carteira não default com notações de risco

Fonte: Haitong Bank

7.2. RISCO DE MERCADO

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro em consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de acções, de mercadorias, ou de imóveis, volatilidade e *spread* de crédito.

O Risco de Mercado é controlado numa visão a curto prazo (dez dias) para a carteira de negociação e numa visão de médio prazo (um ano) para a carteira bancária.

RISCO DA CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO

Práticas de Gestão

O principal elemento de medição do risco de mercado consiste na estimativa das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para a qual é utilizada a metodologia *Value at Risk (VaR)*. O VaR é calculado utilizando a simulação Histórica, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias úteis. As volatilidades e correlações são históricas, com base num período de observação de 1 ano.

As tarefas de identificação, valorização, monitorização e controlo do risco de mercado são desenvolvidas por uma área específica - Controlo de Risco - que as exerce de forma totalmente independente das áreas de negócio do Banco.

Em termos organizacionais, existe uma repartição geográfica da função de Controlo de Risco pelas diversas unidades de negócio, com competências adequadas, atendendo às especificidades da actividade desenvolvida, e dos riscos incorridos em cada unidade do Grupo Haitong Bank.

A esta área cabe a apresentação de propostas de limites precedida da análise dos factores relevantes a cada risco recorrendo a técnicas de tratamento estatístico, à medição da volatilidade do mercado, à análise de indicadores de profundidade e liquidez e à simulação da actividade em causa sob diversas condições de mercado de modo a fundamentar convenientemente os limites propostos pelas áreas de negócio. Além do fundamento técnico dos limites existe uma adequação ao *track record* e experiência da área de negócio e aos objectivos estratégicos, pelo que os limites reflectem o apetite ao risco do Banco para cada um dos tipos de risco em que incorre.

As propostas de limites são apresentadas e aprovadas em sede de Conselho de Crédito e Riscos a nível Local (o CCR Brasil e o CCR Nova Iorque) e posteriormente submetidas à aprovação por parte do Conselho de Crédito e Riscos Global.

Com periodicidade no mínimo anual procede-se à sua revisão, podendo esta ser igualmente iniciada sempre que as opções estratégicas ou as condições de mercado o justifiquem.

Por forma a construir uma imagem que se pretende completa sobre os riscos incorridos e a transmitir a toda a organização sinais claros acerca do apetite ao risco desejado, são utilizadas diversas medidas de risco complementadas com limites de posição, de *stop losses* e de concentração.

Para além do VaR (*Value at Risk*), são utilizadas outras medidas de risco como a medida de sensibilidade BPV (*Basis Point Value*) e os “Gregos” (Vega e Rho). A calibração do modelo de VaR é feita com uma análise de *back testing*.

Os mercados em que cada unidade de negócio opera encerram especificidades que obrigam à adaptação da forma de implementação das referidas metodologias de medição e controlo do risco.

O Banco apresentou um valor em risco (VaR) total de 4,45 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2015 (9,84 milhões a 31 de Dezembro de 2014), nas suas posições de *trading* em acções, taxa de juro, volatilidade e *spread* de crédito, e na posição global de mercadorias e cambial (com excepção da posição cambial referente a acções das carteiras de activos disponíveis para venda e de activos ao justo valor).

VaR – 99% a 10 dias

(milhões de euros)		
	Dez-15	Dez-14
Risco cambial	1,78	2,3
Risco taxa de juro	1,16	1,64
Acções	0,1	1,16
Spread de Crédito	2,12	5,99
Covariância	-0,71	-1,25
Total	4,45	9,84

Fonte: Haitong Bank

A 31 de Dezembro de 2015, tal como em finais de 2014, o *spread* de crédito soberano do Brasil era o principal factor de risco a que o Banco se encontrava exposto.

RISCOS DA CARTEIRA BANCÁRIA

Os outros riscos da carteira bancária referem-se a movimentos adversos nas taxas de juro, nos *spreads* de crédito e no valor de mercado de títulos de capital e imóveis, em exposições que o Banco detém no seu balanço (*non-trading*).

Risco de Taxa de Juro

O Risco de Taxa de Juro pode ser interpretado de dois modos diferentes mas complementares, como o efeito sobre a margem financeira ou como o efeito sobre o valor do capital, decorrente de movimentos nas taxas de juro que afectam a carteira bancária do Banco.

As variações nas taxas de juro de mercado afectam a margem financeira do Banco através da alteração dos proveitos e dos custos associados aos produtos de taxa de juro e através da alteração do valor subjacente dos seus activos, passivos e instrumentos fora de balanço.

A exposição ao risco de taxa de juro da carteira bancária é calculada com base na metodologia do Bank for International Settlements (BIS). Segundo este método, são classificadas todas as rubricas do activo, do passivo e extrapatrimoniais que sejam sensíveis a oscilações das taxas de juro e que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de refixação da taxa de juro.

O modelo utilizado baseia-se numa aproximação ao modelo de cálculo da *duration* e consiste num cenário de *stress test* correspondente a uma deslocação paralela da curva de rendimentos de 200 pontos base, em todos os escalões de taxa de juro (Instrução 19/2005 do Banco de Portugal).

As medidas de risco de taxa de juro quantificam, essencialmente, os efeitos das variações das taxas de juro na situação líquida e no resultado financeiro. O risco de taxa de juro na óptica do efeito sobre a situação líquida do Banco em 31 de Dezembro de 2015 ascendeu a 14.829 milhares de euros de impacto positivo, que compara com 7.333 milhares de euros negativos em 31 de Dezembro de 2014.

Risco de *Spread* de Crédito

O *spread* de crédito é um dos factores a considerar na avaliação de activos, representa a capacidade do emitente cumprir com as suas responsabilidades até à maturidade e visa reflectir a diferença entre a taxa de juro associada a um activo financeiro e a taxa de juro sem risco referente a um activo na mesma moeda.

O risco de *spread* de crédito de um activo decorre da variabilidade do *spread* de crédito do emitente. Para medir este risco, é calculado um VaR a 99%, considerando um período de detenção de 1 ano. Complementarmente procede-se à análise da simulação de cenários extremos.

Risco de Instrumentos de Capital e de Outros Títulos de Rendimento Variável

O Banco encontra-se ainda sujeito a outros tipos de risco da carteira bancária, onde se inclui o risco das Participações Financeiras e o risco dos Fundos de Investimento. Estes riscos podem ser definidos genericamente como a probabilidade de perda resultante da alteração adversa no valor de mercado dos instrumentos financeiros citados.

Quanto às Participações Financeiras e aos Fundos de Investimento, que têm como fontes de risco as suas cotações e os índices de acções, é calculado um VaR a 99%, considerando um período de detenção de 1 ano. É incluído neste cálculo o risco cambial associado a acções da carteira de activos disponíveis para venda e de activos ao justo valor.

Risco Imobiliário

O risco imobiliário refere-se a movimentos adversos no valor de mercado dos imóveis, em exposições que o Banco detém no seu balanço através de Fundos.

RISCO DO FUNDO DE PENSÕES

O risco de fundo de pensões é o risco resultante do valor dos passivos (responsabilidades do fundo) exceder o valor dos activos (investimentos do fundo). Nesta situação o Banco tem a responsabilidade de financiar a diferença incorrendo na correspondente perda (contribuições para o fundo).

Com o objectivo de mensurar o risco do fundo de pensões do Banco, são estimados os activos e passivos com o horizonte temporal de 1 ano.

O rendimento estimado dos activos do fundo corresponde às perdas máximas que o Fundo pode incorrer num período de 1 ano. Este é determinado através do cálculo do VaR a 99%, considerando um período de detenção a 1 ano, da carteira de activos do Fundo de Pensões à data de referência.

As responsabilidades são actualizadas tendo como base o custo corrente projectado a 1 ano. O Banco utiliza para a quantificação do risco do fundo de pensões, os mesmos modelos e metodologias que para a determinação dos riscos materiais incorridos pelos activos.

7.3. RISCO OPERACIONAL

O Risco Operacional representa a probabilidade de ocorrência de eventos, com impactos negativos nos resultados ou no capital, resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, sistemas de informação, comportamento das pessoas ou motivados por acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos. Desta forma, assumimos o risco operacional como o cômputo dos seguintes riscos: operativa, de sistemas de informação, de *compliance* e de Reputação.

PRÁTICAS DE GESTÃO

A gestão do risco operacional é efectuada através da aplicação de um conjunto de processos que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. A prioridade na gestão do risco operacional é a identificação e mitigação ou eliminação das fontes de risco, mesmo que não se tenham materializado em perdas financeiras.

As metodologias de gestão definidas encontram-se suportadas nos documentos reconhecidos como melhores práticas, nomeadamente os princípios e abordagens de gestão do risco operacional emanadas pelo Comité de Basileia e a abordagem subjacente ao Modelo de Avaliação de Riscos implementada pelo Banco de Portugal.

O modelo de gestão de risco operacional implementado é suportado por uma estrutura organizacional, dedicada exclusivamente ao seu desenho, acompanhamento e manutenção, mas que atua em estreita articulação com os seguintes elementos, cuja participação activa é crucial:

- Representantes de Risco Operacional dos departamentos, sucursais e filiais integradas no perímetro da gestão do risco operacional, aos quais compete assegurar, nas suas unidades, a aplicação dos procedimentos definidos e a gestão diária do risco operacional, nas suas áreas de competência;
- Departamento de *Compliance*, pelo seu papel na garantia da documentação dos processos, na identificação dos seus riscos específicos e dos controlos implementados, na determinação do rigor do desenho dos controlos e na identificação das acções de melhoria necessárias para a sua plena eficácia, sendo contínua a comunicação de e para a gestão do risco operacional;
- Departamento de Auditoria Interna, pelo seu papel no teste da eficácia da gestão dos riscos e dos controlos, bem como na identificação e avaliação da implementação das acções de melhoria necessárias;
- Departamento de Informática, pelo seu papel no âmbito da continuidade de negócio.

A implementação da gestão de risco operacional compreende os seguintes elementos:

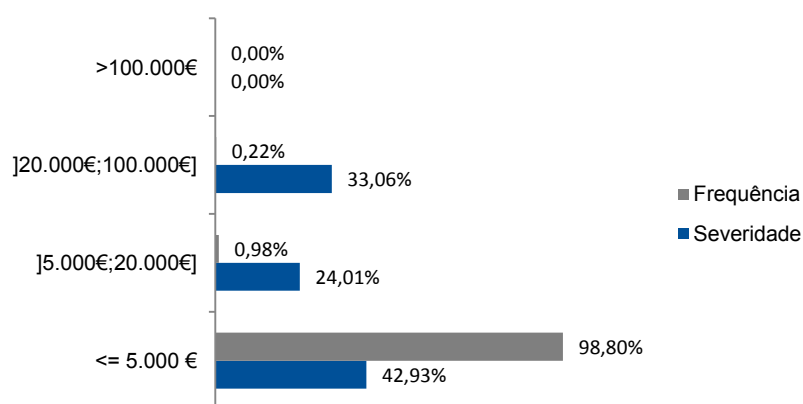
- Identificação e reporte de eventos de risco operacional. Esta base de dados contempla eventos que originaram perdas, mas também as ocorrências com impactos positivos ou sem impactos relevados contabilisticamente;
- Execução de Processos de Controlo de Registo de Eventos, de modo a verificar a eficácia dos processos de identificação implementados em cada sucursal, filial, e em paralelo, garantir a captura e conformidade da informação relativa aos eventos com impacto financeiro;
- Realização de exercícios de *self-assessment* periódicos de modo a identificar os maiores riscos, bem como as acções a desenvolver para os mitigar;

- Monitorização de factores de risco através de *Key Risk Indicators* (KRI);
- Processo de cálculo dos requisitos de fundos próprios de acordo com o Método *Standard* (esta actividade está afectada ao Departamento de Informação e Controlo de Gestão).

ANÁLISE DO RISCO OPERACIONAL

O Perfil de Risco Operacional do Grupo Haitong Bank caracteriza-se por uma frequência significativa de eventos com impacto financeiro associado pouco relevante, e um conjunto muito reduzido de eventos de risco com severidade material.

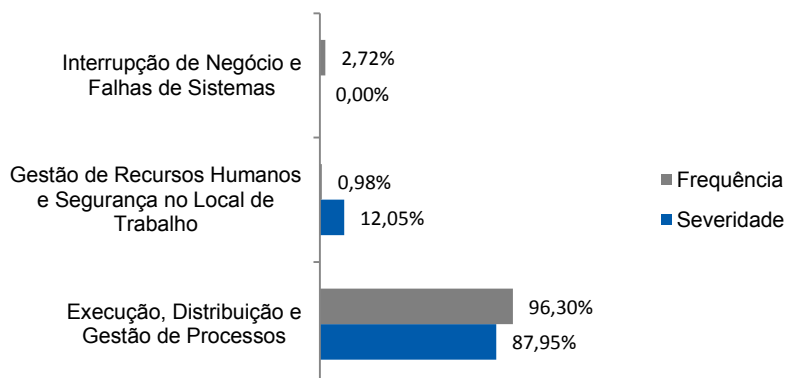
Verifica-se que 98,8% dos eventos apresentam impacto financeiro negativo inferior a 5 mil euros, justificando 42,9% do total. Não foram registados incidentes com severidade mais significativa (superior a 100 mil euros).



Fonte: Haitong Bank

Os eventos de risco operacional identificados são devidamente reportados permitindo a sua caracterização completa e sistematizada, e o controlo das acções de mitigação identificadas. Todos os eventos são classificados de acordo com as Categorias de Risco do Modelo de Avaliação de Riscos do Banco de Portugal, Linhas de Negócio e Tipologias de Risco de Basileia.

A tipologia de risco Execução, Distribuição e Gestão de Processos apresenta os índices de frequência e severidade mais elevados, representando 88% do impacto total suportado.



Fonte: Haitong Bank

7.4. RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é o risco actual ou futuro que deriva da incapacidade de uma instituição solver as suas responsabilidades à medida que estas se vão vencendo, sem incorrer em custos excessivos.

O risco de liquidez pode ser subdividido em dois tipos:

- Liquidez dos activos (*market liquidity risk*) - consiste na impossibilidade de alienar um determinado tipo de activo devido à falta de liquidez no mercado, o que se traduz no alargamento do *spread bid/offer* ou na aplicação de um *haircut* ao valor de mercado;
- Financiamento (*funding liquidity risk*) - consiste na impossibilidade de financiar no mercado os activos e/ou refinar a dívida que está a maturar, na moeda desejada. Esta impossibilidade pode ser reflectida através de um forte aumento do custo de financiamento ou da exigência de colateral para a obtenção de fundos. A dificuldade de (re)financiamento pode conduzir à venda de activos incorrendo em perdas significativas.

PRÁTICAS DE GESTÃO

A gestão da liquidez e do financiamento constituem um elemento crítico para persecução dos objectivos estratégicos do Haitong Bank, assim como representam, em conjunto com a gestão do capital, um pilar fundamental da robustez e resiliência da instituição.

O Haitong Bank assume a responsabilidade primária pela gestão do seu risco de liquidez. O processo de decisão desta actividade é conduzido sob a participação, orientação e apoio da área de *Debt Financing Management* do Grupo Haitong.

Assente num modelo de organização sólido e, no sentido de dotar o Banco de protecção face a variações não esperadas, a gestão do risco de liquidez do Haitong Bank está determinada em alcançar uma estrutura adequada de financiamento, tanto ao nível da sua composição, quer ao nível do seu perfil de maturidades, através dos seguintes princípios:

- Cumprimento dos requisitos regulamentares de liquidez;
- Total alinhamento com o apetite de risco de liquidez definido pela Comissão Executiva;
- Conhecimento detalhado das necessidades actuais e futuras de liquidez inerentes à actividade e estratégia de negócio do Banco;
- Disponibilidade em permanência de uma reserva de liquidez imediata suficiente para face a condições normais de mercado, mas também situações adversas de *stress*;
- Desenvolvimento de uma base diversificada de investidores e manutenção do acesso a múltiplas fontes de financiamento, a par da minimização do custo de financiamento.

Em 2015, depois de aprovado pela Comissão Executiva, o Haitong Bank reportou ao Banco de Portugal o seu documento de *ILAAP – Internal Liquidity Adequacy Assessment Process*.

POSIÇÃO DE LIQUIDEZ

Gap de Liquidez (1 ano)

O *gap* de liquidez a 1 ano compara a liquidez disponível com as necessidades decorrentes de pagamento devidos e assim indica a posição dos fluxos financeiros, quer de entrada e quer de saída, que irão ocorrer num período de 1 ano.

De acordo com a instrução 13/2009 do Banco de Portugal, o *gap* de liquidez é definido como (Activos líquidos – Passivos voláteis) / (Activo – Activos líquidos) em cada escala cumulativa de maturidade residual, onde os activos líquidos incluem tesouraria e títulos líquidos e os passivos voláteis incluem a tesouraria, as emissões, os compromissos assumidos, os derivados e outros passivos.

O *gap* de liquidez até 1 ano do Haitong Bank melhorou de - 840 milhões de euros à data de 31 de Dezembro de 2014 para + 427 milhões de euros no final do presente exercício. Esta melhoria deveu-se essencialmente à extensão do perfil de maturidade alcançada na estrutura de financiamento do Banco em 2015.

Rácio de Cobertura de Liquidez (30 dias)

O Rácio de Cobertura de Liquidez previsto na CRD IV (Directiva 2013/36/UE) foi estabelecido para promover robustez da liquidez de curto-prazo das instituições, medindo a adequabilidade das reservas de activos líquidos de elevada qualidade (que podem ser facilmente monetizáveis) face às necessidades de liquidez por um período de 30 dias resultantes de um cenário de *stress*.

Em Outubro de 2014, a Comissão Europeia publicou o Regulamento Delegado (EU) 2015/61 que regula o Rácio de Cobertura de Liquidez. Esta moldura regulamentar estabelece que o Rácio de Cobertura de Liquidez passa a ser vinculativo a partir de Outubro de 2015 e prevê uma exigência progressiva relativamente aos rácios mínimos. Nesta data, o valor mínimo do Rácio de Cobertura de Liquidez é de 60%, valor que irá aumentar até 100% em Janeiro de 2018, conforme indicado na tabela abaixo.

Rácios de Cobertura de Liquidez mínimos

	Dez-15	Jan-16	Jan-17	Jan-18
Rácio de Cobertura de Liquidez	60%	70%	80%	100%

Fonte: Haitong Bank

A 31 de Dezembro de 2015, o Haitong Bank alcançou um rácio de cobertura de liquidez de 147%, estando assim acima do rácio mínimo regulamentar previsto, quer para Dezembro de 2015, quer para Dezembro de 2018.

Rácio de Cobertura de Liquidez

	(milhares de euros)
	Dez-15
Activos líquidos de alta qualidade	232.660
Saída líquidas a 30 dias	158.474
Rácio de Cobertura de Liquidez	147%

Fonte: Haitong Bank

7.5. GESTÃO DO CAPITAL

Ao nível da gestão do capital o Haitong Bank procura assegurar um nível adequado de solvabilidade e rentabilidade de acordo com os objectivos e políticas de apetite de risco definidos pela Comissão Executiva, sendo por isso um elemento crítico na abordagem da instituição para a sua gestão estável e sustentada.

PRÁTICAS DE GESTÃO

As políticas e práticas de gestão do capital são delineadas com vista a cumprir os objectivos estratégicos de negócio e o nível de apetite de risco definido pela Comissão Executiva. Desta forma, para efeitos da determinação do nível de capital adequado, quer em quantidade, quer em qualidade, o Haitong Bank tem implementado um modelo de gestão de capital que assenta nos seguintes princípios:

- Monitorização permanente dos requisitos regulamentares de capital;
- Revisão anual da política de apetite de risco por parte da Comissão Executiva;
- Objectivos de negócio devidamente mensurados no planeamento de capital. Em 2015, o Haitong Bank submeteu ao Banco de Portugal o seu primeiro *Funding and Capital Plan* (FCP);
- Em complemento aos requisitos regulamentares, o Haitong Bank executa numa base anual uma auto-avaliação interna e prospectiva de todos os riscos materiais (incluindo os risco não cobertos pelo Pilar 1) a que a instituição está exposta. Em 2015, o Haitong Bank submeteu ao Banco de Portugal o seu documento de *ICAAP – Internal Capital Adequacy Assessment Process*;
- Como parte integrante do seu processo de gestão de capital, o Haitong Bank mantém o Plano de Recuperação que, por um lado, estabelece o protocolo de decisão inerente ao processo de gestão de crises e, por outro, identifica a lista de acções e estratégias pré-definidas para responder a um evento de adverso em termos de capital.

RÁCIOS REGULAMENTARES DE CAPITAL E DE ALAVANCAGEM

Solvabilidade

Os requisitos regulamentares de capital são determinados pelo Banco de Portugal de acordo com as regras estabelecidas na CRR (Regulamento (EU) nº 575/2013) e na CRD IV (Directiva 2013/36/EU). De acordo com estas molduras legais, os requisitos de capital são apurados de forma a atender o nível de risco a que a instituição está exposta, que por sua vez é medido através dos activos ponderados pelo risco e pelo grau de alavancagem.

A legislação em vigor contempla um período de transição entre os requisitos de fundos próprios apurados de acordo com a legislação nacional e os calculados de acordo com a legislação comunitária por forma a fasear quer a não inclusão/exclusão de elementos anteriormente considerados (*phased-out*) quer a inclusão/dedução de novos elementos (*phased-in*). O período de transição faseado prolongar-se-á até ao final de 2017 para a maioria dos elementos, com excepção da dedução relacionada com os impostos diferidos gerados anteriormente a 1 de Janeiro de 2014 e com a dívida subordinada e instrumentos híbridos não elegíveis de acordo com a nova regulamentação, cujo período se estende até ao final de 2021.

De acordo com esta estrutura regulatória, os rácios mínimos de capital são 4,5%, 6% e 8% para os fundos próprios principais de nível 1, fundos próprios de nível 1 e fundos próprios totais, respectivamente.

Adicionalmente, a partir de Janeiro de 2016, estes rácios mínimos será acrescidos pela nova reserva de conservação de capital. A CRD IV permite que a inclusão desta reserva de fundos próprios seja faseada com incrementos de 0,625% por ano até ao valor de 2,5% dos activos ponderados pelo risco em 1 de Janeiro de 2019. Contudo, o Banco de Portugal decidiu antecipar integralmente a reserva de conservação de capital com efeitos a 1 de Janeiro de 2016 a todas as instituições sob sua supervisão.

Ainda no contexto das reservas de fundos próprios previstas na CRD IV, o Banco de Portugal decidiu, em Dezembro de 2015, aplicar uma reserva adicional a seis Bancos portugueses considerados como “Outras Instituições de Importância Sistémica” (O-SII). Esta reserva para as entidades O-SII varia entre 1 e 2,5% e será vinculativa a partir de 1 de Janeiro de 2017. De acordo com esta decisão do Banco de Portugal, o Haitong Bank encontra-se, nesta data, fora do âmbito de aplicação desta reserva macro prudencial.

A regulamentação ainda prevê uma nova reserva contra cíclica de fundos próprios que poderá atingir 2,5% (dos fundos próprios principais de nível 1), que pode ser imposta pelo supervisor nacional caso este considere que se justifica a sua aplicação em virtude da verificação de um crescimento excessivo da actividade creditícia em Portugal. Em Dezembro de 2015, o Banco de Portugal decidiu pela não aplicação desta reserva contra cíclica de fundos próprios. Esta avaliação aplica-se ao primeiro trimestre de 2016 e será sujeita a reapreciação por parte do supervisor numa base trimestral.

A tabela abaixo apresenta os rácios mínimos de fundos próprios aplicáveis a Dezembro de 2015, Janeiro de 2016 e Janeiro de 2017. Note-se que a reserva contra cíclica de fundos próprios não foi considerada.

Rácio Mínimos de Capital

	Dez-15	Jan-16 Introdução da Reserva de Conservação de Capital	Jan-17 Introdução da Reserva O-SII Buffer (1)
Rácio Fundos Próprios Principais de Nível 1	4.5%	7.0%	7.0%
Rácio Fundos Próprios de Nível 1	6.0%	8.5%	8.5%
Rácio Fundos Próprios totais	8.0%	10.5%	10.5%

(1) Não aplicável ao Haitong Bank, conforme decidido pelo Banco de Portugal. Esta decisão de Dezembro de 2015 pode ser revertida.

Fonte: Haitong Bank

Na sequência do processo de separação do Novo Banco, o Haitong Bank usa actualmente o Método Padrão para efeitos de cálculo dos activos ponderados pelo risco do Risco de Crédito.

As estimativas de rácios de solvabilidade determinadas à luz dos métodos Padrão previstos regime de Basileia III, em período transitório e em implementação plena, encontram-se na tabela que se segue.

Rácios de Solvabilidade

	Dez -14	Dez-15	
	Período transitório	Período transitório	Implementação plena
Rácio Fundos Próprios Principais de Nível 1	9,4%	10,5%	8,9%
Rácio Fundos Próprios de Nível 1	9,4%	10,5%	9,0%
Rácio Fundos Próprios totais	9,4%	10,6%	9,3%

Fonte: Haitong Bank

A adequação de capital do Haitong Bank foi substancialmente reforçada durante o ano de 2015. Tal deve-se à sua importância estratégica no Grupo Haitong e traduz o empenho do novo Accionista no desenvolvimento do Banco, comprovado pelo aumento de capital de 100 milhões de euros (realizado a 17 de Dezembro de 2015). Também são dignos de nota a prudente e rigorosa gestão do balanço do Banco e os esforços de optimização dos activos ponderados pelo risco realizados durante o ano de 2015.

Alavancagem

A regulamentação CRR/CRDIV introduziu complementarmente o rácio de alavancagem não baseado no risco. Este rácio de alavancagem, que compara os fundos próprios de nível 1 com uma medida de exposição, tem como objectivo evitar o acumular de endividamento excessivo no sector bancário. Assim, o Regulador definiu um limite prévio aos existentes requisitos de capital decorrentes dos activos ponderados pelo risco, através de uma medida simples e não sensível ao risco. É expectável a aplicação vinculativa do rácio de alavancagem a partir de 2018, tendo sido definido para efeitos de “teste” o mínimo de 3%.

A 31 Dezembro de 2015, o rácio de alavancagem do Haitong Bank ascendeu a 8,2% (período transitório). Estas estimativas baseiam-se na nossa actual interpretação das regras regulamentares que poderá evoluir à medida que a sua aplicação for discutida com o regulador.

Rácio de Alavancagem

	Dez -15
Período transitório	8,2%
Implementação plena	7,1%

Fonte: Haitong Bank

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

E

NOTAS ÀS CONTAS

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstração dos Resultados Consolidados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

		(milhares de euros)	
	Notas	31.12.2015	31.12.2014
Juros e proveitos similares	5	251 514	321 053
Juros e custos similares	5	207 070	255 108
Margem financeira		44 444	65 945
Rendimentos de instrumentos de capital		-	97
Rendimentos de serviços e comissões	6	94 274	119 336
Encargos com serviços e comissões	6	(11 803)	(21 014)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	7	77 887	59 255
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8	3 080	75 905
Resultados de reavaliação cambial	9	(61 930)	(32 985)
Resultados na alienação de outros activos	10	95	(6 750)
Outros resultados operacionais	11	(9 062)	(9 743)
Proveitos operacionais		136 985	250 046
Custos com pessoal	12	80 785	96 289
Gastos gerais administrativos	14	53 694	57 449
Depreciações e amortizações	24 e 25	6 610	7 221
Provisões líquidas de anulações	32	(23 637)	16 844
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	21	60 231	169 605
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	19 e 20	2 495	49 144
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	25, 26 e 27	(224)	20 570
Custos operacionais		179 954	417 122
Resultados de associadas	26	(1 143)	(271)
Resultado antes de impostos		(44 112)	(167 347)
Impostos			
Correntes	33	26 606	17 215
Diferidos	33	(41 729)	(46 931)
		(15 123)	(29 716)
Resultado líquido do exercício		(28 989)	(137 631)
Atribuível aos accionistas do Banco		(35 402)	(138 493)
Atribuível aos interesses que não controlam	37	6 413	862
		(28 989)	(137 631)
Resultados por acção básicos (em euros)	15	-0,54	-2,13
Resultados por acção diluídos (em euros)	15	-0,54	-2,13

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

O Director do Departamento de Contabilidade

O Conselho de Administração

Demonstração do Rendimento Integral Consolidado dos exercícios findos em 31 de Dezembro 2015 e 2014

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Resultado líquido do exercício		
Atribuível aos accionistas do Banco	(35 402)	(138 493)
Atribuível aos interesses que não controlam	6 413	862
	<u>(28 989)</u>	<u>(137 631)</u>
Outro rendimento integral do exercício		
Itens que não serão reclassificados para resultados		
Desvios actuariais líquidos de impostos	(7 989)	(3 313)
	<u>(7 989)</u>	<u>(3 313)</u>
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados		
Diferenças de câmbio líquidas de impostos	(68 124)	(27 677)
Outro rendimento integral apropriado de associadas	346	(21)
	<u>(67 778)</u>	<u>(27 698)</u>
Activos financeiros disponíveis para venda		
Ganhos e perdas no exercício	(1 492)	26 690
Transferências de ganhos e perdas realizados para resultados do exercício	(734)	(41 705)
Impostos diferidos	1 409	5 555
Diferenças de câmbio	-	16
	<u>(817)</u>	<u>(9 444)</u>
Total do rendimento integral do exercício	<u>(105 573)</u>	<u>(178 086)</u>
Atribuível aos accionistas do Banco	(97 337)	(177 690)
Atribuível aos interesses que não controlam	(8 236)	(396)
	<u>(105 573)</u>	<u>(178 086)</u>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2015	31.12.2014
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16	117 684	1 524
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	38 960	49 067
Activos financeiros detidos para negociação	18	1 346 489	1 468 473
Activos financeiros disponíveis para venda	19	468 311	554 680
Aplicações em instituições de crédito	20	258 795	34 308
Crédito a clientes	21	1 041 341	1 549 218
Derivados para gestão de risco	22	15 236	25 754
Activos não correntes detidos para venda	23	3 600	3 600
Outros activos tangíveis	24	12 164	15 493
Activos intangíveis	25	80 280	77 396
Investimentos em associadas	26	10 343	26 878
Activos por impostos correntes		10 029	5 173
Activos por impostos diferidos	33	139 906	97 414
Outros activos	27	629 444	532 441
Total de Activo		4 172 582	4 441 419
Passivo			
Recursos de bancos centrais	28	61 139	61 108
Passivos financeiros detidos para negociação	18	502 350	621 550
Recursos de outras instituições de crédito	29	1 632 522	1 397 284
Recursos de clientes	30	567 038	448 912
Responsabilidades representadas por títulos	31	547 266	1 072 210
Derivados para gestão de risco	22	116 397	33 939
Provisões	32	8 543	46 425
Passivos por impostos correntes		4 370	17 728
Passivos por impostos diferidos	33	194	718
Passivos subordinados	34	215	37 096
Outros passivos	35	301 705	266 846
Total de Passivo		3 741 739	4 003 816
Capital Próprio			
Capital	36	426 269	326 269
Prémios de emissão	36	8 796	8 796
Outros instrumentos de capital	36	3 731	3 731
Reservas de justo valor	37	(11 919)	(11 639)
Outras reservas e resultados transitados	37	187	200 560
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco		(35 402)	(138 493)
Total de Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco		391 662	389 224
Interesses que não controlam	37	39 181	48 379
Total de Capital Próprio		430 843	437 603
Total de Passivo e Capital Próprio		4 172 582	4 441 419

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

O Director do Departamento de Contabilidade

O Conselho de Administração

Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(milhares de euros)

	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	Reservas de justo valor	Outras Reservas, Resultados Transitados e Outro Rendimento Integral	Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco	Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	326 269	8 796	3 731	(3 596)	225 349	7 062	567 611	51 884	619 495
Outros movimentos registados directamente no capital próprio:									
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	(8 059)	-	-	(8 059)	(1 401)	(9 460)
Desvíos actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	(3 313)	-	(3 313)	-	(3 313)
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	(21)	-	(21)	-	(21)
Diferenças de câmbio	-	-	-	16	(27 820)	-	(27 804)	143	(27 661)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	(138 493)	(138 493)	862	(137 631)
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	(8 043)	(31 154)	(138 493)	(177 690)	(396)	(178 086)
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	-	7 062	(7 062)	-	-	-
Juros de outros instrumentos de capital (ver Nota 36)	-	-	-	-	(225)	-	(225)	-	(225)
Transacções com interesses que não controlam (ver Nota 37)	-	-	-	-	(472)	-	(472)	(3 109)	(3 581)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	326 269	8 796	3 731	(11 639)	200 560	(138 493)	389 224	48 379	437 603
Outros movimentos registados directamente no capital próprio:									
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	(280)	-	-	(280)	(537)	(817)
Desvíos actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	(7 989)	-	(7 989)	-	(7 989)
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	346	-	346	-	346
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	(54 012)	-	(54 012)	(14 112)	(68 124)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	(35 402)	(35 402)	6 413	(28 989)
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	(280)	(61 655)	(35 402)	(97 337)	(8 236)	(105 573)
Aumento de Capital	100 000	-	-	-	-	-	100 000	-	100 000
Constituição de reservas	-	-	-	-	(138 493)	138 493	-	-	-
Juros de outros instrumentos de capital (ver Nota 36)	-	-	-	-	(225)	-	(225)	-	(225)
Transacções com interesses que não controlam (ver Nota 37)	-	-	-	-	-	-	-	(962)	(962)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	426 269	8 796	3 731	(11 919)	187	(35 402)	391 662	39 181	430 843

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2015	31.12.2014
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		320 655	464 217
Juros e custos pagos		(221 844)	(260 684)
Serviços e comissões recebidas		95 141	124 174
Serviços e comissões pagas		(13 745)	(20 549)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(133 221)	(154 548)
		46 986	152 610
<i>Variação nos activos e passivos operacionais:</i>			
Disponibilidades em Bancos Centrais		(116 159)	3 316
Recursos de Bancos Centrais		31	(98 345)
Activos e passivos financeiros detidos para negociação		15 024	287 011
Aplicações em instituições de crédito		(222 505)	384 180
Recursos de instituições de crédito		186 284	(290 556)
Crédito a clientes		422 589	201 781
Recursos de clientes e outros empréstimos		103 698	(609 617)
Derivados para gestão de risco		3 991	39 561
Outros activos e passivos operacionais		(74 275)	(126 266)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		365 664	(56 325)
Impostos sobre os lucros pagos		(17 651)	(2 113)
		348 013	(58 438)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento			
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas		2 183	18 039
Dividendos recebidos		-	97
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		(175 520)	(483 370)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		189 914	955 717
Investimentos detidos até à maturidade		-	(64 990)
Compra de imobilizações		(5 245)	(10 818)
Venda de imobilizações		131	1 114
		11 463	415 789
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Aumento de capital		100 000	-
Aumento de capital de subsidiárias		-	854
Redução de capital de subsidiárias		-	(676)
Emissão de obrigações e outros passivos titulados		115 777	313 392
Reembolso de obrigações e outros passivos titulados		(547 980)	(668 688)
Reembolso de passivos subordinados		(36 192)	(17 309)
Juros de outros instrumentos de capital		(225)	(225)
Dividendos de acções ordinárias pagos por subsidiárias		(962)	(1 121)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		(369 582)	(373 773)
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		(10 106)	(16 422)
Caixa e equivalentes no início do exercício		49 080	65 502
Caixa e equivalentes no fim do exercício		38 974	49 080
		(10 106)	(16 422)
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	16	14	13
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	38 960	49 067
Total		38 974	49 080

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

2. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Haitong Bank, S.A.

NOTA 1 – ACTIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO

O **Haitong Bank, S.A. (Banco ou Haitong Bank)** é um banco de investimento com sede em Portugal, na Rua Alexandre Herculano, n.º 38, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através de sucursais financeiras internacionais.

A Instituição foi constituída como Sociedade de Investimentos em Fevereiro de 1983 como um investimento estrangeiro em Portugal sob a denominação de FINC – Sociedade Portuguesa Promotora de Investimentos, S.A.R.L.. No exercício de 1986 a Sociedade foi integrada no Grupo Espírito Santo com a designação de Espírito Santo - Sociedade de Investimentos, S.A..

Com o objectivo de alargar o âmbito da actividade, a Instituição obteve autorização dos organismos oficiais competentes para a sua transformação em Banco de Investimento, através da Portaria n.º 366/92 de 23 de Novembro, publicada no Diário da República - II Série – n.º 279, de 3 de Dezembro. O início das actividades de Banco de Investimento, sob a denominação de Banco ESSI, S.A., ocorreu no dia 1 de Abril de 1993.

No exercício de 2000, o BES adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento de forma a reflectir nas suas contas consolidadas todas as sinergias existentes entre as duas instituições.

Em 3 de Agosto de 2014, na sequência da aplicação pelo Banco de Portugal ao Banco Espírito Santo, S.A. de uma medida de resolução, o Banco passou a ser detido pelo Novo Banco, S.A..

Em Setembro de 2015, a Haitong Internacional Holdings Limited adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento, tendo a denominação social do Banco sido alterada para Haitong Bank, S.A..

Presentemente o Haitong Bank opera através da sua sede em Lisboa e de sucursais em Londres, Varsóvia, Nova Iorque e Madrid, assim como através das suas subsidiárias no Brasil, Irlanda, Reino Unido, Índia e México.

As demonstrações financeiras do Haitong Bank são consolidadas pelo Haitong Internacional Holdings Limited, com sede no Li Po Chun Chambers, n.º 189, Des Voeux Road Central, em Hong Kong.

A estrutura do grupo de empresas nas quais o Banco detém uma participação directa ou indirecta, superior ou igual a 20%, ou sobre as quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação, apresenta-se como segue:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	%interesse económico	Método de consolidação
Haitong Bank, S.A.	1983	-	Portugal	Banca	100%	Integral
Haitong Investment Ireland PLC	1996	1996	Irlanda	Sociedade Financeira	100%	Integral
Haitong Securities India Private Limited	2011	2011	Índia	Corretagem	75%	Integral
Lusitania Capital, S.A.P.I. de C.V., SOFOM, E.N.R.	2013	2013	México	Sociedade Financeira	100%	Integral
MCO2 - Sociedade gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.	2008	2008	Portugal	Gestora de Fundos	25%	Eq. Patrimonial
Haitong Capital - SCR, S.A.	1988	1996	Portugal	Capital de risco	100%	Integral
Salgar Investments	2007	2007	Espanha	Imobiliário / Financeiro	25%	Eq. Patrimonial
SES Iberia	2004	2004	Espanha	Gestora de Fundos	50%	Integral
Fundo Espírito Santo IBERIA I	2004	2004	Portugal	Fundo de Capital de Risco	46%	Eq. Patrimonial
Coporgest, S.A.	2002	2005	Portugal	Imobiliário / Financeiro	25%	Eq. Patrimonial
WindPart, Lda	2013	2013	Portugal	Gestão de participações sociais	20%	Integral (a)
Haitong (UK) Limited	2010	2010	Reino Unido	Gestão de participações sociais	100%	Integral
Haitong & Company (UK) Limited	1990	2010	Reino Unido	Actividades advisory on investments	100%	Integral
Haitong Securities (UK) Limited	2000	2010	Reino Unido	Corretagem	100%	Integral
Noble Advisory India Private Ltd	2008	2010	Índia	Prestação de serviços de research	100%	Integral
Clear Info-Analytic Private Ltd	2004	2010	Índia	Prestação de serviços de research	100%	Integral
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	2000	2000	Brasil	Banca de investimento	80%	Integral
FI Multimercado Treasury	2005	2005	Brasil	Fundo de Investimento	80%	Integral
Haitong do Brasil Participações Ltda	2004	2004	Brasil	Gestão de activos	80%	Integral
Espirito Santo Investimentos, SA	1996	1999	Brasil	Gestão de participações sociais	80%	Integral
Haitong do Brasil DTVM, SA	2009	2010	Brasil	Gestão de activos	80%	Integral
Haitong Securities do Brasil S.A.	2000	2000	Brasil	Corretagem	80%	Integral

a) Estas empresas foram incluídas no balanço consolidado pelo método integral uma vez que o Grupo detém o controlo sobre as suas actividades.

O Haitong Bank iniciou em 2013 um plano de simplificação do seu grupo. No âmbito desse processo foram tomadas diversas medidas, incluindo a alienação e a fusão de diversas participações, sem impacto relevante nas contas. O processo de simplificação manteve-se ao longo de 2015, sendo as principais alterações à estrutura do grupo apresentadas abaixo.

Empresas Subsidiárias

- Em Fevereiro de 2015 concretizou-se a dissolução da Execution Noble Research Limited.
- Em Março de 2015 o Banco Espírito Santo de Investimento S.A. subscreveu integralmente o aumento de capital do BESI UK Limited, a que correspondeu um investimento de 5 000 milhares de libras.
- Em Abril de 2015 foi concretizada a liquidação da Espírito Santo Investment Sp, Z.o.o..
- Em Julho de 2015, ocorreu a fusão da Cominvest - SGII, S.A. no Banco Espírito Santo de Investimento, S.A..
- Em Julho de 2015 o Banco Espírito Santo de Investimento S.A. subscreveu integralmente o aumento de capital do BESI UK Limited, a que correspondeu um investimento de 7 000 milhares de libras.
- Em Setembro de 2015, foi alterada a denominação social da Execution Noble & Company Limited, para Haitong & Company (UK) Limited.
- Em Setembro de 2015, foi alterada a denominação social do BESI UK Limited, para Haitong (UK) Limited.
- Em Setembro de 2015, foi alterada a denominação social da Execution Noble Limited, para Haitong Securities (UK) Limited.
- Em Setembro de 2015, foi alterada a denominação social da Espírito Santo Investment Public Limited Company, para Haitong Investment Ireland Public Limited Company.
- Em Outubro de 2015 foi alterada a denominação social do BES Investimento do Brasil S.A. - Banco de Investimento, para Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A..
- Em Outubro de 2015 foi alterada a denominação social do BES Securities do Brasil S.A. Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários, para Haitong Securities do Brasil Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A..
- Em Outubro de 2015 foi alterada a denominação social do Espírito Santo Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., para Haitong do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A..
- Em Outubro de 2015 foi alterada a denominação social da Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A. (ESCAPITAL), para Haitong Capital - SCR, S.A..
- Em Outubro de 2015 o Haitong & Company (UK) Limited entrou em processo de dissolução.
- Em Novembro de 2015 o Haitong Bank, S.A. subscreveu integralmente o aumento de capital do Haitong (UK) Limited, a que correspondeu um investimento de 5 000 milhares de libras.
- Em Dezembro de 2015 foi alterada a denominação social da Espírito Santo Securities India Private Limited para Haitong Securities India Private Limited.
- Em Dezembro de 2015 foi alterada a denominação social de Espírito Santo Participações Ltda para Haitong do Brasil Participações Ltda.
- Em Dezembro de 2015 o Haitong Bank, S.A. subscreveu integralmente o aumento de capital do Haitong (UK) Limited, a que correspondeu um investimento de 15 000 milhares de libras.
- Em Dezembro de 2015 concretizou-se a dissolução da Execution Noble (Hong Kong) Limited.

Empresas Associadas (ver nota 26)

- Em Setembro de 2015 foi vendida a participação do Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A. na 2bCapital Luxembourg SCA Sicar, pelo valor de 2 183 milhares de euros.

Durante os exercícios de 2015 e 2014, os movimentos relativos a aquisições, vendas e outros investimentos e reembolsos em empresas subsidiárias e associadas detalham-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2015						
	Aquisições			Vendas			Mais/(menos valias) em vendas/ liquidações
	Valor de aquisição (a)	Outros Investimentos (b)	Total	Valor de venda (a)	Outros Reembolsos (c)	Total	
Empresas subsidiárias							
Haitong (UK) Limited	-	45 484	45 484	-	-	-	-
Espírito Santo Investment Sp. Z.o.o	-	-	-	-	34	34	-
FI Multimercado Treasury	7 342	-	7 342	-	6 999	6 999	-
Haitong do Brasil DTVM S.A.	-	1 641	1 641	-	-	-	-
Total	7 342	47 125	54 467	-	7 033	7 033	-
Empresas associadas							
2B Capital Luxembourg SCA Sicar	-	-	-	2 183	-	2 183	97
Fundo Espírito Santo IBERIA I	-	-	-	-	108	108	-
Total	7 342	47 125	54 467	2 183	108	2 291	97
				2 183	7 141	9 324	97

(a) Nos casos dos fundos FI Multimercado Treasury os valores de aquisição e de venda, referem-se a subscrições e resgates, respectivamente

(b) Aumentos de capital, prestações suplementares e suprimentos

(c) Reduções de capital, prestações suplementares e suprimentos

(milhares de euros)

	31.12.2014						
	Aquisições			Vendas			Mais/(menos valias) em vendas/ liquidações
	Valor de aquisição (a)	Outros Investimentos (b)	Total	Valor de venda (a)	Outros Reembolsos (c)	Total	
Empresas subsidiárias							
Fundo BES Absolute Return	-	-	-	3 316	-	3 316	-
Fundo FIM BES Moderado	-	-	-	8 541	-	8 541	-
Espírito Santo Investimentos, S.A.	-	-	-	-	49 009	49 009	-
BES Activos Financieros, Ltda	10 202	-	10 202	-	-	-	-
Espírito Santo Securities India	-	2 625	2 625	-	-	-	-
FI Multimercado Treasury	-	11 023	11 023	-	25 040	25 040	-
Cominvest- SGII, S.A.	4 539	-	4 539	-	-	-	-
Total	14 741	13 648	28 388	11 857	74 049	85 906	-
Empresas associadas							
2B Capital SA	-	-	-	31	-	31	(735)
Salgar Investments	-	-	-	-	-	-	(1 096)
Synergy Industry and Technology, S.A.	-	-	-	18 008	-	18 008	1 423
Fundo Espírito Santo IBERIA I	-	-	-	-	1 128	1 128	-
Total	14 741	13 648	28 388	18 039	1 128	19 167	(407)
				29 896	75 177	105 073	(407)

(a) Nos casos dos fundos BES Absolute Return e FIM BES Moderado os valores de aquisição e de venda, referem-se a subscrições e resgates, respectivamente

(b) Aumentos de capital, prestações suplementares e suprimentos

(c) Reduções de capital, prestações suplementares e suprimentos

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas do Haitong Bank, S.A., (Banco, Haitong Bank ou Grupo) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do Haitong Bank agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e foram preparadas de acordo com os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2015.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2015 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anuais com referência a 31 de Dezembro de 2014.

Contudo, e tal como descrito na Nota 43, o Grupo adoptou na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2015, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2015. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, descritas nesta nota, foram adoptadas em conformidade. A adopção destas novas normas e interpretações em 2015 não teve um efeito material nas contas do Grupo.

Adicionalmente, as normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 43.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 21 de Março de 2016.

2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos, proveitos e custos do Haitong Bank e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo Haitong Bank), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Subsidiárias

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento) controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as actividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). As demonstrações financeiras das subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data em que o Grupo adquire o controlo até à data em que o controlo termina.

As perdas acumuladas de uma subsidiária são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos órgãos de Administração com poderes executivos.

Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. O valor de balanço dos investimentos em associadas inclui o valor do respectivo *goodwill* determinado nas aquisições e é apresentado líquido de eventuais perdas por imparidade.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de influência significativa, qualquer participação anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Ganhos ou perdas na venda de partes de capital em empresas associadas são registados por contrapartida de resultados mesmo que dessa venda não resulte a perda de influência significativa.

Goodwill

O *goodwill* resultante das aquisições ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 encontra-se deduzido aos capitais próprios, conforme opção permitida pelo IFRS 1, adoptada pelo Grupo na data de transição para os IFRS.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas no período entre 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2009 foram registadas pelo Grupo pelo método da compra. O custo de aquisição equivalia ao justo valor determinado à data da compra, dos activos e instrumentos de capital cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionados dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* representava a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível aos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos.

A partir de 1 de Janeiro de 2010, e conforme o IFRS 3 – *Business Combination*, o Grupo mensura o *goodwill* como a diferença entre o justo valor do custo de aquisição da participação, incluindo o justo valor de qualquer participação minoritária anteriormente detida, e o justo valor atribuível aos activos adquiridos e passivos assumidos. Os justos valores são determinados na data de aquisição. Os custos directamente atribuíveis à aquisição são reconhecidos no momento da compra em custos do exercício.

Na data de aquisição, o Grupo reconhece como interesses que não controlam os valores correspondentes à proporção do justo valor dos activos adquiridos e passivos assumidos sem a respectiva parcela de *goodwill*. Assim, o *goodwill* reconhecido nestas demonstrações financeiras consolidadas corresponde apenas à parcela atribuível aos accionistas do Banco.

O *goodwill* positivo é registado no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respectivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O *goodwill* negativo é reconhecido directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável corresponde ao maior de entre o valor de uso e o valor de mercado deduzido dos custos de venda. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados com base numa taxa que reflecte as condições de mercado, o valor temporal e os riscos do negócio.

Transacções com interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transacção com accionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transacção. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de balanço dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida directamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que não controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, que é a moeda funcional do Haitong Bank.

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transacções;

- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração dos resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intra grupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiquem existência de imparidade.

2.3. Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.4. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Classificação

O Grupo classifica como derivados para gestão do risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura. Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do exercício, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Os derivados negociados em mercados organizados, nomeadamente futuros e alguns contratos de opções, são registados como de negociação sendo os mesmos reavaliados por contrapartida de resultados. Uma vez que as variações de justo valor destes derivados são liquidadas diariamente através das contas margem que o Grupo detém, os mesmos apresentam um valor de balanço nulo. As contas margem são registadas em Outros activos (ver Nota 27) e incluem o colateral mínimo exigido relativamente às posições em aberto.

Contabilidade de cobertura

- Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

- Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

- Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos exercícios em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte inefectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Grupo não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de fluxos de caixa.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados.

Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.5. Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Grupo relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo deduzido de perdas de imparidade.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Grupo utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de

crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva

Caso seja identificada uma perda por imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

As alterações do montante das perdas por imparidade reconhecidas, atribuíveis ao efeito do desconto, são registadas como juros e proveitos similares.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Grupo. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Quando o Grupo considera que determinado crédito é incobrável e tenha sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo.

2.6. Outros activos financeiros

Classificação

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de activos, normalmente de títulos, em relação à qual existe evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Grupo, que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos activos financeiros ao justo valor através de resultados.

- Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

- Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas categorias anteriormente referidas.

Reconhecimento e mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções e outros títulos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Transferências entre categorias

O Grupo apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquido de imparidade. Caso se esteja perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda por imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital em que as mais valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.7. Activos cedidos com acordo de recompra e empréstimos de títulos

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguale o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguale o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.6. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.8. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto. As acções preferenciais emitidas são consideradas passivos financeiros quando o Grupo assume a obrigação do seu reembolso e/ou do pagamento de dividendos.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, as quais são registadas ao justo valor.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pelo Grupo, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade do Grupo emitente.

Caso o Grupo recompre dívida emitida esta é anulada do balanço consolidado e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

2.9. Garantias financeiras

São considerados como garantias financeiras os contratos que requerem que o seu emitente efectue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respectivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior (i) do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação decorrente do contrato de garantia, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

As garantias financeiras emitidas pelo Grupo normalmente têm maturidade definida e uma comissão periódica cobrada antecipadamente, a qual varia em função do risco de contraparte, montante e período do contrato. Nessa base, o justo valor das garantias na data do seu reconhecimento inicial é aproximadamente nulo tendo em consideração que as condições acordadas são de mercado. Assim, o

valor reconhecido na data da contratação iguala o montante da comissão inicial recebida a qual é reconhecida em resultados durante o período a que diz respeito. As comissões subsequentes são reconhecidas em resultados no período a que dizem respeito.

2.10. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

2.11. Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.12. Activos não correntes detidos para venda

Activos não correntes ou grupos para alienação (grupo de activos a alienar em conjunto numa só transacção, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os activos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes (ou de todos os activos e passivos do Grupo) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

2.13. Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens.

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em imóveis arrendados	5 a 10
Equipamento informático	3 a 8
Instalação de interiores	5 a 12
Mobiliário e material	3 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4 a 5
Outro Equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.14. Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 8 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem directamente afectos aos projectos em causa.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.15. Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

- Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.16. Benefícios aos empregados

Pensões

Decorrente da assinatura do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT), o Banco e demais empresas do Grupo constituíram fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos.

A partir de 1 de Janeiro de 2011, os empregados bancários foram integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passou a assegurar a protecção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade, adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de Janeiro).

A taxa contributiva é de 26,6% cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no activo passou a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado desde 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho.

Na sequência da aprovação pelo Governo do Decreto-Lei nº 127/2011, que veio a ser publicado em 31 de Dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades das pensões em pagamento dos reformados e pensionistas a 31 de Dezembro de 2011.

Este decreto estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondiam às pensões em pagamento em 31 de Dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de actualização 0%) na componente prevista no Instrumento de Regulação Colectiva de Trabalho ('IRCT') dos reformados e pensionistas. As responsabilidades relativas às actualizações das pensões, a benefícios complementares, às contribuições para os SAMS sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida continuaram a cargo das Instituições.

A cobertura das responsabilidades é assegurada através de fundos de pensões geridos pela GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Os planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

À luz do IFRS 1, o Grupo optou por aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma.

Em 2012, o Grupo alterou retrospectivamente a sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, ajustando o balanço de abertura e os valores comparativos, tendo passado a registar os mesmos, conforme opção permitida pelo parágrafo 93A do IAS 19 'Benefícios a empregados', como uma dedução a capitais próprios na rubrica de outro rendimento integral.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, em 31 de Dezembro de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão anual por actuários independentes.

A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pelo Grupo multiplicando o activo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos activos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos activos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

Em cada período o Grupo reconhece como um custo na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) o efeito das reformas antecipadas, e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Grupo efectua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

Anualmente, o Grupo avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Grupo, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Prémios de antiguidade

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Grupo Haitong Bank assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Grupo, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Grupo de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Grupo com estes prémios de antiguidade é estimado anualmente pelo Grupo com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma.

Em cada período, o aumento da responsabilidade com prémios de antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

Remunerações variáveis aos empregados

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e, eventualmente, aos membros executivos dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.17. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal,

utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

O Grupo procede à compensação de activos e passivos por impostos diferidos ao nível de cada subsidiária, sempre que (i) o imposto sobre o rendimento de cada subsidiária a pagar às Autoridades Fiscais é determinado numa base líquida, isto é, compensando impostos correntes activos e passivos, e (ii) os impostos são cobrados pela mesma Autoridade Fiscal sobre a mesma entidade tributária. Esta compensação é por isso, efectuada ao nível de cada subsidiária, reflectindo o saldo activo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos activos e o saldo passivo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos passivos.

2.18. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Grupo tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Grupo terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

2.19. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos

directamente relacionados com a transacção. No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (ver Nota 2.4), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão de risco é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

2.20. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.21. Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.22. Reporte por segmentos

O Grupo adoptou o IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais (ver Nota 4).

Um segmento operacional é uma componente do Grupo: (i) que desenvolve actividades de negócio de que pode obter réditos e pode incorrer em gastos; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelos principais responsáveis pela tomada de decisões operacionais do Grupo para efeitos de tomada de decisão sobre a imputação de recursos ao segmento e de avaliação do seu desempenho; e (iii) relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

2.23. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas da empresa-mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do

pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.24. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito. A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

NOTA 3 - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidos nesta Nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual o Grupo recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e em consequência da forte volatilidade dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

- (i) Títulos de capital: desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado face ao custo de aquisição;
- (ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.5.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

3.4. Imparidade do *Goodwill*

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo do Grupo é revisto anualmente independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço das unidades do Grupo para as quais se encontra reconhecido no activo o respectivo *goodwill*, é comparado com o seu justo valor. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao *goodwill* quando o justo valor da unidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

Variações nos fluxos de caixa esperados e nas taxas de desconto a utilizar poderiam originar conclusões diferentes daquelas que estiveram na base da preparação destas demonstrações financeiras.

3.5. Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes em Portugal, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração do Banco e das suas subsidiárias, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.6. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

NOTA 4 - REPORTE POR SEGMENTOS

4.1. Descrição dos segmentos operacionais

Cada um dos segmentos operacionais inclui as seguintes actividades, produtos, clientes e estruturas do Grupo:

Project Finance e Securitização

As suas funções principais consistem (a) na intervenção em operações *non-recourse* e *limited recourse*, ligadas a projectos de investimento, envolvendo entre diversos modelos contratuais, entre os quais, concessões e parcerias público-privadas; e (b) em proporcionar aos clientes do Grupo Haitong um serviço de alta qualidade e soluções inovadoras, quer numa perspectiva de assessoria financeira, quer numa perspectiva de estruturação e montagem de financiamento, tendo como objectivo a optimização das estruturas de financiamento, nas melhores condições de mercado. Compete-lhe também a gestão do portefólio de projectos em regime de *Project Finance* em que o Grupo Haitong participa. Esta Direcção é, ainda, responsável pelo desenvolvimento da actividade de financiamentos estruturados e securitização, tendo por principais funções (a) a originação e estruturação de operações de securitização para o Grupo Haitong e para clientes; e (b) o desenvolvimento de estruturas de financiamento óptimas com a conjugação de formatos *off-balance*, *asset-based* e *limited recourse*, com recurso preferencial ao mercado de capitais para obtenção de fundos para os clientes do Grupo Haitong nas melhores condições de mercado.

Acquisition Finance e Outros Financiamentos

A função principal desta Direcção, em ligação estreita com a Direcção de Clientes, consiste em apoiar os clientes em operações de aquisição com recurso a operações estruturadas de endividamento (incluindo *buy outs*), bem como outras operações de crédito corporativo. O Banco procura posicionar-se nestas operações como *Mandated Lead Arranger* e seu tomador firme (ou, alternativamente, como organizador de um “club deal”), procedendo depois à sua sindicância se e quando a dimensão e características das mesmas o justificam.

Serviços Financeiros (Corporate Finance)

As funções principais desta Direcção, em ligação estreita com a Direcção de Clientes, consistem na organização e montagem de operações de fusões e aquisições (M&A), na avaliação de empresas, quer como suporte às actividades da Direcção, quer como apoio a outras Direcções, participando ainda activamente na consolidação das operações internacionais do Banco, com ênfase especial nas operações

M&A cross-border com Espanha, Brasil, Reino Unido, Polónia e EUA, países onde existe presença local do Banco.

Mercado de Capitais

Este segmento engloba a actividade de originação, estruturação e implementação de produtos de dívida e *equity* que sejam direccionados e estruturados para o mercado.

O segmento de originação de operações de acções desenvolve trabalhos de organização, montagem e colocação em bolsa de empresas em processos de Privatização, Ofertas Públicas Iniciais (*IPOs*), Aumentos de Capital, Ofertas Públicas de Aquisição (*OPAs*), *Private Placements* e *Block Trades*, bem como de produtos *equity-linked*, como as obrigações convertíveis e produtos derivados sobre acções para clientes empresas.

Na vertente de dívida, este segmento é responsável pela estruturação e montagem de vários produtos de dívida, tais como emissões de dívida sénior para mercado, emissões *high yield*, *private placements* de dívida emitida por clientes corporate ou entidades estatais ou empresas públicas e municípios, produtos híbridos, *project finance bonds* e papel comercial. Este segmento implementa operações de financiamento que envolvam a estruturação e colocação de emissões de obrigações.

Renda Fixa

Este segmento está subdividido em duas áreas distintas.

- Distribuição e *Trading*

Esta Área tem por principais funções (a) efectuar *trading* para Clientes de títulos da dívida pública portuguesa, de títulos da dívida estrangeira, de outros títulos do Euromercado e de produtos de dívida de empresas; e (b) colocar os produtos de dívida estruturados pela Direcção de Mercado de Capitais, junto de investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

- Gestão de Risco

À Área de Gestão de Risco compete o estudo, a montagem e a gestão de novos produtos estruturados (derivados) relacionados com as operações de dívida estruturada referenciadas no ponto supra, bem como de produtos de cobertura de risco de taxa de câmbio e de taxa de juro para imunização de Balanços, quer do Banco, quer dos seus Clientes.

Global Markets

Esta Direcção tem como missão a optimização da relação risco / retorno da carteira própria de taxa de juro, câmbio, acções e outros instrumentos financeiros do Banco.

Acções (*Brokerage*)

A missão deste segmento é desenvolver a actividade de intermediação na compra e venda de acções, em particular nos mercados em que o Banco está presente, designadamente em Portugal, Espanha e Polónia.

Este segmento integra ainda, se bem que completamente segregada, uma unidade de *equity research* que tem a seu cargo o estudo, acompanhamento e produção de informação sobre as principais empresas dos mercados em que o Banco actua.

Tesouraria

A este segmento compete (a) a Gestão do Balanço do Banco (gestão do risco de taxa de juro e gestão do risco de liquidez, de acordo com as directivas do Comité de Activos e Passivos – ALCO); (b) a Gestão da Emissão de Dívida e *Pricing* do Passivo do Banco; (c) a Gestão da Carteira de Investimento de Renda Fixa do Banco (de acordo com critérios de diversificação, qualidade e rentabilidade, tendo como objectivo rebalancear os riscos do balanço e proporcionar uma fonte de receita estável) e (d) o *Transfer Pricing*

interno (por forma a garantir a correcta alocação dos custos do uso de fundos aos diversos centros originadores de negócio).

Private Equity

Este segmento tem por objecto apoiar a iniciativa empresarial privada, promovendo o investimento produtivo financiado privilegiadamente por capitais próprios.

Assessoria em estrutura de capitais

Este segmento é especializado na assessoria a empresas com uma estrutura de balanço desadequada ao seu negócio, por razões macroeconómicas ou de mercado, bem como na prevenção, análise e reestruturação de financiamentos em situações de imparidade e/ou incumprimento real ou potencial.

Centro corporativo

Esta área não corresponde propriamente a um segmento operacional. Trata-se de uma agregação de estruturas corporativas transversais que asseguram as funções básicas de gestão global do Grupo, como sejam as ligadas aos órgãos de Administração e Fiscalização, função *Compliance*, Planeamento Estratégico, Contabilidade, Controlo de Risco, Clientes, entre outras.

Outros

Inclui todos os outros segmentos existentes no modelo de Informação de Gestão do Grupo que, de acordo com o preconizado no IFRS 8, não é obrigatório individualizar (Assessoria Financeira a Médias Empresas, Gestão de Activos, Clientes Particulares, *Wealth Management*, Sindicação de créditos e outros centros de proveitos).

4.2. Critérios de imputação da actividade e resultados aos segmentos

A informação financeira apresentada para cada segmento foi preparada tendo por referência os critérios usados para a produção de informação interna com base na qual são tomadas as decisões do Grupo, tal como preconizado pelo IFRS.

As políticas contabilísticas seguidas na preparação da informação relativa aos segmentos operacionais são as mesmas que as utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras e que se encontram descritas na Nota 2.

Mensuração dos lucros ou prejuízos dos segmentos

O Grupo utiliza o resultado antes de impostos como medida de mensuração dos lucros e prejuízos para a avaliação do desempenho de cada um dos segmentos operacionais.

Estruturas do Haitong Bank dedicadas ao Segmento

A actividade do Haitong Bank abrange a generalidade dos segmentos operacionais pelo que é objecto de desagregação em conformidade.

Na alocação da informação financeira são utilizados os seguintes princípios: (i) da origem das operações, ou seja, é imputado a cada segmento o negócio originado pelas estruturas comerciais dedicadas ao segmento, mesmo que, numa fase posterior o Grupo, estrategicamente, decida titularizar alguns dos activos neles originados; (ii) da imputação dos custos directos das estruturas comerciais e centrais dedicadas ao segmento (iii) da imputação dos custos indirectos (serviços centrais de apoio e informáticos) determinados com base em 7 específicos e no modelo interno de Informação de Gestão; (iv) da imputação do risco de crédito determinado de acordo com o modelo da imparidade.

As operações entre as unidades juridicamente autónomas do Grupo são realizadas a preços de mercado; o preço das prestações entre as estruturas de cada unidade, designadamente os preços estabelecidos

para o fornecimento ou cedência interna de fundos, é determinado pelo processo de margens acima referido (que variam em função da relevância estratégica do produto e do equilíbrio das estruturas entre a função de captação de recursos e da concessão de crédito); aos segmentos com base no modelo interno de Informação de Gestão.

Os serviços prestados pelas diversas unidades do Centro Corporativo estão regulados em SLA's (*Service Level Agreements*).

Juros activos e passivos

Sendo a actividade do Grupo exercida exclusivamente na área financeira, significa que parte substancial das receitas geradas decorre da diferença entre os juros auferidos dos seus activos e os juros suportados pelos recursos financeiros que capta. Esta circunstância e o facto de a actividade dos segmentos ser avaliada pela gestão através das margens negociadas ou determinadas previamente para cada produto, significa que os proveitos da actividade de intermediação são apresentados, tal como permitido pelo parágrafo 23 do IFRS 8, pelo valor líquido dos juros sob a designação de Resultado Financeiro.

Investimentos consolidados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial estão incluídos no segmento designado por Outros para o caso das associadas do Haitong Bank. Para o caso dos investimentos em associadas de outras entidades do Grupo as mesmas encontram-se afectas aos segmentos em que essas unidades se incluem.

Activos não correntes

O segmento Centro corporativo inclui os activos não correntes, na óptica preconizada no IFRS 8, incluem os Outros activos tangíveis, os Activos intangíveis e os imóveis recebidos em dação ainda não enquadáveis como Activos não correntes detidos para venda.

Activos por impostos diferidos

A componente de impostos sobre lucros é um elemento para a formação dos resultados do Grupo que não afecta a avaliação da generalidade dos Segmentos Operacionais. Os activos por impostos diferidos estão afectos ao segmento Centro corporativo.

Activos por benefícios pós-emprego

Os activos por benefícios pós-emprego são geridos pelo Grupo de forma idêntica à referida para os activos por impostos diferidos, sendo afectos ao segmento Centro corporativo. Atendendo a que os factores que influenciam quer as responsabilidades quer o valor dos activos do fundo correspondem, fundamentalmente, a elementos externos à actuação da gestão é política do Grupo que estes não influenciem o desempenho dos Segmentos Operacionais cuja actividade se desenvolve com clientes.

Áreas Doméstica e Internacional

Na apresentação da informação financeira por áreas geográficas, as unidades operacionais que integram a Área Internacional são as Sucursais de Londres, Espanha, Polónia e Nova Iorque e as subsidiárias que constam no perímetro de consolidação, sendo a alocação efectuada pelo país da Sede (ver Nota 1).

Os elementos patrimoniais e económicos relativos à área internacional são os constantes das demonstrações financeiras daquelas unidades com os respectivos ajustamentos e eliminações de consolidação.

(milhares de euros)

(milhares de euros)

31.12.2015

	Project Finance e Securitização	Acquisition Finance e Outros Financiamentos	Serviços Financeiros	Mercado de Capitais	Renda Fixa	Global Markets	Ações	Tesouraria	Private Equity	Assessoria em Estrutura de Capitais	Centro corporativo	Outros	Total
Resultado Financeiro	9 269	8 980	-	(98)	2 380	(4 906)	272	2 604	239	(7 956)	-	33 660	44 444
Serviço a Clientes	14 864	4 765	21 285	13 225	1 921	5 200	21 359	954	3 160	(268)	-	(157)	86 308
PRODUTO BANCÁRIO COMERCIAL	24 133	13 745	21 285	13 127	4 301	294	21 631	3 558	3 399	(8 224)	-	33 503	130 752
Resultados Op Financeiras e diversos	(256)	506	(217)	(23)	18 050	21 927	962	(10 484)	3 933	(493)	-	(28 815)	5 090
Proveitos Operacionais Intersegmentos	858	-	(600)	121	(6 381)	56	(1 427)	1 528	-	-	-	5 845	-
PRODUTO BANCÁRIO TOTAL	24 735	14 251	20 468	13 225	15 970	22 277	21 166	(5 398)	7 332	(8 717)	-	10 533	135 842
Custos Operativos	4 444	1 751	10 025	5 039	6 061	4 684	29 945	1 439	2 213	791	71 890	2 807	141 089
Custos com Pessoal	2 232	1 170	6 684	3 103	3 107	2 012	17 075	738	1 105	383	41 467	1 709	80 785
Gastos gerais administrativos	1 976	521	3 059	1 804	2 628	2 299	12 251	627	1 104	387	26 021	1 017	53 694
Depreciações e Amortizações	236	60	282	132	326	373	619	74	4	21	4 402	81	6 610
RESULTADO BRUTO	20 291	12 500	10 443	8 186	9 909	17 593	(8 779)	(6 837)	5 119	(9 508)	(71 890)	7 726	(5 247)
Imparidade e Provisões	1 082	(15 872)	1 722	(10)	(344)	1 765	951	(422)	(872)	(47 091)	20 574	(348)	(38 865)
Imparidade de crédito	1 282	(12 281)	(23)	-	-	-	(105)	28	-	(46 940)	(4 088)	(28)	(62 155)
Imparidade de títulos	564	(677)	-	-	-	(97)	-	(771)	(668)	-	-	(697)	(2 346)
Provisões líquidas e outras imparidades	(764)	(2 914)	1 745	(10)	(344)	1 862	1 056	321	(204)	(151)	24 662	377	25 636
Resultado antes de impostos	21 373	(3 372)	12 165	8 176	9 565	19 358	(7 828)	(7 259)	4 247	(56 599)	(51 316)	7 378	(44 112)
Activo Líquido	788 751	211 115	-	-	32 177	1 882 517	246 135	520 723	-	114 354	376 809	-	4 172 581
Passivo	-	-	-	-	-	236 313	-	3 190 615	-	-	314 810	-	3 741 738
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10 343	10 343
Investimentos em activos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 505	-	1 505
Intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3 740	-	3 740

(milhares de euros)

31.12.2014													
	Project Finance e Securitização	Acquisition Finance e Outros Financiamentos	Serviços Financeiros	Mercado de Capitais	Renda Fixa	Global Markets	Ações	Tesouraria	Private Equity	Assessoria em Estrutura de Capitais	Centro corporativo	Outros	Total
Resultado Financeiro	14 968	15 306	(1)	(46)	5 074	(15 474)	(150)	25 543	325	(6 757)	-	27 157	65 945
Serviço a Clientes	22 193	5 088	8 997	24 933	916	1 247	34 682	(4 410)	3 429	655	-	2 929	100 659
PRODUTO BANCÁRIO COMERCIAL	37 161	20 394	8 996	24 887	5 990	(14 227)	34 532	21 133	3 754	(6 102)	-	30 086	166 604
Resultados Op Financeiras e diversos	(8 344)	(81)	39	(223)	17 461	32 770	159	50 206	2 813	(4)	-	(11 624)	83 172
Proveitos Operacionais Intersegmentos	-	(56)	2 625	(1 999)	(1 059)	(194)	(479)	(707)	(641)	(76)	-	2 586	-
PRODUTO BANCÁRIO TOTAL	28 817	20 257	11 660	22 665	22 392	18 349	34 212	70 632	5 926	(6 182)	-	21 048	249 776
Custos Operativos	5 225	2 168	10 593	6 062	6 342	5 543	37 479	1 400	2 499	1 342	75 329	6 977	160 959
Custos com Pessoal	2 991	1 543	7 416	3 913	3 400	2 563	21 670	760	1 544	954	45 065	4 470	96 289
Gastos gerais administrativos	1 956	549	2 860	1 979	2 690	2 609	14 926	572	949	355	25 702	2 302	57 449
Depreciações e Amortizações	278	76	317	170	252	371	883	68	6	33	4 562	205	7 221
RESULTADO BRUTO	23 592	18 089	1 067	16 603	16 050	12 806	(3 267)	69 232	3 427	(7 524)	(75 329)	14 071	88 817
Imparidade e Provisões	(61 268)	(7 913)	(1 832)	(36)	(3 656)	(4 240)	(4 037)	(32 184)	(9 260)	(113 477)	(3 248)	(15 013)	(256 164)
Imparidade de crédito	(59 735)	(2 496)	7	(3)	13	-	(1 548)	(2)	-	(114 116)	8 275	-	(169 605)
Imparidade de títulos	19	(5 965)	-	-	-	(2 682)	-	(17 741)	(7 951)	-	-	(5 682)	(40 002)
Provisões líquidas e outras imparidades	(1 552)	548	(1 839)	(33)	(3 669)	(1 558)	(2 489)	(14 441)	(1 309)	639	(11 523)	(9 331)	(46 557)
Resultado antes de impostos	(37 676)	10 176	(765)	16 567	12 394	8 566	(7 304)	37 048	(5 833)	(121 001)	(78 577)	(942)	(167 347)
Activo Líquido	918 006	442 241	-	10 955	29 052	1 828 320	48 886	636 281	-	160 063	367 615	-	4 441 419
Passivo	-	-	-	-	2 209	-	-	3 668 711	-	-	332 896	-	4 003 816
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26 878	26 878
Investimentos em activos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 179	-	1 179
Intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2 889	-	2 889

O reporte de segmentos secundários é feito de acordo com a localização geográfica das diferentes unidades de negócio do Grupo:

(milhares de euros)

31.12.2015					
	Portugal	Resto Europa	América	Ásia	Total
Resultado líquido	(115 562)	60 832	20 930	(1 602)	(35 402)
Activo líquido	1 604 319	664 506	1 901 482	2 275	4 172 582
Investimentos em associadas	10 343	-	-	-	10 343
Investimentos em activos tangíveis	726	659	120	-	1 505
Intangíveis	2 622	261	857	-	3 740

(milhares de euros)

	31.12.2014				
	Portugal	Resto Europa	América	Ásia	Total
Resultado líquido	(118 948)	(24 383)	6 901	(2 063)	(138 493)
Activo líquido	1 201 746	1 109 369	2 126 635	3 669	4 441 419
Investimentos em associadas	8 626	18 252	-	-	26 878
Investimentos em activos					
tangíveis	121	518	510	30	1 179
intangíveis	1 308	506	1 045	30	2 889

NOTA 5 - MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2015			31.12.2014		
	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e proveitos similares						
Juros de crédito a clientes	64 401	-	64 401	103 154	-	103 154
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	15 600	-	15 600	6 923	-	6 923
Juros de derivados para gestão de risco	-	30 624	30 624	-	42 191	42 191
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	7 598	-	7 598	41 475	-	41 475
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	133 176	133 176	-	125 687	125 687
Juros de investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	1 327	-	1 327
Outros juros e proveitos similares	115	-	115	296	-	296
	87 714	163 800	251 514	153 175	167 878	321 053
Juros e custos similares						
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	93 166	-	93 166	87 280	-	87 280
Juros de derivados para gestão de risco	-	7 759	7 759	-	17 261	17 261
Juros de responsabilidades representadas por títulos	19 323	33 711	53 034	47 805	37 522	85 327
Juros de recursos de clientes	50 848	-	50 848	60 023	-	60 023
Juros de passivos subordinados	350	-	350	2 523	-	2 523
Outros juros e custos similares	1 913	-	1 913	2 694	-	2 694
	165 600	41 470	207 070	200 325	54 783	255 108
	(77 886)	122 330	44 444	(47 150)	113 095	65 945

A rubrica de juros de crédito inclui 26 500 milhares de euros (31 de Dezembro de 2014: 41 890 milhares de euros) relativos a juros de contratos de crédito com sinais de imparidade.

As rubricas de proveitos e custos relativos a juros de derivados para gestão de risco incluem, de acordo com a política contabilística descrita nas Notas 2.4 e 2.19 os juros de derivados de cobertura e os juros de derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme políticas contabilísticas descritas nas Notas 2.6 e 2.8.

NOTA 6 - RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	53 521	48 031
Por garantias prestadas	5 525	6 477
Por operações realizadas com títulos	35 228	64 828
	94 274	119 336
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	2 431	4 948
Por operações realizadas com títulos	8 912	15 158
Por garantias recebidas	389	244
Outros custos com serviços e comissões	71	664
	11 803	21 014
	82 471	98 322

NOTA 7 - RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2015			31.12.2014		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Títulos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	278 690	346 712	(68 022)	2 670 561	2 661 455	9 106
De outros emissores	13 476	8 156	5 320	33 002	52 242	(19 240)
Acções	15 243	15 550	(307)	30 044	30 921	(877)
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	216	9	207
	307 409	370 418	(63 009)	2 733 823	2 744 627	(10 804)
Instrumentos financeiros derivados de negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio	2 812 026	2 671 278	140 748	2 379 384	2 329 512	49 872
Contratos sobre taxas de juro	1 848 116	1 851 479	(3 363)	1 863 943	1 875 943	(12 000)
Contratos sobre acções/índices	207 305	205 364	1 941	665 476	662 117	3 359
Contratos sobre créditos	2 151	5 821	(3 670)	5 543	9 657	(4 114)
Outros	4 951	-	4 951	46	8 797	(8 751)
	4 874 549	4 733 942	140 607	4 914 392	4 886 026	28 366
Instrumentos financeiros derivados para gestão de risco						
Contratos sobre taxas de câmbio	1 388	-	1 388	879	868	11
Contratos sobre taxas de juro	11 286	14 121	(2 835)	62 240	54 263	7 977
Contratos sobre acções/índices	-	7 338	(7 338)	175 432	145 661	29 771
Contratos sobre créditos	-	80 200	(80 200)	69 306	71 772	(2 466)
Outros	-	-	-	-	22 056	(22 056)
	12 674	101 659	(88 985)	307 857	294 620	13 237
	5 194 632	5 206 019	(11 387)	7 956 072	7 925 273	30 799
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados						
Responsabilidades representadas por títulos	90 491	1 217	89 274	47 875	19 477	28 398
Outros passivos subordinados	-	-	-	58	-	58
	90 491	1 217	89 274	47 933	19 477	28 456
	5 285 123	5 207 236	77 887	8 004 005	7 944 750	59 255

NOTA 8 - RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2015			31.12.2014		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	14	3 046	(3 032)	74 782	1 859	72 923
De outros emissores	977	303	674	1 773	212	1 561
Acções	5 458	2	5 456	1 086	43	1 043
Outros títulos de rendimento variável	-	18	(18)	974	596	378
	6 449	3 369	3 080	78 615	2 710	75 905

NOTA 9 - RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2015			31.12.2014		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação Cambial	82 953	(144 883)	(61 930)	73 323	(106 308)	(32 985)
	82 953	(144 883)	(61 930)	73 323	(106 308)	(32 985)

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3..

NOTA 10 – RESULTADOS NA ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

A 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, o valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2015	31.12.2014
Investimentos detidos até à maturidade	-	(1 290)
Activos não financeiros	(2)	1 951
Alienação de crédito a clientes	-	(7 358)
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	97	(53)
	95	(6 750)

NOTA 11 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Outros serviços de clientes	3 839	3 060
Impostos directos e indirectos	(5 639)	(6 785)
Outros resultados de exploração	(7 262)	(6 018)
	(9 062)	(9 743)

Os impostos directos e indirectos incluem 1 611 milhares de euros relativos ao custo relacionado com a Contribuição sobre Sector Bancário (31 de Dezembro de 2014: 1 559 milhares de euros), criado através da Lei Nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro (ver Nota 33).

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica de Outros resultados de exploração inclui custos de 2 727 milhares de euros relativos a Contribuições Fundo de Garantia de Depósitos (3 377 milhares de euros a 31 de Dezembro de 2014) e 1 441 milhares de euros relativos às Contribuições para o Fundo de Resolução (409 milhares de euros a 31 de Dezembro de 2014).

NOTA 12 - CUSTOS COM PESSOAL

O valor dos custos com pessoal é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Vencimentos e salários		
Remunerações	61 847	72 509
Prémios de antiguidade (ver Nota 13)	207	115
Custos com pensões de reforma (ver Nota 13)	1 243	1 259
Outros encargos sociais obrigatórios	11 241	14 147
Outros custos	6 247	8 259
	80 785	96 289

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Grupo Haitong Bank são como segue:

(milhares de euros)

	Conselho de Administração	Outro pessoal chave da gestão	Total
2015			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	3 223	21 706	24 929
Prémios de antiguidade	69	90	159
Remunerações variáveis	15	6 471	6 486
Total	3 307	28 267	31 574
2014			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	5 134	16 908	22 042
Remunerações variáveis	1 161	5 394	6 555
Total	6 294	22 302	28 596

Considera-se na categoria de outro pessoal chave da gestão os Directores Executivos e os Directores Centrais.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o valor do crédito concedido aos Órgãos de Administração do Grupo Haitong Bank ascendia a 315 mil euros e 293 mil euros respectivamente.

Por categoria profissional, o número médio de colaboradores do Grupo Haitong Bank analisa-se como segue:

	31.12.2015	31.12.2014
Funções directivas	381	420
Funções de chefia	4	4
Funções específicas	252	367
Funções administrativas	53	68
Funções auxiliares	12	12
	702	871

NOTA 13 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, as empresas do Grupo subscritoras assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo e admitido até 31 de Março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

No âmbito do segundo Acordo Tripartido celebrado entre o Governo, a Banca e os Sindicatos, a partir de 1 de Janeiro de 2011, os empregados bancários foram integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passou a assegurar a protecção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade

e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de Janeiro).

O referido acordo estabelece que nenhum empregado bancário integrado na Segurança Social verá o valor da sua pensão de reforma diminuído em relação ao actualmente previsto nas convenções colectivas. As pensões de reforma dos bancários integrados na Segurança Social continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo contudo lugar a uma pensão a receber do regime geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da segurança social. Nesta base, a exposição ao risco actuarial e financeiro associado aos benefícios com reforma mantém-se.

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no activo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho.

A integração conduz a um decréscimo efectivo no valor actual dos benefícios totais reportados à idade normal de reforma (VABT) a suportar pelo fundo de Pensões. Contudo, dado que não existiu redução de benefícios na perspectiva do beneficiário, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas.

No final do exercício de 2011 na sequência do 3º acordo tripartido, foi decidida a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se encontravam nessa condição à data de 31 de Dezembro de 2011.

Ao abrigo deste acordo tripartido, foi efectuada a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento à data de 31 de Dezembro de 2012, a valores constantes (taxa de actualização 0%), na componente prevista no Instrumento de Regulação Colectiva de Trabalho (IRCT) dos trabalhadores bancários, incluindo as eventualidades de morte, invalidez e sobrevivência. As responsabilidades relativas às actualizações das pensões, benefícios complementares, contribuições para o SAMS, subsídio de morte e pensões de sobrevivência diferida, permaneceram na esfera da responsabilidade das instituições financeiras com o financiamento a ser assegurado através dos respectivos fundos de pensões.

O acordo estabeleceu ainda que os activos dos fundos de pensões das respectivas instituições financeiras, na parte afecta à satisfação das responsabilidades pelas pensões referidas fossem transmitidos para o Estado.

Na medida em que a transferência consiste numa transferência definitiva e irreversível das responsabilidades com pensões em pagamento (mesmo que só relativas a uma parcela do benefício), verificam-se as condições subjacentes ao conceito de liquidação previsto no IAS 19 'Benefícios a empregados' uma vez que se extinguiu a obrigação à data da transferência, relativa ao pagamento dos benefícios abrangidos.

Em Portugal, os fundos têm como sociedade gestora o GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

De acordo com a política definida na Nota 2.16 – Benefícios aos empregados, o Grupo procede ao cálculo das responsabilidades com pensões de reforma e dos ganhos e perdas actuariais anualmente.

Os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos	
	31.12.2015	31.12.2014
Pressupostos Financeiros		
Taxas de rendimento esperado	2,5%	2,50%
Taxa de desconto	2,5%	2,50%
Taxa de crescimento de pensões	0,5%	0,50%
Taxa de crescimento salarial	1,00%	1,00%
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação		
Tábua de Mortalidade		
Homens	TV 73/77 - 2 anos	TV 73/77 - 1 ano
Mulheres	TV 88/90 - 3 anos	TV 88/90
Métodos de valorização actuarial	Project Unit Credit Method	

Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades. A taxa de desconto usada como referência a 31 de Dezembro de 2015 teve por base: (i) a evolução ocorrida nos principais índices relativamente a *high quality corporate bonds* e (ii) a *duration* das responsabilidades.

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	31.12.2015	31.12.2014
Activos	189	201
Reformados	22	22
Sobreviventes	7	7
TOTAL	218	230

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2015 e 2014:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades em 31 de Dezembro		
Pensionistas	7 101	6 866
Activos	63 643	57 001
	70 744	63 867
Saldo dos fundos em 31 de Dezembro	70 744	63 002
Excesso de cobertura/(Valores) a entregar ao fundo	-	(865)
Custo com serviço passados diferidos	-	-
Activos/(responsabilidades) líquidos em balanço (ver Notas 27 e 35)	-	(865)
Desvios actuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	27 346	16 454

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Responsabilidades inicial	63 867	57 179
Custo do serviço corrente	1 243	1 259
Custo dos juros	1 590	1 422
Contribuições dos participantes	127	134
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades:	8 827	4 147
- Alteração de pressupostos	4 008	11 244
- (Ganhos)/perdas de experiência	4 819	(7 097)
Pensões pagas pelo fundo	(268)	(274)
Transferência de responsabilidades	(4 642)	-
Responsabilidades final	70 744	63 867

Tendo por base a situação em 31 de Dezembro de 2015, a análise de sensibilidade a alterações nos pressupostos actuariais, revela os seguintes impactos:

- Um aumento na taxa de desconto em 25 pontos base faria reduzir as responsabilidades em cerca de 3 863 milhares de euros; uma redução de igual amplitude faria aumentar as responsabilidades em cerca de 4 153 milhares de euros;
- Aumento de 25 pontos base no crescimento dos salários e pensões faria aumentar as responsabilidades em cerca de 5 626 milhares de euros; uma redução de igual amplitude faria diminuir as responsabilidades em cerca de 2 499 milhares de euros;
- A utilização de tábuas de mortalidade com agravamento de mais um ano faria aumentar as responsabilidades em cerca de 2 249 milhares de euros; com a redução de menos um ano as responsabilidades diminuiriam em cerca de 2 273 milhares de euros.

A evolução do valor dos fundos de pensões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Saldo inicial dos fundos	63 002	54 455
Rendimento real do fundo	(779)	2 280
Contribuições do Grupo	13 304	6 407
Contribuições dos empregados	127	134
Pensões pagas pelo fundo	(268)	(274)
Transferência de responsabilidades	(4 642)	-
Saldo final dos fundos	70 744	63 002

Os activos dos fundos de pensões podem ser analisados como seguem:

	% Carteira	
	2015	2014
Obrigações	55,30%	51,90%
Ações	26,70%	29,30%
Investimento alternativo	2,60%	4,22%
Fundos Mistos	0,00%	1,70%
Imobiliário	1,90%	1,78%
Liquidez	13,50%	11,10%
Total	100,00%	100,00%

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 os fundos não continham títulos emitidos por entidades do Grupo.

A evolução dos desvios actuariais em balanço pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Desvios actuariais diferidos em 1 de Janeiro	16 454	13 141
- Alteração de pressupostos actuariais	4 008	11 244
- (Ganhos)/perdas de experiência	6 884	(7 931)
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	27 346	16 454

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Custo do serviço corrente	1 243	1 259
Custo / (Proveitos) de juros	304	(24)
Amortização responsabilidades serviços passados	-	-
Custos do exercício	1 547	1 235

A partir de 1 de Janeiro de 2014, na sequência da alteração do IAS 19 – Benefícios dos empregados, os custos / proveitos dos juros passaram a ser reconhecidos pelo valor líquido na linha de juros (proveitos ou custos) similares.

A evolução dos activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Saldo inicial	(865)	7 819
Custo do exercício	(1 547)	(1 235)
Ganhos e perdas actuariais reconhecidos em outro rendimento integral	(10 892)	(3 313)
Contribuições do Grupo	13 304	6 407
Reconhecimento integral em reservas de custos com serviços passados diferidos	-	(10 543)
Saldo final	-	(865)

A evolução das responsabilidades e saldo dos fundos, bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos 5 anos é analisado como segue:

	(milhares de euros)				
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2011
Responsabilidades	(70 744)	(63 867)	(57 179)	(42 472)	(34 381)
Saldo dos fundos	70 744	63 002	54 455	50 870	46 686
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	-	(865)	(2 724)	8 398	12 305
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	177	(7 097)	2 931	(472)	(9 221)
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo	6 707	(834)	(1 441)	(2 275)	6 107

Prémios de antiguidade

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as responsabilidades assumidas pelo Grupo e os custos reconhecidos nos períodos com o prémio de antiguidade são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Responsabilidades iniciais	2 162	2 124
Custo do exercício (Ver Nota 12)	207	115
Prémios pagos	(198)	(77)
Responsabilidades finais	2 171	2 162

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

A responsabilidade com prémios de antiguidade encontra-se registada em outros passivos (Ver Nota 35).

NOTA 14 - GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Rendas e alugueres	9 614	8 898
Publicidade e publicações	743	1 212
Comunicações e expedição	12 557	13 867
Deslocações e representação	5 970	8 294
Conservação e reparação	1 610	1 739
Seguros	334	492
Judiciais e contencioso	464	208
Serviços especializados		
Informática	5 506	5 698
Mão de obra eventual	327	546
Trabalho independente	2 743	2 674
Outros serviços especializados	9 031	8 145
Outros custos	4 795	5 676
	53 694	57 449

A rubrica Outros serviços especializados inclui, entre outros, custos com consultores e auditores externos. A rubrica de Outros custos inclui, entre outros, custos com segurança e vigilância, informação, custos com formação e custos com fornecimentos externos.

Os vencimentos das rendas vincendas relativas a contratos de locação operacional não canceláveis, são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Até um ano	1 106	1 120
De um a cinco anos	1 968	1 223
	3 074	2 343

Os honorários facturados durante o exercício de 2015 e 2014 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e pelos auditores, de acordo com o disposto no art.º 508º-F do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Revisão legal das contas anuais (Haitong Bank)	104	85
Revisão legal das contas anuais (subsidiárias)	519	450
Outros serviços de garantia de fiabilidade	311	347
Consultoria fiscal	39	25
Outros serviços que não revisão legal das contas	213	131
Valor total dos serviços facturados	1 186	1 038

NOTA 15 - RESULTADOS POR ACÇÃO

Resultados por acção básicos

Os resultados básicos por acção são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio de acções ordinárias emitidas durante o ano, excluindo o número médio de acções compradas pelo Banco e detidas na carteira como acções próprias.

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas do Banco ⁽¹⁾	(35 627)	(138 718)
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (milhares)	66 023	65 254
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do Banco (em euros)	-0,54	-2,13

⁽¹⁾ Corresponde ao resultado líquido do período ajustado das remunerações das obrigações perpétuas subordinadas atribuíveis ao exercício (os quais são registados como um movimento de reservas)

Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do banco.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o Banco detém instrumentos emitidos sem efeito diluidor, pelo que o resultado por acção diluído é igual ao resultado por acção básico.

NOTA 16 - CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Caixa	14	13
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	117 515	1 050
Outros bancos centrais	155	461
	117 670	1 511
	117 684	1 524

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais - Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, no montante de 118 milhares de euros (31 de Dezembro de 2014: 378 milhares de euros) que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (UE) n.º 1358/2011 do Banco Central Europeu, de 14 de Dezembro de 2011, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de Dezembro de 2015 a taxa de remuneração média destes depósitos ascende a 0,05% (31 de Dezembro de 2014: 0,05%).

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 31 de Dezembro de 2015 foi incluído no período de manutenção de 9 de Dezembro de 2015 a 26 de Janeiro de 2016, ao qual correspondeu uma reserva mínima obrigatória de 500 milhares de euros.

NOTA 17 - DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	4 586	15 111
	4 586	15 111
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	34 374	33 956
	34 374	33 956
	38 960	49 067

NOTA 18 - ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica Activos e Passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Activos Financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	951 300	726 940
De outros emissores	50 065	60 029
Acções	1 185	22 746
	1 002 550	809 715
Derivados	343 939	658 758
	1 346 489	1 468 473
Passivos Financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Vendas a descoberto	186 190	37 916
Derivados	316 160	583 634
	502 350	621 550

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Até 3 meses	4 255	2 224
De 3 meses a um ano	771 641	15 874
De um a cinco anos	76 540	515 254
Mais de cinco anos	148 929	253 617
Duração indeterminada	1 185	22 746
	1 002 550	809 715

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.6, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica dos activos financeiros detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

	31.12.2015			31.12.2014		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	4 506	946 794	951 300	32 449	694 491	726 940
De outros emissores	32 159	17 906	50 065	40 000	20 029	60 029
Ações	1 185	-	1 185	22 746	-	22 746
Total valor de balanço	37 850	964 700	1 002 550	95 195	714 520	809 715

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a exposição à dívida pública de países “periféricos” da Zona Euro é apresentada na Nota 41.

As vendas a descoberto representam títulos vendidos pelo Grupo, os quais tinham sido adquiridos no âmbito de uma operação de compra com acordo de revenda. De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.7, títulos comprados com acordo de revenda não são reconhecidos no balanço. Caso os mesmos sejam vendidos, o Grupo reconhece um passivo financeiro equivalente ao justo valor dos activos que deverão ser devolvidos no âmbito do acordo de revenda.

A rubrica Instrumentos financeiros derivados a 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é analisada como segue:

(milhares de euros)						
	31.12.2015			31.12.2014		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Positivo	Negativo		Positivo	Negativo
Contratos sobre taxas de câmbio						
Forward		19 791	606		3 765	5 936
- compras	443 003			974 995		
- vendas	441 690			979 933		
Currency Swaps		597	2 263		1 791	2 558
- compras	232 044			-		
- vendas	233 254			-		
Currency Futures	1 485 369	-	-	2 559 516	-	-
Currency Interest Rate Swaps		-	-		1 746	12 479
- compras	-			30 306		
- vendas	-			29 528		
Currency Options	289 893	2 501	2 258	502 980	1 263	1 158
	3 125 253	22 889	5 127	5 077 258	8 565	22 131
Contratos sobre taxas de juro						
Forward Rate Agreements	1 104 477	715	625	2 401 229	1 378	1 292
Interest Rate Swaps	6 340 627	299 671	293 672	9 057 729	591 965	504 303
Swaption - Interest Rate Options	-	-	-	-	-	-
Interest Rate Caps & Floors	1 792 528	11 701	11 690	2 694 102	15 285	14 562
Interest Rate Futures	4 888 295	-	-	3 729 861	-	-
Interest Rate Options	-	-	-	225 640	90	52
	14 125 927	312 087	305 987	18 108 561	608 718	520 209
Contratos sobre ações/índices						
Equity / Index Swaps	1 814	955	1 160	181 612	36 866	36 980
Equity / Index Options	48 246	6 536	3 595	54 903	3 847	3 847
Equity / Index Futures	-	-	-	32 277	-	-
	50 060	7 491	4 755	268 792	40 713	40 827
Contratos sobre crédito						
Credit Default Swaps	115 054	1 472	291	156 128	762	467
	115 054	1.472	291	156 128	762	467
Total	17 416 294	343 939	316 160	23 610 739	658 758	583 634

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o escalonamento dos derivados detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)				
	31.12.2015		31.12.2014	
	Nocional	Justo Valor (líquido)	Nocional	Justo Valor (líquido)
Até 3 meses	3 872 190	(2 231)	3 891 922	107 824
De 3 meses a um ano	3 707 157	13 175	4 085 677	(11 960)
De um a cinco anos	6 603 253	20 654	10 222 262	17 591
Mais de cinco anos	3 222 855	(3 819)	5 410 878	(38 331)
	17 405 455	27 779	23 610 739	75 124

NOTA 19 - ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	Custo (1)	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	194 553	28	(7 899)	-	186 682
De outros emissores	279 134	159	(14 451)	(11 683)	253 159
Acções	14 162	166	-	(7 806)	6 522
Outros títulos de rendimento variável	29 779	955	(1 847)	(6 939)	21 948
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	517 628	1 308	(24 197)	(26 428)	468 311
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	291 064	133	(15 593)	-	275 604
De outros emissores	243 472	382	(5 341)	(15 057)	223 456
Acções	17 934	1 088	(172)	(6 945)	11 905
Outros títulos de rendimento variável	52 997	1 049	(1 565)	(8 766)	43 715
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	605 467	2 652	(22 671)	(30 768)	554 680

(1) Custo de aquisição para acções e custo amortizado para títulos de dívida

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6, o Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de Activos financeiros disponíveis para venda, seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em Activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

(milhares de euros)

	31.12.2015	31.12.2014
Saldo inicial	30 768	17 580
Dotações	2 843	34 200
Utilizações	(5 674)	(21 047)
Reversões	(497)	-
Diferenças de câmbio e outras	(1 012)	35
Saldo final	26 428	30 768

A rubrica de Activos financeiros disponíveis para venda inclui 100 224 milhares de euros de títulos dados em garantia pelo Grupo (72 985 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2014), ver nota 38.

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o escalonamento dos Activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Até 3 meses	150 608	45 893
De 3 meses a um ano	16 488	28 854
De um a cinco anos	214 804	333 739
Mais de cinco anos	57 941	90 575
Duração indeterminada	28 470	55 619
	468 311	554 680

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica dos activos financeiros disponíveis para venda, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

	31.12.2015			31.12.2014		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	20 231	166 451	186 682	57 803	217 801	275 604
De outros emissores	62 323	190 836	253 159	75 436	148 020	223 456
Acções	516	6 006	6 522	620	11 285	11 905
Outros títulos de rendimento variável	1 128	20 820	21 948	27 472	16 243	43 715
Total valor de balanço	84 198	384 113	468 311	161 331	393 349	554 680

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a exposição à dívida pública de países “periféricos” da Zona Euro é apresentada na Nota 41.

NOTA 20 - APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Aplicações em instituições de crédito no país		
Operações com acordo de revenda	39 976	-
Aplicações de muito curto prazo	-	8 647
Outras aplicações	-	1 358
	39 976	10 005
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	1 008	2 217
Operações com acordo de revenda	190 602	18 579
Aplicações de muito curto prazo	2 219	-
Outras aplicações	40 387	18 723
	234 216	39 519
	274 192	49 524
Perdas por imparidade	(15 397)	(15 216)
	258 795	34 308

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Até 3 meses	192 221	46 006
De 3 meses a um ano	81 971	163
De um a cinco anos	-	3 278
Mais de cinco anos	-	77
	274 192	49 524

Os movimentos ocorridos no exercício como perdas por imparidade em aplicações em instituições de crédito são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Saldo inicial	15 216	238
Dotações	149	14 945
Reversões	-	(1)
Diferenças de câmbio e outras	32	34
Saldo final	15 397	15 216

NOTA 21 - CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Crédito interno		
A empresas		
Créditos em conta corrente	50	300
Empréstimos	410 939	482 567
Descobertos	-	28
Outros créditos	45 894	65 198
A particulares		
Habitação	358	435
	457 241	548 528
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	692 156	1 132 647
Outros créditos	5 176	23 782
A particulares		
Outros créditos	34	1 927
	697 366	1 158 356
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	25 993	4 351
Há mais de 90 dias	189 407	121 763
	215 400	126 114
	1 370 007	1 832 998
Perdas por imparidade do crédito	(328 666)	(283 780)
	1 041 341	1 549 218

O escalonamento do Crédito a clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Até 3 meses	83 584	181 758
De 3 meses a um ano	178 840	307 193
De um a cinco anos	266 304	488 821
Mais de cinco anos	625 879	729 112
Duração indeterminada	215 400	126 114
	1 370 007	1 832 998

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em empréstimos a clientes são apresentados como segue

(milhares de euros)

	31.12.2015	31.12.2014
Saldo inicial	283 780	130 135
Dotações	125 942	182 267
Utilizações	(14 787)	(13 573)
Reversões	(65 711)	(12 662)
Transferências	1 116	(2 449)
Diferenças de câmbio e outras	(1 674)	62
Saldo final	328 666	283 780

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o detalhe da imparidade apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2015						
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base portfolio		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a Empresas	565 608	318 158	804 007	10 503	1 369 615	328 661	1 040 954
Crédito a particulares - Habitação	-	-	358	5	358	5	353
Crédito a particulares - Outro	-	-	34	-	34	-	34
Total	565 608	318 158	804 399	10 508	1 370 007	328 666	1 041 341

(milhares de euros)

	31.12.2014						
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base portfolio		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a Empresas	620 051	280 251	1 210 586	3 519	1 830 637	283 770	1 546 867
Crédito a particulares - Habitação	-	-	435	1	435	1	434
Crédito a particulares - Outro	-	-	1 926	9	1 926	9	1 917
Total	620 051	280 251	1 212 947	3 529	1 832 998	283 780	1 549 218

O Grupo efectua a renegociação de um crédito tendo em vista a maximização da recuperação do mesmo. Um crédito é renegociado de acordo com critérios selectivos, baseados na análise das circunstâncias em que o mesmo se encontra em situação de vencido, ou quando existe um risco elevado de que tal venha a acontecer, na verificação de que o cliente efectuou um esforço razoável de cumprimento das condições contratuais anteriormente acordadas e é expectável que tenha capacidade para cumprir os novos termos acordados. A renegociação normalmente inclui a extensão da maturidade, alteração dos períodos de pagamento definidos e/ ou alteração dos covenants dos contratos. Sempre que possível, a renegociação é acompanhada pela obtenção de novos colaterais. Os créditos renegociados são ainda objecto de uma análise de imparidade que resulta da reavaliação da expectativa face aos novos fluxos de caixa, inerentes às novas condições contratuais, actualizadas à taxa de juro original efectiva tomando ainda em consideração os novos colaterais apresentados.

Em 31 de Dezembro de 2015, o crédito bruto inclui 759 536 milhares de euros de crédito renegociado (641 158 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2014). Em 31 de Dezembro de 2015, as perdas por imparidade reconhecidas relativamente aos créditos renegociados em balanço ascendem a 324 914 milhares de euros (280 362 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2014). O juro reconhecido na demonstração dos resultados ascende a 23 309 milhares de euros (20 781 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2014).

Com o objectivo de mitigar o risco de crédito, as operações de crédito têm garantias associadas, nomeadamente hipotecas ou penhores. O justo valor dessas garantias é determinado à data da concessão do crédito, sendo reavaliados periodicamente.

Seguidamente apresenta-se o valor do crédito e respectivos colaterais.

	31.12.2015		31.12.2014	
	Valor do Crédito	Justo valor do colateral	Valor do Crédito	Justo valor do colateral
Crédito à Habitação				
Hipotecas	358	1 219	435	1 219
	358	1 219	435	1 219
Outro crédito a particulares				
Não Colateralizado	33	-	2 817	-
	33	-	2 817	-
Crédito a empresas				
Hipotecas	118 573	57 666	126 006	67 520
Penhor	13 318	8 325	38 571	42 770
Não Colateralizado	1 237 725	-	1 665 169	-
	1 369 616	65 991	1 829 746	110 290
Total	1 370 007	67 210	1 832 998	111 509

A rubrica de crédito a clientes incluía 52 273 milhares de euros a 31 de Dezembro de 2014 de créditos dados em garantia pelo Grupo. Em 2015 não existem créditos dados em garantias, ver nota 38.

A distribuição de Crédito a clientes por tipo de taxas é como segue:

	31.12.2015	31.12.2014
Taxa fixa	483 591	613 384
Taxa variável	886 416	1 219 614
	1 370 007	1 832 998

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o detalhe das exposições e imparidade constituída apresenta-se como segue:

(milhares de euros)									
Segmento	Exposição 31.12.2015					Imparidade 31.12.2015			
	Exposição total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Project Finance	823 565	635 806	-	154 063	187 759	176 801	(67 283)	(3 665)	(63 618)
Aquisition Finance	543 517	308 927	-	194 081	234 590	234 590	(261 371)	(109 598)	(151 773)
Outros	2 925	2 925	-	-	-	-	(12)	(12)	-
Total	1 370 007	947 658	-	348 144	422 349	411 391	(328 666)	(113 275)	(215 391)

(milhares de euros)

Segmento	Exposição 31.12.2014				Imparidade 31.12.2014				
	Exposição total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Project Finance	982 632	812 673	-	102 069	169 959	146 907	(64 626)	(2 632)	(61 994)
Aquisition Finance	821 364	670 091	-	374 326	151 273	150 992	(219 060)	(131 050)	(88 010)
Outros	29 002	29 002	-	28	-	-	(94)	(94)	-
Total	1 832 998	1 511 766	-	476 423	321 232	297 899	(283 780)	(133 776)	(150 004)

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o detalhe das exposições e imparidade constituída por data de antiguidade das prestações vencidas apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

Segmento	Da Exposição Total 31.12.2015					
	Exposição total 31.12.2015	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso <30			Dias de atraso <=90*	Dias de atraso >90
		Sem indícios	Com indícios	Sub-total		
Project Finance	823 565	454 051	181 755	635 806	28 788	158 971
Aquisition Finance	543 517	78 505	230 422	308 927	30 590	204 000
Outros	2 925	2 925	-	2 925	-	-
Total	1 370 007	535 481	412 177	947 658	59 378	362 971

(milhares de euros)

Segmento	Da Exposição Total 31.12.2014					
	Exposição total 31.12.2014	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso <30			Dias de atraso <=90*	Dias de atraso >90
		Sem indícios	Com indícios	Sub-total		
Project Finance	982 632	491 557	321 116	812 673	85 241	84 718
Aquisition Finance	821 364	258 665	411 426	670 091	42 684	108 589
Outros	29 002	28 974	28	29 002	-	-
Total	1 832 998	779 196	732 570	1 511 766	127 925	193 307

(milhares de euros)

Segmento	Da imparidade Total 31.12.2015				
	Imparidade Total 31.12.2015	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso <30	Dias de atraso entre 30 - 90	Dias de atraso <=90*	Dias de atraso >90
Project Finance	(67 283)	(2 271)	(1 394)	(168)	(63 450)
Aquisition Finance	(261 371)	(393)	(109 205)	(5 349)	(146 424)
Outros	(12)	(12)	-	-	-
Total	(328 666)	(2 676)	(110 599)	(5 517)	(209 874)

*Crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco, designadamente a falência, liquidação do devedor, entre outros.

(milhares de euros)

Segmento	Da imparidade Total 31.12.2014				
	Imparidade Total 31.12.2014	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso <30	Dias de atraso entre 30 - 90	Dias de atraso <=90*	Dias de atraso >90
Project Finance	(64 626)	(1 901)	(731)	(1 673)	(60 321)
Aquisition Finance	(219 060)	(2 324)	(128 726)	(4 575)	(83 435)
Outros	(94)	(66)	(28)	-	-
Total	(283 780)	(4 291)	(129 485)	(6 248)	(143 756)

*Crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco, designadamente a falência, liquidação do devedor, entre outros.

Em 31 de Dezembro de 2015, o detalhe da carteira crédito por segmento e por ano de produção é como se segue:

(milhares de euros)

Ano de produção	Project Finance			Acquisition Finance			Outros		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2004 e anteriores	10	157 833	(790)	4	3 651	(18)	7	2 925	(12)
2005	3	10 430	(4 669)	-	-	-	-	-	-
2006	21	232 862	(59 087)	4	14 934	(534)	-	-	-
2007	9	73 321	(795)	7	62 636	(57 529)	-	-	-
2008	4	45 857	(229)	3	22 079	(9 466)	-	-	-
2009	8	19 739	(99)	5	26 971	(8 766)	-	-	-
2010	13	64 420	(322)	5	4 958	(3 299)	-	-	-
2011	10	19 367	(97)	24	115 946	(86 207)	-	-	-
2012	1	283	(116)	24	85 297	(46 194)	-	-	-
2013	46	33 494	(173)	25	63 263	(15 764)	-	-	-
2014	16	11 586	(110)	35	82 503	(15 369)	-	-	-
2015	22	154 373	(796)	30	61 279	(18 225)	-	-	-
Total	163	823 565	(67 283)	166	543 517	(261 371)	7	2 925	(12)

Seguidamente apresenta-se o detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade para 31 de Dezembro de 2015 e 2014, por segmento, sector e geografia:

a) Por segmento

(milhares de euros)

	31.12.2015							
	Project Finance		Aquisition Finance		Outros		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação								
Individual	185 055	(64 090)	407 459	(260 691)	518	-	593 032	(324 781)
Colectiva	638 510	(3 193)	136 058	(680)	2 407	(12)	776 975	(3 885)
Total	823 565	(67 283)	543 517	(261 371)	2 925	(12)	1 370 007	(328 666)

(milhares de euros)

	31.12.2014							
	Project Finance		Aquisition Finance		Outros		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação								
Individual	198 599	(62 217)	471 880	(218 006)	849	(29)	671 328	(280 252)
Colectiva	784 033	(2 409)	349 484	(1 054)	28 153	(65)	1 161 670	(3 528)
Total	982 632	(64 626)	821 364	(219 060)	29 002	(94)	1 832 998	(283 780)

b) Por sector de actividade

(milhares de euros)

Sector de Actividade	31.12.2015				31.12.2014			
	Avaliação				Avaliação			
	Individual		Colectiva		Individual		Colectiva	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Financeiras	121 380	(97 055)	27 705	(139)	141 381	(76 957)	103 348	(316)
Construção e Obras Públicas	57 189	(19 089)	139 721	(699)	110 026	(18 424)	118 429	(365)
Energia	25 915	(11 390)	241 906	(1 210)	12 217	(10 224)	285 932	(880)
Infraestruturas de Transporte	23 765	(4 790)	173 106	(864)	13 888	(3 502)	212 321	(655)
Transporte e Comunicações	25 088	(1 088)	28 609	(143)	24 131	(763)	34 597	(106)
Outros sectores industriais	55 392	(13 653)	34 176	(171)	59 003	(10 868)	82 906	(246)
Promoção Imobiliária	63 176	(50 639)	12 784	(64)	42 534	(20 484)	25 685	(76)
Serviços	126 438	(74 670)	13 832	(69)	153 128	(81 155)	81 363	(223)
Comércio	50 490	(18 829)	33 024	(165)	37 204	(18 784)	86 449	(264)
Outros sectores	44 199	(33 578)	72 112	(361)	77 816	(39 091)	130 640	(397)
Total	593 032	(324 781)	776 975	(3 885)	671 328	(280 252)	1 161 670	(3 528)

c) Por geografia

(milhares de euros)

Geografia	31.12.2015				31.12.2014			
	Avaliação				Avaliação			
	Individual		Colectiva		Individual		Colectiva	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Portugal	244 959	(108 044)	337 938	(1 690)	217 908	(102 062)	418 602	(1 270)
Espanha	296 049	(204 439)	171 334	(857)	325 411	(170 901)	164 056	(505)
Brasil	46 470	(8 434)	138 860	(694)	96 356	(3 944)	362 800	(1 089)
México	-	-	54 681	(273)	23 052	(22)	82 905	(254)
Estados Unidos	-	-	38 413	(192)	2 539	(1)	78 099	(240)
Reino Unido	33	-	28 233	(141)	385	-	44 116	(136)
Polónia	5 521	(3 864)	7 516	(38)	5 677	(3 322)	11 092	(34)
Total	593 032	(324 781)	776 975	(3 885)	671 328	(280 252)	1 161 670	(3 528)

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o movimento de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado foi o seguinte:

(milhares de euros)

	31.12.2015	31.12.2014
Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	774 323	642 289
Créditos reestruturados no período	135 527	232 686
Juros corridos da carteira reestruturada	(3 250)	3 148
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(150 298)	(50 668)
Vendas de crédito	(36 137)	(70 553)
Outros	39 370	17 420
Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	759 535	774 322

O Haitong Bank utiliza os sistemas de rating internos no apoio à decisão na monitorização do risco de crédito. O perfil médio de risco de crédito manteve-se semelhante ao verificado no ano anterior.

	Dec-15	Dec-14
[aaa; a-]	1%	0%
[bbb+; bbb-]	10%	16%
[bb+; bb-]	37%	32%
[b+; b-]	44%	47%
[ccc+; lccc]	8%	5%

Nota: Em percentagem da carteira não *default* com notações de risco.

NOTA 22 – DERIVADOS PARA GESTÃO DE RISCO

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os derivados de cobertura em balanço analisam-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Derivados para gestão de risco activos		
Contratos sobre taxas de juro	8 624	3 329
Contratos sobre acções/índices	847	8 592
Outros contratos	5 765	13 833
	15 236	25 754
Derivados para gestão de risco passivos		
Contratos sobre taxas de juro	10 471	1 672
Contratos sobre acções/índices	22 803	22 056
Outros contratos	83 123	10 211
	116 397	33 939
	(101 161)	(8 185)

A rubrica de Derivados para gestão de risco, inclui para além dos derivados de cobertura, os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (e que não foram designados como derivados de cobertura).

No exercício de 2015 não existiram operações de derivados de cobertura. As operações de cobertura verificadas em 2014 maturaram antes de 31 de Dezembro de 2014.

a) Derivados de cobertura

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2014 podem ser analisada como segue:

31.12.2014							
(milhares de euros)							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado ⁽²⁾	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto ⁽¹⁾	Variação do justo valor do elemento coberto no ano ⁽¹⁾
Interest Swap / Equity Swap	Responsabilidades representadas por títulos	Taxa de juro	-	-	2 161	-	7 445
Interest Swap / Equity Swap	Passivos subordinados	Taxa de juro	-	-	8	-	58
			-	-	2 169	-	7 503

(1) Atribuível ao risco coberto

(2) Inclui juro corrido

As variações de justo valor associadas aos activos e passivos acima descritos e aos respectivos derivados de cobertura encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados (ver Nota 7).

b) Outros derivados para gestão de risco

Os outros derivados para gestão de risco incluem instrumentos destinados a gerir o risco associado a determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados conforme política contabilística descrita nas Notas 2.4, 2.6 e 2.8 e que o Grupo não designou para contabilidade de cobertura.

As operações de cobertura em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 que foram designadas contabilisticamente como tal, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

31.12.2015								
Passivo financeiro associado	Produto derivado	Derivado			Passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no período	Justo valor	Variação de justo valor no período	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
Responsabilidades representadas por títulos	Credit Default Swap	391 482	(78 437)	(78 990)	61 176	81 246	311 694	372 868
Responsabilidades representadas por títulos	Equity Swap	135 872	(21 956)	(21 912)	17 697	7 434	111 734	129 431
Responsabilidades representadas por títulos	Interest Swap	190 418	(1 848)	942	(1 640)	(103)	31 444	29 804
Responsabilidades representadas por títulos	Fx Option	1 800	-	(81)	20	(47)	1 719	1 739
Responsabilidades representadas por títulos	Equity Option	11 460	1 080	(18)	(819)	(662)	10 369	9 550
		731 032	(101 161)	(100 059)	76 434	87 868	466 960	543 392

(milhares de euros)

31.12.2014								
Passivo financeiro associado	Produto derivado	Derivado			Passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
Responsabilidades representadas por títulos	Credit Default Swap	412 259	1 565	(141)	(19 771)	(886)	408 931	391 526
Responsabilidades representadas por títulos	Equity Swap	205 272	(13 464)	(507)	7 629	887	192 214	205 097
Responsabilidades representadas por títulos	Interest Swap	41 059	1 657	96	(1 812)	6 697	32 617	32 688
Responsabilidades representadas por títulos	Fx Option	11 471	99	16	(8)	(208)	4 322	5 479
Responsabilidades representadas por títulos	Equity Option	44 810	1 958	(1 780)	(1 718)	(1 131)	45 082	48 302
		714 871	(8 185)	(2 316)	(15 680)	5 359	683 166	683 092

A componente do justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito do Grupo é positiva e o respectivo valor acumulado em 31 de Dezembro de 2015 ascende a 365 milhares de euros (31 de Dezembro de 2014: 1 123 milhares de euros).

As operações com derivados de gestão de risco em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, por maturidades, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

31.12.2015		
	Outros derivados p/ gestão de risco	
	Nocional	Justo Valor
Até 3 meses	23 438	629
De 3 meses a um ano	72 721	(10 411)
De um a cinco anos	573 812	(90 514)
Mais de cinco anos	61 061	(865)
	731 032	(101 161)

(milhares de euros)

31.12.2014		
	Outros derivados p/ gestão de risco	
	Nocional	Justo Valor
Até 3 meses	33 031	46
De 3 meses a um ano	177 414	786
De um a cinco anos	457 916	(6 461)
Mais de cinco anos	46 510	(2 556)
	714 871	(8 185)

NOTA 23 – ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2015	31.12.2014
Subsidiárias adquiridas para revenda	3 600	3 600
	3 600	3 600

Os activos não correntes detidos para venda incluem, designadamente, os activos de subsidiárias adquiridas para revenda relativos a participações no capital de empresas cujo controlo pertence ao Grupo mas que foram adquiridas exclusivamente com o objectivo de venda no curto prazo.

O movimento dos activos não correntes detidos para venda (excluindo os activos de subsidiárias adquiridas para revenda) durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

(milhares de euros)

	31.12.2015	31.12.2014
Saldo inicial	-	1 133
Vendas	-	(1 114)
Outros movimentos	-	(19)
Saldo final	-	-

O Grupo tem implementado um plano com vista à venda imediata das subsidiárias classificadas com disponíveis para venda. No entanto, face às condições actuais do mercado não tem sido possível concretizar as alienações no prazo inicialmente previsto. O Grupo continua a desenvolver todos os esforços com vista a concretização do plano de alineação estabelecido.

NOTA 24 - OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Imóveis		
De serviço próprio	643	643
Beneficiações em edifícios arrendados	12 769	13 295
	13 412	13 938
Equipamento		
Equipamento informático	13 816	13 963
Instalações interiores	4 001	3 936
Mobiliário e material	4 127	4 098
Máquinas e ferramentas	1 926	2 258
Material de transporte	421	624
Equipamento de segurança	382	369
Outros	147	144
	24 820	25 392
	38 232	39 330
Imobilizado em curso		
Beneficiações em edifícios arrendados	37	37
Equipamento	687	325
	724	362
	38 956	39 692
Depreciação acumulada	(26 792)	(24 199)
	12 164	15 493

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	(milhares de euros)			
	Imóveis	Equipamento	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	13 222	24 662	1 486	39 370
Adições	64	899	216	1 179
Abates / vendas	(1)	(840)	-	(841)
Transferências	450	889	(1 339)	-
Variação cambial e outros movimentos	203	(218)	(1)	(16)
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	13 938	25 392	362	39 692
Adições	242	576	687	1 505
Abates / vendas	(18)	(465)	-	(483)
Transferências	-	22	-	22
Variação cambial e outros movimentos	(750)	(705)	(325)	(1 780)
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	13 412	24 820	724	38 956
Depreciações				
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	5 164	14 896	-	20 060
Depreciações do exercício	1 506	3 515	-	5 021
Abates / vendas	(1)	(840)	-	(841)
Variação cambial e outros movimentos	33	(74)	-	(41)
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	6 702	17 497	-	24 199
Depreciações do exercício	1 117	3 035	-	4 152
Abates / vendas	(18)	(403)	-	(421)
Variação cambial e outros movimentos	(701)	(437)	-	(1 138)
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	7 100	19 692	-	26 792
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2015	6 312	5 128	724	12 164
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2014	7 236	7 895	362	15 493

NOTA 25 - ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Goodwill	65 064	64 032
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	30 286	26 309
Outras	916	916
	31 202	27 225
Imobilizações em curso	4 458	6 033
	100 724	97 290
Amortização acumulada	(19 722)	(17 576)
Perdas por imparidade	(722)	(2 318)
	(20 444)	(19 894)
	80 280	77 396

O *goodwill* é registado de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2, sendo analisado como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2015	31.12.2014
Subsidiárias		
Haitong (UK) Limited	54 001	50 885
Espirito Santo Investment Sp.Z.O.O	-	1 674
Haitong Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	9 858	9 858
Outros	1 205	1 615
	65 064	64 032
Perdas por imparidade	(722)	(2 318)
	64 342	61 714

Anualmente o Banco procede a análise da imparidade do *goodwill* seguindo o disposto no IAS 36 – Imparidade de Activos.

O valor recuperável da Haitong (UK) Limited, correspondente ao seu valor de uso, foi determinado de acordo com a metodologia dos Dividendos Descontados com base (i) nos dados estimados pelo órgão de gestão para os próximos dez anos, (ii) assumindo um crescimento na perpetuidade de 3,0% em linha com o crescimento nominal estimado da economia do país onde a unidade se encontra localizada e (iii) tendo sido utilizada uma taxa de desconto de 7,89%. O período de dez anos utilizado para estimar os fluxos futuros, reflete o facto de a entidade estar a ser objeto de uma redefinição da sua estratégia de negócio no âmbito da aquisição do Banco pelo Grupo Haitong em 2015. Com base nestes pressupostos o Conselho de Administração considera que o valor recuperável deste investimento é superior ao valor de balanço, incluindo a parte correspondente ao *goodwill* não havendo por isso lugar ao reconhecimento de imparidade.

O Banco efectuou uma análise de sensibilidade utilizando para o efeito (i) uma taxa de desconto alternativa de 9,9% e (ii) as restantes mesmas variáveis incluindo os valores dos dados estimados pelo órgão de gestão para os próximos 10 anos. Com base nesta análise de sensibilidade, não foi identificada perda de imparidade em relação a este *goodwill*.

Não obstante a análise efectuada com base nos pressupostos descritos, o valor recuperável do investimento na Haitong (UK) Limited, depende da capacidade desta empresa e do Grupo de executar as medidas necessárias com vista a permitir a realização do plano de negócios. O Banco efectuou uma análise com vista a determinar o nível de execução do plano de negócios que implicaria que o valor recuperável estimado da Haitong (UK) Limited, calculado utilizando a taxa de desconto alternativa de 9,9%, seria igual ao respectivo valor de balanço e concluiu que este é o caso se esta empresa for apenas capaz de executar o referido plano de negócios em cerca de 57,5%.

No que se refere à Haitong Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A. o respectivo valor recuperável foi determinado com base na metodologia dos cash-flows descontados com base (i) no *business plan* da empresa os próximos 6 anos, (ii) assumindo um crescimento na perpetuidade de 2% e (iii) uma taxa de desconto de 13,2%. Com base nestes pressupostos o Conselho de Administração considera não haver lugar ao reconhecimento de imparidade relativamente ao *goodwill* desta empresa em 31 de Dezembro de 2015.

Não obstante a análise efectuada com base nos pressupostos descritos, o valor recuperável do investimento na Haitong Capital, depende da capacidade desta empresa e do Grupo de executar as medidas necessárias com vista a permitir a realização do plano de negócios. O Banco efectuou uma análise com vista a determinar o nível de execução do plano de negócios que implicaria que o valor recuperável estimado da Haitong Capital seria igual ao respectivo valor de balanço e concluiu que este é o caso se esta empresa for apenas capaz de executar o referido plano de negócios em cerca de 80%.

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Goodwill	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição					
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	60 717	22 295	949	6 989	90 950
Adições:					
Adquiridas a terceiros	-	220	-	2 669	2 889
Abates / vendas	-	(10)	-	-	(10)
Transferências	-	3 627	-	(3 627)	-
Variação cambial	3 315	177	(33)	2	3 461
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	64 032	26 309	916	6 033	97 290
Adições:					
Adquiridas a terceiros	-	1 167	-	2 573	3 740
Abates / vendas	-	(229)	-	-	(229)
Utilizações	(1 751)	-	-	-	(1 751)
Transferências	-	3 098	-	(3 120)	(22)
Variação cambial	2 783	(59)	-	(1 028)	1 696
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	65 064	30 286	916	4 458	100 724
Amortizações					
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	-	14 371	916	-	15 287
Amortizações do exercício	-	2 200	-	-	2 200
Abates / vendas	-	(10)	-	-	(10)
Variação cambial e outros movimentos	-	99	-	-	99
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	-	16 660	916	-	17 576
Amortizações do exercício	-	2 458	-	-	2 458
Abates / vendas	-	(255)	-	-	(255)
Variação cambial e outros movimentos	-	(57)	-	-	(57)
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	-	18 806	916	-	19 722
Imparidade					
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	2 041	-	-	-	2 041
Perdas por imparidade	333	-	-	-	333
Variação cambial	(56)	-	-	-	(56)
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	2 318	-	-	-	2 318
Perdas por imparidade	281	-	-	-	281
Utilizações	(1 751)	-	-	-	(1 751)
Variação cambial	(126)	-	-	-	(126)
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	722	-	-	-	722
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2015	64 342	11 480	-	4 458	80 280
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2014	61 714	9 649	-	6 033	77 396

NOTA 26 - INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Os dados financeiros relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	Activo		Passivo		Capital Próprio		Proveitos		Resultado líquido	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Fundo Espírito Santo IBERIA I	12 606	13 714	134	15	12 472	13 699	592	2 675	(1 702)	442
2bCapital Luxembourg Sicar	-	37 742	-	32	-	37 710	-	-	-	(499)
Salgar Investments	43 509	40 676	11 951	9 864	31 558	30 812	31 482	26 543	410	(361)

(milhares de euros)

	Custo da participação		% detida		Valor de balanço		Resultado da associada atribuível	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Fundo Espírito Santo IBERIA I	6 845	6 953	46%	46%	6 068	6 631	(782)	447
2bCapital Luxembourg Sicar	-	16 473	-	42%	-	15 882	(252)	(210)
Salgar Investments	8 173	8 173	25%	25%	8 173	8 173	-	-
Outras	1 238	1 237	-	-	1 906	1 996	(109)	(508)
	16 256	32 836			16 147	32 682	(1 143)	(271)
Imparidade					(5 804)	(5 804)		
					10 343	26 878		

O movimento verificado nesta rubrica é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2015	31.12.2014
Saldo inicial	26 878	52 124
Alienações e outros reembolsos	(15 738)	(19 573)
Resultado de associadas	(1 143)	(271)
Outro rendimento integral de associadas	346	(21)
Imparidade do exercício	-	(5 804)
Diferenças de câmbio e outras	-	423
Saldo final	10 343	26 878

NOTA 27 - OUTROS ACTIVOS

A rubrica Outros Activos a 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Devedores e outras aplicações		
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação	286 541	363 476
Suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados	205	2 120
Sector público administrativo	28 491	29 128
Devedores por operações sobre Futuros	17 051	17 739
Outros devedores diversos	39 789	32 983
	372 077	445 446
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	(13 107)	(15 701)
	358 970	429 745
Outros activos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	6 963	300
Outros activos	5 880	5 979
	12 843	6 279
Proveitos a receber	298	1 250
Despesas com custo diferido	6 006	4 064
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	5 383	5 884
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	225 328	51 534
Outras operações a regularizar	20 616	33 685
	251 327	91 103
	629 444	532 441

As rubricas de operações sobre valores mobiliários a regularizar, reflectem operações realizadas com títulos registadas na trade date, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6., a aguardar liquidação.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em Outros activos são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Saldo inicial	15 701	5 410
Dotações	11 053	16 118
Utilizações	(746)	(4 042)
Reversões	(11 558)	(1 685)
Transferências	(1 116)	(42)
Diferenças de câmbio e outras	(227)	(58)
Saldo final	13 107	15 701

NOTA 28 – RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica inclui uma operação de Mercado Monetário Interbancário com o Banco de Portugal com o montante de 61 100 milhares de euros (31 de Dezembro de 2014: 61 100 milhares de euros) e um juro corrido até à data de 39 milhares de euros (31 de Dezembro de 2014: 8 milhares de euros), com vencimento em Setembro de 2018.

NOTA 29 - RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica de Recursos de outras instituições financeiras é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
No país		
Mercado monetário interbancário	-	161 756
Recursos a muito curto prazo	-	496 628
Depósitos	337	88 182
Operações com acordo de recompra	15 215	14 481
	15 552	761 047
No estrangeiro		
Depósitos	30	30
Empréstimos	750 000	80 483
Operações com acordo de recompra	805 057	460 790
Outros recursos	61 883	94 934
	1 616 970	636 237
	1 632 522	1 397 284

O escalonamento dos Recursos de outras instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Até 3 meses	807 178	1 163 349
De 3 meses a um ano	-	77 438
De um a cinco anos	770 970	86 186
Mais de cinco anos	54 374	70 311
	1 632 522	1 397 284

NOTA 30 - RECURSOS DE CLIENTES

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	9 349	5 492
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	426 845	403 194
Outros recursos		
Operações de venda com acordo de recompra	128 868	32 329
Empréstimos	486	7 854
Outros Depósitos	1 291	-
Outros	199	43
	130 844	40 226
	567 038	448 912

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Exigível à vista	9 548	5 535
Exigível a prazo		
Até 3 meses	228 236	112 577
De 3 meses a um ano	218 649	163 674
De um a cinco anos	110 605	167 126
	557 490	443 377
	567 038	448 912

NOTA 31 - RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

A rubrica Responsabilidades representadas por títulos decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Euro Medium Term Notes	483 238	983 921
Obrigações de caixa	-	-
Outras Obrigações	64 028	88 289
Certificados de Depósito	-	-
	547 266	1 072 210

O justo valor da carteira de Responsabilidades Representadas por Títulos encontra-se apresentado na Nota 40.

Esta rubrica inclui 466 960 milhares de euros (31 de Dezembro de 2014: 997 754 milhares de euros) de responsabilidades registadas em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 22).

Durante o exercício de 2015 o Grupo Haitong Bank procedeu à emissão de 115 777 milhares de euros (31 de Dezembro de 2014: 668 688 milhares de euros) de títulos, tendo sido reembolsados 547 980 milhares de euros (31 de Dezembro de 2014: 313 392 milhares de euros). Adicionalmente, os resultados gerados pela reavaliação das responsabilidades ascenderam a 89 274 milhares de euros (ver Nota 7).

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Até 3 meses	32 548	294 277
De 3 meses a um ano	109 010	229 916
De um a cinco anos	339 706	480 751
Mais de cinco anos	66 002	67 266
	547 266	1 072 210

As características essenciais destes recursos decompõem-se como segue:

(milhares de euros)

Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	31.12.2015		Maturidade	Taxa de juro
				Valor Balanço			
HT BANK	BESI MAR2016 FTD CRD LKD USD	a)	USD	2013	1 626	2016	v)
HT BANK	HTB FLOATING RATE DEC18 (HTB-S-892)		EUR	2015		2018	Euribor3m + 3.95%
HT BANK	BESI OBCX R.ACCRUAL TARN MAR2016		EUR	2006	652	2016	Taxa Fixa 6% + Range Accrual
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA22Q3		BRL	2015	14	2016	CDI 96%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA22S9		BRL	2015	72	2016	CDI 100%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA22W1		BRL	2015	828	2016	CDI 100%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA22Y7		BRL	2015	52	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA22Z4		BRL	2015	57	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA2307		BRL	2015	259	2016	CDI 97%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA2315		BRL	2015	691	2016	CDI 100%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA2356		BRL	2015	130	2016	CDI 97%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA2364		BRL	2015	630	2016	CDI 100%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA2398		BRL	2015	16	2016	CDI 97%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA23C1		BRL	2015	65	2016	CDI 95%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA23D9		BRL	2015	374	2016	CDI 100%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA23G2		BRL	2015	52	2016	CDI 100%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA23I8		BRL	2015	107	2016	CDI 97%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA23J6		BRL	2015	216	2016	CDI 100%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA23P3		BRL	2015	52	2016	CDI 100%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA23S7		BRL	2015	57	2016	CDI 96%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA23V1		BRL	2015	52	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA23W9		BRL	2015	52	2016	CDI 95%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA23Y5		BRL	2015	23	2016	CDI 100%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA2448		BRL	2015	52	2016	CDI 100%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA2471		BRL	2015	236	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA2489		BRL	2015	413	2016	CDI 100%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA24A3		BRL	2015	199	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA24B1		BRL	2015	455	2016	CDI 100%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA24E5		BRL	2015	57	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA24F2		BRL	2015	368	2016	CDI 100%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA24G0		BRL	2015	382	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA24I6		BRL	2015	356	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA24J4		BRL	2015	370	2016	CDI 100%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA24L0		BRL	2015	52	2016	CDI 95%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA24M8		BRL	2015	57	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA24N6		BRL	2015	130	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA24O4		BRL	2015	385	2016	CDI 100%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA24P1		BRL	2015	57	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA24U1		BRL	2015	44	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA24V9		BRL	2015	52	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA24X5		BRL	2015	86	2016	CDI 100%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA24Y3		BRL	2015	91	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA24Z0		BRL	2015	9	2016	CDI 96%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA25I3		BRL	2015	308	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA25I1		BRL	2015	468	2016	CDI 100%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA25C6		BRL	2015	211	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA25D4		BRL	2015	565	2016	CDI 100%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA25G7		BRL	2015	30	2016	CDI 95%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA25H6		BRL	2015	52	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA25J1		BRL	2015	57	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA25K9		BRL	2015	108	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA25L7		BRL	2015	143	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA25M5		BRL	2015	317	2016	CDI 100%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA25N3		BRL	2015	90	2016	CDI 100%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA25O1		BRL	2015	159	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA25Q6		BRL	2015	52	2016	CDI 100%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA25S2		BRL	2015	3	2016	CDI 96%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA25W4		BRL	2015	219	2016	CDI 96%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA25X2		BRL	2015	486	2016	CDI 99,5%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA25Y0		BRL	2015	507	2016	CDI 97%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA2604		BRL	2015	56	2016	CDI 95%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA2612		BRL	2015	39	2016	CDI 97%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA2620		BRL	2015	483	2016	CDI 99,5%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA2646		BRL	2015	34	2016	CDI 99,5%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA2653		BRL	2015	46	2016	CDI 95%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA2661		BRL	2015	109	2016	CDI 96%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA2679		BRL	2015	71	2016	CDI 95%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA2695		BRL	2015	107	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA26B6		BRL	2015	14	2016	CDI 95%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA26E0		BRL	2015	43	2016	CDI 95%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA26G5		BRL	2015	41	2016	CDI 95%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA26K7		BRL	2015	41	2016	CDI 95%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA26N1		BRL	2015	20	2016	CDI 96%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA26P6		BRL	2015	38	2016	CDI 98%

Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	31.12.2015		
				Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA26T8	BRL	2015	76	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA26V4	BRL	2015	5	2016	CDI 96%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA26W2	BRL	2015	28	2016	CDI 96%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA26X0	BRL	2015	8	2016	CDI 96%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA26Y8	BRL	2015	56	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA2703	BRL	2015	107	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA2760	BRL	2015	24	2016	CDI 95%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA27B4	BRL	2015	23	2016	CDI 96%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA27C2	BRL	2015	237	2016	CDI 96%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA27D0	BRL	2015	715	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA27EB	BRL	2015	25	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA27F5	BRL	2015	45	2016	CDI 93,5%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA27G3	BRL	2015	50	2016	CDI 94,5%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA27H1	BRL	2015	224	2016	CDI 96%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA27I9	BRL	2015	670	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA27J7	BRL	2015	50	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA27K5	BRL	2015	55	2016	CDI 94,5%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA27L3	BRL	2015	55	2016	CDI 96,5%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA27M1	BRL	2015	171	2016	CDI 96%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA27N9	BRL	2015	242	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA27O7	BRL	2015	30	2016	CDI 92,5%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA27P4	BRL	2015	55	2016	CDI 93,5%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA27Q2	BRL	2015	59	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA27U4	BRL	2015	63	2016	CDI 93,5%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA27V2	BRL	2015	106	2016	CDI 96%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA27W0	BRL	2015	331	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA27Z3	BRL	2015	25	2016	CDI 96,5%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA2802	BRL	2015	31	2016	CDI 96,5%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA2810	BRL	2015	55	2016	CDI 93,5%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA2828	BRL	2015	58	2016	CDI 94,5%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA2836	BRL	2015	4	2016	CDI 96%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA2844	BRL	2015	7	2016	CDI 90,5%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA2851	BRL	2015	198	2016	CDI 92,5%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA2869	BRL	2015	25	2016	CDI 96,5%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA2877	BRL	2015	26	2016	CDI 94%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA2885	BRL	2015	27	2016	CDI 96%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA2893	BRL	2015	88	2016	CDI 92,5%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA28A4	BRL	2015	131	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA28B2	BRL	2015	12	2016	CDI 91,5%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA28C0	BRL	2015	13	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA28D8	BRL	2015	25	2016	CDI 96,5%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA28E6	BRL	2015	25	2016	CDI 96,5%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA28F3	BRL	2015	25	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA28G1	BRL	2015	13	2016	CDI 94%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA28H9	BRL	2015	25	2016	CDI 89%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA28I7	BRL	2015	44	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA28J5	BRL	2015	50	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA28K3	BRL	2015	50	2016	CDI 96,5%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA28L1	BRL	2015	55	2016	CDI 96,5%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA28M9	BRL	2015	15	2016	CDI 93,5%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA28N7	BRL	2015	25	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA28O5	BRL	2015	82	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA28Q0	BRL	2015	28	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA28S6	BRL	2015	50	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA NOVA LCA NOVA BRINTLLA28T0	BRL	2015	4	2016	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLC03206	BRL	2015	14	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA28U2	BRL	2015	138	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA28V0	BRL	2015	48	2016	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA28W8	BRL	2015	67	2016	CDI 91%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA28X6	BRL	2015	197	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA28Y4	BRL	2015	185	2016	CDI 91%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA28Z1	BRL	2015	231	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2901	BRL	2015	247	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2919	BRL	2015	275	2016	CDI 91%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2927	BRL	2015	52	2016	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2935	BRL	2015	55	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2943	BRL	2015	143	2016	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2950	BRL	2015	52	2016	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2968	BRL	2015	157	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2976	BRL	2015	30	2016	CDI 94%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2984	BRL	2015	12	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2992	BRL	2015	50	2016	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA29A2	BRL	2015	264	2016	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA29B0	BRL	2015	341	2016	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA29C8	BRL	2015	37	2016	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA29D6	BRL	2015	98	2016	CDI 93%

(milhares de euros)

Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	31.12.2015		Taxa de juro
				Valor Balanço	Maturidade	
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA29E4	BRL	2015	112	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA29F1	BRL	2015	531	2016	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA29H7	BRL	2015	12	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA29I5	BRL	2015	55	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA29J3	BRL	2015	25	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA29K1	BRL	2015	47	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA29L9	BRL	2015	95	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA29M7	BRL	2015	11	2016	CDI 94%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA29N5	BRL	2015	124	2016	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA29O3	BRL	2015	12	2016	CDI 91%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA29P0	BRL	2015	24	2016	CDI 92%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA29Q8	BRL	2015	33	2016	CDI 92%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA29R6	BRL	2015	15	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA29S4	BRL	2015	27	2016	CDI 89%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA29T2	BRL	2015	50	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA29U0	BRL	2015	135	2016	CDI 92%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA29V8	BRL	2015	186	2016	CDI 92%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA29W6	BRL	2015	197	2016	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA29X4	BRL	2015	24	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA29Y2	BRL	2015	24	2016	CDI 91%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA29Z9	BRL	2015	36	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2A00	BRL	2015	44	2016	CDI 89%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2A18	BRL	2015	47	2016	CDI 92%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2A26	BRL	2015	102	2016	CDI 92%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2A34	BRL	2015	133	2016	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2A42	BRL	2015	156	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2A59	BRL	2015	299	2016	CDI 92%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2A67	BRL	2015	9	2016	CDI 91%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2A75	BRL	2015	25	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2A83	BRL	2015	43	2016	CDI 89%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2A91	BRL	2015	47	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2A98	BRL	2015	101	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2AB6	BRL	2015	164	2016	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2AC4	BRL	2015	248	2016	CDI 92%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2AD2	BRL	2015	12	2016	CDI 94%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2AE0	BRL	2015	24	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2AF7	BRL	2015	32	2016	CDI 89%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2AG5	BRL	2015	47	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2AH3	BRL	2015	56	2016	CDI 92%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2AI1	BRL	2015	235	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2AJ9	BRL	2015	259	2016	CDI 92%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2AK7	BRL	2015	203	2016	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2AL5	BRL	2015	12	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2AM3	BRL	2015	25	2016	CDI 91%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2AN1	BRL	2015	35	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2AO9	BRL	2015	48	2016	CDI 89%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2AP6	BRL	2015	51	2016	CDI 94%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2AQ4	BRL	2015	83	2016	CDI 94%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2AR2	BRL	2015	115	2016	CDI 93,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2AS0	BRL	2015	169	2016	CDI 92%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2AT8	BRL	2015	178	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2AU6	BRL	2015	143	2016	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2AV4	BRL	2015	19	2016	CDI 91%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2AW2	BRL	2015	19	2016	CDI 94%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2AX0	BRL	2015	21	2016	CDI 92%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2AY8	BRL	2015	24	2016	CDI 92%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2AZ5	BRL	2015	26	2016	CDI 92%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2B09	BRL	2015	40	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2B17	BRL	2015	50	2016	CDI 89%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2B25	BRL	2015	67	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2B33	BRL	2015	275	2016	CDI 92%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2B41	BRL	2015	522	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2B58	BRL	2015	178	2016	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2B66	BRL	2015	50	2016	CDI 94%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2B74	BRL	2015	56	2016	CDI 89%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2B82	BRL	2015	70	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2B90	BRL	2015	83	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2BA6	BRL	2015	143	2016	CDI 92%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2BB4	BRL	2015	180	2016	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2BC2	BRL	2015	260	2016	CDI 94%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2BD0	BRL	2015	7	2016	CDI 89%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2BE8	BRL	2015	16	2016	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2BF5	BRL	2015	30	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2BG3	BRL	2015	33	2016	CDI 92%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2BH1	BRL	2015	38	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2BI9	BRL	2015	47	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2BJ7	BRL	2015	86	2016	CDI 94%

31.12.2015						
Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2BK5	BRL	2015	97	2016	CDI 94%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2BL3	BRL	2015	127	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2BM1	BRL	2015	17	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2BN9	BRL	2015	19	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2BO7	BRL	2015	47	2016	CDI 94%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2BP4	BRL	2015	59	2016	CDI 94%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2BQ2	BRL	2015	71	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2BR0	BRL	2015	119	2016	CDI 94%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2BS8	BRL	2015	19	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2BT6	BRL	2015	24	2016	CDI 94%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2BU4	BRL	2015	47	2016	CDI 94%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2BV2	BRL	2015	52	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2BW0	BRL	2015	66	2016	CDI 94%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2BX8	BRL	2015	7	2016	CDI 94%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2BY6	BRL	2015	33	2016	CDI 94%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2BZ3	BRL	2015	73	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2C08	BRL	2015	7	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2C16	BRL	2015	8	2016	CDI 93,05%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2C24	BRL	2015	62	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2C32	BRL	2015	66	2016	CDI 94,05%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2C40	BRL	2015	7	2016	CDI 94%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2C57	BRL	2015	13	2016	CDI 94%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2C73	BRL	2015	15	2016	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLLA2C81	BRL	2015	19	2016	CDI 94%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA BES INVESTIMENTO BRINTLLF1195	BRL	2013	61	2017	CDI 118%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA BES INVESTIMENTO BRINTLLF11A6	BRL	2014	272	2018	CDI 118%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA BES INVESTIMENTO BRINTLLF11B4	BRL	2014	475	2018	IPCA 100%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA BES INVESTIMENTO BRINTLLF11C2	BRL	2014	75	2018	CDI 118%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA BES INVESTIMENTO BRINTLLF11D0	BRL	2014	120	2018	CDI 118%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA BES INVESTIMENTO BRINTLLF11E8	BRL	2014	208	2017	CDI 117%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA BES INVESTIMENTO BRINTLLF11F5	BRL	2014	59	2016	CDI 115%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA BES INVESTIMENTO BRINTLLF11G3	BRL	2014	294	2017	CDI 117,5%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA BES INVESTIMENTO BRINTLLF11H1	BRL	2014	28 580	2016	CDI 118%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA BES INVESTIMENTO BRINTLLF11I9	BRL	2014	145	2017	CDI 117%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA BES INVESTIMENTO BRINTLLF11J7	BRL	2014	433	2016	CDI 115%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA BES INVESTIMENTO BRINTLLF11L3	BRL	2015	95	2018	CDI 111,5%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA BES INVESTIMENTO BRINTLLF11M1	BRL	2015	219	2017	CDI 114%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA BES INVESTIMENTO BRINTLLF11N9	BRL	2015	2 389	2017	CDI 100%
HT_BR	LF LETRA FINANCEIRA IPCA LF IPCA BRINTLLF1138	BRL	2013	1 631	2018	IPCA 100%
HTI.RC	ESIP 2Y AUTOCALL SAN EQL MAY 2016	a)	EUR	1 100	2016	w)
HTI.RC	ESIP 2Y DIGITAL BEX EQL MAR16	a)	EUR	1 466	2016	Indexada ao Ibox
HTI.RC	ESIP 3Y AC AC0ES PORTUG DEC16	a)	EUR	4 509	2016	s)
HTI.RC	ESIP 3Y AC BWW DEC16	a)	EUR	544	2016	aa)
HTI.RC	ESIP 3Y AC WO BANKS JAN2017	a)	EUR	1 080	2017	aj)
HTI.RC	ESIP 3Y AC WO G&D NOV16	a)	EUR	817	2016	ab)
HTI.RC	ESIP 3Y AC WO GLAXO DAILME DEC16	a)	EUR	1 070	2016	ab)
HTI.RC	ESIP 3Y AC WO JMT GALP DEC16	a)	EUR	2 692	2016	ac)
HTI.RC	ESIP 3Y AC WO SANT. TELEF. JAN17	a)	EUR	871	2017	ad)
HTI.RC	ESIP 3Y AUTOC REP+GALP MAY2017	a)	EUR	685	2017	aq)
HTI.RC	ESIP 3Y AUTOCALL FEB2017 EQL	a)	EUR	1 998	2017	ak)
HTI.RC	ESIP 3Y BULLISH BRAZ REAL JUN16	a)	EUR	1 719	2016	EUR/BRL Linked
HTI.RC	ESIP 3Y BULLISH REINO UNID JUN16	a)	EUR	566	2016	UKX Linked
HTI.RC	ESIP 3Y CLN ALTICE JUN2018	a)	EUR	2 340	2018	4% + ALTICE CLN
HTI.RC	ESIP 3Y CLN BRISA SEP16	a)	EUR	1 773	2016	6% + Brisa CLN
HTI.RC	ESIP 3Y CLN PT SEP16	a)	EUR	5 909	2016	5% + PT CLN
HTI.RC	ESIP 3Y IBEX PSI20 LINKED APR17	a)	EUR	1 315	2017	t)
HTI.RC	ESIP 3Y INDEX LINKED MAR17	a)	EUR	295	2017	Cabaz de Indices Eurostoxx, SP500 e Nikkei
HTI.RC	ESIP 3Y RENDIMENTO UK EQL JUL16	a)	EUR	1 388	2016	x)
HTI.RC	ESIP 3Y SD3E LINKED MAR17 4	a)	EUR	2 208	2017	Indexada a SD3E
HTI.RC	ESIP 3Y SX5E JUN2018	a)	EUR	922	2018	SX5E Linked
HTI.RC	ESIP 3Y VALORIZA CAO BC EUR NOV16	a)	EUR	478	2016	ae)
HTI.RC	ESIP 3Y VALORIZA CAO EUROPA OCT16	a)	EUR	390	2016	Indexado ao indice SX5E
HTI.RC	ESIP 3Y WIN MAR2016	a)	EUR	1 256	2016	u)
HTI.RC	ESIP 3Y WIN MAY16	a)	EUR	1 657	2016	Cabaz de Indices Eurostoxx, SP500 e Nikkei
HTI.RC	ESIP 4Y AUTOCALL FEB2017 EQL	a)	EUR	8 828	2017	s)
HTI.RC	ESIP 4Y BULLISH EUROSTOX NOV2017	a)	EUR	1 738	2017	Indexado ao indice SX5E
HTI.RC	ESIP 4Y LEVERAGE EURIBOR AUG2017	a)	EUR	2 581	2017	y)
HTI.RC	ESIP 4Y SAN & TEF MAY2018	a)	EUR	4 090	2018	ad)
HTI.RC	ESIP 5Y AIR FRANCE CLN MAR2019	a)	EUR	1 118	2019	6.25% + Air France CLN
HTI.RC	ESIP 5Y CLN ALTICE JUN20	a)	EUR	8 816	2020	5.35% + ALTICE CLN
HTI.RC	ESIP 5Y CLN ARC MIT JUN20	a)	EUR	12 134	2020	4.4% + ARCELOMITTAL CLN
HTI.RC	ESIP 5Y CLN ARCELOMITT 4 JUN20	a)	EUR	6 436	2020	4.4% + ARCELOMITTAL CLN
HTI.RC	ESIP 5Y CLN BASKET EUR JUN19 11	a)	EUR	4 551	2019	5.9% + ar)
HTI.RC	ESIP 5Y CLN BASKET EUR JUN19 12	a)	EUR	938	2019	6.5% + au)
HTI.RC	ESIP 5Y CLN BASKET EUR JUN19 13	a)	EUR	2 446	2019	6% + av)
HTI.RC	ESIP 5Y CLN BASKET EUR JUN19 14	a)	EUR	2 884	2019	5.15% + aw)

(milhares de euros)

							(milhares de euros)
							31.12.2015
Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro	
HTI.PLC	ESIP 5Y CLN BASKET JUN19 16	a)	EUR	2014	1 544	2019	5% + be)
HTI.PLC	ESIP 5Y CLN BASKET JUN2019 2	a)	EUR	2014	2 561	2019	6.5% + ax)
HTI.PLC	ESIP 5Y CLN BASKET JUN2019 3	a)	EUR	2014	561	2019	6.5% + ax)
HTI.PLC	ESIP 5Y CLN BASKET JUN2019 4	a)	EUR	2014	3 497	2019	6% + ay)
HTI.PLC	ESIP 5Y CLN BASKET JUN2020 5	a)	EUR	2014	2 006	2020	6.75% + az)
HTI.PLC	ESIP 5Y CLN BRISA MAR2019	a)	EUR	2014	10 099	2019	5.65% + Brisa CLN
HTI.PLC	ESIP 5Y CLN FTD MAR2019 EUR	a)	EUR	2014	4 032	2019	5.15% + k)
HTI.PLC	ESIP 5Y CLN GALP JUN20	a)	EUR	2015	2 877	2020	4.15% + GALP CLN
HTI.PLC	ESIP 5Y CLN PETROBRAS JUN2019 7	a)	EUR	2014	5 550	2019	4.75% + Petrobras CLN
HTI.PLC	ESIP 5Y CLN PETROBRAS USD JUN19	a)	USD	2014	716	2019	5.15% + Petrobras CLN
HTI.PLC	ESIP 5Y CLN PEUGEOT JUN19 15	a)	EUR	2014	2 101	2019	4.15% + Peugeot CLN
HTI.PLC	ESIP 5Y CLN PT INT FIN MAR2019	a)	EUR	2014	10 068	2019	4.90% + PT CLN
HTI.PLC	ESIP 5Y CLN PT INT MAR2019	a)	EUR	2014	2 095	2019	5% + PT CLN
HTI.PLC	ESIP 5Y CLN PT INT MAR2019 USD	a)	USD	2014	1 974	2019	5.50% + PT CLN
HTI.PLC	ESIP 5Y CLN PT JUN2019	a)	EUR	2014	4 999	2019	a)
HTI.PLC	ESIP 5Y CLN PT JUN2019 6	a)	EUR	2014	1 417	2019	4.6% + PT CLN
HTI.PLC	ESIP 5Y CLN PT JUN2019 8	a)	EUR	2014	283	2019	4.6% + PT CLN
HTI.PLC	ESIP 5Y CLN PT AF MT MAR2019	a)	EUR	2014	5 503	2019	6% + am)
HTI.PLC	ESIP 5Y CLN THYSSEN EUR JUN19 10	a)	EUR	2014	5 399	2019	4.35% + ThyssenKrupp AG CLN
HTI.PLC	ESIP 5Y EDP, PT, BRISA DEC18	a)	EUR	2014	4 020	2018	6.5% + k)
HTI.PLC	ESIP 5Y FTD EDP, PT, BRISA DEC18	a)	EUR	2013	1 130	2018	6.5% + af)
HTI.PLC	ESIP 5Y FTD EUROPE MAR2019	a)	EUR	2014	10 122	2019	6% + an)
HTI.PLC	ESIP 5Y FTD PT AM PG MAR2019	a)	EUR	2014	6 000	2019	6.1% + ao)
HTI.PLC	ESIP 5Y USD CLN BASKET JUN2019	a)	USD	2014	976	2019	7.25% + ba)
HTI.PLC	ESIP 6Y CLN AIR.MT THY PG JUN20	a)	EUR	2014	1 345	2020	5.5% + ba)
HTI.PLC	ESIP 6Y CLN BASKET 0 REC MAR20	a)	EUR	2014	1 006	2020	5.5% + an)
HTI.PLC	ESIP 7Y SAN GDF LINKED APR21 2	a)	EUR	2014	427	2021	5.5% + ar)
HTI.PLC	ESIP 7Y SAN GDF SANOFI LKD APR21	a)	EUR	2014	522	2021	bb)
HTI.PLC	ESIP AG005 SEP35 CALLABLE INV FL	a)	EUR	2005	10 179	2035	Euribor 12 meses + d)
HTI.PLC	ESIP APR2019 PT EDP GALP LINKED	a)	EUR	2014	4 581	2019	a)
HTI.PLC	ESIP APR2019 PT EDP GALP LINKED6	a)	EUR	2014	4 520	2019	a)
HTI.PLC	ESIP APR2019 PT EDP GALP LINKED7	a)	EUR	2014	3 969	2019	a)
HTI.PLC	ESIP APR2019 RECOV BASKET LINKED	a)	EUR	2012	68	2019	o)
HTI.PLC	ESIP APR2020 BES PROTECOAO LKD	a)	EUR	2012	631	2020	Inflation Linked
HTI.PLC	ESIP AUTOCALL JAN20 EQL	a)	EUR	2013	274	2020	j)
HTI.PLC	ESIP BARCLAYS LKD 6.30% MAR2016	a)	EUR	2008	2 162	2016	Taxa Fixa 6.30% + c)
HTI.PLC	ESIP BARCLAYS LKD EUR3M MAR2016	a)	EUR	2008	1 211	2016	Euribor 3M + 2.20% + c)
HTI.PLC	ESIP BARCLAYS LKD ZC MAR2016	a)	EUR	2008	1 926	2016	ZC + c)
HTI.PLC	ESIP BASKET CLN JUL2020	a)	EUR	2015	7 124	2020	3% e bg)
HTI.PLC	ESIP BASKET CLN SEP2020	a)	EUR	2014	651	2020	5.6% + bf)
HTI.PLC	ESIP BASKET CLN SEP2020 EUR III	a)	EUR	2015	811	2020	5.25% + bh)
HTI.PLC	ESIP BASKET CLN SEP2020 EUR IV	a)	EUR	2015	3 297	2020	3% e 4.65% bi)
HTI.PLC	ESIP BASKET CLN SEP2020 USD II	a)	USD	2015	769	2020	5.6% + bj)
HTI.PLC	ESIP BASKET OCT2019 EQL2	a)	EUR	2012	882	2019	REP e BSCH Linked
HTI.PLC	ESIP BASKET+NOTES APR2016	a)	EUR	2013	1 427	2016	Cabaz de Ações: Coca-Cola, France Telecom, Vivendi e YUM Brands Inc
HTI.PLC	ESIP BRAZIL EQL MAY2016	a)	EUR	2010	3 046	2016	j)
HTI.PLC	ESIP BRAZIL NOTES LKD JUN2016	a)	EUR	2011	1 281	2016	EUR/BRL Linked
HTI.PLC	ESIP BRAZILIAN NOTES V OCT2017	a)	EUR	2012	257	2017	EUR/BRL Linked
HTI.PLC	ESIP BULLISH EUROS TOXX APR2016	a)	EUR	2013	586	2016	Eurostoxx Linked
HTI.PLC	ESIP BULLISH EWZ APR2016	a)	EUR	2013	791	2016	EWZ Linked
HTI.PLC	ESIP BULLISH HSCEI APR2016	a)	EUR	2013	372	2016	HSCEI Linked
HTI.PLC	ESIP BULLISH IBEX30 MAR2016	a)	EUR	2013	2 535	2016	i)
HTI.PLC	ESIP BULLISH Paises PERIF APR16	a)	EUR	2013	206	2016	Cabaz de Índices PSI20, MIB e IBEX30
HTI.PLC	ESIP CALL RANGE ACCORIAL NOV2017	a)	EUR	2005	2 089	2017	Range accrual
HTI.PLC	ESIP CLN BRITISH AIR DEC18	a)	EUR	2013	1 748	2018	5.35% + British Airways CLN
HTI.PLC	ESIP CLN BRITISH AIRWAYS DEC18	a)	EUR	2013	9 398	2018	6% + British Airways CLN
HTI.PLC	ESIP CLN COMFORTA OCT2020	a)	EUR	2013	-	2020	ag)
HTI.PLC	ESIP CLN GALP MAR2018	a)	EUR	2013	5 226	2018	EUR GALP CLN Linked
HTI.PLC	ESIP CLN PEUGEOT SA DEC16	a)	EUR	2013	2 026	2016	4.35% + PEUGEOT CLN
HTI.PLC	ESIP CLN PT INT FIN 3.5Y DEC16	a)	EUR	2013	7 313	2016	Credit Linked Note Portugal Telecom
HTI.PLC	ESIP CLN PT INT FIN DEC18	a)	EUR	2013	938	2018	5% + PT CLN
HTI.PLC	ESIP CLN PTI FIN SEP2018	a)	EUR	2013	8 151	2018	7.45% + CLN PT
HTI.PLC	ESIP CLN TELECOM ITALIA JUNE16	a)	EUR	2013	5 388	2016	Credit Linked Note Telecom Italia
HTI.PLC	ESIP CLN TELECOM ITALIA SEP2018	a)	EUR	2013	17 526	2018	5.90% + Telecom Italia CLN
HTI.PLC	ESIP CLN TELECOM ITALIA SP DEC16	a)	EUR	2013	1 641	2016	4% + Telecom Italia CLN
HTI.PLC	ESIP CLN THYSSENKRUPP DEC18	a)	EUR	2013	6 006	2018	5.5% + ThyssenKrupp CLN
HTI.PLC	ESIP CLN THYSENKRUPP SEP2018	a)	EUR	2013	13 166	2018	5.50% + THYSENKRUPP CLN
HTI.PLC	ESIP DEC2016 AUTOCALL BRASIL	a)	EUR	2012	5 793	2016	p)
HTI.PLC	ESIP DEC2017 EDP PT TEL.ITAL LK	a)	EUR	2012	1 008	2017	q)
HTI.PLC	ESIP DEC2017 RENAULT PT LINKED	a)	EUR	2012	2 341	2017	8.65% + RENAULT PT CLN
HTI.PLC	ESIP DUAL EQL AUG2017	a)	EUR	2015	1 862	2017	6% e bk)
HTI.PLC	ESIP DUAL SONAE EQL JAN2017	a)	EUR	2014	209	2017	Indexado a acção da Sonae
HTI.PLC	ESIP EMPRES CHINESES FEB2017 EQL	a)	EUR	2012	944	2017	n)
HTI.PLC	ESIP EUR 5Y EDP, PT, THYSS DEC18	a)	EUR	2013	591	2018	7.15% + ah)
HTI.PLC	ESIP EUR 5Y EDP, PT, TITA DEC18	a)	EUR	2013	1 379	2018	7.15% + ah)
HTI.PLC	ESIP EUR 5Y EDP, PT, TITA DEC18	a)	EUR	2013	1 811	2018	6.85% + ai)

31.12.2015						
Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro
HTI PLC	ESIP EUR 6Y CLN BKT 0 REC DEC19	a)	EUR	886	2019	7.15% + ai)
HTI PLC	ESIP EUR 6Y CLN BKT 0 RECO DEC19	a)	EUR	870	2019	6.1% + ap)
HTI PLC	ESIP EUR 6Y CLN EDP DEC19	a)	EUR	1 105	2019	6.25% + EDP CLN
HTI PLC	ESIP EUR BRL SEP2017	a)	EUR	540	2017	EUR/BRL Linked
HTI PLC	ESIP EUR PRICING POWER 5Y JUL16	a)	EUR	1 125	2016	i)
HTI PLC	ESIP EUR12M+16 BP APR2016	a)	EUR	4 009	2016	Euribor 12M
HTI PLC	ESIP FEB16 5A EXPOSIC AFRICA LKD	a)	EUR	571	2016	b)
HTI PLC	ESIP FEB16 BULLISH ES AFRICA LKD	a)	EUR	1 279	2018	Espírito Santo Africa Linked
HTI PLC	ESIP FEB16 EMP NORDICA S EOL	a)	EUR	1 662	2016	h)
HTI PLC	ESIP FIXED AMOUNT + AMORT NOV22	a)	EUR	909	2022	Fixed Amounts
HTI PLC	ESIP FTD BRISA, EDP, PT CL SEP16	a)	EUR	1 211	2016	BRISA, EDP, PT CLN
HTI PLC	ESIP FTD TL ENEL, PT CLN SEP16	a)	EUR	1 105	2016	TELECOM ITALIA, ENEL, PT CLN
HTI PLC	ESIP JAN2017 INDEX BASKET LKD	a)	EUR	9 633	2017	e)
HTI PLC	ESIP JUL2018 FX TO FLOAT	a)	EUR	4 177	2018	2.5% e Euribor6m + 1%
HTI PLC	ESIP LACAIXA EUR3M+2% MAR2016	a)	EUR	2 886	2016	Euribor 3M+2% + c)
HTI PLC	ESIP MAY19 BASKET LKD	a)	EUR	4 671	2019	bc)
HTI PLC	ESIP MAY19 BASKET LKD 4	a)	EUR	1 887	2019	bc)
HTI PLC	ESIP MAY19 BASKET LKD 5	a)	EUR	2 849	2019	bc)
HTI PLC	ESIP MAY19 PSI IBEX FTSEMI LKD	a)	EUR	5 013	2019	bd)
HTI PLC	ESIP MAY2019 PT EDP GALP LINKED	a)	EUR	4 222	2019	as)
HTI PLC	ESIP PORTUGUESE REP CLN DEC2021	a)	EUR	34 471	2021	6% + Republica Portuguesa CLN
HTI PLC	ESIP PT EDP GALP LINKED APR17	a)	EUR	2 098	2017	as)
HTI PLC	ESIP PT EDP GALP LINKED APR17 5	a)	USD	862	2017	as)
HTI PLC	ESIP PT INT. FINANCE DEC16	a)	EUR	1 763	2016	PT CLN
HTI PLC	ESIP SPANISH NOTES NOV 2016	a)	EUR	-	2016	l)
HTI PLC	ESIP SXSE BOOSTER JAN2016	a)	EUR	956	2016	SXSE Linked
HTI PLC	ESIP SXSE BULLISH JAN2016	a)	EUR	1 562	2016	SXSE Linked
HTI PLC	ESIP TURKISH LIRA FXL MAR2018	a)	EUR	1 430	2018	EUR/TRY Linked
HTI PLC	ESIP USD 5Y EDP, PT, TIT DEC18	a)	USD	2 941	2018	7% + Telecom Italia, PT, EDP CLN
HTI PLC	ESIP USD CLN GALP MAR2018	a)	USD	8 489	2018	USD GALP CLN Linked
HTI PLC	ESIP USD CLN PT JUN2018	a)	USD	1 068	2018	7.35% + CLN PT
HTI PLC	ESIP USD TARN USDTRY JUL2018	a)	USD	342	2018	z)
HTI PLC	ESIP UTILIT FINANCIALS SHS DEC18	a)	EUR	2 771	2018	f)
HTI PLC	ESIP UTILITIES SHS DEC2018	a)	EUR	508	2018	m)
HTI PLC	HIP BASKET CLN SEP2020 EUR	a)	EUR	6 996	2020	5.8% + bl)
HTI PLC	HIP CLN BASKET DEC2020 (MTN-S-885)	a)	EUR	4 059	2020	5% + bm)
HTI PLC	HIP CLN BASKET DEC2020 (MTN-S-886)	a)	EUR	3 855	2020	5% + bn)
HTI PLC	HIP CLN BASKET DEC2020 (MTN-S-888)	a)	EUR	5 255	2020	4.5% + bn)
HTI PLC	HIP CLN BASKET DEC2020 (MTN-S-890)	a)	EUR	4 917	2020	4.5% + bo)
HTI PLC	HIP CLN FIAT DEC2020 (MTN-S-884)	a)	EUR	1 408	2020	4.55% + Fiat CLN
HTI PLC	HIP DUAL CLN BASKET SEP2020 EUR III	a)	EUR	3 850	2020	3% e 5.4% bl)
HTI PLC	HIP ENERGY METALS DEC18 (MTN-S-889)	a)	EUR	974	2018	bp)
HTI PLC	HIP EQL BASKET NOV2017 (MTN-S-887)	a)	EUR	1 879	2017	4% e bq)

547 266

- a) Passivos designados ao justo valor através de resultados ou com derivado embutido
- b) Indexado a Cabaz de Index MSCI Daily TR Net Emerging Markets Egypt USD e FTSE/JSE Africa TOP40
- c) Indexado a risco de crédito
- d) Indexado a reverse floater
- e) Indexado a Cabaz composto pelos índices Dow Jones Eurostoxx 50, S&P 500 e Nikkei 225
- f) Indexado a Cabaz de Acções Telefonica, Santander, Deutsche Bank e Deutsche Telecom
- g) Indexado a Cabaz de Acções Daimler, DB, E.ON
- h) Indexado a Cabaz de Acções Telenor, Aker Solutions, Tele2 e Volvo.
- i) Indexado a Cabaz de Acções Oracle, SAP, Caterpillar, Komatsu, BHP Billiton, Mitsubishi
- j) Indexado a Cabaz de Acções Petrobras, Gerdau, Vale, Itau Unibanco e Banco Bradesco
- k) Indexado a Crédito PT, EDP e Brisa
- l) Indexado a Cabaz de Acções Telefonica, Banco Santander, BBVA e Banco Popular.
- m) Indexado a Cabaz de Acções Telefonica, Iberdrola, ENI spa e Deutsche Telecom.

- n) Indexado a Cabaz de Acções China Life Insurance Co, Petrochina Co e China Mobile LTD
- o) Indexado a Cabaz de Acções Telefonica, BNP Paribas, Vodafone Group PLC e E.ON
- p) Indexado a Cabaz de Acções Petroleo Brasileiro, Companhia Vale Rio Doce, Itau Unibanco e BRF Brasil Foods SA
- q) Indexado a Crédito Portugal Telecom, EDP e Telecom Italia
- r) Indexado a Cabaz de Acções Repsol, BSCH, Nestle.
- s) Indexado a Cabaz de Acções EDP, Portugal Telecom e GALP.
- t) Indexado a Cabaz de Índices PSI20 e IBEX.
- u) Indexado a Cabaz de Índices Ishares MSCI Brazil Index Fund, Russian Depositary Index USD, S&P ASX 200.
- v) Indexado a Cabaz de Crédito FTD: Arcelor Mittal, Telefonica E Intesa SPA.
- w) Indexado a acção do Santander.
- x) Indexado ao índice UKX.
- y) Indexado à euribor a 3 meses.
- z) 8.5% + USD/TRY FX Linked
- aa) Indexado ao índice EWW.
- ab) Indexado a Cabaz de Acções GlaxoSmithKline PLC e Daimler.
- ac) Indexado a Cabaz de Acções Jeronimo Martins e GALP.
- ad) Indexado a Cabaz de Acções Santander e Telefonica.
- ae) Indexado a Cabaz de Acções HSBC Holdings PLC, Santander, BNP, BBVA e UBS.
- af) Indexado a Crédito (First to default) sobre PT, EDP e Brisa.
- ag) 7% + Indexado a obrigação da Comporta
- ah) Indexado a Crédito sobre EDP, PT e Thyssen.
- ai) Indexado a Crédito sobre Telecom Italia, PT, Peugeot, EDP e ThyssenKrupp.
- aj) Indexado a Cabaz de Acções Barclays, BBVA e UBS.
- ak) Indexado a Cabaz de Acções Amadarko Petroleum Corp, Halliburton Co e Ebay Inc.
- al) Fix to Float 4.50% to Euribor3m+3.30% PT CLN
- am) Indexado a Crédito sobre PT, Air France, Arcelor Mittal.
- an) Indexado a Crédito sobre EDP, Telefonica, ThyssenKrupp, British Airways e Peugeot.
- ao) Indexado a Crédito sobre PT, Arcelor Mittal e Peugeot.
- ap) Indexado a Crédito sobre EDP, PT, Telecom Italia, Fiat Spa e British Airways.
- aq) Indexado a Cabaz de Acções REPSOL e GALP
- ar) Indexado a Crédito sobre ThyssenKruppAG, Peugeot, Arcelor e AirFrance
- as) Indexado a Cabaz de EDP e GALP
- at) Indexado a Cabaz de Acções PT, EDP, GALP
- au) Indexado a Crédito sobre WindAcquisition, Peugeot, PetroleoBrasileiro e Arcelor
- av) Indexado a Crédito sobre Peugeot, Arcelor, Brisa e PetroleoBrasileiro
- aw) Indexado a Crédito sobre AirFrance, ThyssenKruppAG, Fiat e PT
- ax) Indexado a Crédito sobre PetroleoBrasileiro, PT, Peugeot e Arcelor
- ay) Indexado a Crédito sobre AirFrance, Brisa, TelecomItalia e Arcelor
- az) Indexado a Crédito sobre AirFrance, Brisa, Arcelor, TelecomItalia e ThyssenKruppAG
- ba) Indexado a Crédito sobre PT, Arcelor, Peugeot e ThyssenKruppAG
- bb) Indexado a Cabaz de Acções Santander, GDF Suez e Sanofi
- bc) Indexado a Cabaz de Acções ProcterGamble, Vodafone, McDonald's, Pfizer
- bd) Indexado a Cabaz de Índices IBEX, PSI20 e FTSEMIB
- be) Indexado a Crédito sobre Melia Hotels International, Peugeot e ArcelorMittal
- bf) Indexado a Crédito sobre Petrobras, Arcelor Mittal, ThyssenKrupp, Renault e Peugeot
- bg) 5.25% indexado a Crédito sobre Bombardier, Peugeot, Galp, ArcelorMittal
- bh) Indexado a Crédito sobre ArcelorMittal, Stena, Galp, Peugeot
- bi) Indexado a Crédito sobre Stena, Peugeot, Galp, ArcelorMittal
- bj) Indexado a Crédito sobre ArcelorMittal, Open Joint Stock Company, Newmont Mining Corporation, Royal Caribbean Cruises
- bk) Indexado a Cabaz de Acções Roche HLD, BMW, Cie Financiere Richemont, Nike
- bl) Indexado a Crédito sobre Stena, Jaguar Land Rover, Rallye, ArcelorMittal
- bm) Indexado a Crédito sobre Fiat Chrysler, Jaguar Land Rover, Peugeot, ThyssenKrupp
- bn) Indexado a Crédito sobre sobre Dell, Tesco, Virgin Media Finance, Galp
- bo) Indexado a Crédito sobre sobre Dell, Tesco, Virgin Media Finance, ThyssenKrupp
- bp) Indexado a Cabaz composto pelos índices S&P GSCI Industrial Metals, S&P GSCI Energy
- bq) Indexado a Cabaz composto pelos índices EuroStoxx50, Standard and Poors 500, Nikkei225

NOTA 32 – PROVISÕES

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

(milhares de euros)

	Provisões para outros riscos e encargos	Provisões para garantias e outros compromissos	TOTAL
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	37 371	-	37 371
Dotações	16 373	1 168	17 541
Utilizações	(315)	-	(315)
Reversões	(8)	(689)	(697)
Transferências	-	2 491	2 491
Diferenças de câmbio e outras	(9 928)	(38)	(9 966)
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	43 493	2 932	46 425
Dotações	2 084	2 707	4 791
Utilizações	(3 546)	-	(3 546)
Reversões	(27 934)	(494)	(28 428)
Transferências	-	-	-
Diferenças de câmbio e outras	(10 188)	(511)	(10 699)
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	3 909	4 634	8 543

Estas provisões destinam-se a cobrir a probabilidade de ocorrência de determinadas contingências relacionadas com a actividade do Grupo, incluindo contingências associadas a processos em curso relativos a matérias fiscais.

No exercício de 2015 verificou-se a reposição de provisões para outros riscos e encargos relacionados com contingências fiscais, sendo que o valor da reposição decorre essencialmente de contingências fiscais nas subsidiárias do Brasil, no valor de 19 708 milhares de euros.

NOTA 33 – IMPOSTOS

O Banco e as subsidiárias com sede em Portugal, estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondentes Derramas.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2015 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 22,5% de acordo com a Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, e a Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro acrescida de uma taxa adicional de 2,5% referente a uma taxa média que resulta da aplicação dos escalões de Derrama Estadual prevista na Lei nº 2/2014, de 10 de Janeiro. O cálculo do imposto corrente do exercício de 2014 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 24,5% de acordo com a Lei n.º 2/2014, de 16 de Janeiro, e a Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro acrescida de uma taxa adicional de 2,5% referente a uma taxa média que resulta da aplicação dos escalões de Derrama Estadual.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. Assim, para os exercícios de 2015 e 2014, o imposto diferido foi apurado à taxa de 27,7% que corresponde à taxa estimada de recuperação dos impostos

diferidos activos, atendendo à descida da taxa de IRC para 21%, nos termos da Lei do Orçamento de Estado para 2015, aprovado pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro.

Para efeitos do cálculo do imposto corrente do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, foi tomado em consideração o Decreto-Lei nº 127/2012, de 31 de Dezembro, que regula a transferência de responsabilidades pelos encargos com as pensões de reforma e sobrevivência dos reformados e pensionistas para a Segurança Social e que, conjugado com o artigo 183º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2012), consagrou um regime especial de dedutibilidade fiscal dos gastos e outras variações patrimoniais decorrentes dessa transferência:

- O impacto decorrente da variação patrimonial negativa associada à alteração da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais anteriormente diferidos, será integralmente dedutível, em partes iguais, durante 10 anos, a partir do exercício que se inicia em 1 de Janeiro de 2012;
- O impacto decorrente da liquidação (determinado pela diferença entre a responsabilidade mensurada de acordo com os critérios da IAS 19 e os critérios definidos no acordo) será integralmente dedutível para efeitos do apuramento do lucro tributável, em partes iguais, em função da média do número de anos de esperança de vida dos pensionistas cujas responsabilidades foram transferidas (17 anos), a partir do exercício que se inicia em 1 de Janeiro de 2012.

Os impostos diferidos activos resultantes da transferência das responsabilidades e da alteração da política contabilística do reconhecimento dos desvios actuariais são recuperáveis nos prazos de 10 e 17 anos.

As declarações de autoliquidação, do Banco e das subsidiárias com sede em Portugal, relativas aos exercícios de 2015 e anteriores ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro ou seis anos em caso de existência de prejuízos fiscais. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco e das subsidiárias com sede em Portugal que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Regime Especial aplicável aos Activos por Impostos Diferidos

Em 2014 o Haitong Bank aderiu ao regime especial aplicável aos activos por impostos diferidos (REPID) relativos a perdas por imparidade em créditos e benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados, estabelecido na Lei n.º 61/2014, de 26 de Agosto. No âmbito do regime em apreço é prevista a conversão dos activos referidos em créditos tributários nas seguintes situações:

- apuramento de resultado líquido negativo;
- liquidação por dissolução voluntária, insolvência decretada por sentença judicial ou, quando aplicável, com a revogação da respectiva autorização por autoridade de supervisão competente.

Tendo o Haitong Bank apurado, nas suas contas individuais, um resultado líquido negativo com referência a 31 de Dezembro de 2015, deverá em 2016, e após aprovação das contas, converter em créditos tributários os impostos diferidos abrangidos pelo regime em causa, na proporção entre o resultado líquido e os capitais próprios, bem como, proceder à constituição de uma reserva especial e de direitos de conversão em acções representativas do capital social atribuíveis ao Estado Português.

No âmbito do regime acima referido, tais direitos de conversão correspondem a valores mobiliários que conferem ao Estado o direito a exigir ao Haitong Bank a emissão e entrega gratuita de acções ordinárias, na sequência do aumento de capital social através da incorporação do montante da reserva. Porém, é conferido aos accionistas do Haitong Bank o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão ao Estado. Aguarda-se, ainda, a publicação de regulamentação que estabeleça o enquadramento e as regras aplicáveis para o efeito.

O montante dos activos por impostos diferidos convertidos em crédito tributário, a constituição da reserva especial e a emissão e atribuição ao Estado dos direitos de conversão devem ser certificados por revisor oficial de contas.

A actividade gerada pelas sucursais no estrangeiro do Banco é integrada nas contas da sede para efeitos de determinação da matéria colectável sujeita a IRC. Além desta sujeição, os resultados dessas sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países onde se encontram estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC da sede, de acordo com o estabelecido no artigo 91.º do Código do IRC, nas situações aplicáveis. Os resultados das sucursais encontram-se sujeitos a tributação local às taxas nominais de seguida indicadas:

Sucursal	Taxa nominal de imposto
Londres	21%
Madrid	30%
Varsóvia	19%
Nova Iorque	45,95%

As subsidiárias no estrangeiro, nomeadamente as localizadas no Brasil, Irlanda e na Índia, encontram-se sujeitas a tributação sobre os respectivos lucros nos termos estabelecidos nas normas fiscais em vigor nos respectivos países. No caso da Irlanda, os lucros aí obtidos são sujeitos a uma taxa nominal de 12,5%, sendo que nas empresas localizadas no Brasil os lucros são sujeitos a taxas nominais situadas entre os 34% e 45%. Na Índia, os lucros são objecto de tributação à taxa nominal de 32,45%.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2015 e 2014 podem ser analisados como segue:

	Activo		Passivo		Líquido	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Instrumentos financeiros derivados	9 754	1 928	-	(17 196)	9 754	(15 268)
Activos financeiros disponíveis para venda	9 234	7 087	(160)	(64)	9 074	7 023
Crédito a clientes	91 319	79 322	-	-	91 319	79 322
Provisões	2 274	13 829	-	-	2 274	13 829
Pensões	8 544	100	(3)	(4)	8 541	96
Outros	414	785	(565)	(148)	(151)	637
Créditos fiscais resultantes de dupla tributação	412	-	-	-	412	-
Prejuízos fiscais reportáveis	18 489	11 057	-	-	18 489	11 057
Imposto diferido activo/(passivo)	140 440	114 108	(728)	(17 412)	139 712	96 696
Compensação de activos/passivos por impostos diferidos	(534)	(16 694)	534	16 694	-	-
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	139 906	97 414	(194)	(718)	139 712	96 696

O Grupo avaliou a recuperabilidade dos seus impostos diferidos em balanço tendo por base a expectativa de lucros fiscais futuros tributáveis.

O Grupo não reconhece imposto diferido activo em relação a prejuízos fiscais reportáveis incorridos por certas subsidiárias por não ser expectável que os mesmos venham a ser recuperados num futuro próximo.

Os movimentos ocorridos na rubrica de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Saldo inicial	96 696	43 267
Reconhecido em resultados	41 729	46 931
Reconhecido em reservas de justo valor	1 409	5 555
Reconhecido em outras reservas	2 903	-
Variação cambial e outros	(3 025)	943
Saldo final (Activo/Passivo)	139 712	96 696

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante os exercícios de 2015 e 2014 teve as seguintes origens:

	31.12.2015		31.12.2014	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Impostos Diferidos				
Instrumentos financeiros derivados	(25 022)	-	(8 797)	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	(1 409)	1	(5 555)
Crédito a clientes	(11 995)	-	(43 636)	-
Provisões	9 933	-	4 933	-
Pensões	(6 324)	(2 121)	12	-
Outros	(1 670)	-	(356)	-
Prejuízos fiscais reportáveis	(6 651)	(782)	912	-
	<u>(41 729)</u>	<u>(4 312)</u>	<u>(46 931)</u>	<u>(5 555)</u>
Impostos Correntes	26 606	(27 169)	17 215	-
Total do imposto reconhecido	(15 123)	(31 481)	(29 716)	(5 555)

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)				
	31.12.2015		31.12.2014	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos e Interesses que não controlam		(44 112)		(167 347)
Taxa de imposto do Haitong Bank	27,7		27,7	
Imposto apurado com base na taxa de imposto do Haitong Bank		(12 219)		(46 355)
Diferença na taxa de imposto das subsidiárias	(11,2)	4 941	(1,3)	2 174
Diferença de taxa associada ao reconhecimento de imposto diferido activo sobre PFR	(5,3)	2 348	0,0	-
Dividendos excluídos de tributação	0,0	(18)	0,0	(17)
Lucros em unidades com regime de tributação mais favorável	3,1	(1 364)	0,0	(76)
Mais-valias não tributadas	0,3	(129)	4,8	(7 962)
Proveitos não tributáveis	5,2	(2 275)	0,0	-
Imposto sobre lucros das sucursais	0,0	-	(0,5)	808
Alterações de estimativas	26,2	(11 544)	0,0	-
Alteração da taxa de imposto	0,0	-	(1,1)	1 774
Imposto diferido activo não reconhecido sobre prejuízos fiscais gerados no exercício	(9,5)	4 197	(7,6)	12 689
Prejuízos fiscais utilizados relativamente aos quais não havia sido reconhecido imposto diferido activo	0,0	-	0,1	(98)
Benefícios fiscais	0,4	(179)	0,4	(617)
Diferenças resultantes de consolidação	1,2	(523)	0,0	-
Custos não dedutíveis	(1,6)	709	(2,4)	3 939
Outros	(2,1)	933	(2,4)	4 025
	34,4	(15 123)	17,7	(29 716)

No seguimento da Lei nº55-A/2010, de 31 de Dezembro, foi criada a Contribuição sobre o Sector Bancário, a qual não é elegível como custo fiscal, e cujo regime foi sucessivamente prorrogado pela Lei nº83-C/2013, de 31 de Dezembro e Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro. A 31 de Dezembro de 2015 o Grupo reconheceu como custo do exercício o valor de 1 611 milhares de euros (31 de Dezembro de 2014: 1 559 milhares de euros), o qual foi incluído nos Outros resultados operacionais – Impostos directos e indirectos (ver Nota 11).

NOTA 34 - PASSIVOS SUBORDINADOS

A rubrica Passivos subordinados decompõe-se como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2015	31.12.2014
Outros passivos subordinados		
Obrigações de caixa	215	37 096
	215	37 096

As principais características dos passivos subordinados são apresentadas como seguem:

(milhares de euros)							
31.12.2015							
Empresa emitente	Designação	Moeda	Data emissão	Valor de Emissão	Valor de Balanço	Taxa de juro actual	Maturidade
HTBK	BESI SUBORDINADAS OCT2033 5,5%	EUR	2003	215	215	Indexada à CMS	2033
					215		

(milhares de euros)							
31.12.2014							
Empresa emitente	Designação	Moeda	Data emissão	Valor de Emissão	Valor de Balanço	Taxa de juro actual	Maturidade
BESI	BESI SUBORDINADAS OCT2033 5,5%	EUR	2003	215	215	Indexada à CMS	2033
BESI	BESI CAIXA SUB DEC15	EUR	2005	60 000	-	Euribor 3M + 0,95%	2015
ESIP	ESIP LOWER TIER II DEC15	EUR	2005	60 000	26 903	Euribor 3M + 0,95%	2015
BESI BRASIL	VBES IA002	BRL	2008	25 000	8 055	CDI 100%+1,3%	2015
BESI BRASIL	VBES IA005	BRL	2008	2 000	965	IPCA 100%+8,3%	2015
BESI BRASIL	VBES IA006	BRL	2008	3 000	958	CDI 100%+1,3%	2015
					37 096		

Durante os exercícios de 2015 e 2014 o Grupo não emitiu qualquer passivo subordinado, tendo em 2015 sido reembolsados 36 192 milhares de euros (31 de Dezembro de 2014: 17 309 milhares de euros).

NOTA 35 - OUTROS PASSIVOS

A rubrica Outros passivos a 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é analisada como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2015	31.12.2014
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo	5 484	5 131
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação	21 150	-
Credores diversos		
Credores por operações sobre valores mobiliários	39 419	162 004
Credores por fornecimento de bens	1 457	2 046
Outros credores	3 732	16 487
	71 242	185 668
Custos a pagar		
Prémios por antiguidade (ver Nota 13)	2 171	2 162
Outros custos a pagar	14 535	13 767
	16 706	15 929
Receitas com proveito diferido	920	1 890
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	194 552	38 873
Operações cambiais a liquidar	1 491	7 513
Outras operações a regularizar	16 794	16 108
	212 837	62 494
Pensões de reforma	-	865
	301 705	266 846

As rubricas de Operações sobre valores mobiliários a regularizar, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, evidenciam o saldo das ordens de venda e compra por subsidiária do Grupo que aguardam a respectiva liquidação financeira.

NOTA 36 – CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Acções ordinárias

Até 3 de Agosto de 2014, o Banco fez parte do Grupo Banco Espírito Santo, S.A..

Em 3 de Agosto de 2014, o Banco de Portugal tomou a decisão de aplicar uma medida de resolução ao Banco Espírito Santo, S.A., accionista de 100% do capital do Banco, e a constituição do Novo Banco, S.A., com capital social de 4,9 mil milhões de euros, no qual foram integrados os activos do Banco Espírito Santo, S.A. seleccionados pelo Banco Portugal. Neste contexto, o Banco e as suas sucursais e filiais foram transferidos para o Novo Banco, S.A..

Em 7 de Setembro de 2015, o capital do Banco foi integralmente adquirido pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 17 de Dezembro de 2015, o Banco realizou um aumento de capital de 100 000 milhares de euros, através da emissão de 20 000 000 de acções de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 31 de Dezembro de 2015 o capital social do Haitong Bank ascende 426 269 milhares de euros e encontra-se representado por 85 253 800 acções de valor nominal de 5 euros cada, sendo totalmente detido pelo Haitong International Holdings Limited.

Prémios de emissão

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os prémios de emissão são representados por 8 796 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos accionistas no aumento de capital ocorrido em anos anteriores.

Outros instrumentos de capital

O Grupo emitiu durante o mês de Outubro de 2010, obrigações perpétuas subordinadas com juro condicionado no montante global de 50 milhões de euros. Estas obrigações têm um juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração.

Este juro condicionado, correspondente à aplicação de uma taxa anual de 8,5% sobre o valor nominal, é pago semestralmente. O reembolso destes títulos poderá ser efectuado na sua totalidade, mas não parcialmente, após 15 de Setembro de 2015, dependendo apenas da opção do Haitong Bank, mediante aprovação prévia do Banco de Portugal. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.10..

Durante o exercício de 2011, foi efectuado a extinção de 46 269 milhares de euros de outros instrumentos de capital por via de uma operação de aquisição de títulos próprios.

Estas obrigações são subordinadas em relação a qualquer passivo do Haitong Bank e *pari passu* relativamente a quaisquer obrigações subordinadas de características idênticas que venham a ser emitidas pelo Banco.

Em 31 de Dezembro de 2015 encontram-se em circulação 3 731 milhares de euros destas obrigações. No exercício de 2015 o Grupo efectuou o pagamento de juros no montante de 225 milhares de euros os quais foram registados com uma dedução de reservas (225 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2014).

NOTA 37 - RESERVAS DE JUSTO VALOR, OUTRAS RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Reserva legal, reservas de justo valor e outras reservas

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do RGICSF) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido.

Durante os exercícios de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados				(milhares de euros)
	Activos financeiros disponíveis p/ venda	Reservas por impostos	Total Reserva de justo valor	Reserva Legal	Desvios actuariais (líquidos de imposto)	Diferenças cambiais	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Resultados Transitados
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	(4 159)	563	(3 596)	39 878	(12 071)	(52 365)	249 907	225 349
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	(3 313)	-	-	(3 313)
Juros de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	(225)	(225)
Alterações de justo valor	(13 618)	5 559	(8 059)	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais	20	(4)	16	-	-	(27 820)	-	(27 820)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	7 062	7 062
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	-	-	(21)	(21)
Transacções com interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	(472)	(472)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	(17 757)	6 118	(11 639)	39 878	(15 384)	(80 185)	256 251	200 560
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	(7 989)	-	-	(7 989)
Juros de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	(225)	(225)
Alterações de justo valor	(1 689)	1 409	(280)	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais	-	-	-	-	-	(54 012)	-	(54 012)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	(138 493)	(138 493)
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	-	-	346	346
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	(19 446)	7 527	(11 919)	39 878	(23 373)	(134 197)	117 879	187

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos e interesses que não controlam pode ser assim analisado:

	31.12.2015	31.12.2014	(milhares de euros)
Saldo inicial	(11 639)	(3 596)	
Variação de justo valor	(955)	28 107	
Alienações do exercício	(3 080)	(75 905)	
Imparidade reconhecida no exercício	2 346	34 200	
Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas	1 409	5 555	
Saldo final	(11 919)	(11 639)	

Interesses que não controlam

O detalhe da rubrica de Interesses que não controlam por subsidiária é como segue:

	31.12.2015		31.12.2014		(milhares de euros)
	Balanço	Resultados	Balanço	Resultados	
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	21 516	2 788	28 396	1 659	
Haitong Securities do Brasil S.A.	4 440	(4)	5 948	(1 022)	
WindPart, Lda	6 859	3 018	5 373	-	
Outras	6 366	611	8 662	225	
	39 181	6 413	48 379	862	

O movimento de Interesses que não controlam nos anos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 pode ser assim analisado:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Interesses que não controlam em 1 de Janeiro	48 379	51 884
Alterações de perímetro de consolidação	-	(2 166)
Aumentos de capital de subsidiárias	-	854
Redução de capital de subsidiárias	-	(676)
Dividendos distribuídos	(962)	(1 121)
Variação da reserva de justo valor	(537)	(1 401)
Variação cambial e outros	(14 112)	143
Resultado líquido do exercício	6 413	862
Interesses que não controlam em 31 de Dezembro	39 181	48 379

NOTA 38 - PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Passivos e avales prestados		
Garantias e avales prestados	269 354	444 492
Activos financeiros dados em garantia	85 767	110 572
	355 121	555 064
Compromissos		
Compromissos irrevogáveis	48 211	99 060
	48 211	99 060

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica de activos financeiros dados em garantia inclui:

- Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (i) no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 25 000 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2014 (em 2015 não existem operações) e (ii) no âmbito da abertura de crédito com garantia para operações de cedência de liquidez no montante de 83 854 milhares de euros (31 de Dezembro de 2014: 55 738 milhares de euros) sendo que o valor total dos títulos elegíveis para redesconto junto do Banco de Portugal ascendia a 83 854 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2015 (31 de Dezembro de 2014: 59 621 milhares de euros).
- Títulos dados em garantia à Comissão de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 1 813 milhares de euros (31 de Dezembro de 2014: 1 813 milhares de euros).
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 100 milhares de euros (31 de Dezembro de 2014: 100 milhares de euros).

Os compromissos irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Grupo (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por

prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Grupo requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Responsabilidades por prestação de serviços		
Agenciamento de papel comercial	681 400	4 806 737
Outras responsabilidades por prestação de serviços	3 039 800	3 695 816
	3 721 200	8 502 553

Em 31 de Dezembro de 2015, o valor de outras responsabilidades por prestação de serviços inclui 2 806 642 milhares de euros relativos a crédito sindicado sob gestão (3 176 561 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2014) e 233 158 milhares de euros referentes a gestão discricionária (519 255 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2014).

Durante o ano de 2015, o Banco Espírito Santo (BES), o Novo Banco e o Haitong Bank (e em alguns casos também autoridades de supervisão e auditores), foram demandados em processos judiciais de natureza cível relacionados com factos do antigo Grupo Espírito Santo (GES).

Neste enquadramento, o Haitong Bank é réu em 2 processos relacionados com o último aumento de capital do BES, e em 8 processos relacionados com emissões de papel comercial de entidades do GES (Rioforte e ESI – Espírito Santo International), que deram entrada nos tribunais em 2015. Em 2016, entraram mais 8 processos, 6 relacionados com as mencionadas emissões de papel comercial e 2 que dizem respeito a emissões de *notes* pela filial do Haitong Bank na Irlanda (a ESIP) que tinham como activo subjacente obrigações emitidas pela Espírito Santo Financial Portugal (ESFP).

É opinião do Departamento Jurídico do Haitong Bank e dos advogados externos a quem os processos foram confiados, que os mesmos não têm sustentabilidade jurídica, pelo que se considera improvável qualquer condenação do Haitong Bank em tais processos.

Assim, e nos relativos ao último aumento de capital do BES, as 2 mencionadas acções judiciais foram propostas contra um conjunto alargado de entidades, nomeadamente contra todos os antigos administradores e auditores do BES, com o argumento de que o Prospecto do Aumento de Capital, publicado a 20 de Maio de 2014, não reflectia a verdadeira situação financeira do BES. O Haitong Bank (então BESI) foi o intermediário financeiro encarregue da assistência à oferta pública, invocando os autores destas acções judiciais a sua responsabilidade pela informação contida no Prospecto, nos termos previstos no Código dos Valores Mobiliários.

Depois de analisada detalhadamente a questão pelos competentes departamentos do Haitong Bank e pelos seus advogados externos, concluiu-se que a perda substancial de valor das acções do BES, verificada durante o mês de Julho de 2014, até à sua resolução ocorrida em 03/08/2014, ficou a dever-se

a factos ocorridos posteriormente ao mencionado aumento de capital, que não podiam portanto constar do seu Prospecto. Mais se concluiu que o Prospecto não continha deficiências informativas, sendo até bastante incisivo na descrição dos riscos inerentes ao GES, nomeadamente na parte relativa às graves falhas detectadas na contabilidade da ESI.

Quanto às acções relacionadas com emissões de papel comercial do GES, é verdade que o então BESI desempenhou agente administrativo dessas emissões, tendo tratado da integração das mesmas na Central de Valores Mobiliários, e de agente pagador, cabendo-lhe tratar dos pagamentos de juros e de capital a favor dos titulares destes valores mobiliários (naturalmente, no pressuposto de receber, da entidade emitente, os fundos necessários para o efeito). Porém, estas emissões foram objecto de oferta particular, não tendo o BESI participado na colação as mesmas nem estabelecido contactos com os investidores. Sendo as respectivas notas informativas inequívocas no sentido de que a responsabilidade pela informação nelas contidas cabe exclusivamente às respectivas sociedades emitentes.

Quanto aos 2 mencionados processos relacionados com emissões da ESIP, é de referir que estas correspondem a *credit linked notes*, cuja remuneração e reembolso se encontravam dependentes de factos (nomeadamente a insolvência) associados à entidade emitente do activo subjacente, no caso a ESFP que, como se sabe, foi declarada insolvente, caso em que os investidores devem receber o próprio activo subjacente ou o produto da sua venda. As condições destas emissões constam claramente dos seus documentos informativos, além de que o BESI não procedeu à colocação destas emissões junto dos investidores.

Por último, é de referir que, em algumas destas acções judiciais, é exposto o argumento da existência de administradores comuns ao BES, ao GES e ao então BESI. O argumento é juridicamente improcedente, porque (i) nunca algum administrador do BES ou do GES, que também o fosse do BESI, prestou a este qualquer informação relacionada com o GES que fosse contrária à vertida no mencionado Prospecto do Aumento de Capital do BES ou dos documentos informativos associados às referidas emissões de papel comercial e de *credit linked notes*; e porque (ii) as pessoas colectivas só são responsáveis pelos actos ou omissões dos seus administradores praticados no exercício das suas funções de administração, pelo que, como é natural, a eventual detenção de alguma informação relevante por determinada pessoa, que a tenha adquirido enquanto administrador do GES ou em virtude das suas relações familiares, não pode ser imputável ao BESI pelo simples facto dessa pessoa ser deste administrador.

Pelo exposto, considera-se que o Haitong Bank não deve, nem pode, em obediência às regras e princípios contabilísticos por que se rege, constituir qualquer provisão derivada da existência dos referidos processos judiciais.

Fundo de Resolução

Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 24/2013 que estabelece o funcionamento do Fundo de Resolução ('FR'), o Banco tem vindo desde 2013 a proceder às contribuições obrigatórias, conforme disposto no referido diploma. Assim, e desde a sua constituição, o Banco procedeu à contribuição inicial para o FR, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei e às contribuições periódicas de 2013 e 2014, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei.

No dia 3 de Novembro de 2015, o Banco de Portugal emitiu uma Carta-Circular nos termos da qual se esclarece que a contribuição periódica para o Fundo de Resolução deve ser reconhecida como custo no momento da ocorrência do acontecimento que cria a obrigação de pagamento da contribuição, isto é no último dia do mês de Abril de cada ano, conforme estipula o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 24/2013, de 19 de Fevereiro, encontrando-se assim o Banco a reconhecer como gasto a contribuição no ano em que a mesma se torna devida.

O Fundo de Resolução emitiu em 15 de Novembro de 2015 um comunicado afirmando: "esclarece-se ainda que não é previsível que o Fundo de Resolução venha a propor a criação de uma contribuição especial para financiamento da medida de resolução aplicada ao BES. A eventual cobrança de uma contribuição especial afigura-se, desta forma, remota."

Subsequentemente, após a emissão do referido comunicado do FR, no âmbito do processo de resolução do Banco Espírito Santo, S.A., o Banco de Portugal deliberou, conforme comunicado de 29 de Dezembro de 2015, a transferência para a esfera da responsabilidade do FR de “...*eventuais efeitos negativos de decisões futuras, decorrentes do processo de resolução [do Banco Espírito Santo, S.A.], de que resultem responsabilidades ou contingências.*”. De acordo com a informação pública disponível, o volume de litigância associado a este processo é elevado, não estando devidamente esclarecido qual o montante que o FR possa vir a incorrer em perdas nestas litigâncias ou em eventuais perdas decorrentes da alienação do Novo Banco.

Adicionalmente, o Banco de Portugal determinou, em 19 e 20 de Dezembro de 2015, uma medida de resolução sobre o BANIF – Banco Internacional do Funchal, S.A. (‘BANIF’), não estando igualmente esclarecido qual o montante que o FR possa vir a incorrer em perdas com este processo.

Nessa conformidade, à data de 31 de Dezembro de 2015, não existe qualquer estimativa relativamente ao valor das eventuais perdas resultantes do processo de alienação do Novo Banco, das referidas litigâncias associadas ao processo de resolução do Banco Espírito Santo ou das eventuais perdas a incorrer pelo FR na sequência da resolução do BANIF e da forma como as mesmas poderão vir a afectar o Banco, quanto ao montante e tempestividade de futuras contribuições.

Em 2015, e no âmbito da constituição do Fundo de Resolução Europeu, o Banco teve de efectuar uma contribuição inicial no valor de 1 006 milhares de euros. O Fundo de Resolução Europeu não cobre as situações em curso, a 31/12/2015, junto do Fundo de Resolução Nacional.

NOTA 39 – TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O valor das transações do Grupo com partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, assim como os respetivos custos e proveitos reconhecidos no exercício, resume-se como segue:

	31.12.2015					31.12.2014				
	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos
Empresas Associadas										
2BCAPITAL LUXEMBOURG S.C.A SICAR	-	-	-	-	-	15 882	13 543	-	-	-
COPORGEST	6 961	1	161	169	-	9 850	2	361	415	46
SALGAR INVESTMENTS	-	-	-	-	-	8 173	-	-	-	-
FUNDO ESPIRITO SANTO IBERIA	-	-	-	2 433	-	6 621	-	-	499	-
MCO2 S G FUNDOS INVEST MOB SA	550	-	-	-	-	1 132	-	-	-	-
TOTAL	7 511	1	161	2 602	-	41 658	13 545	361	914	46

Os activos em balanço relativos a empresas associadas incluídas no quadro acima referem-se fundamentalmente a crédito concedido ou suprimentos. Os passivos referem-se no essencial a depósitos bancários tomados.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o montante global dos activos e passivos do Grupo Haitong Bank que se referem a operações realizadas com entidades relacionadas do Grupo Haitong resume-se como segue:

(milhares de euros)

(milhares de euros)									
	31.12.2015					Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
	Activos								
	Aplicações em Instituições crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total				
Accionistas									
HAITONG SECURITIES	-	-	-	-	-	-	-	1 763	-
Subsidiárias e associadas de accionistas									
HAITONG INTERNATIONAL STRATEGIC INVESTMENT	-	-	-	-	-	-	-	9 440	-
Empresas do Grupo Novo Banco	-	-	-	-	-	-	-	46 485	10 831
Outros									
ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO	-	315	-	-	315	-	-	-	-
TOTAL	-	315	-	-	315	-	-	57 688	10 831

(milhares de euros)

(milhares de euros)									
	31.12.2014					Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
	Activos								
	Aplicações em Instituições crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total				
Accionistas									
NOVO BANCO, SA	31 387	-	16 369	23 593	71 349	84 057	851 200	22 525	73 085
Subsidiárias e associadas de accionistas									
ESPIRITO SANTO PLC (IRLANDA)	-	-	-	153 655	153 655	-	-	73 596	1 256
SUCURSAL ESPANHA	1 026	-	-	7 665	8 691	80 655	9 030	1 945	454
FUNGERE FUNDO G PATRIMONIO	-	-	11 358	-	11 358	-	2	-	-
FCR PME	-	-	-	(310)	(310)	-	10 910	-	96
ASCENDI GROUP SGPS SA	-	-	4 628	500	5 128	-	-	550	-
BES VIDA COMPANHIA SEGUROS SA	-	-	-	1 822	1 822	-	-	3 670	-
BEST	-	-	-	-	-	-	-	230	4 106
FCR VENTURES III	-	-	2 313	-	2 313	-	-	-	-
SUCURSAL LONDRES	2 478	-	-	-	2 478	-	-	-	-
ES VANGUARDA	-	-	-	185	185	-	157	-	1 650
SUCURSAL NOVA IORQUE	59	-	-	-	59	-	-	1 832	39
ES GESTION (ESPAÑA)	-	-	-	1	1	-	-	658	401
LOCARENT	-	-	-	-	-	-	-	-	983
Outros									
BANQUE PRIVEE ESPIRITO SANTO	-	-	-	139	139	-	38 595	933	15 765
IBERWIND DESENV PROYECTOS SA	-	9 814	4 801	1 915	16 530	-	-	-	-
BANQUE PRIVEE ES SUC PORTUGAL	63	-	-	15	78	-	-	11	-
FOMENTINVEST	-	1 540	2 108	-	3 648	-	-	-	-
PORTUGAL TELECOM SGPS SA	-	-	-	4 680	4 680	-	-	3 184	-
MTS METRO TRANSPORTES DO SUL SA	-	5 001	-	-	5 001	-	-	91	-
ESFG	-	-	1 921	85	2 006	-	1	200	1 212
AMAL - SGPS, SA	-	471	1 627	205	2 303	-	-	-	-
CONSTRUCCIONES SARRION SL	-	2 161	-	-	2 161	-	3	122	-
RIO FORTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOP PARTNER	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS	2	218	1 742	1 191	3 153	-	926	5 057	3 170
TOTAL	35 015	19 205	46 867	195 341	296 428	164 712	910 824	114 604	102 217

NOTA 40 – JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Justo valor de activos e passivos financeiros

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Grupo, é analisado como segue:

(milhares de euros)

		Valorizados ao Justo Valor				
	Custo amortizado	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	Total de Valor de Balanço	Justo Valor
31 de Dezembro de 2015						
Caixa e disponibilidades Bancos Centrais	117 684	-	-	-	117 684	117 684
Disponibilidades em outras instituições de crédito	38 960	-	-	-	38 960	38 960
Activos financeiros detidos para negociação	-	37 850	1 297 976	10 663	1 346 489	1 346 489
Activos financeiros disponíveis para venda	2 253	84 198	262 429	119 431	468 311	468 311
Aplicações em instituições de crédito	258 795	-	-	-	258 795	258 795
Crédito a clientes	1 041 341	-	-	-	1 041 341	1 004 697
Derivados para gestão de risco	-	-	15 236	-	15 236	15 236
Activos financeiros	1 459 033	122 048	1 575 641	130 094	3 286 816	3 250 172
Recursos de Bancos Centrais	61 139	-	-	-	61 139	61 139
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	502 350	-	502 350	502 350
Recursos de outras instituições de crédito	1 632 522	-	-	-	1 632 522	1 632 522
Recursos de clientes	567 038	-	-	-	567 038	567 038
Responsabilidades representadas por títulos	80 306	-	466 960	-	547 266	547 925
Derivados para gestão de risco	-	-	116 397	-	116 397	116 397
Passivos subordinados	-	-	215	-	215	215
Passivos financeiros	2 341 005	-	1 085 922	-	3 426 927	3 427 586
31 de Dezembro de 2014						
Caixa e disponibilidades Bancos Centrais	1 524	-	-	-	1 524	1 524
Disponibilidades em outras instituições de crédito	49 067	-	-	-	49 067	49 067
Activos financeiros detidos para negociação	-	95 195	1 368 588	4 690	1 468 473	1 468 473
Activos financeiros disponíveis para venda	2 673	161 331	224 562	166 114	554 680	554 680
Aplicações em instituições de crédito	34 308	-	-	-	34 308	34 308
Crédito a clientes	1 549 218	-	-	-	1 549 218	1 549 218
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Derivados para gestão de risco	-	-	25 754	-	25 754	25 754
Activos financeiros	1 636 790	256 526	1 618 904	170 804	3 683 024	3 683 024
Recursos de Bancos Centrais	61 108	-	-	-	61 108	61 108
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	621 550	-	621 550	621 550
Recursos de outras instituições de crédito	1 397 284	-	-	-	1 397 284	1 397 284
Recursos de clientes	448 912	-	-	-	448 912	448 912
Responsabilidades representadas por títulos	144 456	-	927 754	-	1 072 210	1 072 000
Derivados para gestão de risco	-	-	33 939	-	33 939	33 939
Passivos subordinados	36 881	-	215	-	37 096	36 497
Passivos financeiros	2 088 641	-	1 583 458	-	3 672 099	3 671 290

Os Activos e Passivos ao justo valor do Grupo Haitong Bank, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

Valores de cotação de mercado – nesta categoria incluem-se os instrumentos financeiros com cotações disponíveis em mercados oficiais.

Métodos de valorização com parâmetros observáveis no mercado – nesta categoria incluem-se os instrumentos financeiros: (i) com cotações divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços para este tipo de activos e (ii) cuja valorização se baseia na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objecto de valorização. Não obstante, o Grupo utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.

Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

O movimento dos activos financeiros valorizados com recurso a métodos com parâmetros não observáveis no mercado, durante o exercício de 2015 pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2015	31.12.2014
Saldo inicial	170 804	188 884
Aquisições	29 862	56 135
Saídas	(51 982)	(109 361)
Transferências	4 021	54 027
Variações de valor	(22 611)	(18 881)
Saldo final	130 094	170 804

Os principais parâmetros utilizados, durante o exercício de 2015, nos modelos de valorização foram os seguintes:

Curvas de taxas de juro

As taxas de curto prazo apresentadas reflectem os valores indicativos do mercado monetário, para o longo prazo utilizam-se as curvas *swap*:

(%)

	31.12.2015			31.12.2014		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
<i>Overnight</i>	-0,35	0,27	0,45	0,03	0,09	0,45
1 mês	-0,23	0,43	0,50	0,05	0,17	0,50
3 meses	-0,17	0,51	0,59	0,06	0,21	0,56
6 meses	-0,10	0,61	0,75	0,13	0,26	0,69
1 ano	-0,06	0,87	0,85	0,16	0,44	0,73
3 anos	0,06	1,40	1,30	0,22	1,29	1,14
5 anos	0,33	1,72	1,59	0,36	1,77	1,45
7 anos	0,62	1,95	1,80	0,53	2,04	1,64
10 anos	1,00	2,19	1,99	0,82	2,29	1,84
15 anos	1,40	2,42	2,16	1,15	2,51	2,07
20 anos	1,57	2,53	2,20	1,33	2,62	2,18
25 anos	1,60	2,59	2,18	1,42	2,67	2,22
30 anos	1,61	2,62	2,16	1,47	2,71	2,23

Spreads de crédito

Os *spreads* de crédito utilizados pelo Grupo na avaliação dos derivados de crédito são multi-contribuídos e publicados diariamente na Bloomberg em final do dia, sendo utilizados para os referidos efeitos os valores correspondentes às entidades de referência. Seguidamente apresenta-se a evolução dos principais índices, que se entende como representativa do comportamento dos *spreads* de crédito no mercado ao longo do ano:

(pontos de base)

Índice	Série	3 anos	5 anos	7 anos	10 anos
Ano 2014					
CDX USD Main	23	38,57	66,09	88,32	107,10
iTraxx Eur Main	22	35,46	62,95	84,44	101,20
iTraxx Eur Senior Financial	22	-	67,38	-	99,77
Ano 2015					
CDX USD Main	25	60,46	88,32	110,25	126,93
iTraxx Eur Main	24	51,50	77,28	96,30	113,75
iTraxx Eur Senior Financial	24	-	76,86	-	106,81

Volatilidades de taxas de juro

Os valores a seguir apresentados referem-se às volatilidades implícitas (*at the money*), que servem de base para a avaliação de opções de taxa de juro:

	31.12.2015			31.12.2014		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
1 ano	--	42,65	39,66	283,60	69,94	49,46
3 anos	--	45,92	53,36	102,30	57,67	61,19
5 anos	148,15	46,21	54,11	94,22	49,13	59,26
7 anos	82,95	43,92	51,72	84,35	44,41	55,17
10 anos	55,66	40,48	47,70	67,52	40,68	49,61
15 anos	41,68	35,58	42,18	53,72	35,58	41,94

Câmbios e volatilidades

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

Cambial	31.12.2015	31.12.2014	Volatilidade (%)				
			1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,08870	1,21410	9,66	9,94	9,98	10,02	10,07
EUR/GBP	0,73395	0,77890	8,58	9,05	9,79	10,27	10,49
EUR/CHF	1,08350	1,20240	6,08	6,78	7,19	7,46	7,66
EUR/NOK	9,60300	9,04200	10,66	10,70	10,67	10,61	10,61
EUR/PLN	4,26390	4,27320	6,70	6,73	6,92	7,04	7,14
EUR/RUB	80,67360	72,33700	19,82	20,77	21,32	21,39	21,48
USD/BRL a)	3,96041	2,65275	23,61	22,75	21,88	21,45	21,23
USD/TRY b)	2,91770	2,33259	12,29	13,20	13,94	14,41	14,86

a) Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/BRL

b) Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/TRY

Índices sobre cotações

No quadro seguinte, resume-se a evolução dos principais índices de cotações e respectivas volatilidades:

	Cotação			Volatilidade histórica (%)		Volatilidade implícita (%)
	31.12.2015	31.12.2014	Variação %	1 mês	3 meses	
DJ EURO STOXX 50	3 268	3 146	3,85	23,39	23,14	22,72
PSI 20	5 313	4 799	10,71	16,81	21,40	-
IBEX 35	9 544	10 280	(7,15)	22,88	22,20	-
FTSE 100	6 242	6 566	(4,93)	17,98	20,34	16,08
DAX	10 743	9 806	9,56	25,48	24,38	21,79
S&P 500	2 044	2 059	(0,73)	16,33	18,56	15,58
BOVESPA	43 350	50 007	(13,31)	25,68	27,27	25,38

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros acima referidos são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Empréstimos e aplicações em instituições de crédito

Considerando aos prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas.

Recursos de outras instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Recursos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças quantificáveis no seu justo valor.

Débitos representados por títulos e Passivos subordinados

O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis, caso não existam é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

NOTA 41 – GESTÃO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE

Em termos de política de gestão dos riscos, é apresentada a seguinte informação qualitativa do Grupo Haitong Bank.

O controlo e a gestão dos riscos, pelo papel que têm vindo a desempenhar no apoio activo à gestão, apresentam-se como um dos principais eixos estratégicos de suporte ao seu desenvolvimento equilibrado e sustentado.

O Departamento de Risco tem mantido como principais, os seguintes objectivos:

- Identificação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos, adoptando progressivamente princípios e metodologias uniformes;
- Contribuição contínua para o aperfeiçoamento de ferramentas de apoio à estruturação de operações e do desenvolvimento de técnicas internas de avaliação de performance e de optimização da base de capital;
- Gestão pró activa de situações de atraso significativo e incumprimentos de obrigações contratuais.

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua actividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes – e em produtos de negociação – *swaps*, *forwards* e opções (risco de contraparte).

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efectuado regularmente. São igualmente objecto de análise, em base diária, o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correcto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da actividade corrente das áreas de negócio.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Grupo Haitong Bank ao risco de crédito:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	415 425	84 886
Activos financeiros detidos para negociação	1 345 304	1 445 727
Activos financeiros disponíveis para venda	439 841	499 060
Crédito a clientes	1 041 341	1 549 218
Derivados para gestão de risco	15 236	25 754
Outros activos	342 903	168 965
Garantias e avals prestados	269 354	444 492
Compromissos irrevogáveis	48 211	99 060
Risco de Crédito associado às entidades de referência dos derivados de crédito	1	1
Total	3 917 616	4 317 163

Concentração de riscos

A repartição do crédito sobre clientes e títulos por sectores de actividade, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)

	31.12.2015						
	Crédito a clientes				Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto		Imparidade			Valor bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido			
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	7 598	-	66	-	3 807	3	3
Indústrias extractivas	-	-	-	-	192	42 424	-
Indústrias transformadoras - Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	37 048	199	4 980	199	13 892	5 375	-
Indústrias transformadoras - Curtumes e Calçado	2 723	-	14	-	-	-	-
Indústrias transformadoras - Refinação de Petróleo	-	-	-	-	365	-	-
Indústrias transformadoras - Produtos Químicos e de Borracha	3 367	24 914	361	6 985	692	5 286	186
Indústrias transformadoras - Produtos Minerais não Metálicos	5 898	-	696	-	179	-	-
Indústrias transformadoras - Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	24 817	-	5 582	-	61	13 340	68
Indústrias transformadoras - Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	15 609	-	125	-	-	-	-
Indústrias transformadoras - Fabricação de Material de Transporte	1 744	-	9	-	-	-	-
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	262 222	5 598	9 290	3 309	33 200	3 749	-
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	17 217	5 959	86	81	-	-	-
Construção	159 863	37 047	7 438	12 349	23 201	6 021	2 779
Promoção imobiliária	5 706	-	29	-	136	-	-
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	81 995	1 519	18 499	495	10 170	-	-
Transportes e armazenagem	226 333	8 376	5 061	1 745	88 677	11 649	-
Alojamento, restauração e similares	-	12 930	-	12 932	-	-	-
Actividades de edição	9 856	640	-	52	-	-	-
Actividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música	170	-	6	-	-	-	-
Actividades de telecomunicação	15 859	-	79	-	977	436	-
Consultoria e programação informática e actividades relacionadas	-	-	-	-	-	15 831	4 718
Actividades de intermediação monetária	-	-	-	-	133 703	101 840	-
Actividades das sociedades gestoras de participações sociais	125 786	4 212	94 648	1 410	28 617	32 208	8 306
Outras actividades financeiras e de seguros	18 464	623	512	623	7 551	37 902	9 693
Actividades imobiliárias	43 048	27 207	30 188	20 488	8 384	-	-
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	16 109	3 741	5 612	1 172	26 247	26 402	600
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	172	-	2	-	-	4 284	-
Viagens	7 703	15 520	39	15 520	-	-	-
Actividades de Aluguer	620	63 773	137	49 074	-	1 141	-
Administração Pública Central	-	-	-	-	949 918	186 681	-
Administração Pública Regional e Local	4 534	-	23	-	1 048	(1)	-
Actividades de saúde humana e apoio social	20 588	-	103	-	15 472	-	-
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	426	-	42	-	-	168	75
Outras actividades de serviços	38 741	3 142	17 032	1 571	-	-	-
Crédito à Habitação	358	-	-	-	-	-	-
Crédito a Particulares	33	-	2	-	-	-	-
TOTAL	1 154 607	215 400	200 661	128 005	1 346 489	494 739	26 428

</

Risco de mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O Grupo Haitong Bank utiliza um VaR com recurso à Simulação Histórica, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano.

Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

(milhões de euros)

	31.12.2015				31.12.2014			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	1,78	3,36	5,50	1,78	2,30	3,15	7,13	0,82
Risco taxa de juro	1,16	1,76	0,39	1,16	1,64	1,83	2,92	1,09
Acções	0,10	0,60	0,05	0,10	1,16	1,06	2,01	0,61
Spread de Crédito	2,12	4,27	7,71	2,12	5,99	9,06	11,74	7,39
Covariância	-0,71	-1,23	-0,41	-0,71	-1,25	-1,51	-2,91	-0,79
Total	4,45	8,76	13,24	4,45	9,84	13,59	20,89	9,12

O Grupo Haitong Bank encerrou o ano com um VaR de 4,45 milhões de euros para as suas posições de negociação, registando um decréscimo de cerca de 55% face ao ano transacto.

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, o Grupo Haitong Bank calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do Bank of International Settlements (BIS) classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimonial, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de repricing.

(milhões de euros)

	31.12.2015						
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	118	118	-	-	-	-	-
Aplicações e disponibilidades em instituições de crédito	313	27	204	82	-	-	-
Crédito a clientes	1 370	556	360	379	32	25	18
Títulos	495	38	246	24	5	164	18
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação	287	-	287	-	-	-	-
Fora de balanço	337	182	9	-	10	5	131
Total	2 920	921	1 106	485	47	194	167
Recursos de bancos centrais	61	-	-	-	-	61	-
Recursos de outras instituições de crédito	1 633	10	1 610	-	-	13	-
Depósitos	438	5	380	10	24	19	-
Repo's com clientes	129	56	19	43	8	1	2
Títulos emitidos	547	(28)	38	27	60	408	42
Outros instrumentos equiparáveis a capital	4	-	-	-	-	-	4
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação	21	14	7	-	-	-	-
Fora de Balanço	336	87	103	144	2	-	-
Total	3 169	144	2 157	224	94	502	48
GAP (Activos - Passivos)	(249)	777	(1 051)	261	(47)	(308)	119

(milhões de euros)

	31.12.2014						
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	2	2	-	-	-	-	-
Aplicações e disponibilidades em instituições de crédito	99	63	36	-	-	-	-
Crédito a clientes	1 833	429	786	477	20	68	53
Títulos	585	88	164	38	-	260	35
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação	363	-	363	-	-	-	-
Fora de balanço	55	31	-	14	10	-	-
Total	2 937	613	1 349	529	30	328	88
Recursos de bancos centrais	61	-	-	-	-	61	-
Recursos de outras instituições de crédito	1 397	169	1 164	-	-	61	3
Depósitos	417	47	369	1	-	-	-
Repo's com clientes	32	16	16	-	-	-	-
Títulos emitidos	1 109	19	350	118	108	449	65
Outros instrumentos equiparáveis a capital	4	-	-	-	-	-	4
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação	9	-	9	-	-	-	-
Fora de Balanço	55	2	22	31	-	-	-
Total	3 084	253	1 930	150	108	571	72
GAP (Activos - Passivos)	(147)	360	(581)	379	(78)	(243)	16

O modelo utilizado para o cálculo da análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária baseia-se numa aproximação ao modelo da duração, sendo efectuados cenários paralelos.

(milhões de euros)

	31.12.2015		31.12.2014	
	Aumento paralelo de 100 pb	Aumento paralelo de 100 pb	Aumento paralelo de 100 pb	Aumento paralelo de 100 pb
Em 31 de Dezembro	7,4	(7,4)	(3,7)	3,7
Média do exercício	12,4	(12,4)	(17,2)	17,2
Máximo para o exercício	15,4	(7,4)	(3,7)	40,4
Mínimo para o exercício	7,4	(15,4)	(40,4)	3,7

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Grupo, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, bem assim como os respectivos saldos médios e os juros do exercício:

(milhares de euros)

	31.12.2015			31.12.2014		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Activos monetários	150 363	15 600	10,37%	317 552	6 923	2,18%
Crédito a clientes	1 289 863	64 401	4,99%	1 887 523	103 154	5,47%
Aplicações em títulos	1 275 561	140 774	11,04%	1 832 346	168 489	9,20%
Contas caução	249 150	115	0,05%	279 884	293	0,10%
Activos financeiros	2 964 937	220 890	7,45%	4 317 305	278 859	6,46%
Recursos monetários	1 425 720	93 166	6,53%	1 668 231	87 280	5,23%
Recursos de clientes	431 065	50 848	11,80%	816 711	60 023	7,35%
Responsabilidades representadas por títulos	767 201	30 519	3,98%	1 420 073	62 681	4,41%
Outros recursos	530 612	1 913	0,36%	7 827	2 930	37,43%
Passivos financeiros	3 154 598	176 446	5,59%	3 912 842	212 914	5,44%
Resultado Financeiro		44 444	1,86%		65 945	1,02%

No que se refere ao risco cambial, a exposição dos activos e dos passivos, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, por moeda, é analisado como segue:

		31.12.2015			31.12.2014		
		Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida
USD	DOLAR DOS E.U.A.	66 385	(89 481)	(23 096)	230 554	(240 591)	(10 037)
GBP	LIBRA ESTERLINA	94 146	(615)	93 531	108 204	(107 645)	559
BRL	REAL BRASILEIRO	144 808	(124 871)	19 937	135 376	(133 877)	1 499
JPY	YEN	545	-	545	267	-	267
CHF	FRANCO SUÍÇO	333	(7)	326	566	-	566
PLN	ZŁOTY POLACO	14 040	(482)	13 558	20 629	-	20 629
CAD	DOLAR CANADIANO	2 372	(4 499)	(2 127)	2 567	-	2 567
AUD	DOLAR AUSTRALIANO	6	-	6	16	-	16
INR	RUPIA INDIANA	11 778	-	11 778	8 296	-	8 296
	OUTRAS	245	1	246	193	14	207
		334 658	(219 954)	114 704	506 668	(482 099)	24 569

Em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 a exposição do Grupo a dívida pública de países “periféricos” da Zona Euro apresenta-se como segue:

31.12.2015			
	Activos financeiros detidos p/ negociação e ao Justo Valor	Activos financeiros disponíveis para venda	Total
Portugal	1 369	3 209	4 578
Espanha	1 102	-	1 102
Grécia	-	14 919	14 919
	2 471	18 128	20 599

31.12.2014			
	Activos financeiros detidos p/ negociação e ao Justo Valor	Activos financeiros disponíveis para venda	Total
Portugal	-	2 901	2 901
Espanha	55	-	55
Grécia	-	27 903	27 903
	55	30 804	30 859

A 31 de Dezembro de 2015, para além da exposição acima apresentada o Grupo dispõe de protecção comprada em *Credit Default Swaps* sobre dívida pública portuguesa no montante de 40 000 milhares de dólares. Adicionalmente, a esta data o Grupo apresenta uma exposição ao Novo Banco, cujo valor em balanço é de 133 286 milhares de euros, que está integralmente garantida pelo Estado português.

Excepto no que se refere ao crédito a clientes e aos investimentos detidos até à maturidade, todas as exposições apresentadas encontram-se registadas no balanço do Grupo pelo seu justo valor com base em valores de cotação de mercado e no caso dos derivados com base em métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado.

O detalhe sobre a exposição a títulos na carteira de Activos Financeiros Disponíveis para Venda, Activos Financeiros Detidos para Negociação e Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados é como segue:

(milhares de euros)

31.12.2015					
	Valor Nominal	Valor Cotação	Juro Corrido	Valor de Balanço	Reservas Justo Valor
Activos Disponíveis para Venda					
Portugal	3 000	3 071	138	3 209	28
Maturidade até 1 ano	2 300	2 317	128	2 445	10
Maturidade superior 1 ano	700	754	10	764	18
Grécia	24 000	14 308	611	14 919	(2 575)
Maturidade superior 1 ano	24 000	14 308	611	14 919	(2 575)
	27 000	17 379	749	18 128	(2 547)
Activos Financeiros de Negociação					
Portugal	1 312	1 357	12	1 369	-
Espanha	1 045	1 091	11	1 102	-
	2 357	2 448	23	2 471	-

(milhares de euros)

31.12.2014					
	Valor Nominal	Valor Cotação	Juro Corrido	Valor de Balanço	Reservas Justo Valor
Activos Disponíveis para Venda					
Portugal	2 600	2 766	135	2 901	100
Maturidade até 1 ano	100	102	1	103	2
Maturidade superior 1 ano	2 500	2 664	134	2 798	98
Grécia	52 000	27 019	884	27 903	(8 592)
Maturidade superior 1 ano	52 000	27 019	884	27 903	(8 592)
	54 600	29 785	1 019	30 804	(8 492)
Activos Financeiros de Negociação					
Espanha	45	53	2	55	-
	45	53	2	55	-

Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas significativas.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria. Esta gestão tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Adicionalmente é também realizado um acompanhamento por parte do Banco dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal e previstas na CRD IV (Directiva 2013/36/UE).

Indicadores de Liquidez Consolidados

O *gap* de liquidez até 1 ano do Haitong Bank melhorou de - 840 milhões de euros à data de 31 de Dezembro de 2014 para + 427 milhões de euros no final do presente exercício. Esta melhoria deveu-se essencialmente à extensão do perfil de maturidade alcançada na estrutura de financiamento do Banco em 2015.

A 31 de Dezembro de 2015, o Haitong Bank alcançou um rácio de cobertura de liquidez de 147%, estamos assim acima do rácio mínimo regulamentar previsto, quer para Dezembro de 2015, como para Dezembro de 2018.

Risco operacional

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Os principais objectivos da gestão de capital no Grupo são (i) permitir o crescimento sustentado da actividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos activos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital.

A definição da estratégia a adoptar em termos de gestão de capital é da competência da Comissão Executiva encontrando-se integrada na definição global de objectivos do Grupo.

Em termos prudenciais, o Grupo está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre a adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

Actualmente, para fins de reporte às autoridades de supervisão para efeitos prudenciais, o Grupo utiliza o método “Standard” tanto para o tratamento do risco de crédito como do risco operacional (método “The Standardized Approach” – TSA).

O quadro seguinte apresenta um sumário da adequação de capital do Grupo Haitong Bank S.A. para 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Total RWA	3 236 589	4 156 783
Risco Crédito e CVA	2 426 046	3 160 104
Risco de Mercado	427 857	567 050
Risco Operacional	382 686	429 629
Fundos Próprios		
Totais	343 097	392 219
Nível 1	340 027	392 219
Principais Nível 1	340 027	392 219
Rácios		
Totais	10,6%	9,4%
Nível 1	10,5%	9,4%
Principais Nível 1	10,5%	9,4%

Os pressupostos utilizados para os cálculos de adequação de capital encontram-se descritos no ponto “7.5. Gestão do Capital – Solvabilidade” do Relatório de Gestão.

NOTA 42 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Julho de 2015 e no âmbito do processo de *de-banking* nos EUA, o Haitong Bank submeteu ao New York Department of Financial Services (NYDFS) o pedido de abertura de um Escritório de Representação em Nova Iorque. A 6 de Janeiro de 2016, o NYDFS informou o Haitong Bank da aprovação do Escritório de Representação.

No seguimento de autorização do Banco de Portugal, foi constituída em 30 de Setembro de 2015, nos Estados Unidos, uma sociedade designada Haitong Securities USA, 100% detida pelo Haitong Bank, S.A., que irá solicitar junto das autoridades americanas competentes licença para actuar naqueles mercados como uma broker dealer. Esta sociedade tem um capital inicial no montante de 300 000 dólares, cuja realização ocorreu no dia 20 de Janeiro de 2016. Prevê-se que a sociedade inicie a sua actividade em 2016.

NOTA 43 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS E ADOPTADAS PELO GRUPO

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Grupo aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2015, são as seguintes:

IFRIC 21 – Taxas

O IASB, emitiu em 20 de Maio de 2013, esta interpretação com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta interpretação foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 634/2014, de 13 de Junho, (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício que começa em ou após 17 de Junho de 2015).

Esta nova interpretação define taxas (“Levy”) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o evento específico que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

Esta interpretação não teve impactos nas demonstrações financeiras do Grupo de 31 de Dezembro de 2015.

Melhoramentos às IFRS (2011-2013)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduziram alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1361/2014, de 18 de Dezembro (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Janeiro de 2015).

IFRS 1 – Conceito de “IFRS efectivas”

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

IFRS 3 – Excepções ao âmbito de aplicação para *joint ventures*

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal excepção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de joint ventures ou às próprias joint ventures.

IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – excepção de portefólios

O Parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma excepção para mensurar o justo valor de grupos de activos ou passivos na base líquida. O objectivo desta alteração consiste na clarificação que a excepção de portefólios aplica-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de activo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio

O objectivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um activo, de um grupo de activos ou de uma concentração de uma actividade operacional abrangida pela IFRS 3.

O grupo não teve qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS AINDA NÃO ADOPTADAS PELO GRUPO

O Grupo decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adoptadas pela União Europeia:

IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados

O IASB, emitiu esta alteração em 21 de Novembro de 2013, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014. Esta alteração foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 29/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Fevereiro de 2015).

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efectuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efectuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

O grupo não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Fevereiro de 2015).

IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (“vesting”)

A alteração clarifica a definição de condição de aquisição (“vesting”) contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Acções, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da “condição de aquisição”, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de actividades empresariais

O objectivo da alteração visa clarificar certos aspectos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de actividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um activo ou passivo não-financeiro.

IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos activos dos segmentos reportáveis e os activos da empresa

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os factores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos activos dos segmentos reportáveis para o total dos activos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor actual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja factura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

IAS 16 e IAS 38 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da selecção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

IAS 24 – Transacções com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

O grupo não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de Setembro de 2014 introduzem alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2343/2015, de 15 de Dezembro de 2015.

IFRS 5 - Activos Não Correntes Detidos Para Venda e Operações Descontinuadas: Alterações no Método de Disposição

As alterações à IFRS 5 clarificam que caso uma entidade reclassifique um activo (ou um grupo em descontinuação) directamente de “detido para venda” para “detido para distribuição aos proprietários” (ou vice-versa) então a alteração de classificação é considerada uma continuação do plano original de disposição. Assim sendo, nenhum ganho ou perda de mensuração será contabilizado na demonstração de resultados ou na demonstração de rendimento integral.

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações: contratos de Serviços Prestados

As alterações à IFRS 7 clarifica - adicionando orientação de aplicação adicional - quando os contratos de prestação de serviços constituem envolvimento continuado para efeitos da aplicação dos requisitos de divulgação no parágrafo 42 C da IFRS 7.

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações: Aplicabilidade das Emendas à IFRS 7 na compensação de activos e passivos financeiros para demonstrações financeiras intercalares condensadas

A presente alteração esclarece que as divulgações adicionais exigidas que foram introduzidas em Dezembro de 2011 pelas alterações ao IFRS 7 - compensação de activos e passivos financeiros – não são necessários em períodos intercalares após o ano da sua aplicação inicial, a menos que a IAS 34 Relato Financeiro Intercalar exija essas divulgações.

IAS 19 Benefícios dos Empregados: Taxa de desconto: emissão mercado regional

As alterações à IAS 19 clarificam que as obrigações de empresas de alta qualidade utilizados para estimar a taxa de desconto deve ser determinada considerando a mesma moeda em que os benefícios vão ser pagos. Consequentemente, a profundidade do mercado de títulos corporativos de alta qualidade deve ser avaliado a nível da moeda, em vez de ao nível do país. Se um mercado activo não existir, deve ser utilizada a taxa de mercado dos títulos do governo denominados nessa moeda.

IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar: Divulgação de informações "em outras partes do relatório financeiro intercalar "

As alterações esclarecem que "outras divulgações" exigidas pelo parágrafo 16A do IAS 34, devem ser apresentadas ou nas demonstrações financeiras intercalares ou incorporadas por referência cruzada das demonstrações financeiras intercalares para algum outro documento (como comentários da gestão ou de um relatório de risco) que esteja disponível para os utentes das demonstrações financeiras nos mesmos termos que as demonstrações financeiras intercalares e, ao mesmo tempo.

As alterações à IAS 34 também clarificam que, se os utentes das demonstrações financeiras não tiverem acesso a essa informação, incluída por referência cruzada, nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar é incompleto.

O grupo não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

IAS 27 - Equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas

O IASB, emitiu, em 12 de Agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efectiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2441/2015, de 18 de Dezembro de 2015.

O grupo ainda não tomou qualquer decisão sobre uma eventual adopção esta opção nas suas contas separadas (se nas contas individuais aplicarem as IFRS).

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB em 2014 e aplicáveis aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 as seguintes alterações:

- Alterações à IAS 16 e IAS 41: Plantas vivas de produção de produtos agrícolas ("Bearer Plants") (emitida em 30 de Junho e adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2113/2015, de 23 de Novembro);
- Alterações à IAS 16 e IAS 38: Clarificação dos métodos aceites para depreciação e amortização (emitida em 12 de Maio e adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2231/2015, de 2 de Dezembro);
- Alterações à IFRS 11: Contabilização de aquisições de interesses em empreendimentos conjuntos (emitida em 6 de Maio e adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2173/2015, de 24 de Novembro).
- Alterações à IAS 1. Iniciativa de Divulgações (emitida em 18 de Dezembro e adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2406/2015, de 18 de Dezembro);

O grupo não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS MAS AINDA NÃO EFECTIVAS PARA O GRUPO**IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)**

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de activos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de activos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos actuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos activos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de activos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um activo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objectivo é deter o activo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afectar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada acção, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os activos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de trading, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um activo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias actualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com excepção desta alteração, a IFRS 9 na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o actual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um activo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito tiver aumentado significativamente, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respectiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que actualmente se designa por “prova objectiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afectada directamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respectivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de Janeiro de 2018.

O grupo iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas dada a natureza das actividades do Grupo, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras do Grupo

IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em 28 de Maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2017. A sua adopção antecipada é permitida. Esta norma revoga as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rédito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Activos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transacções de Troca Directa Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- i) No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- ii) Ao longo do período, na medida em que retracts a performance da entidade.

A Sociedade encontra-se ainda a avaliar os impactos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 16 - Locações

O IASB, emitiu, em 13 de Janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2019. A sua adopção antecipada é permitida desde que adoptada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações.

A IFRS 16 remove a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de activos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

O grupo ainda não procedeu a uma análise completa sobre os impactos da aplicação desta norma.

IFRS 14 – Contas Diferidas Regulatórias

O IASB emitiu em 30 de Janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adopta pela primeira vez as IFRS e tem actividade com tarifa regulada.

A Comissão Europeia decidiu não iniciar o processo de adopção desta norma interina e esperar pela norma final.

A presente norma não é aplicável ao grupo.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB:

- Em 18/12/2014 e aplicável aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 as alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28, Entidades de Investimento: Aplicação da excepção de consolidação;
- Em 19/1/2016 e aplicável aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2017, alterações à IAS 12 que visaram clarificar os requisitos de reconhecimento de activos por impostos diferidos para perdas não realizadas para resolver divergências praticadas.

O grupo não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Haitong Bank, S.A.

Exercício de 2015

Ao Accionista do
Haitong Bank, S.A. (anterior Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.)

Nos termos da legislação em vigor, apresentamos o Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal sobre o Relatório de Gestão, as contas individuais e consolidadas e a proposta de aplicação de resultados, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, apresentados pelo Conselho de Administração do Haitong Bank (doravante, Haitong).

O Conselho Fiscal sublinha que o Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. foi adquirido em Setembro de 2015 pela sociedade Haitong International Holdings Limited, subsidiária da sociedade Haitong Securities Co, Ltd., entidades de grande relevo no sistema financeiro internacional, designadamente no mercado asiático.

Ainda nesse mês foi alterada a designação social do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., passando a designar-se por Haitong Bank, S.A..

Durante o exercício de 2015 o Conselho Fiscal do Haitong, no âmbito das suas atribuições, acompanhou, nos termos da Lei e do contrato de sociedade, a evolução da gestão e da actividade do Haitong, nomeadamente:

- (i) apreciou a adequação e a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna;
- (ii) participou, nas reuniões do Conselho de Administração, sempre que para esse efeito foi convocado;



1/4

- (iii) analisou os documentos de informação de gestão que foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- (iv) acompanhou a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte;
- (v) apreciou as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pelo Haitong; e
- (vi) teve reuniões, sempre que necessárias, com o Revisor Oficial de Contas sobre a apreciação das políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pelo Haitong, o qual sempre prestou as informações tidas como relevantes.

O Conselho Fiscal apreciou também, nos termos da Lei, o Relatório de Auditoria elaborado pelo Revisor Oficial de Contas, relativo às contas individuais e consolidadas, tendo igualmente tomado conhecimento da Certificação Legal de Contas (individual e consolidada), sobre as referidas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2015 e com as quais concorda.

Não obstante, este Conselho vem, desde Fevereiro de 2013, alertar o Conselho de Administração para o valor do *goodwill* associado à participada Haitong (UK) Limited.

Na realidade, e em termos consolidados, constata-se a permanente e significativa contribuição negativa da referida participada nos resultados, facto que conduz à conclusão sobre a difícil recuperação do valor do *goodwill* associado à sua aquisição pelo que se poderá estar, eventualmente, perante uma potencial perda real.

O Conselho Fiscal tomou ainda conhecimento das conclusões do Relatório de Auditoria elaborado por uma reputada sociedade internacional de auditoria.

Foi ainda analisado o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração que no entender deste Conselho cumpre os requisitos legais e estatutários e é elucidativo dos principais aspectos que circunscreveram a actividade do Haitong no exercício de 2015, tanto em termos individuais como em termos consolidados.



2/4

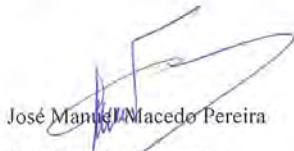
Em Dezembro de 2015, o capital social do Haitong Bank, S.A. foi aumentado em 100.000.000,00 euros passando a ser de 426.269.000,00 euros que foi subscrito e realizado na sua totalidade pela sociedade Haitong International Holdings Limited.

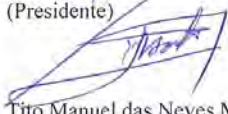
Face ao exposto, é Parecer deste Conselho que sejam aprovados:

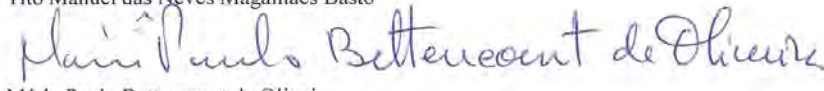
- O Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015;
- A proposta apresentada, pelo Conselho de Administração, de aplicação do resultado líquido negativo, em base estatutária e relativo ao exercício de 2015, no montante de 43.176.896,49 euros.

Lisboa, 30 de Março de 2016

O CONSELHO FISCAL


José Manuel Macedo Pereira
(Presidente)


Tito Manuel das Neves Magalhães Basto


Mário Paulo Bettencourt de Oliveira

Declaração de Conformidade sobre a Informação Financeira Apresentada

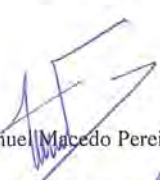
A presente declaração é feita nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245 do Código dos Valores Mobiliários (CVM).

O Conselho Fiscal declara, de forma expressa que, tanto quanto é do seu conhecimento:

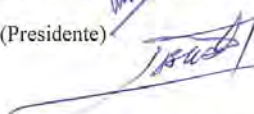
- A informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 245 do CVM, com referência a 31 de Dezembro de 2015, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Haitong e das sociedades incluídas no perímetro de consolidação; e
- O relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Haitong e das sociedades incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam no decurso da sua actividade.

Lisboa, 30 de Março de 2016

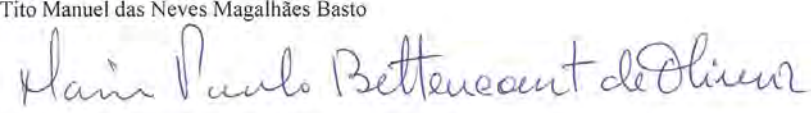
O CONSELHO FISCAL



José Manuel Macedo Pereira
(Presidente)



Tito Manuel das Neves Magalhães Basto



Mário Paulo Bettencourt de Oliveira



Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria (Contas Consolidadas)

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, do "HAITONG BANK, S.A." (Ex-Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.), as quais compreendem: o balanço consolidado (que evidencia um total de 4.172.582 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível ao accionista de 391.662 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo atribuível ao accionista de 35.402 milhares de euros), as demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, dos fluxos de caixa, das alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adoptadas pela União Europeia, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

Rua Arco Maria Lúis, 104 - 4.º Esqº - 1099 - 055 Lisboa - Portugal
t: +351 21 385 15 00 - f: +351 21 385 50 24 - e-mail: geral@acr-roc.com - www.acr-roc.com
Inscrita na lista dos R.O.C. com o N.º 19 (Sociedade)
Registada no Registo de Auditores junto da C.M.V.M. com o N.º 199





Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método de equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada, constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Haitong, S.A. - Consolidado
CLC 2015

Rua Artilharia 100, 105 - 4.º Esqº - 1099 - 053 Lisboa - Portugal
t +351 21 384 16 00 - f +351 21 385 50 24 - e-mail geral@acrc-stoc.com - www.acrc-stoc.com
Inscrita na lista das R.D.C. com o N.º 19 (Sociedades)
Inscrita no Registo de Auditorias junto da C.M.V.M. com o N.º 19

2





Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do “**HAITONG BANK, S.A.**” (**Ex-Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.**), em 31 de Dezembro de 2015, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações nos capitais próprios e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

ÊNFASES

8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 7., queremos referir que:
- 8.1. Na sequência da ênfase referida no exercício de 2014 quanto ao contrato de compra e venda da totalidade do capital social do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (BESI), celebrado entre o Novo Banco, S.A. e a Haitong International Holding Limited (de ora em diante HIHL), cumpre-nos referir que em 7 de setembro de 2015, a HIHL adquiriu, ao Novo Banco, S.A., a totalidade das ações do BESI.
- 8.2. Por via da aquisição referida em 8.1., foi alterada a denominação social do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. para Haitong Bank, SA.
- 8.3. Em dezembro de 2015, o único acionista Haitong International Holding Limited realizou um aumento de capital de 100.000 milhares de euros, através da emissão de 20.000.000 ações de valor nominal de 5 euros, sendo de 426.269 milhares de euros o atual capital do Haitong Bank, S.A..
- 8.4. O Haitong Bank, S.A. refere na nota 25 do anexo às demonstrações financeiras, quais as suas expectativas para recuperar o goodwill associado aos investimentos financeiros efectuados nas sociedades suas subsidiárias, fundamentalmente o Haitong (UK) Limited e Haitong Capital – Sociedade de Capital de Risco, SA.
O goodwill apurado, corresponde à aquisições feitas em exercícios anteriores. O Banco, na avaliação da recuperabilidade deste goodwill, sempre adotou os procedimentos exigidos na IAS 36 “Imparidades de Activos”.
Cumpre-nos referir que a recuperabilidade do goodwill, conforme está divulgado nesta nota 25 do anexo, está intrinsecamente associada à capacidade daquelas sociedades subsidiárias poderem vir a gerar benefícios económicos futuros em concordância com o plano de negócios estratégico que foi definido e ainda pela concretização de todos os pressupostos económicos estabelecidos.
O Conselho de Administração, com base em análises de sensibilidade, considera apropriados os pressupostos económicos e que não serão detetadas perdas por imparidades.

Haitong, S.A. - Consolidado
CLC 2015

Rua Arêfania 101, 102 - 4.º Escº - 1095 - 053 Lisboa - Portugal
t +351 21 384 46 00 - f +351 21 385 50 44 - e-mail geral@adco-roc.com - www.adco-roc.com
Inscrita na lista dos R.O.C. com o N.º 19 (Sociedades)
Registada no registo de Auditores junto da C.M.V.M. com o N.º 319

3





Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 29 de Março de 2016

José Maria Ribeiro da Cunha

Em representação de:

"Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas -"

Haitong, S.A. - Consolidado
CLC 2015

Rua Artilharia Lm, 104 - 4.º Esqº - 1099 - 053 Lisboa - Portugal
t +351 21 384 46 00 - f +351 21 385 50 24 - e-mail geral@acrc-proc.com - www.acrc-proc.com
Inscrita na lista dos R.O.C. com o N.º 19 (Sociedades)
Registada no Registo de Auditores junto da C.M.V.M. com o N.º 319

4





**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11.º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Haitong Bank, S.A.**, as quais compreendem a Demonstração da posição financeira consolidada em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de 4.172.582 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível aos accionistas do Banco de 391.662 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo atribuível aos accionistas do Banco de 35.402 milhares de euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e as correspondentes Notas Anexas.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações nos capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro de rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.
Capital Social: 3.916.000 Euros - Pessoa Colectiva N.º PT 502 161 078 - Inscrito na Q.R.Q.C. N.º 189 - Inscrito na C.M.V.M. N.º 20161468

Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o N.º PT 502 161 078



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

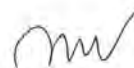
Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Haitong Bank, S.A.** em 31 de Dezembro de 2015, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações nos capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados no período findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Ênfase

- 8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de o Banco, em 31 de Dezembro de 2015, ter registado no seu balanço consolidado, na rubrica de activos intangíveis, um valor de *goodwill* que ascende a 64,3 milhões de euros, decorrente fundamentalmente, das aquisições das subsidiárias Haitong (UK) Limited (cerca de 54,0 milhões de euros) e Haitong Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A. (cerca de 9,9 milhões de euros), efectuadas em 2010 e 2007, respectivamente.

Conforme referido na Nota 25 do Anexo, o Banco aplicou os requisitos da IAS 36 'Imparidade de activos' na avaliação do valor recuperável deste *goodwill*, estando descrita a metodologia utilizada, os pressupostos assumidos e as análises de sensibilidade efectuadas. A análise efectuada pelo Banco com base nos pressupostos descritos, e que o Conselho de Administração considera apropriados nas circunstâncias, e o valor recuperável do investimento nestas subsidiárias, depende da capacidade das mesmas e do Grupo, de executar as medidas necessárias com vista à concretização do plano de negócios e dos pressupostos assumidos. A evolução das condições macro económicas e do mercado em geral, poderão ter impacto na realização deste plano de negócios e consequentemente, no valor recuperável destas subsidiárias e do respectivo *goodwill* reconhecido em balanço à data de 31 de Dezembro de 2015.





Relato sobre outros requisitos legais

- 9 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do período.

Lisboa, 29 de Março de 2016

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves'.

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves (ROC n.º 967)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

E

NOTAS ÀS CONTAS

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Demonstração dos Resultados Individuais dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2015	31.12.2014
Juros e proveitos similares	4	28 948	50 997
Juros e custos similares	4	33 831	38 675
Margem financeira		(4 883)	12 322
Rendimentos de instrumentos de capital	5	3 849	49 043
Rendimentos de serviços e comissões	6	65 473	72 274
Encargos com serviços e comissões	6	(6 210)	(14 122)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	7	16 374	6 489
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8	(2 431)	75 215
Resultados de reavaliação cambial	9	(26 487)	(2 779)
Resultados na alienação de outros activos	10	(8)	21 764
Outros resultados operacionais	11	(4 044)	(2 581)
Proveitos operacionais		41 633	217 625
Custos com pessoal	12	38 985	42 878
Gastos gerais administrativos	14	30 576	31 581
Depreciações e amortizações	24 e 25	4 692	4 853
Provisões líquidas de anulações	32	(867)	58 470
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	21	41 428	112 732
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	19 e 20	1 016	18 743
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	27	(711)	5 541
Custos operacionais		115 119	274 798
Resultado antes de impostos		(73 486)	(57 173)
Impostos			
Correntes	33	(3 896)	9 302
Diferidos	33	(26 413)	(37 575)
		(30 309)	(28 273)
Resultado líquido do exercício		(43 177)	(28 900)
Resultados por acção básicos (em euros)	15	-0,66	-0,45
Resultados por acção diluídos (em euros)	15	-0,66	-0,45

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Director do Departamento de Contabilidade

O Conselho de Administração

Demonstração Individual do Rendimento Integral dos exercícios findos em 31 de Dezembro 2015 e 2014

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Resultado líquido do exercício	(43 177)	(28 900)
Outro rendimento integral do exercício		
Itens que não serão reclassificados para resultados		
Desvios actuariais líquidos de impostos	(7 989)	(3 313)
	(7 989)	(3 313)
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Ganhos e perdas no exercício	(2 620)	64 374
Transferências de ganhos e perdas realizados para resultados do exercício	3 298	(71 418)
Impostos diferidos	1 911	1 940
	2 589	(5 104)
Total do rendimento integral do exercício	(48 577)	(37 317)

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2015	31.12.2014
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16	117 663	1 198
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	19 311	27 824
Activos financeiros detidos para negociação	18	499 583	698 419
Activos financeiros disponíveis para venda	19	159 904	148 185
Aplicações em instituições de crédito	20	142 651	97 657
Crédito a clientes	21	469 116	628 228
Derivados para gestão de risco	22	34	60
Activos não correntes detidos para venda	23	3 600	3 600
Outros activos tangíveis	24	7 345	9 222
Activos intangíveis	25	13 585	13 261
Investimentos em subsidiárias e associadas	26	398 623	362 456
Activos por impostos correntes		5 947	604
Activos por impostos diferidos	33	111 582	83 259
Outros activos	27	652 705	581 878
Total de Activo		2 601 649	2 655 851
Passivo			
Recursos de bancos centrais	28	61 139	61 108
Passivos financeiros detidos para negociação	18	420 817	644 151
Recursos de outras instituições de crédito	29	812 577	780 070
Recursos de clientes	30	135 609	49 970
Responsabilidades representadas por títulos	31	212 439	370 251
Derivados para gestão de risco	22	59	94
Provisões	32	175 284	88 782
Passivos por impostos correntes		2 784	12 457
Passivos subordinados	34	215	60 230
Outros passivos	35	267 679	128 472
Total de Passivo		2 088 602	2 195 585
Capital Próprio			
Capital	36	426 269	326 269
Prémios de emissão	36	8 796	8 796
Outros instrumentos de capital	36	3 731	3 731
Reservas de justo valor	37	(3 713)	(6 302)
Outras reservas e resultados transitados	37	121 141	156 672
Resultado líquido do exercício		(43 177)	(28 900)
Total de Capital Próprio		513 047	460 266
Total de Passivo e Capital Próprio		2 601 649	2 655 851

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Director do Departamento de Contabilidade

O Conselho de Administração

Demonstração de Alterações no Capital Próprio Individual dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(milhares de euros)

	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	Reservas de justo valor	Outras Reservas, Resultados Transitados e Outro Rendimento Integral	Total	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	326 269	8 796	3 731	(1 198)	131 400	130 202	(2 548)	466 450
Outros movimentos registados directamente no capital próprio:								
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	(5 104)	-	(5 104)	-	(5 104)
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	(3 313)	(3 313)	-	(3 313)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(28 900)	(28 900)
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	(5 104)	(3 313)	(8 417)	(28 900)	(37 317)
Constituição de reservas	-	-	-	-	(2 548)	(2 548)	2 548	-
Reserva de Fusão	-	-	-	-	42 150	42 150	-	42 150
Juros de outros instrumentos de capital (ver Nota 37)	-	-	-	-	(225)	(225)	-	(225)
Outros movimentos	-	-	-	-	(10 792)	(10 792)	-	(10 792)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	326 269	8 796	3 731	(6 302)	156 672	150 370	(28 900)	460 266
Outros movimentos registados directamente no capital próprio:								
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	2 589	-	2 589	-	2 589
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	(7 989)	(7 989)	-	(7 989)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(43 177)	(43 177)
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	2 589	(7 989)	(5 400)	(43 177)	(48 577)
Aumento de Capital	100 000	-	-	-	-	-	-	100 000
Constituição de reservas	-	-	-	-	(28 900)	(28 900)	28 900	-
Reserva de Fusão	-	-	-	-	1 274	1 274	-	1 274
Juros de outros instrumentos de capital (ver Nota 37)	-	-	-	-	(225)	(225)	-	(225)
Outros movimentos	-	-	-	-	309	309	-	309
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	426 269	8 796	3 731	(3 713)	121 141	117 428	(43 177)	513 047

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2015	31.12.2014
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		35 192	72 037
Juros e custos pagos		(33 512)	(39 858)
Serviços e comissões recebidas		64 189	90 969
Serviços e comissões pagas		(7 082)	(13 760)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(84 212)	(65 850)
		(25 425)	43 538
<i>Variação nos activos e passivos operacionais:</i>			
Disponibilidades em Bancos Centrais		(116 464)	3 524
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		(16 843)	39 861
Aplicações em instituições de crédito		(46 539)	266 421
Recursos de Bancos Centrais		31	(93 567)
Recursos de instituições de crédito		23 476	(227 024)
Crédito a clientes		198 739	(77 006)
Recursos de clientes e outros empréstimos		84 303	(201 199)
Derivados para gestão de risco		(18)	3 741
Outros activos e passivos operacionais		76 514	(53 102)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		177 774	(294 813)
Impostos sobre os lucros pagos		(3 197)	(3 197)
		174 577	(298 010)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		(44 348)	(181 071)
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas		-	50 660
Dividendos recebidos		3 849	49 043
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		(95 952)	(106 565)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		77 507	524 930
Investimentos detidos até à maturidade		-	(371)
Compra de imobilizações		(4 010)	(3 716)
Venda de imobilizações		(28)	-
		(62 982)	332 910
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Aumento de capital		100 000	-
Emissão de obrigações		210 165	-
Reembolso de obrigações		(370 047)	(29 843)
Reembolso de passivos subordinados		(60 000)	-
Juros de outros instrumentos de capital		(225)	(225)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		(120 107)	(30 068)
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		(8 512)	4 832
Caixa e equivalentes no início do exercício		27 830	22 998
Caixa e equivalentes no fim do exercício		19 318	27 830
		(8 512)	4 832
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	15 a 16	7	6
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16 a 17	19 311	27 824
Total		19 318	27 830

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

2. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Haitong Bank, S.A.

NOTA 1 – ACTIVIDADE

O Haitong Bank, S.A. (Banco ou Haitong Bank) é um banco de investimento com sede em Portugal, na Rua Alexandre Herculano, n.º 38, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através de sucursais financeiras internacionais.

A Instituição foi constituída como Sociedade de Investimentos em Fevereiro de 1983 como um investimento estrangeiro em Portugal sob a denominação de FINC – Sociedade Portuguesa Promotora de Investimentos, S.A.R.L.. No exercício de 1986 a Sociedade foi integrada no Grupo Espírito Santo com a designação de Espírito Santo - Sociedade de Investimentos, S.A..

Com o objectivo de alargar o âmbito da actividade, a Instituição obteve autorização dos organismos oficiais competentes para a sua transformação em Banco de Investimento, através da Portaria n.º 366/92 de 23 de Novembro, publicada no Diário da República - II Série – n.º 279, de 3 de Dezembro. O início das actividades de Banco de Investimento, sob a denominação de Banco ESSI, S.A., ocorreu no dia 1 de Abril de 1993.

No exercício de 2000, o BES adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento de forma a reflectir nas suas contas consolidadas todas as sinergias existentes entre as duas instituições.

Em Setembro de 2015, a Haitong Internacional Holdings Limited adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento. A denominação social do Banco foi alterada para Haitong Bank, S.A..

Presentemente o Haitong Bank opera através da sua sede em Lisboa e de sucursais em Londres, Varsóvia, Nova Iorque e Madrid, assim como através das suas subsidiárias no Brasil, Irlanda, Reino Unido, Índia e México.

As demonstrações financeiras do Haitong Bank são consolidadas pelo Haitong Internacional Holdings Limited, com sede no Li Po Chun Chambers, n.º 189, Des Voeux Road Central, em Hong Kong.

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras do Haitong Bank, S.A. (Banco ou Haitong Bank) são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais do Haitong Bank agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e foram preparadas de acordo com as NCA, as quais incluem os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2015.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2015 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de Dezembro de 2014.

Adicionalmente e tal como descrito na Nota 42, o Banco adoptou na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2015, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2015. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das demonstrações financeiras, descritas nesta nota, foram adoptadas em conformidade. A adopção destas novas normas e interpretações em 2015 não teve um efeito material nas contas do Banco.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que o Banco ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 40.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NCA requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 21 de Março de 2016.

2.2. Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.3. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Classificação

O Banco classifica como derivados para gestão do risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do exercício, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Os derivados negociados em mercados organizados, nomeadamente futuros e alguns contratos de opções, são registados como de negociação sendo os mesmos reavaliados por contrapartida de resultados. Uma vez que as variações de justo valor destes derivados são liquidadas diariamente através das contas margem que o Banco detém, os mesmos apresentam um valor de balanço nulo. As contas margem são registadas em Outros activos (ver Nota 26) e incluem o colateral mínimo exigido relativamente às posições em aberto.

Contabilidade de cobertura

- Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

- Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

- Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos exercícios em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte inefectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Banco não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de fluxos de caixa.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados.

Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.4. Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Banco relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo deduzido de perdas de imparidade.

Imparidade

O Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Banco avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Banco utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda por imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

As alterações do montante das perdas por imparidade reconhecidas, atribuíveis ao efeito do desconto, são registadas como juros e proveitos similares.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Banco. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Banco de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

De acordo com as NCA, o valor dos créditos deve ser objecto de correcção, de acordo com critérios de rigor e prudência para que reflecta a todo o tempo o seu valor realizável. Esta correcção de valor (imparidade) não poderá ser inferior ao que for determinado de acordo com o Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, o qual estabelece o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.

Quando o Banco considera que determinado crédito é incobrável e tenha sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo.

2.5. Outros activos financeiros

Classificação

O Banco classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de activos, normalmente de títulos, em relação à qual existe evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Banco, que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos activos financeiros ao justo valor através de resultados.

- Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Banco tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

- Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Banco tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas categorias anteriormente referidas.

Reconhecimento e mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Banco se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções e outros títulos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Transferências entre categorias

O Banco apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

Imparidade

Em conformidade com as NCA, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso se esteja perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda por imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda por

imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital em que as mais valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.6. Activos cedidos com acordo de recompra e empréstimos de títulos

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.5. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.7. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, as quais são registadas ao justo valor.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pelo Banco, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade emitente.

Caso o Banco recompre dívida emitida esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

2.8. Garantias financeiras

São considerados como garantias financeiras os contratos que requerem que o seu emitente efectue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respectivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior (i) do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação decorrente do contrato de garantia, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

As garantias financeiras emitidas pelo Banco normalmente têm maturidade definida e uma comissão periódica cobrada antecipadamente, a qual varia em função do risco de contraparte, montante e período do contrato. Nessa base, o justo valor das garantias na data do seu reconhecimento inicial é aproximadamente nulo tendo em consideração que as condições acordadas são de mercado. Assim, o valor reconhecido na data da contratação iguala o montante da comissão inicial recebida a qual é reconhecida em resultados durante o período a que diz respeito. As comissões subsequentes são reconhecidas em resultados no período a que dizem respeito.

2.9. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

2.10. Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.11. Activos não correntes detidos para venda

Activos não correntes ou grupos para alienação (grupo de activos a alienar em conjunto numa só transacção, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os activos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes (ou de todos os activos e passivos do Banco) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

2.12. Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis do Banco encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em imóveis arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Instalação de interiores	5 a 12
Mobiliário e material	4 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro Equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.13. Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 8 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem directamente afectos aos projectos em causa.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.14. Locações

O Banco classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Banco à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

- Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.15. Benefícios aos empregados

Pensões

Decorrente da assinatura do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT), o Banco constituiu fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos.

A partir de 1 de Janeiro de 2011, os empregados bancários foram integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passou a assegurar a protecção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade, adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de Janeiro).

A taxa contributiva é de 26,6% cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no activo passou a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado desde 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho.

Na sequência da aprovação pelo Governo do Decreto-Lei nº 127/2011, que veio a ser publicado em 31 de Dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades das pensões em pagamento dos reformados e pensionistas a 31 de Dezembro de 2011.

Este decreto estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondiam às pensões em pagamento em 31 de Dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de actualização 0%) na componente prevista no Instrumento de Regulação Colectiva de Trabalho ('IRCT') dos reformados e pensionistas. As responsabilidades relativas às actualizações das pensões, a benefícios complementares, às contribuições para os SAMS sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida continuaram a cargo das Instituições.

A cobertura das responsabilidades é assegurada através de fundos de pensões geridos pela GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Os planos de pensões existentes no Banco correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

À luz do IFRS 1, o Banco optou por aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma.

Em 2011, o Banco alterou retrospectivamente a sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, ajustando o balanço de abertura e os valores comparativos, tendo passado a registar os mesmos, conforme opção permitida pelo parágrafo 93A do IAS 19 'Benefícios a empregados', como uma dedução a capitais próprios na rubrica de outro rendimento integral.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas anualmente, em 31 de Dezembro de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão anual por actuários independentes.

A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pelo Banco multiplicando o activo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos

activos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos activos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

Em cada período o Banco reconhece como um custo na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) o efeito das reformas antecipadas, e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Banco efectua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

Anualmente, o Banco avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Banco a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Banco, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Banco com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Prémios de antiguidade

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Banco assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Banco, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Banco de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Grupo com estes prémios de antiguidade é estimado anualmente pelo Banco com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma.

Em cada período, o aumento da responsabilidade com prémios de antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

Remunerações variáveis aos empregados

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e, eventualmente, aos membros executivos dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.16. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

2.17. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Banco tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Banco terá de incorrer de forma a cumprir as

obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

2.18. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção. No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (ver Nota 2.3), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão de risco é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

2.19. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.20. Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.21. Reporte por segmentos

De acordo com o parágrafo 4 do IFRS 8 – Segmentos Operacionais, o Banco está dispensado de apresentar o reporte por segmentos em base individual, uma vez que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.22. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Banco.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.23. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

NOTA 3 - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As NCA estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são discutidos nesta Nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Banco determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual o Banco recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal

dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e em consequência da forte volatilidade dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

- (i) Títulos de capital: desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado face ao custo de aquisição;
- (ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Banco efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.4, tendo como referência os níveis mínimos exigidos pelo Banco de Portugal através do Aviso 3/95.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

3.4. Impostos sobre os lucros

O Banco encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.5. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

NOTA 4 - MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2015			31.12.2014		
	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e proveitos similares						
Juros de crédito a clientes	17 471	-	17 471	26 249	-	26 249
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	2 600	2 600	-	2 285	2 285
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	1 305	-	1 305	1 830	-	1 830
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	7 259	-	7 259	15 219	-	15 219
Juros de derivados para gestão de risco	-	199	199	-	4 423	4 423
Juros de investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	708	-	708
Outros juros e proveitos similares	114	-	114	283	-	283
	26 149	2 799	28 948	44 289	6 708	50 997
Juros e custos similares						
Juros de responsabilidades representadas por títulos	16 168	-	16 168	20 052	3 864	23 916
Juros de recursos de clientes	523	-	523	1 323	-	1 323
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	14 978	-	14 978	11 687	-	11 687
Juros de derivados para gestão de risco	-	173	173	-	890	890
Juros de passivos subordinados	430	-	430	712	-	712
Outros juros e custos similares	1 559	-	1 559	147	-	147
	33 658	173	33 831	33 921	4 754	38 675
	(7 509)	2 626	(4 883)	10 368	1 954	12 322

As rubricas de proveitos e custos relativos a juros de derivados para gestão de risco incluem, de acordo com a política contabilística descrita nas Notas 2.3 e 2.17 os juros de derivados de cobertura e os juros de derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme políticas contabilísticas descritas nas Notas 2.5 e 2.7.

NOTA 5 - RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Rendimentos de instrumentos de capital		
HAITONG BANCO DE INVESTIMENTO DO BRASIL S.A.	3 849	48 981
LUSITANIA CAPITAL SAPI DE CV SOFOM ENR	-	53
Outros	-	9
	3 849	49 043
	3 849	49 043

NOTA 6 - RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	40 348	27 784
Por garantias prestadas	5 172	4 750
Por operações realizadas por uma conta de terceiros	19 953	36 066
Outros rendimentos de serviços e comissões	-	3 674
	65 473	72 274
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	1 930	2 665
Por operações realizadas por terceiros	3 821	10 551
Por garantias recebidas	388	243
Outros custos com serviços e comissões	71	663
	6 210	14 122
	59 263	58 152

NOTA 7 - RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2015			31.12.2014		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Títulos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	14 097	13 170	927	6 473	4 267	2 206
De outros emissores	4 377	1 903	2 474	12 239	3 625	8 614
Acções	5 238	4 366	872	13 786	11 761	2 025
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	216	9	207
	23 712	19 439	4 273	32 714	19 662	13 052
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	10 828	5 655	5 173	13 171	16 854	(3 683)
Contratos sobre taxas de juro	632 047	642 310	(10 263)	868 762	868 766	(4)
Contratos sobre acções/índices	202 789	217 028	(14 239)	785 460	789 774	(4 314)
Contratos sobre créditos	73 444	86 094	(12 650)	81 633	83 431	(1 798)
Outros	44 022	-	44 022	2 773	3 002	(229)
	963 130	951 087	12 043	1 751 799	1 761 827	(10 028)
Instrumentos financeiros derivados de negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio	10 828	5 655	5 173	8 025	14 342	(6 317)
Contratos sobre taxas de juro	632 010	642 274	(10 264)	852 850	853 725	(875)
Contratos sobre acções/índices	202 789	217 028	(14 239)	679 098	680 392	(1 294)
Contratos sobre créditos	73 434	86 074	(12 640)	26 648	28 403	(1 755)
Outros	44 022	-	44 022	2 773	2 983	(210)
	963 083	951 031	12 052	1 569 394	1 579 845	(10 451)
Instrumentos financeiros derivados para gestão de risco						
Contratos sobre taxas de câmbio	-	-	-	5 146	2 512	2 634
Contratos sobre taxas de juro	37	36	1	15 912	15 041	871
Contratos sobre acções/índices	-	-	-	106 362	109 382	(3 020)
Contratos sobre créditos	10	20	(10)	54 985	55 028	(43)
Outros	-	-	-	-	19	(19)
	47	56	(9)	182 405	181 982	423
	986 842	970 526	16 316	1 784 513	1 781 489	3 024
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados ⁽¹⁾						
Responsabilidades representadas por títulos	67	9	58	3 793	386	3 407
Outros passivos subordinados	-	-	-	58	-	58
	67	9	58	3 851	386	3 465
	986 909	970 535	16 374	1 788 364	1 781 875	6 489

(1) inclui a variação de justo valor de passivos objecto de cobertura ou ao fair value option

NOTA 8 - RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2015			31.12.2014		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	14	3 046	(3 032)	74 782	1 859	72 923
De outros emissores	626	6	620	1 735	49	1 686
Instrumentos de Capital						
	-	2	(2)	52	-	52
Outros títulos de rendimento variável						
	-	17	(17)	1 150	596	554
	640	3 071	(2 431)	77 719	2 504	75 215

NOTA 9 - RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2015			31.12.2014		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação Cambial	66 183	92 670	(26 487)	36 379	39 158	(2 779)
	66 183	92 670	(26 487)	36 379	39 158	(2 779)

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2.

NOTA 10 – RESULTADOS NA ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2015	31.12.2014
Resultados na alienação de outros activos		
Investimentos detidos até à maturidade	-	(1 296)
Activos não financeiros	(42)	58
Alienação de crédito a clientes	-	(279)
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	34	23 281
	(8)	21 764
	(8)	21 764

NOTA 11 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2015	31.12.2014
Outros serviços de clientes	972	1 657
Impostos directos e indirectos	(3 440)	(3 133)
Outros resultados de exploração	(1 576)	(1 105)
	(4 044)	(2 581)

Os impostos directos e indirectos incluem 1 611 milhares de euros relativos do custo relacionado com a Contribuição sobre Sector Bancário (31 de Dezembro de 2014: 1 559 milhares de euros), criado através da Lei N° 55-A/2010, de 31 de Dezembro (ver Nota 34).

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica de Outros resultados de exploração inclui custos de 4 milhares de euros relativos a Contribuições Fundo de Garantia de Depósitos (18 milhares de euros a 31 de Dezembro de 2014) e 1 441 milhares de euros relativos às Contribuições para o Fundo de Resolução (409 milhares de euros a 31 de Dezembro de 2014).

NOTA 12 - CUSTOS COM PESSOAL

O valor dos custos com pessoal é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2015	31.12.2014
Vencimentos e salários		
Remunerações	26 645	31 915
Prémios de antiguidade (ver Nota 13)	207	115
Custos com pensões de reforma (ver Nota 13)	1 243	1 259
Outros encargos sociais obrigatórios	6 972	7 539
Outros custos	3 918	2 050
	38 985	42 878

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Haitong Bank são como segue:

(milhares de euros)

	Conselho de Administração	Outro pessoal chave da gestão	Total
2015			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	2 629	11 856	14 485
Prémios de antiguidade	69	90	159
Remunerações variáveis	-	3 780	3 780
Total	2 698	15 726	18 424
2014			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	4 496	11 943	16 439
Remunerações variáveis	936	3 880	4 817
Total	5 432	15 823	21 256

Considera-se na categoria de outro pessoal chave da gestão os Directores Executivos e os Directores Centrais.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o valor do crédito concedido aos Órgãos de Administração do Haitong Bank ascendia a 315 mil euros e 293 mil euros respectivamente.

Por categoria profissional, o número médio de colaboradores do Haitong Bank analisa-se como segue:

	31.12.2015	31.12.2014
Funções directivas	234	264
Funções de chefia	4	4
Funções específicas	133	165
Funções administrativas	32	37
Funções auxiliares	10	12
	413	482

NOTA 13 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, as empresas do Grupo subscritoras assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo e admitido até 31 de Março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

No âmbito do segundo Acordo Tripartido celebrado entre o Governo, a Banca e os Sindicatos, a partir de 1 de Janeiro de 2011, os empregados bancários foram integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passou a assegurar a protecção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de Janeiro).

O referido acordo estabelece que nenhum empregado bancário integrado na Segurança Social verá o valor da sua pensão de reforma diminuído em relação ao actualmente previsto nas convenções colectivas. As pensões de reforma dos bancários integrados na Segurança Social continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo contudo lugar a uma pensão a receber do regime geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da segurança social. Nesta base, a exposição ao risco actuarial e financeiro associado aos benefícios com reforma mantém-se.

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no activo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho.

A integração conduz a um decréscimo efectivo no valor actual dos benefícios totais reportados à idade normal de reforma (VABT) a suportar pelo fundo de Pensões. Contudo, dado que não existiu redução de benefícios na perspectiva do beneficiário, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas.

No final do exercício de 2011 na sequência do 3º acordo tripartido, foi decidida a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se encontravam nessa condição à data de 31 de Dezembro de 2011.

Ao abrigo deste acordo tripartido, foi efectuada a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento à data de 31 de Dezembro de 2012, a valores constantes (taxa de actualização 0%), na componente prevista no Instrumento de Regulação Colectiva de Trabalho (IRCT) dos trabalhadores bancários, incluindo as eventualidades de morte, invalidez e sobrevivência. As responsabilidades relativas às actualizações das pensões, benefícios complementares, contribuições para o SAMS, subsídio de morte e pensões de sobrevivência diferida, permaneceram na esfera da responsabilidade das instituições financeiras com o financiamento a ser assegurado através dos respectivos fundos de pensões.

O acordo estabeleceu ainda que os activos dos fundos de pensões das respectivas instituições financeiras, na parte afectada à satisfação das responsabilidades pelas pensões referidas fossem transmitidos para o Estado.

Na medida em que a transferência consiste numa transferência definitiva e irreversível das responsabilidades com pensões em pagamento (mesmo que só relativas a uma parcela do benefício), verificam-se as condições subjacentes ao conceito de liquidação previsto no IAS 19 'Benefícios a empregados' uma vez que se extinguiu a obrigação à data da transferência, relativa ao pagamento dos benefícios abrangidos.

Em Portugal, os fundos têm como sociedade gestora a GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

De acordo com a política definida na Nota 2.15 – Benefícios aos empregados, o Grupo procede ao cálculo das responsabilidades com pensões de reforma e dos ganhos e perdas actuariais anualmente.

Os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos	
	31.12.2015	31.12.2014
Pressupostos Financeiros		
Taxas de rendimento esperado	2,50%	2,50%
Taxa de desconto	2,50%	2,50%
Taxa de crescimento de pensões	0,50%	0,50%
Taxa de crescimento salarial	1,00%	1,00%
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação		
Tábua de Mortalidade		
Homens	TV 73/77 - 2 anos	TV 73/77 - 1 ano
Mulheres	TV 88/90 - 3 anos	TV 88/90
Métodos de valorização actuarial	Project Unit Credit Method	

Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades. A referência a 31 de Dezembro de 2015 teve por base: (i) a evolução ocorrida nos principais índices relativamente a *high quality corporate bonds* e (ii) a *duration* das responsabilidades.

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	31.12.2015	31.12.2014
Activos	189	201
Reformados	22	22
Sobreviventes	7	7
TOTAL	218	230

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2015 e 2014:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades em 31 de Dezembro		
Pensionistas	7 101	6 866
Activos	63 643	57 001
	70 744	63 867
Saldo dos fundos em 31 de Dezembro	70 744	63 002
Excesso de cobertura/(Valores) a entregar ao fundo	-	(865)
Ativos/(responsabilidades) líquidos em balanço (ver Notas 26 e 34)	-	(865)
Desvios actuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	27 346	16 454

De acordo com a política contabilística referida na Nota 2.15 e conforme o estabelecido no IAS 19 – Benefícios a empregados, o Banco avalia à data de cada balanço, e para cada plano separadamente, a recuperabilidade do excesso da cobertura do fundo face às respectivas responsabilidades com pensões.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Responsabilidades inicial	63 867	57 179
Custo do serviço corrente	1 243	1 259
Custo dos juros	1 590	1 422
Contribuições dos participantes	127	134
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades:	8 827	4 147
- Alteração de pressupostos	4 008	11 244
- (Ganhos)/perdas de experiência	4 819	(7 097)
Pensões pagas pelo fundo	(268)	(274)
Transferência de responsabilidades	(4 642)	-
Responsabilidades final	70 744	63 867

Tendo por base a situação em 31 de Dezembro de 2015, e para certas alterações nos pressupostos actuariais, verificar-se-iam os seguintes impactos:

- Um aumento na taxa de desconto em 25 pontos base faria reduzir as responsabilidades em cerca de 3 863 milhares de euros; uma redução de igual amplitude faria aumentar as responsabilidades em cerca de 4 153 milhares de euros;
- Aumento de 25 pontos base no crescimento dos salários e pensões faria aumentar as responsabilidades em cerca de 5 626 milhares de euros; uma redução de igual amplitude faria diminuir as responsabilidades em cerca de 2 499 milhares de euros;
- A utilização de tábuas de mortalidade com agravamento de mais um ano faria aumentar as responsabilidades em cerca de 2 249 milhares de euros; com a redução de menos um ano as responsabilidades diminuiriam em cerca de 2 273 milhares de euros.

A evolução do valor dos fundos de pensões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Saldo inicial dos fundos	63 002	54 455
Rendimento real do fundo	(779)	2 280
Contribuições do Banco	13 304	6 407
Contribuições dos empregados	127	134
Pensões pagas pelo fundo	(268)	(274)
Transferência de fundos	(4 642)	-
Saldo final dos fundos	70 744	63 002

Os activos dos fundos de pensões podem ser analisados como seguem:

	% Carteira	
	2015	2014
Obrigações	55.30%	51.90%
Acções	26.60%	29.30%
Investimento alternativo	2.70%	4.22%
Fundos Mistos	0.00%	1.70%
Imobiliário	1.90%	1.78%
Liquidez	13.50%	11.10%
Total	100.00%	100.00%

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 os fundos não continham títulos emitidos por entidades do Grupo.

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Desvios actuariais diferidos em 1 de Janeiro	16 454	13 141
- Alteração de pressupostos actuariais	4 008	11 244
- (Ganhos)/perdas de experiência	6 884	(7 931)
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	27 346	16 454

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Custo do serviço corrente	1 243	1 259
Custo / (Proveitos) de juros	304	(24)
Custos do exercício	1 547	1 235

A partir de 1 de Janeiro de 2014, na sequência da alteração do IAS 19 – Benefícios dos empregados, os custos / proveitos dos juros passaram a ser reconhecidos pelo valor líquido na linha de juros (proveitos ou custos) similares.

A evolução dos activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Saldo inicial	(865)	7 819
Custo do exercício	(1 547)	(1 235)
Ganhos e perdas actuariais reconhecidos em outro rendimento integral	(10 892)	(3 313)
Contribuições do Banco	13 304	6 407
Reconhecimento integral em reservas de custos com serviços passados diferidos	-	(10 543)
Saldo final	-	(865)

A evolução das responsabilidades e saldo dos fundos, bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos 5 anos é analisado como segue:

	(milhares de euros)				
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2011
Responsabilidades	(70 744)	(63 867)	(57 179)	(42 472)	(34 381)
Saldo dos fundos	70 744	63 002	54 455	50 870	46 686
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	-	(865)	(2 724)	8 398	12 305
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	177	(7 097)	2 931	(472)	(9 221)
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo	6 707	(834)	(1 441)	(2 275)	6 107

Prémios de antiguidade

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as responsabilidades assumidas pelo Banco e os custos reconhecidos nos períodos com o prémio de antiguidade são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Responsabilidades iniciais	2 162	2 124
Custo do exercício (Ver Nota 12)	207	115
Prémios pagos	(198)	(77)
Responsabilidades finais	2 171	2 162

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

A responsabilidade com prémios de antiguidade encontra-se registada em outros passivos (Ver Nota 34).

NOTA 14 - GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Rendas e alugueres	6 292	5 101
Publicidade e publicações	314	525
Comunicações e expedição	5 658	5 897
Deslocações e representação	4 102	5 547
Conservação e reparação	1 288	1 393
Seguros	238	294
Judiciais e contencioso	59	76
Serviços especializados		
Informática	3 882	3 728
Mão de obra eventual	226	296
Trabalho independente	2 582	2 432
Outros serviços especializados	3 692	4 091
Outros custos	2 243	2 201
	30 576	31 581

A rubrica Outros serviços especializados inclui, entre outros, custos com consultores e auditores externos.

A rubrica de Outros custos inclui, entre outros, custos com formação e custos com fornecimentos externos.

Os vencimentos das rendas vincendas relativas a contratos de locação operacional não canceláveis, são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Até um ano	1 062	1 120
De um a cinco anos	1 906	1 223
	2 968	2 343

Os honorários facturados durante o exercício de 2015 e 2014 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e pelos auditores externos, de acordo com o disposto no art.º 508º-F do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Revisão legal das contas anuais	83	85
Outros serviços de garantia de fiabilidade	604	333
Consultoria fiscal	39	25
Outros serviços que não revisão legal das contas	184	128
Valor total dos serviços facturados	910	571

NOTA 15 - RESULTADOS POR ACÇÃO**Resultados por acção básicos**

Os resultados básicos por acção são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio de acções ordinárias em circulação durante o ano.

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Resultado líquido do exercício ⁽¹⁾	(43 402)	(29 125)
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (milhares)	66 023	65 254
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do Banco (em euros)	-0,66	-0,45

⁽¹⁾ Corresponde ao resultado líquido do período ajustado das remunerações das obrigações perpétuas subordinadas atribuíveis ao exercício (os quais são registados como um movimento de reservas)

Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do banco.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o Banco detém instrumentos emitidos sem efeito diluidor, pelo que o resultado por acção diluído é igual ao resultado por acção básico.

NOTA 16 - CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Caixa	7	6
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	117 515	1 050
Outros bancos centrais no estrangeiro	141	142
	117 656	1 192
	117 663	1 198

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais - Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, no montante de 118 milhares de euros (31 de Dezembro de 2014: 378 milhares de euros) que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (UE) n.º 1358/2011 do Banco Central Europeu, de 14 de Dezembro de 2011, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de Dezembro de 2015 a taxa de remuneração média destes depósitos ascende a 0,05% (31 de Dezembro de 2014: 0,05%).

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 31 de Dezembro de 2015 foi incluído no período de manutenção de 9 de Dezembro de 2015 a 26 de Janeiro de 2016, ao qual correspondeu uma reserva mínima obrigatória de 400 milhares de euros.

NOTA 17 - DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	3 100	14 411
	3 100	14 411
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	16 211	13 413
	16 211	13 413
	19 311	27 824

NOTA 18 - ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica Activos e Passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Activos Financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	2 090	32 449
De outros emissores	31 131	23 814
Acções	1 185	4 653
	34 406	60 916
Derivados	465 177	637 503
	499 583	698 419
Passivos Financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Vendas a descoberto	-	35 126
Derivados	420 817	609 025
	420 817	644 151

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Até 3 meses	5 870	1 811
De 3 meses a um ano	5 975	5 225
De um a cinco anos	14 356	39 329
Mais de cinco anos	7 020	5 245
Duração indeterminada	1 185	4 653
	34 406	56 263

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.5, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

As vendas a descoberto representam títulos vendidos pelo Banco, os quais tinham sido adquiridos no âmbito de uma operação de compra com acordo de revenda. De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.7, títulos comprados com acordo de revenda não são reconhecidos no balanço. Caso os mesmos sejam vendidos, o Banco reconhece um passivo financeiro equivalente ao justo valor dos activos que deverão ser devolvidos no âmbito do acordo de revenda.

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica dos activos financeiros detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

	31.12.2015			31.12.2014		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	2 090	-	2 090	32 449	-	32 449
De outros emissores	15 402	15 729	31 131	-	23 814	23 814
Acções	1 185	-	1 185	4 653	-	4 653
Total valor de balanço	18 677	15 729	34 406	37 102	23 814	60 916

A rubrica de activos financeiros detidos para negociação não inclui, a 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, títulos dados em garantia pelo Banco.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a exposição à dívida pública de países “periféricos” da Zona Euro é apresentada na Nota 40.

A rubrica Instrumentos financeiros derivados a 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2015			31.12.2014		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Positivo	Negativo		Positivo	Negativo
Contratos sobre taxas de câmbio						
Forward		3 365	583		521	5 936
- compras	243 982	-	-	452 258	-	-
- vendas	242 675	-	-	457 014	-	-
Currency Swaps		597	2 263		1 791	2 558
- compras	232 044	-	-	266 358	-	-
- vendas	233 254	-	-	266 545	-	-
Currency Interest Rate Swaps	15 794	1 216	1 216	40 765	4 010	4 010
Currency Options	68 724	546	465	77 879	115	93
	1 036 473	5 724	4 527	1 601 584	6 437	12 597
Contratos sobre taxas de juro						
Forward Rate Agreements	1 104 477	715	625	2 401 229	1 386	1 292
Interest Rate Swaps	6 585 805	327 976	288 767	18 464 768	520 878	486 199
Interest Rate Caps & Floors	1 792 528	10 778	10 778	2 694 102	13 790	13 738
	9 488 760	339 469	300 170	23 560 099	536 054	501 229
Contratos sobre acções/índices						
Equity / Index Swaps	263 351	24 596	24 801	1 144 382	67 040	67 154
Equity / Index Options	53 466	7 404	4 463	117 821	5 412	5 412
Equity / Index Futures	-	-	-	242 095	-	-
	316 817	32 000	29 264	1 504 298	72 452	72 566
Contratos sobre crédito						
Credit Default Swaps	904 557	87 984	86 856	982 930	22 560	22 633
	904 557	87 984	86 856	982 930	22 560	22 633
Total	11 746 607	465 177	420 817	27 648 911	637 503	609 025

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o escalonamento dos derivados detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2015		31.12.2014	
	Nocional	Justo Valor (líquido)	Nocional	Justo Valor (líquido)
Até 3 meses	1 218 319	2 742	2 941 456	(5 245)
De 3 meses a um ano	1 633 684	354	6 008 929	1 222
De um a cinco anos	6 088 662	32 616	11 482 961	25 051
Mais de cinco anos	2 805 942	8 648	7 215 565	7 450
	11 746 607	44 360	27 648 911	28 478

NOTA 19 - ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é analisada como segue:

(milhares de euros)					
	Custo (1)	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	21 932	28	(2 576)	-	19 384
De outros emissores	139 399	71	(2 706)	-	136 764
Acções	2 482	48	-	(1 953)	577
Outros títulos de rendimento variável	7 524	-	-	(4 345)	3 179
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	171 337	147	(5 282)	(6 298)	159 904
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	65 259	117	(8 592)	-	56 784
De outros emissores	81 973	-	(544)	-	81 429
Acções	2 486	40	(172)	(1 670)	684
Outros títulos de rendimento variável	15 024	435	-	(6 171)	9 288
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	164 742	592	(9 308)	(7 841)	148 185

(1) Custo de aquisição para acções e custo amortizado para títulos de dívida

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.5, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de Activos financeiros disponíveis para venda, seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em Activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2015	31.12.2014
Saldo a 1 de janeiro	7 841	8 489
Dotações	867	3 797
Utilizações	(2 410)	(4 691)
Diferenças de câmbio e outras	-	246
Saldo a final	6 298	7 841

A rubrica de Activos financeiros disponíveis para venda inclui 83 854 milhares de euros de títulos dados em garantia pelo Banco (72 985 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2014).

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o escalonamento dos Activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2015	31.12.2014
Até 3 meses	97 471	26 999
De 3 meses a um ano	17 116	102
De um a cinco anos	538	52 618
Mais de cinco anos	41 023	58 494
Duração indeterminada	3 756	9 972
	159 904	148 185

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica dos activos financeiros disponíveis para venda, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2015			31.12.2014		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	19 384	-	19 384	56 784	-	56 784
De outros emissores	-	136 764	136 764	12 473	68 956	81 429
Acções	516	61	577	621	63	684
Outros títulos de rendimento variável	-	3 179	3 179	9 288	-	9 288
Total valor de balanço	19 900	140 004	159 904	79 166	69 019	148 185

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a exposição à dívida pública de países “periféricos” da Zona Euro é apresentada na Nota 39.

NOTA 20 - APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2015	31.12.2014
Aplicações em instituições de crédito no país		
Operações com acordo de revenda	39 976	-
Aplicações de muito curto prazo	-	8 647
	39 976	8 647
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Operações com acordo de revenda	-	14 704
Aplicações de muito curto prazo	102 075	70 798
Outras aplicações	15 997	18 724
	118 072	104 226
Perdas por imparidade	(15 397)	(15 216)
	142 651	97 657

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2015	31.12.2014
Até 3 meses	157 128	112 795
De 3 meses a um ano	-	2
Mais de cinco anos	920	-
Duração indeterminada	-	76
	158 048	112 873

Os movimentos ocorridos no exercício como perdas por imparidade em aplicações em instituições de crédito são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Saldo a 1 de Janeiro	15 216	238
Dotações	149	14 946
Diferenças de câmbio e outras	32	32
Saldo final	15 397	15 216

NOTA 21 - CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Crédito interno		
A empresas		
Créditos em conta corrente	50	300
Empréstimos	403 244	462 993
Descobertos	-	28
Outros créditos	45 894	65 198
A particulares		
Habitação	358	435
	449 546	528 954
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	94 893	260 800
Outros créditos	5 141	19 079
A particulares		
Outros créditos	-	2
	100 034	279 881
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	17 555	887
Há mais de 90 dias	55 840	18 005
	73 395	18 892
	622 975	827 727
Perdas por imparidade do crédito	(153 859)	(199 499)
	469 116	628 228

Adicionalmente, o Banco tem em 31 de Dezembro de 2015, 70 378 milhares de euros de provisões para riscos gerais de crédito (31 de Dezembro de 2014: 77 873 milhares de euros), os quais de acordo com as NCA são apresentadas no passivo (Ver Nota 31).

O escalonamento do Crédito a clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Até 3 meses	56 331	85 734
De 3 meses a um ano	55 366	141 164
De um a cinco anos	117 711	179 544
Mais de cinco anos	320 172	402 392
Duração indeterminada	73 395	18 893
	622 975	827 727

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em empréstimos a clientes são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Saldo a 1 de Janeiro	199 499	97 869
Dotações	60 898	115 822
Utilizações	(674)	(11 095)
Reversões	(19 470)	(3 090)
Transferências	(86 484)	11
Diferenças de câmbio e outras	90	(18)
Saldo final	153 859	199 499

O Banco efectua a renegociação de um crédito tendo em vista a maximização da recuperação do mesmo. Um crédito é renegociado de acordo com critérios selectivos, baseados na análise das circunstâncias em que o mesmo se encontra em situação de vencido, ou quando existe um risco elevado de que tal venha a acontecer, na verificação de que o cliente efectuou um esforço razoável de cumprimento das condições contratuais anteriormente acordadas e é expectável que tenha capacidade para cumprir os novos termos acordados. A renegociação normalmente inclui a extensão da maturidade, alteração dos períodos de pagamento definidos e/ou alteração dos covenants dos contractos. Sempre que possível, a renegociação é acompanhada pela obtenção de novos colaterais. Os créditos renegociados são ainda objecto de uma análise de imparidade que resulta da reavaliação da expectativa face aos novos fluxos de caixa, inerentes às novas condições contratuais, actualizadas à taxa de juro original efectiva tomando ainda em consideração os novos colaterais apresentados.

Em 31 de Dezembro de 2015, o crédito vivo (crédito a clientes excluindo o crédito e juros vencidos) inclui 222 250 milhares de euros de crédito renegociado (335 600 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2014). Em 31 de Dezembro de 2015, as perdas por imparidade reconhecidas relativamente aos créditos renegociados em balanço ascendem a 157 067 milhares de euros (108 050 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2014). O juro reconhecido na demonstração dos resultados ascende a 6 688 milhares de euros (9 855 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2014).

A rubrica de crédito a clientes incluía 52 273 milhares de euros a 31 de Dezembro de 2014 de créditos dados em garantia pelo Grupo. Em 2015 não existem créditos dados em garantias.

A distribuição de Crédito a clientes por tipo de taxas é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Taxa fixa	137 537	88 734
Taxa variável	485 438	738 993
	622 975	827 727

NOTA 22 - DERIVADOS PARA GESTÃO DE RISCO

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os derivados de cobertura em balanço analisam-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Derivados para gestão de risco activos		
Contratos sobre taxas de juro	10	46
Outros contratos	24	14
	34	60
Derivados para gestão de risco passivos		
Contratos sobre taxas de juro	10	47
Contratos sobre acções/índices	-	19
Outros contratos	49	28
	59	94
	(25)	(34)

A rubrica de Derivados para gestão de risco, inclui para além dos derivados de cobertura, os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (e que não foram designados como derivados de cobertura).

No exercício de 2015 não existiram operações de derivados de cobertura. As operações de cobertura verificadas em 2014 maturaram antes de 31 de Dezembro de 2014.

a) Derivados de cobertura

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro 2014 podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado (2)	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto (1)	Variação do justo valor do elemento coberto no ano (1)
Interest Swap / Equity Swap	Responsabilidades representadas por títulos	Taxa de juro	-	-	-	-	361
Interest Swap	Passivos subordinados	Taxa de juro	-	-	-	-	58
			-	-	-	-	419

(1) Atribuível ao risco coberto

(2) Inclui juro corrido

As variações de justo valor associadas aos activos e passivos acima descritos e aos respectivos derivados de cobertura encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados (ver Nota 7).

b) Outros derivados para gestão de risco

Os outros derivados para gestão de risco incluem instrumentos destinados a gerir o risco associado a determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados conforme política contabilística descrita nas Notas 2.3, 2.5 e 2.7 e que o Banco não designou para contabilidade de cobertura.

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

31.12.2015								
Passivo financeiro associado	Produto derivado	Derivado			Passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no período	Justo valor	Variação de justo valor no período	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
Responsabilidades representadas por títulos	<i>Credit Default Swap</i>	4 941	(25)	(24)	(1)	26	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	<i>Interest Swap</i>	6 588	-	(1)	-	32	-	-
		11 529	(25)	(25)	(1)	58	-	-

(milhares de euros)

31.12.2014								
Passivo financeiro associado	Produto derivado	Derivado			Passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
Responsabilidades representadas por títulos	<i>Credit Default Swap</i>	4 430	(14)	(61)	1	36	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	<i>Equity Swap</i>	3 750	(19)	42	(32)	(41)	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	<i>Interest Swap</i>	5 907	(1)	4	-	2 883	-	-
		14 087	(34)	(15)	(31)	2 878	-	-

A 31 de Dezembro de 2015, o Banco não apresenta qualquer valor acumulado referente à componente do justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito (31 de Dezembro de 2014: negativa em 34 milhares de euros).

As operações com derivados de gestão de risco em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, por maturidades, podem ser analisadas como segue:

	(milhares de euros)			
	31.12.2015		31.12.2014	
	Outros derivados p/ gestão de risco			
	Nocional	Justo Valor	Nocional	Justo Valor
Até 3 meses	11 529	(25)	-	-
De 3 meses a um ano	-	-	3 750	(19)
De um a cinco anos	-	-	10 337	(15)
	11 529	(25)	14 087	(34)

NOTA 23 – ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Subsidiárias adquiridas para revenda	3 600	3 600
	3 600	3 600

Os activos não correntes detidos para venda incluem, designadamente, os activos de subsidiárias adquiridas para revenda relativos a participações no capital de empresas cujo controlo pertence ao Grupo mas que foram adquiridas exclusivamente com o objectivo de venda no curto prazo.

O Banco tem implementado um plano com vista à venda imediata das subsidiárias classificadas como disponíveis para venda. No entanto, face às condições actuais do mercado não tem sido possível concretizar as alienações no prazo inicialmente previsto. O Banco continua a desenvolver todos os esforços com vista a concretização do plano de alinação estabelecido.

NOTA 24 - OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Imóveis		
De serviço próprio	642	642
Beneficiações em edifícios arrendados	7 618	7 491
	8 260	8 133
Equipamento		
Equipamento informático	11 069	10 932
Instalações interiores	3 949	3 885
Mobiliário e material	3 411	3 403
Máquinas e ferramentas	1 077	1 066
Material de transporte	115	115
Equipamento de segurança	373	356
Outros	146	140
	20 140	19 897
	28 400	28 030
Imobilizado em curso		
Beneficiações em edifícios arrendados	37	37
Equipamento	687	326
	724	363
	29 124	28 393
Depreciação acumulada	(21 779)	(19 171)
	7 345	9 222

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Imóveis	Equipamento	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	7 628	19 050	1 486	28 164
Adições	55	185	218	458
Abates / vendas	-	(71)	-	(71)
Transferências	450	889	(1 339)	-
Variação cambial e outros movimentos	-	(156)	(2)	(158)
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	8 133	19 897	363	28 393
Adições	127	303	687	1 117
Abates / vendas	-	(60)	-	(60)
Transferências	-	-	-	-
Variação cambial e outros movimentos	-	-	(326)	(326)
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	8 260	20 140	724	29 124
Depreciações				
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	4 088	12 264	-	16 352
Depreciações do exercício	575	2 422	-	2 997
Abates / vendas	-	(71)	-	(71)
Variação cambial e outros movimentos	-	(107)	-	(107)
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	4 663	14 508	-	19 171
Depreciações do exercício	558	2 113	-	2 671
Abates / vendas	-	(63)	-	(63)
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	5 221	16 558	-	21 779
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2015	3 039	3 582	724	7 345
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2014	3 470	5 389	363	9 222

NOTA 25 - ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2015	31.12.2014
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	27 056	23 002
Outras	916	916
	27 972	23 918
Imobilizações em curso		
	2 460	4 209
	30 432	28 127
Amortização acumulada		
	(16 847)	(14 866)
	(16 847)	(14 866)
	13 585	13 261

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)				
	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	19 387	916	6 096	26 399
Adições:				
Adquiridas a terceiros	32	-	1 709	1 741
Transferências	3 587	-	(3 587)	-
Variação cambial	(4)	-	(9)	(13)
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	23 002	916	4 209	28 127
Adições:				
Adquiridas a terceiros	1 030	-	1 855	2 885
Abates / vendas	(14)	-	-	(14)
Transferências	3 039	-	(3 039)	-
Variação cambial	(1)	-	(565)	(566)
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	27 056	916	2 460	30 432
Amortizações				
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	12 096	916	-	13 012
Amortizações do exercício	1 856	-	-	1 856
Variação cambial e outros movimentos	(2)	-	-	(2)
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	13 950	916	-	14 866
Amortizações do exercício	2 021	-	-	2 021
Abates / vendas	(39)	-	-	(39)
Variação cambial e outros movimentos	(1)	-	-	(1)
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	15 931	916	-	16 847
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2015	11 125	-	2 460	13 585
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2014	9 052	-	4 209	13 261

NOTA 26 - INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Os dados financeiros relativos às empresas subsidiárias e associadas são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de euros)								
	31.12.2015				31.12.2014			
	Nº de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (Euro)	Custo da participação	Nº de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (Euro)	Custo da participação
Empresas Associadas								
MCO2 - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INV MOBILIARIO, S.A.	7 375	25,00%	100,00	738	7 375	25,00%	100,00	738
Empresas Subsidiárias								
HAITONG (UK) LIMITED	164 031 379	100,00%	1,36	171 520	80 051 379	100,00%	1,28	127 172
HAITONG BANCO DE INVESTIMENTO DO BRASIL S.A.	101 870 930	80,00%	0,46	174 496	101 870 930	80,00%	0,62	174 496
HAITONG SECURITIES INDIA PRIVATE LIMITED	4 432 472	75,00%	0,01	8 859	4 432 472	100,00%	0,01	8 859
HAITONG CAPITAL - SCR, S.A.	5 000 000	100,00%	5,00	42 660	5 000 000	100,00%	5,00	42 660
COMINVEST	-	0,00%	0,00	-	1 500 000	100,00%	5,00	8 764
HAITONG INVESTMENT IRELAND PUBLIC LIMITED COMPANY	164 994	100,00%	5,00	825	164 994	100,00%	5,00	825
LUSITANIA CAPITAL SAPI DE CV SOFOM ENR	1 000 000	100,00%	0,05	59	1 000 000	100,00%	0,06	59
ESPIRITO SANTO INVESTMENT SP ZOO	-	0,00%	0,00	-	76 000	100,00%	11,70	2 878
				399 157				366 451
Perdas por imparidade				(534)				(3 995)
				398 623				362 456

No decorrer do exercício de 2015, ocorreram as seguintes alterações na rubrica de investimentos em subsidiárias e associadas:

Empresas Subsidiárias

- Em Março de 2015, o BES Investimento do Brasil, S.A. efectuou o pagamento ao Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. de juros de capital próprio no valor de 5 245 milhares de reais.
- Em Março de 2015 o Banco Espírito Santo de Investimento S.A. subscreveu integralmente o aumento de capital do BESI UK Limited, a que correspondeu um investimento de 5 000 milhares de libras.
- Em Abril de 2015, o BES Investimento do Brasil, S.A. efectuou o pagamento ao Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. de juros de capital próprio no valor de 5 032 milhares de reais.
- Em Junho de 2015, o BES Investimento do Brasil, S.A. aprovou o pagamento de juros de capital próprio no valor de 7 800 milhares de reais. Deste valor 80% serão recebidos pelo Banco Espírito Santo de Investimento, S.A..
- Em Julho de 2015, ocorreu a fusão da Cominvest - SGII, S.A. no Banco Espírito Santo de Investimento, S.A..
- Em Julho de 2015 o Banco Espírito Santo de Investimento S.A. subscreveu integralmente o aumento de capital do BESI UK Limited, a que correspondeu um investimento de 7 000 milhares de libras.
- Em Agosto de 2015, o BES Investimento do Brasil, SA efectuou o pagamento ao Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. de juros de capital próprio no valor de 5 943 milhares de reais.
- Em Setembro de 2015, a Haitong Securities adquiriu ao Novo Banco, a totalidade das acções do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A..
- Em Setembro de 2015, foi alterada a denominação social do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., para Haitong Bank S.A..
- Em Novembro de 2015 o Haitong Bank, S.A. subscreveu integralmente o aumento de capital do Haitong (UK) Limited, a que correspondeu um investimento de 5 000 milhares de libras.
- Em Novembro de 2015 o Haitong & Company (UK) Limited entrou em processo de dissolução.
- Em Dezembro de 2015 o Haitong Bank, S.A. subscreveu integralmente o aumento de capital do Haitong (UK) Limited, a que correspondeu um investimento de 15 000 milhares de libras.
- Em Dezembro de 2015, o Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. efectuou o pagamento ao Haitong Bank, S.A. de juros de capital próprio no valor de 5 975 milhares de reais.
- Em Dezembro de 2015, o Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. aprovou o pagamento de juros de capital próprio no valor de 11 050 milhares de reais. Deste valor 80% serão recebidos pelo Haitong Bank S.A..

O movimento de imparidade verificado nesta rubrica é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Saldo inicial	3 995	583
Utilizações	(3 461)	-
Transferências	-	3 412
Saldo final	534	3 995

Anualmente o Banco procede à análise da imparidade das participações financeiras seguindo o disposto no IAS 36 – Imparidade de activos.

O valor recuperável da Haitong (UK) Limited, correspondente ao seu valor de uso, foi determinado de acordo com a metodologia dos Dividendos Descontados com base (i) nos dados estimados pelo órgão de gestão para os próximos dez anos, (ii) assumindo um crescimento na perpetuidade de 3,0% em linha com o crescimento nominal estimado da economia do país onde a unidade se encontra localizada e (iii) tendo sido utilizada uma taxa de desconto de 7,89%. O período de dez anos utilizado para estimar os fluxos futuros, reflecte o facto de a entidade estar a ser objecto de uma redefinição da sua estratégia de negócio no âmbito da aquisição do Banco pelo Grupo Haitong em 2015. Com base nestes pressupostos o Conselho de Administração considera que o valor recuperável deste investimento é superior ao valor de balanço, não havendo por isso lugar ao reconhecimento de imparidade.

O Banco efectuou uma análise de sensibilidade utilizando para o efeito (i) uma taxa de desconto alternativa de 9,9% e (ii) as restantes mesmas variáveis incluindo os valores dos dados estimados pelo órgão de gestão para os próximos 10 anos. Com base nesta análise de sensibilidade, não foi identificada perda de imparidade em relação a esta participação.

Não obstante a análise efectuada com base nos pressupostos descritos, o valor recuperável do investimento na Haitong (UK) Limited, depende da capacidade desta empresa e do Grupo de executar as medidas necessárias com vista a permitir a realização do plano de negócios.

No que se refere à Haitong Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A. o respectivo valor recuperável foi determinado com base na metodologia dos *cash-flows* descontados com base (i) no *business plan* da empresa os próximos 6 anos, (ii) assumindo um crescimento na perpetuidade de 2% e (iii) uma taxa de desconto de 13,2%. Com base nestes pressupostos o Conselho de Administração considera não haver lugar ao reconhecimento de imparidade relativamente ao custo da participação desta empresa em 31 de Dezembro de 2015.

O Banco efectuou uma análise de sensibilidade ao valor recuperável da Haitong Capital (i) fazendo variar em cerca de 65% as receitas previstas no *business plan* dos próximos 6 anos e (ii) mantendo as restantes variáveis inalteradas. Com base nesta análise de sensibilidade, não foi identificada perda de imparidade em relação a esta participação.

Não obstante a análise efectuada com base nos pressupostos descritos, o valor recuperável do investimento na Haitong Capital, depende da capacidade desta empresa e do Grupo de executar as medidas necessárias com vista a permitir a realização do plano de negócios.

NOTA 27 - OUTROS ACTIVOS

A rubrica Outros Activos a 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Devedores e outras aplicações		
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação	232 502	307 566
Suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados	150 550	153 524
Sector público administrativo	192	36
Devedores por operações sobre Futuros	17 051	17 739
Outros devedores diversos	32 694	34 756
	<u>432 989</u>	<u>513 621</u>
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	(8 408)	(10 711)
	<u>424 581</u>	<u>502 910</u>
Outros activos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	6 650	7
Outros activos	5 515	5 489
	<u>12 165</u>	<u>5 496</u>
Proveitos a receber	<u>2 217</u>	<u>941</u>
Despesas com custo diferido	<u>4 070</u>	<u>3 198</u>
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	4 004	4 943
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	187 391	42 221
Outras operações a regularizar	18 277	22 169
	<u>209 672</u>	<u>69 333</u>
	<u>652 705</u>	<u>581 878</u>

A rubrica de operações sobre valores mobiliários a regularizar, reflectem operações realizadas com títulos registadas na *trade date*, conforme política contabilística descrita na Nota 2.5., a aguardar liquidação.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em Outros Activos são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Saldo a 1 de Janeiro	10 711	5 214
Dotações	10 847	7 010
Utilizações	(582)	-
Reversões	(11 558)	(1 469)
Transferências	(1 113)	(41)
Diferenças de câmbio e outras	103	(3)
Saldo final	<u>8 408</u>	<u>10 711</u>

NOTA 28 – RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica inclui uma operação de Mercado Monetário Interbancário com o Banco de Portugal com o montante de 61 100 milhares de euros (31 de Dezembro de 2014: 61 100 milhares de euros) e um juro corrido até à data de 39 milhares de euros (31 de Dezembro de 2014: 8 milhares de euros), com vencimento em Setembro de 2018.

NOTA 29 - RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica de Recursos de outras instituições financeiras é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
No país		
Mercado monetário interbancário	-	161 756
Recursos a muito curto prazo	-	496 628
Depósitos	337	88 182
Operações com acordo de recompra	15 215	14 481
	15 552	761 047
No estrangeiro		
Depósitos	47 016	1 707
Empréstimos	750 000	-
Operações com acordo de recompra	-	17 316
Outros recursos	9	-
	797 025	19 023
	812 577	780 070

O escalonamento dos Recursos de outras instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Até 3 meses	47 362	753 005
De um a cinco anos	765 215	27 065
	812 577	780 070

NOTA 30 - RECURSOS DE CLIENTES

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	9 850	11 863
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	105 049	21 266
Outros recursos		
Operações com acordo de recompra	19 367	16 805
Outros Depósitos	1 291	-
Outros	52	36
	20 710	16 841
	135 609	49 970

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Exigível à vista	9 902	11 899
Exigível a prazo		
Até 3 meses	51 160	37 066
De 3 meses a um ano	74 347	1 005
De um a cinco anos	200	-
	125 707	38 071
	135 609	49 970

NOTA 31 - RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

A rubrica Responsabilidades representadas por títulos decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Responsabilidades representados por títulos		
Euro Medium Term Notes	211 787	117 203
Obrigações de caixa	652	2 556
Certificados de Depósito	-	250 492
	212 439	370 251

O justo valor da carteira de Responsabilidades Representadas por Títulos encontra-se apresentado na Nota 39.

Esta rubrica inclui 58 milhares de euros (31 de Dezembro de 2014: 2 878 milhares de euros) de responsabilidades registadas em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 22).

Durante o exercício de 2015 o Banco procedeu à emissão de novos títulos no valor de 210 165 milhares de euros (em 2014 o Banco não procedeu a quaisquer emissões), tendo sido reembolsados 370 047 milhares de euros (31 de Dezembro de 2014: 29 843 milhares de euros).

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Até 3 meses	2 274	-
De um a cinco anos	210 165	370 251
	212 439	370 251

As características essenciais destes recursos decompõem-se como segue:

(milhares de euros)						
31.12.2015						
Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro
HT BANK	BESI OBCXR.ACCRUAL TARN MAR2016	EUR	2006	652	2016	Taxa Fixa 6% + <i>Range Accrual</i>
HT BANK	BESI MAR2016 FTD CRD LKD USD a)	USD	2013	1 622	2016	Taxa Fixa 6% + Indexada ao evento de crédito
HT BANK	HTB FLOATING RATE DEC18 (HTB-S-892)	EUR	2015	210 165	2018	Euribor3m + 3.95%
				212 439		

a) passivos designados ao justo valor através de resultados ou com derivado embutido

(milhares de euros)						
31.12.2014						
Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro
BESI	BESI OBCXR.ACCRUAL TARN MAR2016	EUR	2006	649	2016	Taxa Fixa 6% + <i>Range Accrual</i>
BESI	BESI 1.8% GOLD APR2015 a)	EUR	2011	1 907	2015	Taxa fixa 1,8% + indexada ao ouro
BESI	BESI FIXED RATE DEC15	EUR	2012	250 492	2015	Taxa Fixa 5,875%
BESI	BESI MAY2015 EURIBOR3M+4%	EUR	2012	115 652	2015	Euribor 3M+4%
BESI	BESI MAR2016 FTD CRD LKD USD a)	USD	2013	1 551	2016	Taxa Fixa 6% + Indexada ao evento de crédito
				370.251		

a) passivos designados ao justo valor através de resultados ou com derivado embutido

NOTA 32 – PROVISÕES

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

(milhares de euros)

	Provisões para Riscos Gerais de Crédito	Provisões para garantias e outros compromissos	TOTAL
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	26 242	14 988	41 230
Dotações	57 499	8 035	65 534
Reversões	(7 064)	-	(7 064)
Transferências	745	(715)	30
Diferenças de câmbio e outras	451	(11 399)	(10 948)
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	77 873	10 909	88 782
Dotações	11 983	15 322	27 305
Reversões	(19 464)	(8 708)	(28 172)
Transferências	(172)	87 896	87 724
Diferenças de câmbio e outras	158	(513)	(355)
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	70 378	104 906	175 284

Estas provisões destinam-se a cobrir a probabilidade de ocorrência de determinadas contingências relacionadas com a actividade do Banco, incluindo contingências associadas a processos em curso relativos a matérias fiscais.

NOTA 33 – IMPOSTOS

O Banco está sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2015 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 22,5% de acordo com a Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, e a Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro acrescida de uma taxa adicional de 2,5% referente a uma taxa média que resulta da aplicação dos escalões de Derrama Estadual prevista na Lei nº 2/2014, de 10 de Janeiro. O cálculo do imposto corrente do exercício de 2014 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 24,5% de acordo com a Lei n.º 2/2014, de 16 de Janeiro, e a Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro acrescida de uma taxa adicional de 2,5% referente a uma taxa média que resulta da aplicação dos escalões de Derrama Estadual.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. Assim, para os exercícios de 2015 e 2014, o imposto diferido foi apurado à taxa de 27,7% que corresponde à taxa estimada de recuperação dos impostos diferidos activos, atendendo à descida da taxa de IRC para 21%, nos termos da Lei do Orçamento de Estado para 2015, aprovado pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro.

Para efeitos do cálculo do imposto corrente do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, foi tomado em consideração o Decreto-Lei nº 127/2012, de 31 de Dezembro, que regula a transferência de responsabilidades pelos encargos com as pensões de reforma e sobrevivência dos reformados e pensionistas para a Segurança Social e que, conjugado com o artigo 183º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de

Dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2012), consagrou um regime especial de dedutibilidade fiscal dos gastos e outras variações patrimoniais decorrentes dessa transferência:

- O impacto decorrente da variação patrimonial negativa associada à alteração da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais anteriormente diferidos, será integralmente dedutível, em partes iguais, durante 10 anos, a partir do exercício que se inicia em 1 de Janeiro de 2012.
- O impacto decorrente da liquidação (determinado pela diferença entre a responsabilidade mensurada de acordo com os critérios da IAS 19 e os critérios definidos no acordo) será integralmente dedutível para efeitos do apuramento do lucro tributável, em partes iguais, em função da média do número de anos de esperança de vida dos pensionistas cujas responsabilidades foram transferidas (17 anos), a partir do exercício que se inicia em 1 de Janeiro de 2012.

Os impostos diferidos activos resultantes da transferência das responsabilidades e da alteração da política contabilística do reconhecimento dos desvios actuariais são recuperáveis nos prazos de 10 e 17 anos.

As declarações de autoliquidação do Banco relativas aos exercícios de 2015 e anteriores ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro ou seis anos em caso de existência de prejuízos fiscais. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco que não ocorrerão liquidações adicionais com impacto significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Regime Especial aplicável aos Activos por Impostos Diferidos

Em 2014 o Haitong Bank aderiu ao regime especial aplicável aos activos por impostos diferidos (REPID) relativos a perdas por imparidade em créditos e benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados, estabelecido na Lei n.º 61/2014, de 26 de Agosto. No âmbito do regime em apreço é prevista a conversão dos activos referidos em créditos tributários nas seguintes situações:

- apuramento de resultado líquido negativo;
- liquidação por dissolução voluntária, insolvência decretada por sentença judicial ou, quando aplicável, com a revogação da respectiva autorização por autoridade de supervisão competente.

Tendo o Haitong Bank apurado, nas suas contas individuais, um resultado líquido negativo com referência a 31 de Dezembro de 2015, deverá em 2016, e após aprovação das contas, converter em créditos tributários os impostos diferidos abrangidos pelo regime em causa, na proporção entre o resultado líquido e os capitais próprios, bem como, proceder à constituição de uma reserva especial e de direitos de conversão em acções representativas do capital social atribuíveis ao Estado Português.

No âmbito do regime acima referido, tais direitos de conversão correspondem a valores mobiliários que conferem ao Estado o direito a exigir ao Haitong Bank a emissão e entrega gratuita de acções ordinárias, na sequência do aumento de capital social através da incorporação do montante da reserva. Porém, é conferido aos accionistas do Haitong Bank o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão ao Estado. Aguarda-se, ainda, a publicação de regulamentação que estabeleça o enquadramento e as regras aplicáveis para o efeito.

O montante dos activos por impostos diferidos convertidos em crédito tributário, a constituição da reserva especial e a emissão e atribuição ao Estado dos direitos de conversão devem ser certificados por revisor oficial de contas.

A actividade gerada pelas sucursais no estrangeiro do Banco é integrada nas contas da sede para efeitos de determinação da matéria colectável sujeita a IRC. Além desta sujeição, os resultados dessas sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países onde se encontram estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC da sede, de acordo com o estabelecido no artigo 91.º do Código do IRC, nas situações aplicáveis. Os resultados das sucursais encontram-se sujeitos a tributação local às taxas nominais de seguida indicadas:

Sucursal	Taxa nominal de imposto
Londres	21%
Madrid	30%
Varsóvia	19%
Nova Iorque	45,95%

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2015 e 2014 podem ser analisados como segue:

	Activo		Líquido	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Activos financeiros disponíveis para venda	1 423	2 414	1 423	2 414
Crédito a clientes	91 318	78 146	91 318	78 146
Provisões	-	73	-	73
Fundo de Pensões	8 544	100	8 544	100
Outros	-	1	-	1
Créditos fiscais resultantes de dupla tributação	412	-	412	-
Prejuízos fiscais reportáveis	9 885	2 525	9 885	2 525
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	111 582	83 259	111 582	83 259

Os movimentos ocorridos na rubrica de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

	31.12.2015	31.12.2014
Saldo a 1 de Janeiro	83 259	40 038
Reconhecido em resultados	26 413	37 575
Reconhecido em reservas de justo valor	(992)	1 940
Reconhecido em outras reservas	2 903	-
Variação cambial e outros	(1)	3 706
Saldo final (Activo/(Passivo))	111 582	83 259

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante os exercícios de 2015 e 2014 teve as seguintes origens:

	31.12.2015		31.12.2014	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Impostos Diferidos				
Activos financeiros disponíveis para venda	-	992	-	(1 940)
Crédito a clientes	(13 173)	-	(42 421)	-
Provisões	74	-	3 725	-
Fundo de Pensões	(6 324)	(2 121)	12	-
Créditos fiscais resultantes de dupla tributação	(412)	-	1 109	-
Prejuízos fiscais reportáveis	(6 578)	(782)	-	-
	(26 413)	(1 911)	(37 575)	(1 940)
Impostos Correntes	(3 896)	-	9 302	-
Total do imposto reconhecido	(30 309)	(1 911)	(28 273)	(1 940)

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

	31.12.2015		31.12.2014	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		(73 485)		(57 174)
Taxa de imposto do Haitong Bank	27.7		27.7	
Imposto apurado com base na taxa de imposto do Haitong Bank		(20 355)		(15 837)
Diferença na taxa de imposto das subsidiárias	(3.2)	2 348	(0.5)	308
Dividendos excluídos de tributação	0.0	-	22.9	(13 076)
Mais-valias não tributadas	0.0	(9)	11.3	(6 449)
Proveitos não tributáveis	4	(2 966)	0.0	-
Imposto sobre lucros das sucursais	0.0	-	(1.4)	808
Alterações de estimativas	8	(5 995)	0.0	-
Alteração da taxa de imposto	0.0	-	(3.1)	1 772
aos quais não havia sido reconhecido imposto diferido activo	0.0	-	0.2	(98)
Benefícios fiscais	0.0	(1)	0.0	(4)
Custos não dedutíveis	(1.3)	933	(2.9)	1 669
Outros	(0.1)	43	(4.6)	2 634
	41.2	(30 309)	49.6	(28 273)

No seguimento da Lei nº55-A/2010, de 31 de Dezembro, foi criada a Contribuição sobre o Sector Bancário, a qual não é elegível como custo fiscal, e cujo regime foi sucessivamente prorrogado pela Lei nº83-C/2013, de 31 de Dezembro e Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro. A 31 de Dezembro de 2015 o Banco reconheceu como custo do exercício o valor de 1 611 milhares de euros (31 de Dezembro de 2014: 1 559 milhares de euros), o qual foi incluído nos Outros resultados de operacionais – Impostos directos e indirectos (ver Nota 11).

NOTA 34 - PASSIVOS SUBORDINADOS

A rubrica Passivos Subordinados decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Outros passivos subordinados		
Obrigações de caixa	215	60 230
	215	60 230

As principais características dos passivos subordinados são apresentadas como seguem:

(milhares de euros)							
Empresa emitente	Designação	31.12.2015					
		Moeda	Data emissão	Valor de Emissão	Valor de Balanço	Taxa de juro actual	Maturidade
HTBK	BESI SUBORDINADAS OCT2033 5,5%	EUR	2003	215	215	Indexada à CMS	2033
					215		

(milhares de euros)							
Empresa emitente	Designação	31.12.2014					
		Moeda	Data emissão	Valor de Emissão	Valor de Balanço	Taxa de juro actual	Maturidade
BESI	BESI SUBORDINADAS OCT2033 5,5%	EUR	2003	215	215	Indexada à CMS	2033
BESI	BESI CAIXA SUB DEC15	EUR	2005	60 000	60 015	Euribor 3m + 0,95%	2015
					60 230		

Durante os exercícios de 2015 e 2014 o Banco não emitiu qualquer passivo subordinado, tendo sido reembolsado 60 000 milhares de euros em 2015.

NOTA 35 - OUTROS PASSIVOS

A rubrica Outros passivos a 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo	3 574	5 131
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação	7 297	-
Credores diversos		
Credores por operações sobre valores mobiliários	39 419	23 630
Credores por fornecimento de bens	1 445	2 046
Outros credores	297	16 487
	52 032	47 294
Custos a pagar		
Prémios por antiguidade (ver Nota 12)	2 171	2 162
Outros custos a pagar	9 192	13 767
	11 363	15 929
Receitas com proveito diferido	659	1 890
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	185 216	38 873
Operações cambiais a liquidar	97	7 513
Outras operações a regularizar	18 312	16 108
	203 625	62 494
Pensões de reforma	-	865
	267 679	128 472

As rubricas de Operações sobre valores mobiliários a regularizar, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, evidenciam o saldo das ordens de venda e compra por subsidiária do Grupo que aguardam a respectiva liquidação financeira.

NOTA 36 – CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL**Acções ordinárias**

Até 3 de Agosto de 2014, o Banco fez parte do Grupo Banco Espírito Santo, S.A..

Em 3 de Agosto de 2014, o Banco de Portugal tomou a decisão de aplicar uma medida de resolução ao Banco Espírito Santo, S.A., accionista de 100% do capital do Banco, e a constituição do Novo Banco, S.A., com capital social de 4,9 mil milhões de euros, no qual foram integrados os activos do Banco Espírito Santo, S.A. seleccionados pelo Banco Portugal. Neste contexto, o Banco e as suas sucursais e filiais foram transferidos para o Novo Banco, S.A..

Em 7 de Setembro de 2015, o capital do Banco foi integralmente adquirido pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 17 de Dezembro de 2015, o Banco realizou um aumento de capital de 100 000 milhares de euros, através da emissão de 20 000 000 de acções de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 31 de Dezembro de 2015 o capital social do Haitong Bank ascende 426 269 milhares de euros e encontra-se representado por 85 253 800 acções de valor nominal de 5 euros cada, sendo totalmente detida pela Haitong Holdings Limited.

Prémios de emissão

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os prémios de emissão são representados por 8 796 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos accionistas no aumento de capital ocorrido em anos anteriores.

Outros instrumentos de capital

O Banco emitiu durante o mês de Outubro de 2010, obrigações perpétuas subordinadas com juro condicionado no montante global de 50 milhões de euros. Estas obrigações têm um juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração.

Este juro condicionado, correspondente à aplicação de uma taxa anual de 8,5% sobre o valor nominal, é pago semestralmente. O reembolso destes títulos poderá ser efectuado na sua totalidade, mas não parcialmente, após 15 de Setembro de 2015, dependendo apenas da opção do Haitong Bank, mediante aprovação prévia do Banco de Portugal. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.10.

Durante o exercício de 2011, foi efectuado a extinção de 46 269 milhares de euros de outros instrumentos de capital por via de uma operação de aquisição de títulos próprios.

Estas obrigações são subordinadas em relação a qualquer passivo do Haitong Bank e *pari passu* relativamente a quaisquer obrigações subordinadas de características idênticas que venham a ser emitidas pelo Banco.

Em 31 de Dezembro de 2015 encontram-se em circulação 3 731 milhares de euros destas obrigações. No exercício de 2015 o Banco efectuou o pagamento de juros no montante de 225 milhares de euros os quais foram registados com uma dedução de reservas (225 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2014).

NOTA 37 - RESERVAS DE JUSTO VALOR, OUTRAS RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Reserva legal, reservas de justo valor e outras reservas

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do RGICSF) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido.

Durante os exercícios de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

(milhares de euros)							
	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados			
	Activos financeiros disponíveis p/ venda	Reservas por impostos	Total Reserva de justo valor	Reserva Legal	Desvios actuariais (líquidos de imposto)	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Resultados Transitados
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	(1 672)	474	(1 198)	39 878	(12 070)	103 592	131 400
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	(3 313)	-	(3 313)
Juros de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	(225)	(225)
Alterações de justo valor	(7 044)	1 940	(5 104)	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	(2 548)	(2 548)
Reserva de Fusão	-	-	-	-	-	42 150	42 150
Outros movimentos	-	-	-	-	-	(10 792)	(10 792)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	(8 716)	2 414	(6 302)	39 878	(15 383)	132 177	156 672
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	(7 989)	-	(7 989)
Juros de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	(225)	(225)
Alterações de justo valor	3 580	(992)	2 588	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	(28 900)	(28 900)
Reserva de fusão	-	-	-	-	-	1 274	1 274
Outros movimentos	-	-	-	-	-	309	309
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	(5 136)	1 422	(3 714)	39 878	(23 372)	104 635	121 141

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos e interesses que não controlam pode ser assim analisado:

(milhares de euros)		
	31.12.2015	31.12.2014
Saldo a 1 de Janeiro	(6 302)	(1 198)
Variação de justo valor	282	64 374
Alienações do exercício	2 431	(75 215)
Imparidade reconhecida no exercício	867	3 797
Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas	(992)	1 940
Saldo final	(3 714)	(6 302)

NOTA 38 - PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

(milhares de euros)		
	31.12.2015	31.12.2014
Passivos e avales prestados		
Garantias e avales prestados	1 038 622	1 295 739
Activos financeiros dados em garantia	85 767	110 572
	1 124 389	1 406 311
Compromissos		
Compromissos irrevogáveis	34 018	65 387
	34 018	65 387

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica de activos financeiros dados em garantia inclui:

- Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (i) no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 25 000 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2014 (em 2015 não existem operações) e (ii) no âmbito da abertura de crédito com garantia para operações de cedência de liquidez no montante de 83 854 milhares de euros (31 de Dezembro de 2014: 55 738 milhares de euros) sendo que o valor total dos títulos elegíveis para redesconto junto do Banco de Portugal ascendia a 83 854 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2015 (31 de Dezembro de 2014: 59 621 milhares de euros).
- Títulos dados em garantia à Comissão de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 1 813 milhares de euros (31 de Dezembro de 2014: 1 813 milhares de euros).
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 100 milhares de euros (31 de Dezembro de 2014: 100 milhares de euros).

Os compromissos irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Grupo (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Grupo requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Responsabilidades por prestação de serviços		
Agenciamento de Papel Comercial	681 400	4 806 737
Outras responsabilidades por prestação de serviços	2 190 649	2 440 388
	2 872 049	7 247 125

Em 31 de Dezembro de 2015, o valor de outras responsabilidades por prestação de serviços inclui 1 957 750 milhares de euros relativos a crédito sindicado sob gestão (2 216 987 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2014) e 232 899 milhares de euros referentes a gestão discricionária (223 401 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2014).

Durante o ano de 2015, o Banco Espírito Santo (BES), o Novo Banco e o Haitong Bank (e em alguns casos também autoridades de supervisão e auditores), foram demandados em processos judiciais de natureza cível relacionados com factos do antigo Grupo Espírito Santo (GES).

Neste enquadramento, o Haitong Bank é réu em 2 processos relacionados com o último aumento de capital do BES, e em 8 processos relacionados com emissões de papel comercial de entidades do GES (Rioforte e ESI – Espírito Santo International), que deram entrada nos tribunais em 2015. Em 2016, entraram mais 8 processos, 6 relacionados com as mencionadas emissões de papel comercial e 2 que dizem respeito a emissões de *notes* pela filial do Haitong Bank na Irlanda (a ESIP) que tinham como activo subjacente obrigações emitidas pela Espírito Santo Financial Portugal (ESFP).

É opinião do Departamento Jurídico do Haitong Bank e dos advogados externos a quem os processos foram confiados, que os mesmos não têm sustentabilidade jurídica, pelo que se considera improvável qualquer condenação do Haitong Bank em tais processos.

Assim, e nos relativos ao último aumento de capital do BES, as 2 mencionadas acções judiciais foram propostas contra um conjunto alargado de entidades, nomeadamente contra todos os antigos administradores e auditores do BES, com o argumento de que o Prospecto do Aumento de Capital, publicado a 20 de Maio de 2014, não reflectia a verdadeira situação financeira do BES. O Haitong Bank (então BESI) foi o intermediário financeiro encarregue da assistência à oferta pública, invocando os autores destas acções judiciais a sua responsabilidade pela informação contida no Prospecto, nos termos previstos no Código dos Valores Mobiliários.

Depois de analisada detalhadamente a questão pelos competentes departamentos do Haitong Bank e pelos seus advogados externos, concluiu-se que a perda substancial de valor das acções do BES, verificada durante o mês de Julho de 2014, até à sua resolução ocorrida em 03/08/2014, ficou a dever-se a factos ocorridos posteriormente ao mencionado aumento de capital, que não podiam portanto constar do seu Prospecto. Mais se concluiu que o Prospecto não continha deficiências informativas, sendo até bastante incisivo na descrição dos riscos inerentes ao GES, nomeadamente na parte relativa às graves falhas detectadas na contabilidade da ESI.

Quanto às acções relacionadas com emissões de papel comercial do GES, é verdade que o então BESI desempenhou agente administrativo dessas emissões, tendo tratado da integração das mesmas na Central de Valores Mobiliários, e de agente pagador, cabendo-lhe tratar dos pagamentos de juros e de capital a favor dos titulares destes valores mobiliários (naturalmente, no pressuposto de receber, da entidade emitente, os fundos necessários para o efeito). Porém, estas emissões foram objecto de oferta particular, não tendo o BESI participado na colação as mesmas nem estabelecido contactos com os investidores. Sendo as respectivas notas informativas inequívocas no sentido de que a responsabilidade pela informação nelas contidas cabe exclusivamente às respectivas sociedades emitentes.

Quanto aos 2 mencionados processos relacionados com emissões da ESIP, é de referir que estas correspondem a *credit linked notes*, cuja remuneração e reembolso se encontravam dependentes de factos (nomeadamente a insolvência) associados à entidade emitente do activo subjacente, no caso a ESFP que, como se sabe, foi declarada insolvente, caso em que os investidores devem receber o próprio activo subjacente ou o produto da sua venda. As condições destas emissões constam claramente dos seus documentos informativos, além de que o BESI não procedeu à colocação destas emissões junto dos investidores.

Por último, é de referir que, em algumas destas acções judiciais, é exposto o argumento da existência de administradores comuns ao BES, ao GES e ao então BESI. O argumento é juridicamente improcedente, porque (i) nunca algum administrador do BES ou do GES, que também o fosse do BESI, prestou a este qualquer informação relacionada com o GES que fosse contrária à vertida no mencionado Prospecto do aumento de capital do BES ou dos documentos informativos associados às referidas emissões de papel comercial e de *credit linked notes*; e porque (ii) as pessoas colectivas só são responsáveis pelos actos ou omissões dos seus administradores praticados no exercício das suas funções de administração, pelo que, como é natural, a eventual detenção de alguma informação relevante por determinada pessoa, que a tenha adquirido enquanto administrador do GES ou em virtude das suas relações familiares, não pode ser imputável ao BESI pelo simples facto dessa pessoa ser deste administrador.

Pelo exposto, considera-se que o Haitong Bank não deve, nem pode, em obediência às regras e princípios contabilísticos por que se rege, constituir qualquer provisão derivada da existência dos referidos processos judiciais.

Fundo de Resolução

Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 24/2013 que estabelece o funcionamento do Fundo de Resolução ('FR'), o Banco tem vindo desde 2013 a proceder às contribuições obrigatórias, conforme disposto no referido diploma. Assim, e desde a sua constituição, o Banco procedeu à contribuição inicial para o FR, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei e às contribuições periódicas de 2013 e 2014, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei.

No dia 3 de Novembro de 2015, o Banco de Portugal emitiu uma Carta-Circular nos termos da qual se esclarece que a contribuição periódica para o Fundo de Resolução deve ser reconhecida como custo no momento da ocorrência do acontecimento que cria a obrigação de pagamento da contribuição, isto é no último dia do mês de Abril de cada ano, conforme estipula o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 24/2013, de 19 de Fevereiro, encontrando-se assim o Banco a reconhecer como gasto a contribuição no ano em que a mesma se torna devida.

O Fundo de Resolução emitiu em 15 de Novembro de 2015 um comunicado afirmando: "esclarece-se ainda que não é previsível que o Fundo de Resolução venha a propor a criação de uma contribuição especial para financiamento da medida de resolução aplicada ao BES. A eventual cobrança de uma contribuição especial afigura-se, desta forma, remota."

Subsequentemente, após a emissão do referido comunicado do FR, no âmbito do processo de resolução do Banco Espírito Santo, S.A., o Banco de Portugal deliberou, conforme comunicado de 29 de Dezembro de 2015, a transferência para a esfera da responsabilidade do FR de "...eventuais efeitos negativos de decisões futuras, decorrentes do processo de resolução [do Banco Espírito Santo, S.A.], de que resultem responsabilidades ou contingências.". De acordo com a informação pública disponível, o volume de litigância associado a este processo é elevado, não estando devidamente esclarecido qual o montante que o FR possa vir a incorrer em perdas nestas litigâncias ou em eventuais perdas decorrentes da alienação do Novo Banco.

Adicionalmente, o Banco de Portugal determinou, em 19 e 20 de Dezembro de 2015, uma medida de resolução sobre o BANIF – Banco Internacional do Funchal, S.A. ('BANIF'), não estando igualmente esclarecido qual o montante que o FR possa vir a incorrer em perdas com este processo.

Nessa conformidade, à data de 31 de Dezembro de 2015, não existe qualquer estimativa relativamente ao valor das eventuais perdas resultantes do processo de alienação do Novo Banco, das referidas litigâncias associadas ao processo de resolução do Banco Espírito Santo ou das eventuais perdas a incorrer pelo FR na sequência da resolução do BANIF e da forma como as mesmas poderão vir a afectar o Banco, quanto ao montante e tempestividade de futuras contribuições.

Em 2015, e no âmbito da constituição do Fundo de Resolução Europeu, o Banco teve de efectuar uma contribuição inicial no valor de 1 006 milhares de euros. O Fundo de Resolução Europeu não cobre as situações em curso, a 31/12/2015, junto do Fundo de Resolução Nacional.

NOTA 39 – TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O valor das transacções do Haitong Bank com partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no exercício, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2015					31.12.2014				
	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos
Empresas Associadas										
COPORGEST	-	-	-	-	-	9 553	5	-	401	41
MCO2 S G FUNDOS INVEST MOB SA	550	-	-	-	-	-	-	-	47	62
TOTAL	550	-	-	-	-	9 553	5	-	448	103

Os activos em balanço relativos a empresas associadas incluídas no quadro acima referem-se fundamentalmente a crédito concedido ou suprimentos. Os passivos referem-se no essencial a depósitos bancários tomados.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o montante global dos activos e passivos do Haitong Bank que se referem a operações realizadas com subsidiárias do Haitong Bank resume-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2015								
	Activos					Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
	Aplicações em Instituições crédito	Crédito	Títulos	Outros (A)	Total				
Subsidiárias									
HAITONG BANCO DE INVESTIMENTO DO BRASIL S.A.	-	-	17 137	174 503	191 640	2 693	-	(2)	1 133
COMINVEST-SOC GESTAO INVEST IMOBIL S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
HAITONG CAPITAL - SCR, S.A.	-	-	-	42 760	42 760	656	8 001	4	47
HAITONG (UK) LIMITED	-	-	-	171 520	171 520	-	-	-	-
HAITONG INVESTMENT IRELAND PUBLIC LIMITED COMPANY	102 075	-	8 231	381 081	491 387	866 231	102 422	298 919	209 808
HAITONG SECURITIES INDIA PRIVATE LIMITED	-	-	-	8 859	8 859	-	-	-	-
HAITONG SECURITIES (UK) LIMITED	-	-	-	82	82	-	21 145	-	636
LUSITANIA CAPITAL, S.A.P.I. DE C.V., SOFOM, E.N.R.	-	-	-	164	164	-	4	38	-
OUTRAS	-	-	-	-	-	-	4	3	1
TOTAL	102 075	-	25 368	778 969	906 412	869 580	131 576	298 962	211 625

(A) Inclui custo de aquisição das participadas.

(milhares de euros)

	31.12.2014								
	Activos					Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
	Aplicações em Instituições crédito	Crédito	Títulos	Outros (A)	Total				
Subsidiárias									
HAITONG BANCO DE INVESTIMENTO DO BRASIL S.A.	-	-	37 752	174 496	212 248	4 269	-	71	491
COMINVEST-SOC GESTAO INVEST IMOBIL S.A.	-	-	-	8 181	8 181	-	6 107	7	-
HAITONG CAPITAL - SCR, S.A.	-	-	-	49 778	49 778	135	5 172	94	55
HAITONG (UK) LIMITED	-	-	-	127 172	127 172	-	-	-	-
HAITONG INVESTMENT IRELAND PUBLIC LIMITED COMPANY	70 799	-	8 341	579 241	658 381	1 021 772	110 245	219 790	196 305
HAITONG SECURITIES INDIA PRIVATE LIMITED	-	-	-	8 859	8 859	-	-	3	17
HAITONG & COMPANY (UK) LIMITED	-	-	-	-	-	-	45	-	2 860
EXECUTION NOBLE LIMITED	-	-	-	1 198	1 198	-	(499)	809	1 252
OUTRAS	-	-	-	90	90	-	87	154	5
TOTAL	70 799	-	46 093	949 015	1 065 907	1 026 176	121 157	220 928	200 985

(A) Inclui custo de aquisição das participadas.

NOTA 40 – JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Justo valor de activos e passivos financeiros

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Banco, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	Custo amortizado	Valorizados ao Justo Valor			Total de Valor de Balanço	Justo Valor
		Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado		
31 de Dezembro de 2015						
Caixa e disponibilidades Bancos Centrais	117 663	-	-	-	117 663	117 663
Disponibilidades em outras instituições de crédito	19 311	-	-	-	19 311	19 311
Activos financeiros detidos para negociação	-	18 677	473 409	7 497	499 583	499 583
Activos financeiros disponíveis para venda	60	19 900	112 934	27 010	159 904	159 904
Aplicações em instituições de crédito	142 651	-	-	-	142 651	142 651
Crédito a clientes	469 116	-	-	-	469 116	469 116
Derivados para gestão de risco	-	-	34	-	34	34
Activos financeiros	748 801	38 577	586 377	34 507	1 408 262	1 390 676
Recursos de Bancos Centrais	61 139	-	-	-	61 139	61 139
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	420 817	-	420 817	420 817
Recursos de outras instituições de crédito	812 577	-	-	-	812 577	812 577
Recursos de clientes	135 609	-	-	-	135 609	135 609
Responsabilidades representadas por títulos	212 439	-	-	-	212 439	212 467
Derivados para gestão de risco	-	-	59	-	59	59
Passivos subordinados	-	-	215	-	215	215
Passivos financeiros	1 221 764	-	421 091	-	1 642 855	1 642 883
31 de Dezembro de 2014						
Caixa e disponibilidades Bancos Centrais	1 198	-	-	-	1 198	1 198
Disponibilidades em outras instituições de crédito	27 824	-	-	-	27 824	27 824
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	37 102	661 183	134	698 419	698 419
Activos financeiros disponíveis para venda	63	79 166	41 076	27 880	148 185	148 185
Aplicações em instituições de crédito	97 657	-	-	-	97 657	97 657
Crédito a clientes	628 228	-	-	-	628 228	628 228
Derivados para gestão de risco	-	-	60	-	60	60
Activos financeiros	754 970	116 268	702 319	28 014	1 601 571	1 601 571
Recursos de Bancos Centrais	61 108	-	-	-	61 108	61 108
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	644 151	-	644 151	644 151
Recursos de outras instituições de crédito	780 070	-	-	-	780 070	780 070
Recursos de clientes e outros empréstimos	49 970	-	-	-	49 970	49 970
Responsabilidades representadas por títulos	366 810	-	3 441	-	370 251	370 251
Derivados para gestão de risco	-	-	94	-	94	94
Passivos subordinados	60 015	-	215	-	60 230	57 481
Passivos financeiros	1 317 973	-	647 901	-	1 965 874	1 963 125

Os Activos e Passivos ao justo valor do Haitong Bank, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

Valores de cotação de mercado – nesta categoria incluem-se os instrumentos financeiros com cotações disponíveis em mercados oficiais.

Métodos de valorização com parâmetros observáveis no mercado – nesta categoria incluem-se os instrumentos financeiros: (i) com cotações divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços para este tipo de activos e (ii) cuja valorização se baseia na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objecto de valorização. Não obstante, o Haitong Bank utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.

Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

Durante os exercícios de 2015 e 2014 não foram efectuadas transferências entre os diferentes níveis de valorização dos activos e passivos.

O movimento dos activos financeiros valorizados com recurso a métodos com parâmetros não observáveis no mercado, durante o exercício de 2015 pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Saldo a 1 de Janeiro	28 015	33 598
Aquisições	7 497	-
Alienações	(134)	(33 570)
Transferências	3 180	27 877
Variações de valor	(4 051)	110
Saldo a 31 de Dezembro	34 507	28 015

Os principais parâmetros utilizados, durante o exercício de 2015, nos modelos de valorização foram os seguintes:

Curvas de taxas de juro

As taxas de curto prazo apresentadas reflectem os valores indicativos do mercado monetário, para o longo prazo utilizam-se as curvas *swap*:

	31.12.2015			31.12.2014			(%)
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP	
<i>Overnight</i>	-0,35	0,27	0,45	0,01	0,18	0,45	
1 mês	-0,23	0,43	0,50	0,02	0,31	0,53	
3 meses	-0,17	0,51	0,59	0,08	0,19	0,60	
6 meses	-0,10	0,61	0,75	0,17	0,50	0,74	
1 ano	-0,06	0,87	0,85	0,16	0,43	0,65	
3 anos	0,06	1,40	1,30	0,22	1,26	1,14	
5 anos	0,33	1,72	1,59	0,36	1,79	1,45	
7 anos	0,62	1,95	1,80	0,53	2,04	1,65	
10 anos	1,00	2,19	1,99	0,82	2,28	1,84	
15 anos	1,40	2,42	2,16	1,15	2,50	2,07	
20 anos	1,57	2,53	2,20	1,33	2,62	2,18	
25 anos	1,60	2,59	2,18	1,42	2,67	2,22	
30 anos	1,61	2,62	2,16	1,47	2,69	2,23	

Spreads de crédito

Os *spreads* de crédito utilizados pelo Banco na avaliação dos derivados de crédito são multi-contribuídos e publicados diariamente na Bloomberg em final do dia, sendo utilizados para os referidos efeitos os valores correspondentes às entidades de referência. Seguidamente apresenta-se a evolução dos principais índices, que se entende como representativa do comportamento dos *spreads* de crédito no mercado ao longo do ano.

(pontos de base)

Indice	Série	3 anos	5 anos	7 anos	10 anos
Ano 2015					
CDXUSD Main	25	60,46	88,32	110,25	126,93
iTraxx Eur Main	24	51,50	77,28	96,30	113,75
iTraxx Eur Senior Financial	24	-	76,86	-	106,81
Ano 2014					
CDXUSD Main	23	38,57	66,09	88,32	107,10
iTraxx Eur Main	22	35,46	62,95	84,44	101,20
iTraxx Eur Senior Financial	22	-	67,38	-	99,77

Volatilidades de taxas de juro

Os valores a seguir apresentados referem-se às volatilidades implícitas (*at the money*), que servem de base para a avaliação de opções de taxa de juro:

	31.12.2015			31.12.2014		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
1 ano	-	42,65	39,66	283,60	69,94	49,46
3 anos	-	45,92	53,36	102,30	57,67	61,19
5 anos	148,15	46,21	54,11	94,22	49,13	59,26
7 anos	82,95	43,92	51,72	84,35	44,41	55,17
10 anos	55,66	40,48	47,70	67,52	40,68	49,61
15 anos	41,68	35,58	42,18	53,72	35,58	41,94

Câmbios e volatilidades

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

Cambial	31.12.2015	31.12.2014	Volatilidade (%)				
			1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,08870	1,21410	9,66	9,94	9,98	10,02	10,07
EUR/GBP	0,73395	0,77890	8,58	9,05	9,79	10,27	10,49
EUR/CHF	1,08350	1,20240	6,08	6,78	7,19	7,46	7,66
EUR/NOK	9,60300	9,04200	10,66	10,70	10,67	10,61	10,61
EUR/PLN	4,26390	4,27320	6,70	6,73	6,92	7,04	7,14
EUR/RUB	80,67360	72,33700	19,82	20,77	21,32	21,39	21,48
USD/BRL a)	3,96041	2,65275	23,61	22,75	21,88	21,45	21,23
USD/TRY b)	2,91770	2,33259	12,29	13,20	13,94	14,41	14,86

a) Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/BRL

b) Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/TRY

Índices sobre cotações

No quadro seguinte, resume-se a evolução dos principais índices de cotações e respectivas volatilidades:

	Cotação			Volatilidade histórica (%)		Volatilidade implícita (%)
	31.12.2015	31.12.2014	Variação %	1 mês	3 meses	
DJ EURO STOXX 50	3 268	3 146	3,8	23,39	23,14	22,72
PSI 20	5 313	4 799	10,7	16,81	21,40	-
IBEX 35	9 544	10 280	- 7,2	22,88	22,20	-
FTSE 100	6 242	6 566	- 4,9	17,98	20,34	16,08
DAX	10 743	9 806	9,6	25,48	24,38	21,79
S&P 500	2 044	2 059	- 0,7	16,33	18,56	15,58
BOVESPA	43 350	50 007	-13,31	25,68	27,27	25,38

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros acima referidos são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Empréstimos e aplicações em instituições de crédito

Considerando aos prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas.

Investimentos detidos até à maturidade

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Recursos de outras instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Recursos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças quantificáveis no seu justo valor.

Débitos representados por títulos e Passivos subordinados

O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis, caso não existam é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

NOTA 41 – GESTÃO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE

Em termos de política de gestão dos riscos, é apresentada a seguinte informação qualitativa do Haitong Bank.

O controlo e a gestão dos riscos, pelo papel que têm vindo a desempenhar no apoio activo à gestão, apresentam-se como um dos principais eixos estratégicos de suporte ao seu desenvolvimento equilibrado e sustentado.

O Departamento de Risco tem mantido como principais, os seguintes objectivos:

- Identificação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos, adoptando progressivamente princípios e metodologias uniformes;
- Contribuição contínua para o aperfeiçoamento de ferramentas de apoio à estruturação de operações e do desenvolvimento de técnicas internas de avaliação de performance e de optimização da base de capital;
- Gestão pró activa de situações de atraso significativo e incumprimentos de obrigações contratuais.

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco no âmbito da sua actividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes – e em produtos de negociação – *swaps*, *forwards* e opções (risco de contraparte).

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Banco, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efectuada regularmente. São igualmente objecto de análise, em base diária, o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correcto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da actividade corrente das áreas de negócio.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Haitong Bank ao risco de crédito:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	279 618	126 673
Activos financeiros detidos para negociação	498 398	693 766
Activos financeiros disponíveis para venda	156 148	138 213
Crédito a clientes	469 116	628 228
Derivados para gestão de risco	34	60
Outros activos	420 203	274 312
Garantias e avals prestados	1 038 622	1 295 739
Compromissos irrevogáveis	34 018	65 387
Risco de Crédito associado às entidades de referência dos derivados de crédito	1	1 000
Total	2 896 158	3 223 378

Concentração de riscos

A repartição do crédito sobre clientes e títulos por sectores de actividade, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)

	31.12.2015					
	Crédito a clientes				Activos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto		Imparidade		Activos financeiros detidos para negociação	
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido	Valor bruto	Imparidade
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	-	-	-	-	2 941	-
Indústrias transformadoras - Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	-	-	-	-	12	-
Indústrias transformadoras - Produtos Químicos e de Borracha	108	16 907	-	4 884	153	612
Indústrias transformadoras - Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	17 613	-	2 358	-	-	-
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	133 893	4 865	8 081	4 865	18 036	-
Construção	32 682	6 043	-	3 995	-	-
Promoção imobiliária	-	-	-	-	136	-
Transportes e armazenagem	203 920	8 376	4 056	3 130	81 412	-
Alojamento, restauração e similares	-	309	-	309	-	-
Actividades de edição	9 856	640	-	52	-	-
Actividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música	170	-	6	-	-	-
Actividades de telecomunicação	5 708	-	-	-	837	-
Actividades de intermediação monetária	-	-	-	-	359 035	110 265
Actividades das sociedades gestoras de participações sociais	78 740	2 466	63 522	1 289	7 019	1 268
Outras actividades financeiras e de seguros	16 914	623	422	623	4 055	10 193
Actividades imobiliárias	37 148	27 208	29 587	20 488	8 384	-
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	234	8	234	8	-	24 430
Viagens	7 703	5 950	-	5 950	-	-
Administração Pública Central	-	-	-	-	2 090	19 384
Administração Pública Regional e Local	4 533	-	-	-	-	-
Actividades de saúde humana e apoio social	-	-	-	-	15 473	-
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	-	-	-	-	-	50
Crédito à Habitação	358	-	-	-	-	-
TOTAL	549 580	73 395	108 266	45 593	499 583	166 202

(milhares de euros)

	31.12.2014					
	Crédito a clientes				Activos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto		Imparidade		Activos financeiros detidos para negociação	
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido	Valor bruto	Imparidade
Indústrias extractivas	-	-	-	-	-	-
Indústrias transformadoras - Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	-	-	-	-	13	-
Indústrias transformadoras - Produtos Químicos e de Borracha	16 340	-	4 884	-	20	440
Indústrias transformadoras - Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	1 616	-	512	-	-	-
Indústrias transformadoras - Fabricação de Material de Transporte	-	-	-	-	20	-
Indústrias transformadoras - Outras Indústrias Transformadoras	-	-	-	-	37	-
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	166 896	3 133	8 970	1 254	24 284	-
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	-	-	-	-	-	-
Construção	82 645	5 482	59	3 303	45	-
Promoção imobiliária	-	-	-	-	221	-
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	24 819	-	-	-	-	-
Transportes e armazenagem	220 242	971	3 219	794	122 333	-
Alojamento, restauração e similares	-	309	12 293	309	-	-
Actividades de edição	11 000	-	-	-	-	-
Actividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música	1 053	-	37	-	-	-
Actividades de telecomunicação	4 165	229	145	2	-	-
Actividades de intermediação monetária	-	-	-	-	489 569	39 677
Actividades das sociedades gestoras de participações sociais	111 049	216	52 637	2	4 789	11 750
Outras actividades financeiras e de seguros	58 649	431	590	431	1 736	18 844
Actividades imobiliárias	49 044	1 723	22 065	749	11 475	-
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	34 362	186	28	186	1 275	28 481
Viagens	8 289	5 950	9 257	5 950	-	-
Actividades de Aluguer	-	-	41 027	-	-	-
Administração Pública Central	-	-	-	-	32 449	56 784
Actividades de saúde humana e apoio social	-	-	-	-	10 153	-
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	18 231	262	13 035	50	-	50
Outras actividades de serviços	-	-	17 711	-	-	-
Actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e actividades de produção das famílias para uso próprio	-	-	-	-	-	-
Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	-	-	-	-	-	-
Crédito à Habitação	-	-	-	-	-	-
Crédito a Particulares	435	-	-	-	-	-
TOTAL	808 835	18 892	186 469	13 030	698 419	156 026

Risco de mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O Grupo Haitong Bank utiliza um VaR com recurso à Simulação Histórica, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano.

Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

(milhões de euros)

	31.12.2015				31.12.2014			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	0.93	1.99	3.31	1.13	0.41	1.26	2.40	0.33
Risco taxa de juro	0.25	0.80	1.28	0.45	0.98	0.90	1.03	0.64
Acções	0.10	0.41	1.29	0.16	0.67	0.65	1.22	0.40
Spread de Crédito	0.97	0.34	0.20	0.24	0.18	0.32	0.17	0.27
Covariância	-0.36	-0.76	-1.77	-0.52	-0.87	-0.93	-1.37	-0.50
Total	1.89	2.78	4.31	1.46	1.37	2.20	3.45	1.14

O Haitong Bank encerrou o ano com um VaR de 1,88 milhões de euros para as suas posições de negociação, registando um decréscimo de cerca de 38% face ao ano transacto.

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, o Haitong Bank calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do Bank of International Settlements (BIS) classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

(milhões de euros)

	31.12.2015						
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	118	118	-	-	-	-	-
Aplicações e disponibilidades em instituições de crédito	177	35	142	-	-	-	-
Crédito a clientes	623	217	152	236	18	-	-
Títulos	166	9	100	41	-	1	15
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação	233	-	233	-	-	-	-
Fora de balanço	665	271	112	139	12	-	131
Total	1 982	650	739	416	30	1	146
Recursos de bancos centrais	61	-	-	-	-	61	-
Recursos de outras instituições de crédito	813	49	751	-	-	13	-
Depósitos	116	11	98	-	7	-	-
Repo's com clientes	19	-	19	-	-	-	-
Títulos emitidos	213	-	213	-	-	-	-
Outros instrumentos equiparáveis a capital	4	-	-	-	-	-	4
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação	7	-	7	-	-	-	-
Fora de Balanço	665	271	112	139	12	-	131
Total	1 898	331	1 200	139	19	74	135
GAP (Activos - Passivos)	84	319	(461)	277	11	(73)	11

(milhões de euros)

	31.12.2014						
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	1	1	-	-	-	-	-
Aplicações e disponibilidades em instituições de crédito	125	19	106	-	-	-	-
Crédito a clientes	828	105	314	357	4	-	47
Titulos	148	9	32	76	-	3	28
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação	308	-	308	-	-	-	-
Fora de balanço	95	33	21	31	10	-	-
Total	1 505	167	781	464	14	3	75
Recursos de bancos centrais	61	-	-	-	-	61	-
Recursos de outras instituições de crédito	780	11	755	-	-	14	-
Recursos de clientes							
Depósitos	33	11	21	1	-	-	-
Repo's com clientes	17	-	17	-	-	-	-
Titulos emitidos*	430	1	175	2	250	2	-
Outros instrumentos equiparáveis a capital	4	-	-	-	-	-	4
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação	9	-	9	-	-	-	-
Fora de Balanço	95	32	22	31	10	-	-
Total	1 429	55	999	34	260	77	4
GAP (Activos - Passivos)	76	112	(218)	430	(246)	(74)	71

O modelo utilizado para o cálculo da análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária baseia-se numa aproximação ao modelo da duração, sendo efectuados cenários paralelos.

(milhões de euros)

	31.12.2015		31.12.2014	
	Aumento paralelo de 100 pb	Aumento paralelo de 100 pb	Aumento paralelo de 100 pb	Aumento paralelo de 100 pb
Em 31 de Dezembro	4,1	(4,1)	(11,5)	11,5
Média do exercício	(0,2)	0,2	(26,9)	26,9
Máximo para o exercício	4,1	2,6	(11,5)	50,3
Mínimo para o exercício	(2,6)	(4,1)	(50,3)	11,5

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Banco, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, bem assim como os respectivos saldos médios e os juros do exercício:

(milhares de euros)

	31.12.2015			31.12.2014		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Activos monetários	194 142	1 305	0,67%	268 811	1 830	0,68%
Crédito a clientes	478 991	17 471	3,65%	749 930	26 249	3,50%
Aplicações em títulos	227 981	9 859	4,32%	409 806	18 213	4,44%
Contas caução	191 081	115	0,06%	256 963	282	0,11%
Activos financeiros	1 092 195	28 750	2,63%	1 685 510	46 574	2,76%
Recursos monetários	766 827	14 978	1,95%	1 041 116	11 687	1,12%
Recursos de clientes	63 491	523	0,82%	203 356	1 323	0,65%
Responsabilidades representadas por títulos	345 022	16 572	4,80%	451 223	21 095	4,68%
Outros recursos	418 250	1 560	0,37%	578 162	147	0,03%
Passivos financeiros	1 593 590	33 633	2,11%	2 273 857	34 252	1,51%
Resultado Financeiro		(4 883)	0,52%		12 322	1,26%

No que se refere ao risco cambial, a exposição dos activos e dos passivos, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, por moeda, é analisado como segue:

(milhares de euros)

		31.12.2015			31.12.2014		
		Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida
USD	DOLAR DOS E.U.A	181 559	(156 593)	24 966	237 235	(240 591)	(3 356)
GBP	LIBRA ESTERLINA	144 585	-	144 585	107 881	(107 645)	236
BRL	REAL BRASILEIRO	20 816	(169 981)	(149 165)	38 374	(133 877)	(95 503)
JPY	YEN	285	-	285	247	-	247
CHF	FRANCO SUICO	290	-	290	566	-	566
PLN	ZLOTI POLACO	14 886	(482)	14 404	19 657	-	19 657
CAD	DOLAR CANADIANO	10 002	(12 900)	(2 898)	2 093	-	2 093
AUD	DOLAR AUSTRALIANO	1	-	1	9	-	9
INR	RUPIA INDIANA	11 778	-	11 778	8 296	-	8 296
	OUTRAS	(50)	1	(49)	192	-	192
		384 152	(339 955)	44 197	414 550	(482 113)	(67 563)

Nota: activo / (passivo)

Em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 a exposição do Haitong Bank a dívida pública de países “periféricos” da Zona Euro apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

31.12.2015						
	Crédito a clientes	Activos financeiros detidos p/ negociação e ao Justo Valor	Instrumentos Derivados ⁽¹⁾	Activos financeiros disponíveis para venda	Investimentos detidos até à maturidade	Total
Portugal	-	-	-	3 209	-	3 209
Espanha	-	54	-	-	-	54
Grécia	-	-	-	14 919	-	14 919
	-	54	-	18 128	-	18 182

⁽¹⁾ Valores apresentados pelo líquido: a receber/(a pagar)

(milhares de euros)

31.12.2014						
	Crédito a clientes	Activos financeiros detidos p/ negociação e ao Justo Valor	Instrumentos Derivados ⁽¹⁾	Activos financeiros disponíveis para venda	Investimentos detidos até à maturidade	Total
Portugal	-	-	-	2 901	-	2 901
Espanha	-	55	-	-	-	55
Grécia	-	-	-	27 903	-	27 903
	-	55	-	30 804	-	30 859

⁽¹⁾ Valores apresentados pelo líquido: a receber/(a pagar)

A 31 de Dezembro de 2015, para além da exposição acima apresentada o Banco dispõe de protecção comprada em *Credit Default Swaps* sobre dívida pública portuguesa no montante de 40 000 milhares de dólares. Adicionalmente, a esta data o Banco apresenta uma exposição ao Novo Banco, cujo valor em balanço é de 133 286 milhares de euros, que está integralmente garantida pelo Estado português.

Excepto no que se refere ao crédito a clientes e aos investimentos detidos até à maturidade, todas as exposições apresentadas encontram-se registadas no balanço do Banco pelo seu justo valor com base em valores de cotação de mercado e no caso dos derivados com base em métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado.

O detalhe sobre a exposição a títulos na carteira de Activos Financeiros Disponíveis para Venda, Activos Financeiros Detidos para Negociação e Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados é como segue:

(milhares de euros)						
31.12.2015						
	Valor Nominal	Valor Cotação	Juro Corrido	Valor de Balanço	Imparidade	Reservas Justo Valor
Activos Disponíveis para Venda						
Portugal	3 000	3 071	138	3 209	-	28
Maturidade até 1 ano	2 300	2 317	128	2 445	-	10
Maturidade superior 1 ano	700	754	10	764	-	18
Grécia	24 000	14 308	611	14 919	-	(2 575)
Maturidade superior 1 ano	24 000	14 308	611	14 919	-	(2 575)
	27 000	17 379	749	18 128	-	(2 547)
Activos Financeiros de Negociação						
Espanha	45	52	2	54	-	-
	45	52	2	54	-	-

(milhares de euros)						
31.12.2014						
	Valor Nominal	Valor Cotação	Juro Corrido	Valor de Balanço	Imparidade	Reservas Justo Valor
Activos Disponíveis para Venda						
Portugal	2 600	2 766	136	2 901	-	100
Maturidade até 1 ano	100	102	1	103	-	2
Maturidade superior 1 ano	2 500	2 664	135	2 798	-	98
Grécia	52 000	27 019	884	27 903	-	(8 592)
Maturidade superior 1 ano	52 000	27 019	884	27 903	-	(8 592)
	54 600	29 785	1 020	30 804	-	(8 492)
Activos Financeiros de Negociação						
Espanha	45	53	2	55	-	-
	45	53	2	55	-	-

Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas significativas.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria. Esta gestão tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e

longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento por parte do Banco dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo regras exigidas pelo Banco de Portugal e previstas na CRD IV (Directiva 2013/36/UE).

Indicadores de Liquidez Individuais

O *gap* de liquidez até 1 ano do Haitong Bank melhorou de - 592 milhões de euros à data de 31 de Dezembro de 2014 para + 536 milhões de euros no final do presente exercício. Esta melhoria deveu-se essencialmente à extensão do perfil de maturidade alcançada na estrutura de financiamento do Banco em 2015.

A 31 de Dezembro de 2015, o Haitong Bank alcançou um rácio de cobertura de liquidez de 483%, estamos assim acima do rácio mínimo regulamentar previsto, quer para Dezembro de 2015, como para Dezembro de 2018.

Risco operacional

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Os principais objectivos da gestão de capital no Grupo são (i) permitir o crescimento sustentado da actividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos activos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital.

A definição da estratégia a adoptar em termos de gestão de capital é da competência da Comissão Executiva encontrando-se integrada na definição global de objectivos do Grupo.

Em termos prudenciais, o Grupo está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre a adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

Actualmente, para fins de reporte às autoridades de supervisão para efeitos prudenciais, o Grupo utiliza o método “Standard” tanto para o tratamento do risco de crédito como do risco operacional (método “The Standardized Approach” – TSA).

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de adequação de capital do Haitong Bank para 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014:

	(milhares de euros)	
	31.12.2015	31.12.2014
Total RWA	4 156 783	3 737 642
Risco Crédito e CVA	2 667 960	3 235 925
Risco de Mercado	356 521	318 650
Risco Operacional	138 880	183 067
Fundos Próprios		
Totais	498 190	440 977
Nível 1	498 054	440 977
Principais Nível 1	498 054	440 977
Rácios		
Totais	15,7%	11,8%
Nível 1	15,7%	11,8%
Principais Nível 1	15,7%	11,8%

Os pressupostos utilizados para os cálculos de adequação de capital encontram-se descritos no ponto “7.5. Gestão do Capital - Solvabilidade” do Relatório de Gestão.

NOTA 42 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Julho de 2015 e no âmbito do processo de *de-banking* nos EUA, o Haitong Bank submeteu ao New York Department of Financial Services (NYDFS) o pedido de abertura de um Escritório de Representação em Nova Iorque. A 6 de Janeiro de 2016, o NYDFS informou o Haitong Bank da aprovação do Escritório de Representação.

No seguimento de autorização do Banco de Portugal, foi constituída em 30 de Setembro de 2015, nos Estados Unidos, uma sociedade designada Haitong Securities USA, 100% detida pelo Haitong Bank, S.A., que irá solicitar junto das autoridades americanas competentes licença para actuar naqueles mercados como uma *broker dealer*. Esta sociedade tem um capital inicial no montante de 300 000 dólares, cuja realização ocorreu no dia 20 de Janeiro de 2016. Prevê-se que a sociedade inicie a sua actividade em 2016.

NOTA 43 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS E ADOPTADAS PELO BANCO

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Banco aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2015, são as seguintes:

IFRIC 21 – Taxas

O IASB, emitiu em 20 de Maio de 2013, esta interpretação com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta interpretação foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 634/2014, de 13 de Junho, (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício que começa em ou após 17 de Junho de 2014).

Esta nova interpretação define taxas (“Levy”) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e

apenas quando – o evento específico que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre. Esta interpretação não teve impactos nas demonstrações financeiras do Banco de 31 de Dezembro de 2015.

Melhoramentos às IFRS (2011-2013)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduziram alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1361/2014, de 18 de Dezembro (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Janeiro de 2015).

IFRS 1 – Conceito de “IFRS efectivas”

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

IFRS 3 – Excepções ao âmbito de aplicação para *joint ventures*

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal excepção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de *joint ventures* ou às próprias *joint ventures*.

IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – excepção de portefólios

O Parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma excepção para mensurar o justo valor de grupos de activos ou passivos na base líquida. O objectivo desta alteração consiste na clarificação que a excepção de portefólios aplica-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de activo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio

O objectivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um activo, de um grupo de activos ou de uma concentração de uma actividade operacional abrangida pela IFRS 3.

O Banco não teve qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS AINDA NÃO ADOPTADAS PELO BANCO

O Banco decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adoptadas pela União Europeia:

IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados

O IASB, emitiu esta alteração em 21 de Novembro de 2013, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014. Esta alteração foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 29/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Fevereiro de 2015).

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efectuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efectuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

O Banco não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Fevereiro de 2015).

IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (“vesting”)

A alteração clarifica a definição de condição de aquisição (“vesting”) contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Acções, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da “condição de aquisição”, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de actividades empresariais

O objectivo da alteração visa clarificar certos aspectos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de actividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um activo ou passivo não-financeiro.

IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos activos dos segmentos reportáveis e os activos da empresa

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os factores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos activos dos segmentos reportáveis para o total dos activos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor actual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja factura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

IAS 16 e IAS 38 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da selecção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

IAS 24 – Transacções com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

O Banco não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de Setembro de 2014 introduzem alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2343/2015, de 15 de Dezembro de 2015.

IFRS 5- Activos Não Correntes Detidos Para Venda e Operações Descontinuadas: Alterações no Método de Disposição

As alterações à IFRS 5 clarificam que caso uma entidade reclassifique um activo (ou um Banco em descontinuação) directamente de “detido para venda” para “detido para distribuição aos proprietários” (ou vice-versa) então a alteração de classificação é considerada uma continuação do plano original de disposição. Assim sendo, nenhum ganho ou perda de mensuração será contabilizado na demonstração de resultados ou na demonstração de rendimento integral.

IFRS 7- Instrumentos Financeiros: Divulgações: contratos de Serviços Prestados

As alterações à IFRS 7 clarifica - adicionando orientação de aplicação adicional - quando os contratos de prestação de serviços constituem envolvimento continuado para efeitos da aplicação dos requisitos de divulgação no parágrafo 42 C da IFRS 7.

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações: Aplicabilidade das Emendas à IFRS 7 na compensação de activos e passivos financeiros para demonstrações financeiras intercalares condensadas

A presente alteração esclarece que as divulgações adicionais exigidas que foram introduzidas em Dezembro de 2011 pelas alterações ao IFRS 7 - compensação de activos e passivos financeiros – não são necessários em períodos intercalares após o ano da sua aplicação inicial, a menos que a IAS 34 Relato Financeiro Intercalar exija essas divulgações.

IAS 19- Benefícios dos Empregados: Taxa de desconto: emissão mercado regional

As alterações à IAS 19 clarificam que as obrigações de empresas de alta qualidade utilizados para estimar a taxa de desconto deve ser determinada considerando a mesma moeda em que os benefícios vão ser pagos. Consequentemente, a profundidade do mercado de títulos corporativos de alta qualidade deve ser avaliado a nível da moeda, em vez de ao nível do país. Se um mercado activo não existir, deve ser utilizada a taxa de mercado dos títulos do governo denominados nessa moeda.

IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar: Divulgação de informações "em outras partes do relatório financeiro intercalar "

As alterações esclarecem que “outras divulgações” exigidas pelo parágrafo 16A do IAS 34, devem ser apresentadas ou nas demonstrações financeiras intercalares ou incorporadas por referência cruzada das demonstrações financeiras intercalares para algum outro documento (como comentários da gestão ou de um relatório de risco) que esteja disponível para os utentes das demonstrações financeiras nos mesmos termos que as demonstrações financeiras intercalares e, ao mesmo tempo.

As alterações à IAS 34 também clarificam que, se os utentes das demonstrações financeiras não tiverem acesso a essa informação, incluída por referência cruzada, nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar é incompleto.

O Banco não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

IAS 27- Equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas

O IASB, emitiu, em 12 de Agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efectiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2441/2015, de 18 de Dezembro de 2015.

O Banco ainda não tomou qualquer decisão sobre uma eventual adopção esta opção nas suas contas separadas (se nas contas individuais aplicarem as IFRS).

IAS 39 - Instrumentos Financeiros

O Banco de Portugal em 30 de dezembro de 2015 emitiu o Aviso n.º 5/2015 que estabelece que as entidades sujeitas à sua supervisão devem elaborar as demonstrações financeiras em base individual de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, revogando assim o Aviso n.º 1/2005, que estabelecia que as demonstrações financeiras individuais do Banco deviam ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA's). O novo Aviso entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2016. Os impactos decorrente desta alteração nas demonstrações financeira de abertura do exercício de 2016, resultam fundamentalmente da revogação do Aviso n.º 3/95 referente ao registo da imparidade sobre a carteira de crédito numa óptica individual.

O Banco encontra-se ainda a avaliar os impactos decorrentes da implementação deste novo Aviso.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB em 2014 e aplicáveis aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 as seguintes alterações:

- Alterações à IAS 16 e IAS 41: Plantas vivas de produção de produtos agrícolas ("Bearer Plants") (emitida em 30 de Junho e adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2113/2015, de 23 de Novembro);
- Alterações à IAS 16 e IAS 38: Clarificação dos métodos aceites para depreciação e amortização (emitida em 12 de Maio e adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2231/2015, de 2 de Dezembro);
- Alterações à IFRS 11: Contabilização de aquisições de interesses em empreendimentos conjuntos (emitida em 6 de Maio e adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2173/2015, de 24 de Novembro).
- Alterações à IAS 1. Iniciativa de Divulgações (emitida em 18 de Dezembro e adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2406/2015, de 18 de Dezembro);
- O Banco não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS MAS AINDA NÃO EFECTIVAS PARA O BANCO

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de activos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de activos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos actuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos activos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de activos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um activo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objectivo é deter o activo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afectar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada acção, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os activos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um activo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias actualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com excepção desta alteração, a IFRS 9 na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o actual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um activo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito tiver aumentado significativamente, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respectiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que actualmente se designa por “prova objectiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afectada directamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respectivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de Janeiro de 2018.

O Banco iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas dada a natureza das actividades do Banco, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras do Banco.

IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em 28 de Maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2017. A sua adopção antecipada é permitida. Esta norma revoga as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rédito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Activos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transacções de Troca Directa Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- i) No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- ii) Ao longo do período, na medida em que retracta a performance da entidade.

A Sociedade encontra-se ainda a avaliar os impactos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 16 - Locações

O IASB, emitiu, em 13 de Janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2019. A sua adopção antecipada é permitida desde que adoptada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações.

A IFRS 16 remove a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de activos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

O Banco ainda não procedeu a uma análise completa sobre os impactos da aplicação desta norma.

IFRS 14 – Contas Diferidas Regulatórias

O IASB emitiu em 30 de Janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adopta pela primeira vez as IFRS e tem actividade com tarifa regulada.

A Comissão Europeia decidiu não iniciar o processo de adopção desta norma interina e esperar pela norma final.

A presente norma não é aplicável ao Banco.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB:

- Em 18/12/2014 e aplicável aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 as alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28, Entidades de Investimento: Aplicação da excepção de consolidação;
- Em 19/1/2016 e aplicável aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2017, alterações à IAS 12 que visaram clarificar os requisitos de reconhecimento de activos por impostos diferidos para perdas não realizadas para resolver divergências praticadas.

O Banco não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Haitong Bank, S.A.

Exercício de 2015

Ao Accionista do
Haitong Bank, S.A. (anterior Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.)

Nos termos da legislação em vigor, apresentamos o Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal sobre o Relatório de Gestão, as contas individuais e consolidadas e a proposta de aplicação de resultados, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, apresentados pelo Conselho de Administração do Haitong Bank (doravante, Haitong).

O Conselho Fiscal sublinha que o Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. foi adquirido em Setembro de 2015 pela sociedade Haitong International Holdings Limited, subsidiária da sociedade Haitong Securities Co, Ltd., entidades de grande relevo no sistema financeiro internacional, designadamente no mercado asiático.

Ainda nesse mês foi alterada a designação social do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., passando a designar-se por Haitong Bank, S.A..

Durante o exercício de 2015 o Conselho Fiscal do Haitong, no âmbito das suas atribuições, acompanhou, nos termos da Lei e do contrato de sociedade, a evolução da gestão e da actividade do Haitong, nomeadamente:

- (i) apreciou a adequação e a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna;
- (ii) participou, nas reuniões do Conselho de Administração, sempre que para esse efeito foi convocado;



1/4

- (iii) analisou os documentos de informação de gestão que foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- (iv) acompanhou a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte;
- (v) apreciou as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pelo Haitong; e
- (vi) teve reuniões, sempre que necessárias, com o Revisor Oficial de Contas sobre a apreciação das políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pelo Haitong, o qual sempre prestou as informações tidas como relevantes.

O Conselho Fiscal apreciou também, nos termos da Lei, o Relatório de Auditoria elaborado pelo Revisor Oficial de Contas, relativo às contas individuais e consolidadas, tendo igualmente tomado conhecimento da Certificação Legal de Contas (individual e consolidada), sobre as referidas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2015 e com as quais concorda.

Não obstante, este Conselho vem, desde Fevereiro de 2013, alertar o Conselho de Administração para o valor do *goodwill* associado à participada Haitong (UK) Limited.

Na realidade, e em termos consolidados, constata-se a permanente e significativa contribuição negativa da referida participada nos resultados, facto que conduz à conclusão sobre a difícil recuperação do valor do *goodwill* associado à sua aquisição pelo que se poderá estar, eventualmente, perante uma potencial perda real.

O Conselho Fiscal tomou ainda conhecimento das conclusões do Relatório de Auditoria elaborado por uma reputada sociedade internacional de auditoria.

Foi ainda analisado o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração que no entender deste Conselho cumpre os requisitos legais e estatutários e é elucidativo dos principais aspectos que circunscreveram a actividade do Haitong no exercício de 2015, tanto em termos individuais como em termos consolidados.



2/4

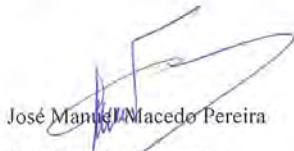
Em Dezembro de 2015, o capital social do Haitong Bank, S.A. foi aumentado em 100.000.000,00 euros passando a ser de 426.269.000,00 euros que foi subscrito e realizado na sua totalidade pela sociedade Haitong International Holdings Limited.

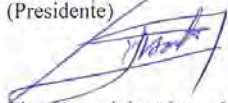
Face ao exposto, é Parecer deste Conselho que sejam aprovados:

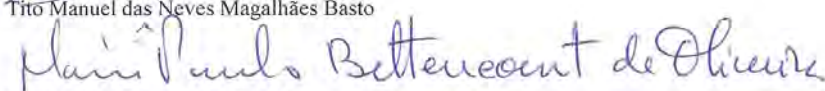
- O Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015;
- A proposta apresentada, pelo Conselho de Administração, de aplicação do resultado líquido negativo, em base estatutária e relativo ao exercício de 2015, no montante de 43.176.896,49 euros.

Lisboa, 30 de Março de 2016

O CONSELHO FISCAL


José Manuel Macedo Pereira
(Presidente)


Tito Manuel das Neves Magalhães Basto


Mário Paulo Bettencourt de Oliveira

Declaração de Conformidade sobre a Informação Financeira Apresentada

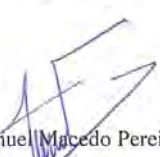
A presente declaração é feita nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245 do Código dos Valores Mobiliários (CVM).

O Conselho Fiscal declara, de forma expressa que, tanto quanto é do seu conhecimento:

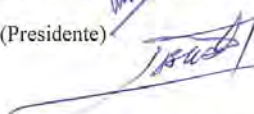
- A informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 245 do CVM, com referência a 31 de Dezembro de 2015, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Haitong e das sociedades incluídas no perímetro de consolidação; e
- O relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Haitong e das sociedades incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam no decurso da sua actividade.

Lisboa, 30 de Março de 2016

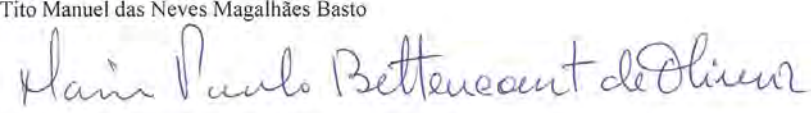
O CONSELHO FISCAL



José Manuel Macedo Pereira
(Presidente)



Tito Manuel das Neves Magalhães Basto



Mário Paulo Bettencourt de Oliveira



Amável Galhau, Ribeiro da Cunha & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

(Contas Individuais)

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no relatório de gestão e nas demonstrações financeiras individuais anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, do "HAITONG BANK, S.A." (Ex-Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.), as quais compreendem: o balanço (que evidencia um total de 2.601.649 milhares de euros e um total de capital próprio de 513.047 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 43.177 milhares de euros), as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, dos fluxos de caixa, das alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor e adoptadas na União Europeia, com excepção das matérias definidas nos n.os 2º e 3º do Aviso n.º 1/2005 e no n.º 2º do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal ("NCA"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Rua Arturiana Lmt, snc - 4º Esqº - 1099 - 053 Lisboa - Portugal
t +351 21 384 16 00 - f +351 21 385 50 24 - e-mail geral@acrc-stoc.com - www.acrc-stoc.com
Inscrita na lista dos R.O.C. com o N.º 19 (Sociedades)
Registada no Registo de Auditores junto da C.M. V.M. com o N.º 1919





Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **"HAITONG BANK, S.A." (Ex-Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.)**, em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas conforme definidas pelo Banco de Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Haitong, S.A. (Contas Individuais)
CLC 2015

2

Rua Arturiana Um, 104 - 2.º Esq.º - 1099 - 053 Lisboa - Portugal
t +351 21 384 16 00 - f +351 21 385 50 84 - e-mail geral@erc-stoc.com - www.erc-stoc.com
Inscrita na lista dos R.O.C. com o N.º 19 (Sociedades)
Registada no Registo de Auditores junto da C.M.V.M. com o N.º 1919





Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



ÊNFASES

8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 7., queremos referir que:

- 8.1. Na sequência da ênfase referida no exercício de 2014 quanto ao contrato de compra e venda da totalidade do capital social do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (BESI), celebrado entre o Novo Banco, S.A. e a Haitong International Holding Limited (de ora em diante HIHL), cumpre-nos referir que em 7 de setembro de 2015, a HIHL adquiriu, ao Novo Banco, S.A., a totalidade das ações do BESI.
- 8.2. Por via da aquisição referida em 8.1., foi alterada a denominação social do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. para Haitong Bank, SA.
- 8.3. Em dezembro de 2015, o único acionista Haitong International Holding Limited realizou um aumento de capital de 100.000 milhares de euros, através da emissão de 20.000.000 ações de valor nominal de 5 euros, sendo de 426.269 milhares de euros o atual capital do Haitong Bank, S.A..
- 8.4. O Haitong Bank, S.A. refere na nota 26 do anexo às demonstrações financeiras, os investimentos efetuados em subsidiárias e associadas e particularmente no Haitong (UK) Limited e no Haitong Capital – Sociedade de Capital de Risco, SA.
- O Haitong Bank, SA para avaliar a recuperabilidade destes investimentos fez uma análise estruturada à imparidade destes activos, de acordo com os procedimentos exigidos na IAS 36 “Imparidade de Activos”.
- Cumpre-nos referir que a recuperabilidade do valor destas participações está intrinsecamente associada à capacidade daquelas sociedades subsidiárias poderem vir a gerar benefícios económicos futuros em concordância com o plano de negócios estratégico que foi definido e ainda pela concretização de todos os pressupostos económicos estabelecidos.
- O Conselho de Administração, com base em análises de sensibilidade, considera apropriados os pressupostos económicos e que não serão detetadas perdas por imparidades.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras individuais do exercício.

Lisboa, 29 de março de 2016

José Maria Ribeiro da Cunha

Em representação de:

“Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas -”

Haitong, S.A. (Contas Individuais)
CLC 2015

3

Rua Artística Lm, 101 - 4.º Esq. - 1099 - 053 Lisboa - Portugal
t +351 21 384 46 00 - f +351 21 385 50 44 - e-mail geral@alc-rc.com - www.alc-rc.com
Inscrita na lista das R.O.C. com o N.º 39 (Sociedades)
Registada no Registo de Auditores junto da C.M.A.M. com o N.º 1319





**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11.^o
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

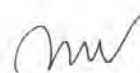
- 1 Examinámos as demonstrações financeiras do **Haitong Bank, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de 2.601.649 milhares de euros e um total de capital próprio de 513.047 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 43.177 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas ("NCA's"), conforme estabelecidas pelo Banco de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações, o rendimento integral as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., é uma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.
Capital Social: 3.916.000 Euros - Pessoa Colectiva N.º PT 502 161 076 - Inscrito na O.R.O.C. N.º 189 - Inscrito na C.M.V.M. N.º 20181489

Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o N.º PT 502 161 076



- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Haitong Bank, S.A.** em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações no capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com as NCA's, conforme definidas pelo Banco de Portugal.

Ênfase

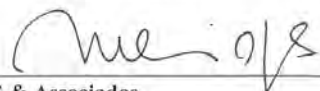
- 8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de o Banco, em 31 de Dezembro de 2015, ter registadas no seu balanço, na rubrica de investimentos em subsidiárias e associadas, as participações nas subsidiárias Haitong (UK) Limited, no valor de cerca de 171,5 milhões de euros, e na Haitong Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A., no valor de cerca de 42,7 milhões de euros.

Conforme referido na Nota 26 do Anexo, o Banco aplicou os requisitos da IAS 36 'Imparidade de activos' na avaliação do valor recuperável destas participações, estando descrita a metodologia utilizada, os pressupostos assumidos e as análises de sensibilidade efectuadas. A análise efectuada pelo Banco com base nos pressupostos descritos, e que o Conselho de Administração considera apropriados nas circunstâncias, e o valor recuperável do investimento nestas subsidiárias, depende da capacidade das mesmas e do Grupo, de executar as medidas necessárias com vista à concretização do plano de negócios e dos pressupostos assumidos. A evolução das condições macro económicas e do mercado em geral, poderão ter impacto na realização deste plano de negócios e consequentemente, no valor recuperável destas subsidiárias.

**Relato sobre outros requisitos legais**

- 9 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 29 de Março de 2016



KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves (ROC n.º 967)

ANEXOS

ANEXO I

PARTICIPAÇÕES ACCIONISTAS E OBRIGACIONISTAS DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

(anexo a que se refere o número 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais)

Accionistas/Obrigacionistas	Títulos	Nº títulos à data de 31/12/2014	Movimentos em 2015				Nº títulos à data de 31/12/2015
			Data	Aquisições	Alienações	Preço unitário (em euros)	
Hiroki Miyazato	-	-	-	-	-	-	-
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi	-	-	-	-	-	-	-
Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde	-	-	-	-	-	-	-
Miguel António Igrejas Horta e Costa	-	-	-	-	-	-	-
Pan Guangtao	-	-	-	-	-	-	-
Mo Yiu Poon	-	-	-	-	-	-	-
Christian Georges Jacques Minzolini	-	-	-	-	-	-	-
Félix Aguirre Cabanyes	-	-	-	-	-	-	-
Luis Miguel Pina Alves Luna Vaz	-	-	-	-	-	-	-
Paulo José Lameiras Martins	-	-	-	-	-	-	-
Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro	Ações Haitong Brasil	1	-	-	-	-	1
Frederico dos Reis de Arrochela Alegria	-	-	-	-	-	-	-
Alan do Amaral Fernandes	-	-	-	-	-	-	-
José Manuel Macedo Pereira	-	-	-	-	-	-	-
Tito Manuel das Neves Magalhães Basto	-	-	-	-	-	-	-
Mário Paulo Bettencourt de Oliveira	-	-	-	-	-	-	-
Paulo Ribeiro da Silva	-	-	-	-	-	-	-
Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados - SROC	-	-	-	-	-	-	-

ANEXO II

PARTICIPAÇÕES DE ACCIONISTAS

(anexo a que se refere o número 4 do Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais)

Accionistas	% do Capital
Haitong International Holdings Limited	100%

ANEXO III

ESTRUTURA E PRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO

(n.º 4 do Artigo 245º A do Código dos Valores Mobiliários)

- **Participações qualificadas no capital social da sociedade**

A sociedade Haitong International Holdings Limited, sociedade constituída em Hong Kong, subsidiária da Haitong Securities Co., Ltd., detém a totalidade do capital social do Banco com direito a voto.

- **Identificação de accionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos**

O capital social do Banco é integralmente representado por acções ordinárias.

- **Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de acções, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial**

Podem participar nas Assembleias-gerais do Banco os Accionistas, ou conjuntos de accionistas, que sejam titulares de um mínimo de cem acções, até aos cinco dias anteriores à data da Assembleia-geral em causa, a cada um dos quais corresponderá um voto.

- **Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da sociedade**

Os membros dos órgãos de administração são eleitos em Assembleia-geral de Accionistas. Não existem regras específicas para a substituição de Administradores, que se deverá processar nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais.

Não se encontram consagradas regras específicas para alterações aos Estatutos do Banco, que deverão ser feitas nos termos gerais previstos no Código das sociedades.

- **Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital**

O Conselho de Administração não possui actualmente quaisquer poderes quanto à deliberação de aumentos de capital social, tendo a previsão estatutária relativa a esta matéria cessado a sua vigência em resultado do último aumento de capital deliberado pelo Accionista Único.

- **Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira**

- *Sistema de Controlo Interno*

O Banco mantém e opera um sistema de controlo interno, cuja gestão está confiada ao Departamento de *Compliance*.

Neste contexto, o Departamento de *Compliance* tem por missão manter, em conjunto com os responsáveis pelos processos relevantes, a documentação relativa ao sistema de controlo interno do Banco, cabendo-lhe garantir uma visão de conjunto e uma gestão integrada do sistema de controlo interno de todo o Grupo liderado pelo Banco, contribuindo assim para o reforço da fiabilidade da informação financeira, da salvaguarda dos activos e da adequada prevenção de riscos inerentes.

Compete ainda ao Departamento de *Compliance* preparar e assegurar o reporte interno e externo às diversas entidades regulamentares, nacionais e internacionais, assegurando assim uma visão de conjunto e uma gestão integrada do sistema de controlo interno.

- *Sistema de controlo dos riscos*

A função do risco está organizada de forma a abranger os riscos de crédito, de mercados, de liquidez, de taxa de juro, de taxa de câmbio, operacional e de *Compliance*.

A definição do apetite de risco é da responsabilidade da Comissão Executiva, que fixa igualmente os princípios gerais de gestão e de controlo dos riscos, assegurando que o Banco detém as competências e os recursos necessários à prossecução dos objectivos definidos neste domínio.

A definição de funções e responsabilidades na gestão de risco obedece ao princípio das “Três Linhas de Defesa” que estabelece de uma forma clara a delegação de poderes e os canais de comunicação que estão formalizados nas políticas definidas no Grupo.

A função de Gestão de Risco assenta nos seguintes princípios básicos:

- Avaliação contínua e permanente do risco;
- Estabelecimento de limites de tolerância tendo em conta a solvência e a maximização do binómio retorno/risco;
- Análise, Quantificação, Controlo e Monitorização de risco por entidades independentes das áreas de negócio;
- Utilização de diversas metodologias, nomeadamente *ratings* internos e externos, estes últimos fornecidos pelas principais agências de *rating* internacionais, VaR e análises de sensibilidade e de posições;
- Análise das especificidades dos mercados onde as suas diversas unidades de negócio estão implantadas, bem como as características dos seus portefólios (negociação, investimento ou de detenção até à maturidade).

O controlo e supervisão de risco são efectuados pela Comissão Executiva, que delega no Conselho de Crédito e Riscos Global (CCR) a definição das normas e procedimentos conducentes da actividade e a aprovação das operações e limites de tolerância, e no Comité de Activos e Passivos (ALCO) a definição e o acompanhamento das políticas de gestão de balanço e de liquidez.

ANEXO IV

INDICADORES DE REFERÊNCIA DO BANCO DE PORTUGAL

(Instruções nº 23/2011 e nº 32/2013 do Banco de Portugal)

Indicadores de Referência do Banco de Portugal (Base Consolidada)	2015	2014
SOLVABILIDADE		
Rácio Fundos Próprios totais	10,6%	9,4%
Rácio Fundos Próprios de Nível 1	10,5%	9,4%
Rácio Fundos Próprios Principais de Nível 1	10,5%	9,4%
QUALIDADE DO CRÉDITO		
Crédito com Incumprimento / Crédito Total	15,1%	6,8%
Crédito com Incumprimento, Líquido / Crédito Total, Líquido	7,5%	2,6%
Crédito em Risco / Crédito Total	36,6%	27,9%
Crédito em Risco, Líquido / Crédito Total, Líquido	17,2%	15,1%
Crédito reestruturado / Crédito Total	55,4%	42,2%
Crédito reestruturado não incluído no crédito em risco / Crédito Total	18,8%	14,6%
RENDIBILIDADE		
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Capitais Próprios médios	-10,9%	-28,9%
Produto Bancário / Activo Líquido médio	3,5%	4,6%
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Activo Líquido médio	-1,1%	-3,1%
EFICIÊNCIA		
Custos de Funcionamento + Amortizações / Produto Bancário	102,6%	64,0%
Custos com Pessoal / Produto Bancário	58,8%	38,3%
RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO		
(Crédito Total - Provisões para Crédito) / Depósitos de Clientes	281,8%	379,1%

Indicadores de Referência do Banco de Portugal (Base Individual)	2015	2014
SOLVABILIDADE		
Rácio Fundos Próprios totais	15,7%	11,8%
Rácio Fundos Próprios de Nível 1	15,7%	11,8%
Rácio Fundos Próprios Principais de Nível 1	15,7%	11,8%
QUALIDADE DO CRÉDITO		
Crédito com Incumprimento / Crédito Total	11,7%	2,2%
Crédito com Incumprimento, Líquido / Crédito Total, Líquido	5,8%	0,8%
Crédito em Risco / Crédito Total	33,7%	23,8%
Crédito em Risco, Líquido / Crédito Total, Líquido	12,2%	13,3%
Crédito reestruturado / Crédito Total	46,3%	44,1%
Crédito reestruturado não incluído no crédito em risco / Crédito Total	12,6%	20,3%
RENDIBILIDADE		
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Capitais Próprios médios	-16,2%	-12,1%
Produto Bancário / Activo Líquido médio	1,7%	7,2%
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Activo Líquido médio	-2,9%	-1,9%
EFICIÊNCIA		
Custos de Funcionamento + Amortizações / Produto Bancário	171,7%	36,2%
Custos com Pessoal / Produto Bancário	90,2%	19,6%
RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO		
(Crédito Total - Provisões para Crédito) / Depósitos de Clientes	339,8%	1661,2%

ANEXO V

REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO E COLABORADORES COM A CATEGORIA DE *SENIOR MANAGING DIRECTORS* E COLABORADORES AFECTOS A ÁREAS DE CONTROLO

- 1) Montante anual da componente fixa das remunerações pagas pelo Haitong Bank, S.A., ou sociedades por si dominadas, a cada um dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização durante o exercício de 2015:

Conselho de Administração

(euros)

Membros Executivos do Conselho de Administração	Haitong Bank e Sucursais	Subsidiárias e Filiais	Total
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi	477.381	0	477.381
Francisco Ravara Cary a)	64.888	0	64.888
Miguel António Igrejas Horta e Costa b)	263.248	0	263.248
Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde c)	270.565	55.061	325.626
Christian Georges Jacques Minzolini d)	321.469	0	321.469
Luís Miguel Pina Alves Luna Vaz e)	160.432	170.217	330.649
Paulo José Lameiras Martins	318.401	0	318.401
Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro f)	359.691	0	359.691
Frederico dos Reis de Arrochela Alegria	290.287	0	290.287
Félix Aguirre Cabanyes	279.880	0	279.880
Alan do Amaral Fernandes g)	0	250.041	250.041
Total	2.806.242	475.318	3.281.560

a) Renunciou em Março de 2015

b) Deixou de ser Administrador Executivo em 6 de Outubro de 2015

c) Inclui o pagamento de BRL 203.749 ao câmbio médio de 2015 (3,70044)

d) Inclui o pagamento de PLN 1.182.950 ao câmbio médio de 2015 (4,18412)

e) Inclui o pagamento de GBP 123.552 ao câmbio médio de 2015 (0,72585)

f) Inclui o pagamento de um prémio de antiguidade

g) Inclui o pagamento de BRL 925.261 ao câmbio médio de 2015 (3,70044)

Os Membros Executivos do Conselho de Administração Hiroki Miyazato e Mo Yiu Poon não auferiram qualquer remuneração durante o exercício de 2015.

Os administradores não executivos não auferiram quaisquer remunerações fixas ou variáveis, pagas pelo Haitong Bank, S.A. ou sociedades por si dominadas, relativas às funções exercidas durante o exercício de 2015.

Os membros dos Órgãos de Fiscalização do Haitong Bank, S.A. não auferiram qualquer remuneração variável durante o exercício de 2015, tendo auferido as seguintes remunerações fixas:

Conselho Fiscal

(euros)

Membros do Conselho Fiscal	Haitong Bank e Sucursais
	Remuneração Total
José Manuel Macedo Pereira	12.000
Tito Manuel das Neves Magalhães Basto	9.000
Mário Paulo Bettencourt de Oliveira	9.000
Total	30.000

O membro suplente do Conselho Fiscal, Paulo Ribeiro da Silva não auferiu quaisquer remunerações fixas ou variáveis, pagas pelo Haitong Bank, S.A. ou sociedades por si dominadas, relativas às funções exercidas durante o exercício de 2015.

Revisor Oficial de Contas

(euros)

Revisor Oficial de Contas	Haitong e Sucursais Total
Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados	83.180

2) Montantes e tipos de remuneração variável dos Membros dos Órgãos de Administração:

a. Remuneração Variável relativa ao exercício de 2015:

Não houve atribuição de Remuneração Variável relativa ao exercício de 2015.

b. Remuneração Variável relativa a exercícios anteriores (paga):

Não houve pagamento de Remuneração Variável relativa a exercícios anteriores.

c. Remuneração Variável relativa a exercícios anteriores (devida e não paga):

(euros)

Membros Executivos do Conselho de Administração	Numerário relativo ao exercício de 2012 a ser pago em 2016	Montante em espécie relativo ao exercício de 2012 a ser pago em 2016	Remuneração Variável de Médio Prazo (em espécie) relativo ao exercício de 2012 a ser pago em 2016	Numerário relativo ao exercício de 2013 a ser pago em 2017	Montante em espécie relativo ao exercício de 2013 a ser pago em 2017	Remuneração Variável de Médio Prazo (em espécie) relativo ao exercício de 2013 a ser pago em 2017	Numerário relativo ao exercício de 2014 a ser pago em 2018	Montante em espécie relativo ao exercício de 2014 a ser pago em 2018	Remuneração Variável de Médio Prazo (em espécie) relativo ao exercício de 2014 a ser pago em 2018
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi						35.000			
Miguel António Igrejas Horta e Costa						35.000			
Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde						35.000			
Christian Georges Jacques Minzolini						35.000			
Luís Miguel Pina Alves Luna Vaz						35.000			
Paulo José Lameiras Martins						35.000			
Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro						35.000			
Frederico dos Reis de Arrochela Alegria						35.000			
Félix Aguirre Cabanyes						35.000			
Alan do Amaral Fernandes						35.000			
Total						350.000			

NOTA: Todos os pagamentos das importâncias diferidas estão dependentes da verificação dos pressupostos de desempenho do Banco nos termos da Política de Remuneração em vigor.

d. Remuneração Variável relativa a exercícios anteriores cancelada:

Por não se terem verificado as condições previstas no “Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros dos Membros Executivos da Administração do Haitong Bank, S.A.”, a Remuneração Variável de Médio Prazo (em espécie e no total equivalente a 925.000 euros) foi cancelada

3) Colaboradores do Banco ou sociedades por si dominadas com a categoria de *Senior Managing Directors* ou Afectos a Áreas de Controlo

a. Montante anual das componentes fixa e variável das remunerações pagas pelo Haitong Bank, S.A., ou sociedades por si dominadas, aos Colaboradores com a categoria de *Senior Managing Directors* ou Colaboradores Afectos a Áreas de Controlo durante o exercício de 2015:

(euros)

Colaboradores	Remuneração Fixa	Rem. Variável Paga durante 2015 relativa ao exercício de 2014*	Rem. Variável Paga durante 2015 relativa a outros exercícios	Haitong e Sucursais Remuneração Total
Senior Managing Directors	6.233.377	2.619.840		8.853.217
Função de Controlo de Risco	1.004.489	90.665		1.095.154
Função de Compliance	1.173.734	79.330		1.253.064
Função de Auditoria Interna*	248.555	6.215		254.770

* A função de Auditoria Interna deixou de ser desenvolvida pelo Departamento de Auditoria e Inspeção (DAI) do Novo Banco, S.A., passando a ser desenvolvida internamente.

b. Remuneração Variável relativa a exercícios anteriores:

(euros)

Colaboradores	Numerário relativo ao exercício de 2012 a ser pago em 2016	Montante em espécie relativo ao exercício de 2012 a ser pago em 2016	Remuneração Variável de Médio Prazo (em espécie) relativo ao exercício de 2012 a ser pago em 2016	Numerário relativo ao exercício de 2013 a ser pago em 2017	Montante em espécie relativo ao exercício de 2013 a ser pago em 2017	Remuneração Variável de Médio Prazo (em espécie) relativo ao exercício de 2013 a ser pago em 2017	Numerário relativo ao exercício de 2014 a ser pago em 2018	Montante em espécie relativo ao exercício de 2014 a ser pago em 2018	Remuneração Variável de Médio Prazo (em espécie) relativo ao exercício de 2014 a ser pago em 2018
Senior Managing Directors	0	0	0	0	42.018	465.000	0	0	0
Função de Controlo de Risco	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Função de Compliance	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Função de Auditoria Interna*	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total Agregado					42.018	465.000			

* A função de Auditoria Interna deixou de ser desenvolvida pelo Departamento de Auditoria e Inspeção (DAI) do Novo Banco, S.A. passando a ser desenvolvida internamente

Por não se terem verificado as condições previstas no "Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros, a Remuneração Variável de Médio Prazo foi cancelada.

4) Número de novas contratações de Colaboradores com a categoria de *Senior Managing Directors* ou Colaboradores Afectos a Áreas de Controlo do Banco ou sociedades por si dominadas:

Novas contratações de Colaboradores	Nº Colaboradores
Senior Managing Directors	13
Função de Controlo de Risco	2
Função de Compliance	2
Função de Auditoria Interna*	7

5) Montante dos pagamentos efectuados ou devidos pelo Banco ou sociedades por si dominadas a Colaboradores com a categoria de *Senior Managing Directors* ou Afectos a Áreas de Controlo, em virtude da rescisão antecipada do contrato de trabalho com o número de beneficiários desses pagamentos e o maior pagamento atribuído:

(euros)

Saídas de Colaboradores	Nº Beneficiários	Montantes
Senior Managing Directors	4	231.702
Função de Controlo de Risco	1	77.668
Função de Compliance		
Função de Auditoria Interna		

O maior pagamento ocorrido foi de 147.912 euros.

HAITONG BANK, S.A.

Edifício Quartzo - Rua Alexandre Herculano nº38 - 1269-180 Lisboa - Portugal

Capital Social: 426.269.000 Euros

Matrícula da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e Pessoa Colectiva nº 501 385 932